

Cadernos do *Lepaarq*


Vol. XI nº21 2014



*Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

ISSN 2316 8412



 **ICH** | CIÊNCIAS
HUMANAS
UFPel

Lepaarq

UFPel

Cadernos do
Lepaarq

Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitor:

Mauro Augusto Burkert Del Pino

Vice-Reitor:

Denise Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Graduação:

Alvaro Luiz Moreira Hypolito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Luciano Volcan Agostini

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Denise Marcos Bussoletti

Pró-Reitor Administrativo:

Antonio Carlos de Freitas Cleff

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Luiz Osório Rocha dos Santos

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretora:

Lorena Almeida Gil

LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Coordenador:

Rafael Guedes Milheira



Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS CEP 96010-150

Fone/fax:(53)227 3677

e-mail: editoraufpel@uol.com.br

Ficha catalográfica: Aydê Andrade de Oliveira – CRB 10/864

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Arqueologia,
Antropologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em
Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade
Federal de Pelotas, v.11, n.21,2014.

Semestral

ISSN impresso 1806-9118

ISSN eletrônico 2316-8412

1. Arqueologia - Periódico. 2. Antropologia - Periódico. 3.
Patrimônio - Periódico. I. Laboratório de Ensino e Pesquisa em
Antropologia e Arqueologia.

CDD 930.1

EDITORIA – CADERNOS DO LEPAARQ

Editores Responsáveis:

Fábio Vergara Cerqueira

Rafael Guedes Milheira

Conselho Editorial:

Ana Maria Sosa Gonzalez (UFPel)

Carolina Kesser Barcellos Dias (UFPel)

Charles Orser Jr. (New York State Museum – EUA)

Francisco Pereira Neto (UFPel)

Helen Gonçalves (UFPel)

Lourdes Domínguez (Oficina del Historiador – Cuba)

Luiz Oosterbeek (Instituto Politécnico de Tomar – Portugal)

Maria Dulce Gaspar (Museu Nacional UFRJ)

Mariano Bonomo (Conicet – Facultad de Ciencias Naturales y
Museo – Argentina)

Marisa Coutinho Afonso (USP)

Paulo Deblasis (Museu de Arqueologia e Etnologia USP)

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Sandra Pelegrini (UEM)

Saul Eduardo Seiguer Milder (UFSM)

Conselho Consultivo:

Ana Inez Klein (UFPel)

Arno Alvarez Kern (PUC-RS)

Camila Alejandra Gianotti (CURE – Uruguai)

Claudia Turra Magni (UFPel)

Edgar Barbosa Neto (UFMG)

Gustavo Peretti Wagner (UFBA)

Mártin Cesar Tempass (UFPel)

Maria de Fátima Bento Ribeiro (UFPel)

Neiva Bohns (UFPel)

Nirce Saffer Medvedovski (UFPel)

Rafael Corteletti (USP)

Rafael Suárez Sainz (Facultad de Humanidades y Ciencias de la
Educación – Uruguai)

Renato Pinto (UFPE)

Secretaria Editorial:

Rafael Guedes Milheira

Editores e Projeto Gráfico:

Chaiane Alves Quadrado

SUMÁRIO

PÁGINA

EDITORIAL

Rafael Guedes Milheira

4

JUS SPERNIANDI: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

Jorge Eremites de Oliveira

7

A CORPORIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E O TRÂNSITO ENTRE VÍTIMA E ALGOZ: NOVAS REFLEXÕES A PARTIR DE ETNOGRAFIAS COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

Tiago Lemões

45

UMA PROPOSTA ETNOARQUEOLÓGICA SOBRE A CONCEPÇÃO DO TERRITÓRIO: OS MBYA GUARANI E O TEKOA PINDOTY

Sabrina de Assis Andrade

62

A MÚSICA POMERANA COMO NARRATIVA DA MEMÓRIA CULTURAL

Danilo Kuhn da Silva

78

UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE BOUDICA E A MEMÓRIA COLETIVA BRITÂNICA

Tais Pagoto Bélo

105

CONSTRUÇÕES DE DIÁLOGOS E COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO – ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Victor Henrique Silva Menezes, Thiago Amaral Biazotto, Gabriela Souza Morais, Patrícia Pompeu, Ana Lídia Marques Monteiro, Aline Vieira Carvalho

123

SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO: O ESTUDO DA PRÉ-HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FORMAL

Izabela Rezende Bahia, Luiz Oosterbeek

139

ARQUEOLOGIA, MUSEU E PERSPECTIVAS: O DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO DO MUSEU ÂNGELO ROSA DE MOURA DE PORANGATU

Manuelina Maria Duarte Cândido, Mana Marques Rosa

157

RESTAURAÇÃO CERÂMICA: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA PARA A RECOMPOSIÇÃO DE OBJETOS DE PEQUENO PORTE E DELGADOS

Veronica Coffy Bilhalba dos Santos, Margarete Regina de Freitas Gonçalves

173

“CAVERNAS DA BABILÔNIA” NARRATIVAS E INTERVENÇÕES: VESTÍGIOS FUNERÁRIOS PRÉ-COLONIAIS NA MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA

Ângelo Alves Corrêa, André Vieira Colombo

193

THE ORIGINS OF THE BRAZILIAN SAMBAQUIS (SHELL-OUNDS): FROM A HISTORICAL PERSPECTIVE	209
Gustavo Peretti Wagner	
A ILHA DE ITAMARACÁ E A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA NO PERÍODO COLONIAL (SÉCULOS XVI E XVII): CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO, BRASIL	240
Ana Lúcia Nascimento Oliveira, Josué Lopes dos Santos	
RETALHOS HISTÓRICOS E DETALHES ARQUITETÔNICOS DA FAZENDA ÁGUA VERDE - PI	247
Marcelo Alves Ribeiro, Nívia Paula Dias de Assis, Rômulo Macedo Barreto de Negreiros, Celito Kesting, Ana Stela de Negreiros Oliveira	
TORRES RELUZENTES: OS EMBRECHADOS EM IGREJAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA	273
Fabiana Comerlato, Cidália de Jesus Ferreira dos Santos Neta	
CURADORIA DOS ARTEFATOS LÍTICOS DO ANTIGO ACERVO PLÍNIO AYROSA	289
Davi Comenale Garcia, Gustavo Neves de Souza, Marisa Coutinho Afonso	

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO DA JAZIDA DE ARGILA ARAÇÁ MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA - SANTA CATARINA	303
Juliano Bitencourt Campos, Rafael Casagrande Da Rosa, Marcos César Pereira Santos, Claudio Ricken Ricken, Jairo José Zocche	

EDITORIAL

Os Cadernos do LEPAARQ, no décimo primeiro volume e vigésimo primeiro número, reinaugura seu layout, implantando modificações de capa e miolo. Uma readequação estética realizada no intuito de facilitar a comunicação entre os leitores e os textos publicados para, com isso, valorizar os trabalhos publicados. Com esse novo estilo, estamos comemorando o décimo ano de existência do periódico, inaugurado no ano de 2004, com muito orgulho e com a certeza de um trabalho sério. Vários percalços foram transpostos nesse tempo: a inércia da revista durante alguns anos, a falta de recursos para publicação e dificuldades com a gestão foram os maiores limitadores. Porém, no ano de 2011 iniciamos uma batalha para recompor o periódico, retomar a periodicidade e requalificar a revista em todos os sentidos. Isso foi possível com trabalho coletivo, com implantação do periódico no Sistema Eletrônico de Editoração e Revistas (S.E.E.R.) e uma gestão mais dinâmica e presente.

Com a retomada dos Cadernos do LEPAARQ, cuja periodicidade foi ajustada no ano de 2013, realinhamos uma revista importante, que integra diferentes áreas do conhecimento em diálogo. A revista, vale dizer, tem um papel geopolítico importante no sul do Brasil, pois é uma das poucas com um caráter interdisciplinar que articula trabalhos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Com a retomada da revista, recompusemos o corpo editorial e consultivo, adequamos as normas para a nova realidade editorial e, com isso reabrimos um canal de publicações que tem sido acessado por centenas de pessoas semanalmente. Portanto, com esse trabalho reinaugurado, temos a certeza de estarmos no caminho certo, em busca da qualificação técnica e editorial, de maneira que colegas das áreas destacadas pela revista têm reconhecido permanentemente, tecendo elogios e críticas construtivas ao processo editorial.

A revista traz, em seu conteúdo, uma edição recheada de trabalhos, cuja breve apresentação eu tomo a liberdade de sintetizar.

O primeiro capítulo, de autoria de Jorge Eremites de Oliveira, é uma proposta de curso de graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Grande Dourados, alinhado às demandas da Antropologia no Brasil. Na linha da Antropologia, Tiago Lemões discute a “identidade de Miseráveis” entre sujeitos em situação de rua em suas diferentes dimensões. Dos conflitos urbanos de pessoas em situação de rua, seguimos aos conflitos em terras indígenas, refletidos por Sabrina de Assis Andrade, ao estudar concepções territoriais que compõem a Terra Indígena Mbya Guarani Tekoa Pindoty, localizada no litoral do Paraná.

Através da música como suporte de memória, Danilo Kuhn da Silva, busca narrar aspectos da cultura das populações pomeranas que habitaram a região sul do Rio Grande do Sul. Sobre memória coletiva é também o trabalho de Tais Pagoto Bélo. Porém, não mais com foco no Brasil, a autora atravessa o Atlântico e discorre sobre a importância histórica de Boudica, a rainha Bretã que lutou contra o exército Romano, e que tem na cultura material urbana de diferentes cidades do Reino Unido (estátuas e um vitral), os vestígios memoriais dessa história.

Victor Henrique Menezes, Thiago Amaral Biazotto, Gabriela Souza Morais, Patrícia Pompeu, Ana Lídia Marques Monteiro e Aline Vieira Carvalho traçam um histórico dos temas transversais à Arqueologia no Brasil: Divulgação Científica, Educação Patrimonial e Arqueologia Pública, buscando refletir sobre seus usos ao longo das últimas décadas em países onde foram cunhados, como nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Também sobre Educação Patrimonial, mas numa perspectiva pragmática, Izabela Rezende Bahia e Luiz Oosterbeek discutem sobre a implantação curricular do ensino de pré-história, desde o ensino fundamental.

Seguindo da sala de aula aos Museus, o leitor poderá aprender sobre preservação do patrimônio e metodologias para qualificação de instituições museológicas através do olhar de Manuelina Maria Duarte Cândido e Mana Marques Rosa, sobre o Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu. Também sobre a preservação do patrimônio, Veronica Coffy Bilhalba dos Santos e Margarete Regina de Freitas Gonçalves apresentam uma metodologia alternativa para restauração de cerâmica. Nesse trabalho é proposta uma massa adesiva de PVA, que facilita a recomposição estrutural dos objetos, estudo esse que contribui sobremaneira para a Ciência da Conservação no Brasil, visto que o desenvolvimento de massas adesivas, geralmente, remete a estudos estrangeiros.

Numa perspectiva historicista da Arqueologia brasileira, André Vieira Colombo e Ângelo Alves Corrêa trazem dados que sintetizam os estudos sobre as “Cavernas da Babilônia”, um sítio arqueológico localizado no século XIX, em Minas Gerais, cujos corpos mumificados naturalmente foram foco de diversas pesquisas. Gustavo Peretti Wagner também percorre um caminho historicista para refletir sobre as diferentes abordagens biológicas e socioculturais da Arqueologia sambaqueira, desenvolvida desde o século XIX no Brasil.

Seguindo da história pré-colonial ao tempo da colonização, Ana Lúcia do Nascimento Oliveira e Josué Lopes dos Santos apresentam um panorama bibliográfico e documental sobre os aspectos referentes à militarização espacial do território da ilha de Itamaracá, no litoral norte de Pernambuco, um dos principais pontos de defesa entre os séculos XVI e XVII.

Arquitetura vernacular do século XVII, no semiárido do Nordeste do Brasil, é o tema discutido por Marcelo Alves Ribeiro, Nívia Paula Dias de Assis, Rômulo Macedo Barreto de Negreiros e Celito Kesting. Através de dados históricos e arqueológicos os autores propõem que a Fazenda Água Verde, no município de Coronel José Dias – PI, possa ter sido construída por colonizadores portugueses ainda no século XVII.

Louças que reluzem nos embrechamentos de torres sineiras de quatro igrejas no recôncavo baiano, padrões decorativos, reciclagem e ornamentação religiosa são os temas discutidos por Fabiana Comerlato e Cidália de Jesus Ferreira dos Santos Neta, trazendo à tona uma articulação entre Arqueologia e Arquitetura.

O último artigo desse volume é assinado por Davi Comenale Garcia, Gustavo Neves de Souza, e Marisa Coutinho Afonso. O texto trata da formação do Acervo Plínio Ayrosa, atualmente salvaguardado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. O acervo, composto por 263 peças, foi revisitado pelos autores, que nos contam um pouco da história de composição desse acervo, com ênfase na sua coleção lítica arqueológica.

Na seção de relatórios temos o Programa de Resgate Arqueológico da Jazida de Argila Araça, Município de Nova Veneza, Santa Catarina, apresentado por Juliano Bitencourt Campos, Claudio Ricken, Marcos César Pereira Santos, Rafael Casagrande da Rosa e Jairo José Zocche.

Boa leitura!

Rafael Guedes Milheira
Coordenador do LEPAARQ
Editor dos cadernos do LEPAARQ

**JUS SPERNIANDI: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL**

Jorge Eremites de Oliveira

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412



JUS SPERNIANDI: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

Jorge Eremites de Oliveira¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de criação, na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), em Mato Grosso do Sul, Brasil, de um curso de graduação em Antropologia. O curso é proposto por meio da articulação entre a Antropologia Sociocultural e a Arqueologia, com uma única entrada por meio de processo seletivo, dois anos de formação em comum e dois anos de formação específica em um dos dois campos do conhecimento. A proposta também é baseada nas experiências acumuladas em outras universidades brasileiras e vai ao encontro de demandas consolidadas e crescentes no país e no MERCOSUL para profissionais dessas áreas.

Palavras chaves: Antropologia Brasileira, Arqueologia Brasileira, UFGD.

Abstract: This paper aims to present a proposal for an undergraduate degree in Sociocultural Anthropology and Archaeology at the UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), State of Mato Grosso do Sul, Brazil. The planned undergraduate course will be offered based on the articulation among the fields of Sociocultural Anthropology and Archaeology. Students will have a single entry by year, made throughout one selection process, and the course will be dividing on stages: two years of common training and two years of specific disciplines, selected from one of the two main fields of knowledge. The proposal was also based on experiences acquired in other Brazilian universities. The course subject of this paper comes to supply a growing demand in the country and MERCOSUR for professionals in the areas of Sociocultural Anthropology and Archaeology.

Keywords: Brazilian Anthropology, Brazilian Archaeology, UFGD.

INTRODUÇÃO E BREVE HISTÓRICO DA PROPOSTA

O presente artigo, escrito originalmente em 2011, apresenta a proposta de criação de uma graduação em Antropologia, articulada entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), instituição sediada no estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Naquele ano a ideia foi encaminhada para apreciação no âmbito institucional e também divulgada, por meio de redes sociais, entre arqueólogos, antropólogos socioculturais e profissionais de áreas afins que atuam no Brasil e em alguns outros países. Disso resultou em dezenas de manifestações de apoio, inclusive por parte de ex-dirigentes da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) e da UISPP (*Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques*), encaminhadas a representantes da universidade. Houve inclusive um abaixo-assinado de servidores da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em Mato Grosso do Sul e outras tantas manifestações favoráveis à criação do curso. Isso

¹ Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; com estágio de pós-doutoramento em Antropologia Social pelo Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Professor associado da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; e bolsista de produtividade em pesquisa, nível 1D, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

ocorreu quando fazia parte do quadro de docentes permanentes e respondia pela coordenação do PPGAnt (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) da referida universidade. Contudo, manifestações desse tipo foram sistemática e deliberadamente desprezadas no âmbito institucional.

Na sequência consta mensagem de apoio enviada em 19/10/2011 por Eduardo Góes Neves, presidente da SAB durante a gestão 2009-2011 e, à época, coordenador-adjunto da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior):

Prezados Excelentíssimos Professores Doutores
Damião Duque de Farias, DD Reitor, UFGD
João Carlos de Souza, DD Diretor, FCH/UFGD

Peço licença por encaminhar a Vossas Senhorias esta mensagem pelo correio eletrônico. O objetivo é manifestar meu apoio à iniciativa de criação de um curso de graduação em Antropologia/Arqueologia na UFGD. Escrevo como arqueólogo orientador em programa de pós-graduação na Universidade de São Paulo, bolsista de produtividade do CNPq (1-D), ex-presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (biênio 2009-2011) e atual coordenador-adjunto da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES.

Vejo com bastante entusiasmo a iniciativa que ora que gesta na UFGD. A Universidade conta em seu corpo docente com arqueólogos e antropólogos que têm relevância no quadro da área no Brasil e ampla capacidade para dar início à tarefa que a eles se apresenta. A proposta de curso tem uma formatação moderna e segue as tendências mais avançadas na área. O curso teria o potencial de atender a demanda de alunos brasileiros, mas também de países estrangeiros limítrofes ao Mato Grosso do Sul. Ressalto também que a criação de novos cursos de graduação em antropologia e arqueologia no Brasil tem sido uma tendência crescente que se faz visível em todas as áreas do Brasil.

Por todas essas razões apoio firmemente a iniciativa, que sem dúvida terá um impacto importante para o desenvolvimento da área no Brasil.

Atenciosamente,
Eduardo Góes Neves
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo

Segue ainda, a título de exemplo, um abaixo-assinado de servidores da FUNAI em Mato Grosso do Sul, de outubro de 2011, no qual manifestam apoio à proposta.

Consideramos que o estado de Mato Grosso do Sul sofre com a carência de profissionais da Antropologia. Tal carência contribui de maneira indireta para a perenização dos vários preconceitos que pesam sobre as diversas minorias étnicas e sociais que vivem aqui. Após tomarmos conhecimento de que tramita nas instâncias universitárias a proposta de criação de um curso de graduação em Antropologia, por acreditar que esta iniciativa terá como resultados positivos, dentre outros, o desenvolvimento científico e social de Mato Grosso do Sul, os que abaixo assinam apóiam a criação do curso de graduação pela Universidade Federal da Grande Dourados

Nome	RG	Assinatura	Data
Thiago Leandro V. Cavalcante	8568848-0		24/10/11
Sélio Raimundo da Silva	10455162-7		24/10/11
Danieli C. da Silva Valdy	003628203	Danieli Valdy	24/10/11
Eliziane Rayete Rigotti	003.611.050	Eliziane Rigotti	24/10/11
Paulo Edson Furtado	556254/MS		24/10/2011
Thiago GASTALDO	28531970		24/10/11
Luciana Liz M. Luderman	001.818.557		24-10
Jackson Lima de Sousa	001.561.351		24/10
Jéssica Elizabeth R. Espindola	001.676.481	Jéssica R. Espindola	24/10
Imaculada	3393557		24/10/11
Edna de Silva Freije	01725320	-	24/10/11
Genia Carmo Silva	001795511		24/10/11
Cláudia Pereira Borges	880.937		24/10/11
W. J. de	8.496.942.7		24/10/11
Elder Paulo Ribas de Silva	33.989825-2		24/10/11
Karine dos Reis	001587534	Karine dos Reis	24/10/11
JACKSON PETINARI Reis	547301/MS		24/10/11
Luciene Garcia Alves	000-725-528	Luciene Garcia Alves	24/10/11

Figura 01: Primeira parte do abaixo-assinado de servidores da FUNAI.

Havia, pois, um contexto político favorável nacionalmente e desfavorável institucionalmente. Por isso, embora redigida com esmero, a proposta foi parcialmente rejeitada em 2012 nas instâncias superiores da universidade. Isso ocorreu, contudo, sem ter sido devidamente analisada e debatida. Ocorre que a ideia contou com forte oposição apresentada pelo *establishment* universitário local, inclusive dentro da FCH (Faculdade de Ciências Humanas), onde estava lotado e à época respondia pela coordenação do PPGAnt (Programa de Pós-Graduação em Antropologia). O contexto da decisão e seus desdobramentos são complexos e não serão aqui tratados com profundidade, embora tenha feito algumas reflexões críticas e polêmicas sobre o assunto, divulgadas no calor da hora pela imprensa regional (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012a, 2012b, 2012c). Em fins daquele ano teria sido indicada a possibilidade da criação de uma graduação em Antropologia na instituição, porém para 2017 e sem a articulação entre Antropologia Sociocultural e Arqueologia. Uma deliberação desse tipo resulta, também, em significativo prejuízo à Antropologia, sobretudo a este último campo do conhecimento, a Arqueologia, no estado e na região Centro-Oeste do país.

A partir dessas considerações iniciais é possível compreender o título do trabalho: *Jus Sperniandi*. Trata-se de uma expressão comum no campo do Direito e significa algo como o “direito de esperar”, resistir, reagir contra os opositores e, neste caso, defender a ideia da viabilidade de uma graduação em Antropologia, articulada entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia em uma universidade pública.

Feita esta sucinta explicação inicial, cumpre dizer que este artigo resulta, com efeito, de um conjunto de reflexões iniciadas em 2006, quando foi apresentada pela primeira vez, no âmbito da FCH, a proposta de criação de um bacharelado presencial em Arqueologia. À época, a proposta teria ficado como terceira prioridade em meio a discussões feitas no conselho diretor da faculdade. A primeira prioridade foi dada à criação de um curso presencial de Psicologia (licenciatura e bacharelado), o qual contava com prévio apoio de membros da administração central e foi aberto logo em seguida. A segunda prioridade teria ficado para uma graduação em Filosofia (licenciatura), ainda sem ter sido inaugurada até o ano de 2012. Posteriormente, em 2010, em outra rodada de discussões ocorridas no âmbito das comissões de cursos de graduação, coordenadorias de programas de pós-graduação e conselho diretor da FCH, foi apresentada a proposta de criação do bacharelado em Antropologia, com duas linhas de formação, uma em Antropologia Sociocultural e outra em Arqueologia².

Essas últimas discussões também ocorreram no âmbito do planejamento institucional frente à proposta do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais),

² Originalmente a proposta indicava para a existência de *habilitações* ou *ênfases*, às quais correspondem a *linhas de formação*, como verificado em 2013 no curso de graduação em Antropologia da UFPel.

do governo federal, criado por meio do Decreto nº. 6.096, de 24/04/2007. Seu principal objetivo “é ampliar o acesso e a permanência na educação superior”, conforme constava em 2011 no seu sítio eletrônico oficial (<http://reuni.mec.gov.br>). A proposta apresentada nesta outra ocasião teria ficado como terceira possibilidade de implantação em detrimento a duas outras prioridades estabelecidas para cursos presenciais de graduação: uma em Filosofia (licenciatura) e outra em Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), mencionadas na Resolução nº. 237, de 15/10/2010, do conselho diretor da FCH³.

De 2006 a 2010, as reflexões outrora iniciadas foram ampliadas para a quase totalidade dos antropólogos da UFGD e aliados de áreas afins, todos ligados a uma das três universidades públicas existentes no estado⁴. Esses profissionais elaboraram, entre fins do primeiro semestre e início do segundo semestre de 2010, a proposta de criação do PPGAnt com área de concentração em Antropologia Sociocultural e três linhas de pesquisa, a saber: 1ª) Etnicidade, Diversidade e Fronteiras; 2ª) Etnologia, Educação Indígena e Interculturalidade; 3ª) Arqueologia, Etno-história e Patrimônio Cultural. Tal proposta foi devidamente aprovada nas instâncias da UFGD, mas isso ocorreu após um exaustivo esforço para a superação da oposição feita por sociólogos, cientistas políticos, historiadores e seus aliados na FCH. Depois disso foi encaminhada à CAPES, órgão que a aprovou com elogios em fins de 2010 – contrariando a previsão de certos representantes do *establishment* –, quando ocorreu sua imediata implantação e o início do processo seletivo para a primeira turma de dez mestrandos, ingressada em 2011⁵. Posteriormente, no ano de 2011, a presente proposta foi submetida à apreciação crítica de colegas que atuam em universidades sediadas em outros estados da Federação, os quais também apresentaram suas avaliações e sugestões que contribuíram para seu amadurecimento.

Em seu primeiro ano de existência, a Coordenadoria do PPGAnt decidiu por unanimidade, em sua primeira reunião ordinária, ocorrida em 11/03/2011, estabelecer metas para seu planejamento estratégico no triênio 2011-2013, assim expressas:

³ No caso do curso de licenciatura em Filosofia, trata-se de uma antiga aspiração de muitos docentes dentro da FCH/UFGD, cujas reivindicações remontam, pelo menos, à década de 1990, ou seja, ao tempo do antigo CEUD/UFMS.

⁴ Por ordem alfabética, são eles: Álvaro Banducci Júnior (UFMS), Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS), Beatriz dos Santos Landa (UEMS), Cíntia Beatriz Müller (ex-docente da UFGD, redistribuída para a UFBA), Jorge Eremites de Oliveira (ex-docente da UFGD, redistribuído para a UFPel), Jones Dari Goettert (UFGD), José Luis dos Santos Peixoto (UFMS), Levi Marques Pereira (UFGD), Marina Vinha (UFGD), Mario Teixeira de Sá Junior (UFGD), Noêmia dos Santos Pereira Moura (UFGD), Rodrigo Luiz Simas de Aguiar (UFGD) e Simone Becker (UFGD).

⁵ A expressão “Antropologia Sociocultural”, comum na Antropologia Alemã (GINGRICH, 2005) e adotada como área de concentração do PPGAnt/UFGD, tem a ver com a tentativa da conjugação de perspectivas ligadas a duas importantes escolas do pensamento antropológico: a Antropologia Social Britânica e a Antropologia Cultural Estadunidense. No caso da primeira escola, nota-se que certo isolamento tem levado à Antropologia Social a perder significativos espaços na acadêmica e na sociedade britânica (SPENCER, 2000), como ocorre em muitos outros países da Europa. Situação diferente tem sido verificada no modelo dos quatro campos adotado nos Estados Unidos (BALÉE, 2009) e, sobretudo, em relação ao vigor que caracteriza a Antropologia Brasileira (PEIRANO, 1999; CABRAL, 2004).

- 1) Transformação da linha de pesquisa “Arqueologia, Etno-história e Patrimônio Cultural” em uma segunda área de concentração, a ser denominada “Arqueologia”, com até 5 vagas oferecidas anualmente para o ingresso de novos/as mestrados/as, mediante a contratação de dois/duas docentes com o título de doutor/a e produção científica no campo da arqueologia;
- 2) Ampliação do número de vagas para a área de concentração em “Antropologia Sociocultural”, de 10 para até 12 novos/as mestrados/as, mediante a contratação de um/uma docente com o título de doutor/a e produção científica no campo da antropologia sociocultural. (Resolução PPGAnt nº. 10, de 28/10/2011)

Posteriormente, a Coordenadoria do PPGAnt, em consonância com as deliberações tomadas por unanimidade em sua 6ª reunião ordinária, resolveu manifestar-se favoravelmente pela criação na UFGD de uma graduação em Antropologia, articulada entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, para a qual esta proposta apresentou maiores detalhamentos (Resolução PPGAnt nº. 31, de 12/09/2011). Essas proposições ainda foram ratificadas por meio da Resolução PPGAnt nº. 39, de 18/10/2011.

Trata-se de um curso que funcionaria como duas graduações com uma única entrada por meio de processo seletivo institucional e uma formação em comum por quatro semestres ou dois anos. A partir do quinto semestre, os discentes teriam, através de uma escolha anterior, uma formação específica em Antropologia Sociocultural ou em Arqueologia. Tal proposta baseia-se em uma perspectiva clássica da ciência antropológica, na qual o ser humano é percebido em sua complexidade biológica e sociocultural (material e imaterial). Exemplo disso é como a Antropologia é concebida na tradição estadunidense, sob a influência do antropólogo teuto-americano Franz Boas (1858-1942), e assim difundida em várias publicações de Antropologia conhecidas no Brasil (DA MATTA, 1983; LARAIA, 1992; ERIKSEN e NIELSON, 2007; GOMES, 2008; dentre outros)⁶.

Uma proposta deste nível faz parte de uma inovação estratégica e oportuna para a (re) aproximação dos campos clássicos da Antropologia, assim percebida de um ponto de vista holístico, quais sejam: Antropologia Sociocultural (Social + Cultural), Arqueologia, Antropologia Física ou Biológica (Bioantropologia) e Linguística Antropológica ou Antropologia Linguística (BOAS, 2004; MOURA, 2004; STOCKING JR., 2004; SILVERMAN, 2005; BEZERRA, 2008; BALÉE, 2009; FERREIRA e CERQUEIRA, 2009; CARLE, 2011; ISNARDIS, 2011). Mais que isso: está inserida em uma proposta para atender a demandas cada vez maiores a esses campos do conhecimento no Brasil e no MERCOSUL, conforme pode ser observado nas obras organizadas por Trajano Filho & Ribeiro (2004) e Carvalho et al. (2009). Esta situação também é percebida em várias matérias jornalísticas, a exemplo de Romanelli (2010), Ângelo (2011), Pierro (2011) e a denominada *Arqueólogos estão em falta no mercado depois do PAC* (2011).

⁶ Franz Boas orientou e influenciou vários antropólogos renomados, como Alfred L. Kroeber, Margareth Mead, MevilleHerkovitz, Robert Lowie, Ruth Benedict e Gilberto Freire, dentre muitos outros.

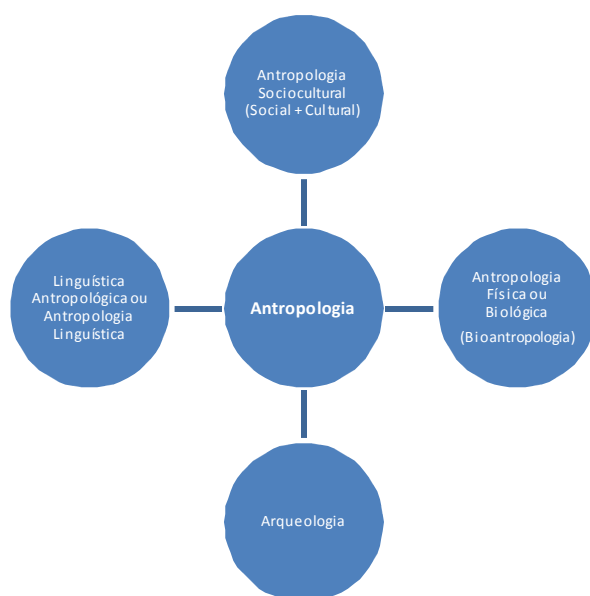


Figura 03: Representação dos quatro campos clássicos da Antropologia.

No que se refere aos quatro campos clássicos da Antropologia, deve-se ter em consideração o fato de os mesmos não se constituírem, bem entendido, em subdisciplinas ou ramos sem autonomia científica e com uma hierarquia em comum. A discussão sobre o assunto é bastante ampla e conhecida mundialmente. Fazem parte de uma aliança de longa data e bem sucedida para o seu desenvolvimento em conjunto, o que tem acontecido em muitos países nas Américas. Este é o caso, apenas para exemplificar, das experiências exitosas registradas na Argentina, Uruguai, México, Estados Unidos e Canadá, sendo os dois primeiros Estados-nações membros do MERCOSUL. No Brasil, tudo indica que a separação entre os campos da antropologia sociocultural e da arqueologia ocorreu na década de 1960, durante o regime militar (1964-1985), cujo tema ainda não foi devidamente estudado. No entanto, a partir da década de 2000 tem havido uma (re) aproximação estratégica, oportuna e inovadora no país, tanto em nível de graduação quanto em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Neste sentido, a noção de “campo”, do latim *campu*, deve ser compreendida, também, a partir da ideia bourdiana de campo científico ou intelectual, complementar ao conceito de *habitus*. No caso, o conceito de campo seria o espaço intelectual onde ocorrem diversos tipos de relações sociais e até mesmo disputas pela autoridade científica entre os indivíduos, os quais são motivados por interesses dos mais variados e manifestados pela capacidade técnica e poder social (BOURDIEU, 2010, p. 59-73). Cada campo, portanto, possui uma lógica própria construída historicamente. Dessa maneira, um conjunto de campos pode estar articulado em torno de perspectivas em comum, como é o caso da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia.

Apesar de uma proposta assim poder gerar certo mal-estar entre alguns antropólogos socioculturais e arqueólogos “tradicionais” que atuam no Brasil, o fato é que em Mato Grosso do Sul ela tem a ver com experiências ligadas à pluralização de tradições etnográficas, tal qual defendida por Pacheco de Oliveira (2004). Também estão vinculadas à garantia de direitos a povos e comunidades tradicionais, como ocorre na produção de laudos administrativos e judiciais (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, 2010, 2012; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007, 2012d).

CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REGIONAL

A UFGD foi criada por meio da Lei nº. 11.153, de 29/07/2005, e implantada em 02/01/2006, a partir do antigo CEUD (Centro Universitário de Dourados), um campus da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) originalmente criado em 1972, porém como Centro Pedagógico de Dourados (CPD), unidade da antiga UEMT (Universidade Estadual de Mato Grosso), na época do antigo Mato Grosso⁷. O nascimento da instituição veio ao encontro dos anseios de parte da população sul-mato-grossense para a consolidação de uma instituição federal autônoma de ensino superior no Cone Sul do estado, onde Dourados é a maior cidade. Sua missão seria apoiar e promover estrategicamente o desenvolvimento sócio-econômico da região onde está inserida e, por conseguinte, do país e também do MERCOSUL.

Em seus mais de seis anos de existência, a UFGD se constituiu em um marco de excelência no ensino, na extensão e na pesquisa acadêmica em Mato Grosso do Sul e no Centro-Oeste do país. O reconhecimento do trabalho desenvolvido pela instituição veio com a avaliação do MEC (Ministério da Educação), em 2008, 2009 e 2010, que a teria classificado como a melhor universidade do estado no que se refere ao ensino de graduação. Neste contexto, apenas para citar um exemplo pontual, o curso de graduação em História obteve, no segundo semestre de 2009, conceituação máxima pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao MEC, responsável pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)⁸.

Além disso, é importante assinalar que o aumento do número de cursos de graduação e programas de pós-graduação é uma das metas aspiradas pela UFGD, sobretudo no contexto do REUNI, pois a formação de novos profissionais é uma latente demanda regional e suprarregional. Isso não significa que a proposta aqui apresentada teria sido mero reflexo de exigências institucionais, pelo contrário. Também resulta de experiências bem sucedidas acumuladas por docentes na instituição ao longo dos últimos anos, o que

⁷ O antigo Estado de Mato Grosso foi dividido em 1977, na época do regime militar (1964-1985) implantado por meio do golpe militar de 1964. Da parte meridional foi criado Mato Grosso do Sul, permanecendo a setentrional como Mato Grosso. Assim, quando utilizo a expressão *antigo Mato Grosso*, refiro-me ao período anterior à criação de Mato Grosso do Sul, ao Mato Grosso uno.

⁸ Ver <http://www.ufgd.edu.br/noticias/vestibular-2010-curso-de-historia-da-ufgd-tem-conceituacao-maxima-do-inep> (acessado em 15/09/2010).

estimulou a constituição de um campo de reflexões para a Antropologia Sociocultural e a Arqueologia em Mato Grosso do Sul. Disso culminou, em fins de 2010, com a constituição do próprio PPGAnt e, no ano seguinte, em 2011, com a decisão da criação de uma associação de Antropologia no estado, cujo propósito foi ratificado em 2013 durante a IV RAMS – Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul, realizada em Campo Grande.

No que diz respeito às singularidades regionais, vale lembrar que Mato Grosso do Sul é um estado fronteiriço e radicalmente multiétnico e multicultural, com uma extensa linha geográfica de contatos com as populações das vizinhas repúblicas do Paraguai e da Bolívia. Também possui a segunda maior população indígena do Brasil: povos Atikum, Guarani ou Ñandeva, Guató, Kaiowá, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofaié e Terena, dentre representantes de outros povos, como Bororo, Chamacoco e Laiana. Conjuntamente com esses povos indígenas, e com vistas a chamar a atenção para a sociodiversidade regional, há de ser sublinhada a presença de comunidades tradicionais não-indígenas, a exemplo de quilombolas e ribeirinhas, distribuídas na bacia do alto curso do rio Paraguai (Pantanal e adjacências) e na bacia sedimentar do rio Paraná.

Uma das características marcantes para os antropólogos socioculturais e arqueólogos da UFGD é a produção científica sobre temáticas relacionadas a povos e comunidades tradicionais, sobretudo as sociedades indígenas. Seus estudos extrapolam as fronteiras do território sul-mato-grossense e gradualmente vinham sendo reconhecidos no país e no exterior. Esta situação não denota um anacronismo em relação às tendências mais recentes verificadas na Antropologia nacional e internacional, tampouco tem a ver com um exotismo ou alteridade radical em relação ao objeto de estudo da ciência antropológica. Trata-se da revelação de especialidades e orientações relacionadas à preocupação com diferenças socioculturais e singularidades políticas marcantes no estado. Ademais, a Antropologia não pode ser reduzida a uma espécie de ciência dos “povos primitivos”, mas percebida como uma ciência social que estuda o ser humano em sua complexidade biológica e sociocultural, desde as origens mais remotas na África até os dias atuais.

Nessas circunstâncias, dirigentes da UFGD também se apresentavam como reconhecendo e incentivando o diálogo e o desenvolvimento de ações afirmativas junto às comunidades tradicionais, indígenas e não-indígenas, em respeito às suas particularidades socioculturais. Em que pese saber dos avanços institucionais nessa área, entendo que tais ações desde algum tempo poderiam ter sido ampliadas para a existência de cotas sociais e etnicorraciais para o ingresso de novos estudantes em cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Da mesma forma, pode-se apontar a necessidade da ampliação de políticas para a permanência de estudantes de baixa renda na universidade, como acontece em muitas

outras instituições de ensino superior no país. Exemplo disso seria o início, em 2011, das obras de construção do primeiro bloco da moradia estudantil da UFGD, com capacidade para abrigar 96 alunos⁹.

Ainda em relação a este olhar institucional diferenciado, como um dos avanços merece destaque a criação, em 2006, do curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu. Seu objetivo seria atender a demandas específicas para a formação de professores Guarani ou Nandeva e Kaiowá no estado. Tal experiência tendeu a ser ampliada para a criação de uma unidade específica para apoiar a este tipo de demanda e outras semelhantes, perspectiva esta que corrobora a análise aqui apresentada. Exemplo disso é o fato de a reitoria ter assinado, em 22/10/2011, a minuta da criação da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), assim denominada posteriormente, com investimentos iniciais na ordem de R\$ 1 milhão a serem obtidos através de emendas de parlamentares do estado no Congresso Nacional¹⁰.

Por isso, parte significativa da especificidade que tem sido impressa nas ações da UFGD se relaciona às próprias características sócio-econômicas e étnico-culturais de Mato Grosso do Sul. É neste sentido que as experiências de convênios e parcerias, com ou sem financiamentos, estabelecidas entre a UFGD com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a FUNAI e a DPU (Defensoria Pública da União), singularizam e marcam a aplicação e a produção de conhecimentos dos antropólogos socioculturais e arqueólogos ligados à instituição. Somam-se a estes convênios e parcerias, os projetos de pesquisa financiados pelo MEC, FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul), CNPq e pela própria UFGD, dentre outras instituições.

Neste contexto, portanto, pode-se deduzir a particular importância de que se reveste a proposta de criação do bacharelado em Antropologia, articulado em Antropologia Sociocultural e Arqueologia, apresentada à instituição. O objetivo maior esteve voltado, desde o início, para o desenvolvimento da ciência antropológica desde uma perspectiva clássica, ampliar a horizontalização do projeto institucional da UFGD e, sobretudo, atender a demandas regionais e suprarregionais (nacionais e internacionais) para a formação de profissionais nesses campos do conhecimento. Isso porque a proposta não foi pensada apenas para atender a demandas oriundas de Mato Grosso do Sul, mas também de outras partes do Brasil e de países vizinhos, como a Bolívia e o Paraguai, conforme explicado mais adiante.

Outro aspecto quantitativamente relevante da política da UFGD tem sido a contratação de profissionais qualificados para seu quadro funcional, tanto docentes como técnicos administrativos. Entre 2006 e 2010 foram contratados mais de 300 novos docentes portadores, em sua maioria, do título de doutor.

⁹ Ver <http://www.ufgd.edu.br/noticias/1o-bloco-da-2018moradia-estudantil2019-da-ufgd-vai-abrigar-96-estudantes> (acessado em 26/09/2011).

¹⁰ Ver <http://www.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-criara-faculdade-de-estudos-indigenas> (acessado em 04/11/2011).

RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DA PROPOSTA

No tocante à relevância e ao impacto regional da criação do bacharelado em Antropologia, articulado em torno dos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, faz-se necessário chamar a atenção para a existência, até o início 2011, de duas conhecidas graduações com essas características no país: uma em Belo Horizonte (UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais), na região Sudeste, e outra em Pelotas (UFPel – Universidade Federal de Pelotas), na região Sul. Os projetos pedagógicos dos dois cursos foram devidamente analisados para a formulação da proposta apresentada à UFGD (VARGAS, 2009; FERREIRA e CERQUEIRA, 2009; RIETH, 2010; CARLE, 2011; ISNARDIS, 2011). Por este motivo, o curso seria um dos primeiros a ser implantados no Brasil e supriria, pois, parte das crescentes demandas registradas em todo o território nacional, sobretudo no Centro-Oeste, e para além-fronteiras (Paraguai e Bolívia, especialmente).

Nesta linha de argumentação, faz-se necessário salientar que a promulgação da Carta Constitucional de 1988 não apenas oficializou o fim do regime militar (1964-1985) e instalou o Estado Democrático de Direito no Brasil. Também passou a ser um divisor de águas na reorientação das ações do Estado Nacional junto a amplos setores da população brasileira. Este é o caso do reconhecimento do Brasil como um país multiétnico e multicultural, conforme interpretado a partir da Constituição Cidadã.

Deve-se ainda mencionar a existência de convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário, que exigem a adequação das ações públicas e privadas às novas diretrizes políticas e legislativas que predominam no contexto mundial. Este é o caso da Convenção nº. 169 da OIT (Organização Mundial do Trabalho), de 1989, ratificada por meio do Decreto nº. 5.051, de 19/04/2004. Trata-se de um tratado internacional que tem sido interpretado por alguns especialistas em Direito como norma de hierarquia intermediária, isto é, inferior às normas constitucionais, porém percebida como superior às normas ordinárias¹¹.

Esta situação também criou um conjunto de condições favoráveis para a ampliação dos quadros de antropólogos socioculturais e arqueólogos no país. Percebe-se esta situação na crescente demanda para a elaboração e aplicação de políticas públicas para coletividades cultural e/ou etnicamente diferenciadas em relação à maioria da sociedade nacional. Também é verificada na produção de laudos administrativos e judiciais, bem como em ações relacionadas à preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial.

¹¹ Conforme consta no trabalho intitulado *A Convenção 169 da OIT no Brasil*, disponível em http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=convencao-169-da-oit-no-brasil (acessado em 26/09/2011).

Contexto semelhante ocorre em países vizinhos como a Bolívia e o Paraguai. Apenas para exemplificar, salvo melhor juízo em 2011 não existia sequer um arqueólogo profissional, com formação acadêmica na área, para atender a todo o território paraguaio. Disso resulta em um prejuízo incalculável ao seu patrimônio arqueológico, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de atividades turísticas, pois naquele país vizinho há sítios arqueológicos de grande valor histórico e cultural. Esta é a situação de antigas missões jesuíticas e fortificações militares do período colonial, além de sítios arqueológicos associados a povos indígenas que ocuparam aquele território desde tempos pré-coloniais. No caso da Bolívia, as mudanças políticas ali registradas nos últimos anos, principalmente com a promulgação da Constituição de 2007, chamam à atenção para a importância do trabalho dos antropólogos para a garantia dos direitos de povos e comunidades originárias em ações promovidas pelo Estado Nacional.

No que se refere ao Brasil, soma-se a tudo isso a própria organização de amplos setores da população nacional, os quais seguem a reivindicar direitos dos mais variados: igualdade de gênero, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial, reforma agrária, combate à homofobia, políticas afirmativas para indígenas e afrodescendentes, preservação do meio ambiente, demarcação de territórios tradicionais de comunidades indígenas e de remanescentes dos quilombos, educação formal diferenciada etc.

Na verdade, o novo texto constitucional brasileiro passou a exigir a mobilização do aparato estatal para atuar no sentido de assegurar direitos sociais a segmentos historicamente excluídos da população. Neste contexto, incluem-se, também, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, fronteiriças, caçaras etc.). Por esta razão, dentre outras, questões étnicas e raciais também passaram a integrar a pauta de atuação de órgãos dos governos, cada vez mais acionados a instituir procedimentos que visam assegurar direitos a essas coletividades.

Nos lastros desses procedimentos foi ampliada e aprimorada a legislação ambiental do Brasil, conforme constatado nas resoluções aprovadas pelo CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente). No bojo desse aparato legal, existe um conjunto de leis que estabelece condicionantes para o licenciamento ambiental de projetos potencialmente degradantes para o meio ambiente e os seres humanos. Significa dizer que existem normas para o planejamento, a construção e a operação de projetos desenvolvimentistas, tais como: rodovias, hidrelétricas, ferrovias, usinas de álcool, açúcar e co-geração de energia elétrica, linhas de transmissão de energia, condomínios rurais e urbanos etc. Tais condicionantes são exigidas e fiscalizadas por órgãos públicos, como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis), órgãos estaduais ligados ao licenciamento ambiental, a exemplo do IMASUL (Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul), e o próprio IPHAN (Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Acrescentam-se ainda as ações dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público

Federal (MPF), e a atuação da própria sociedade civil organizada. Exemplo disso é o que acontece para a elaboração e análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de diversos projetos executados e em vias de execução no estado até o ano de 2011, como a duplicação da Rodovia MS-156 (Dourados-Itaporã), o Anel Viário de Dourados e vários empreendimentos industriais.

No caso da Arqueologia, cabe explicar que a proteção de bens de natureza arqueológica está amparada por leis brasileiras e internacionais sobre o assunto, tais como: (1) Constituição Federal de 1988, Artigo 20; (2) Lei Federal nº. 3.924/1961, também conhecida como *Lei da Arqueologia*; (3) Lei Federal nº. 7.542/1986, que trata do patrimônio arqueológico em águas sob jurisdição nacional; (4) Resolução CONAMA nº. 001/1986, Artigo 6, Alínea C; (5) Lei Federal nº. 9.605/1998, mais conhecida como *Lei de Crimes Ambientais*, Capítulo 5, Seção 4; (6) Recomendações Internacionais como a *Carta de Nova Delhi* (1956), *Recomendação de Paris* (1968), *Carta de Lausanne* (1990), *Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico* (1990) e *Carta de Sofia* (1996), todas aprovadas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), órgão que faz parte da ONU (Organização das Nações Unidas). Portanto, para todo tipo de empreendimento potencialmente degradante para o meio ambiente e os seres humanos deveria haver, ao menos até 2012, o prévio estudo arqueológico correspondente às três etapas do licenciamento ambiental válidas para a época, a saber: licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO). Esta exigência estava amparada, ainda, pelo que estabelecia a Portaria IPHAN nº. 230/2002, modificada recentemente¹².

Com a retomada do crescimento econômico do país, especialmente a partir da década de 1990, milhares de novos espaços de atuação profissional foram abertos para arqueólogos brasileiros, os quais atualmente estão em número bem inferior em relação às demandas de trabalho a eles apresentadas por setores públicos e privados.

Por tudo isso, e muito mais, foram criadas demandas cada vez maiores por trabalhos de antropólogos socioculturais e arqueólogos em todo o território nacional, as quais têm seu devido reflexo na abertura de cursos de graduação e programas de pós-graduação em muitas universidades estabelecidas no país¹³. Esta situação tem sido acompanhada de muitos dilemas e desafios, os quais têm sido objeto de

¹² As mudanças ocorridas na legislação brasileira relativa ao licenciamento ambiental, especialmente as registradas a partir de 2012 para o campo da Arqueologia, não são tratadas no presente artigo, sobretudo as feitas pelo IPHAN.

¹³ Segundo dados obtidos durante o II Fórum de Coordenadores de Graduação em Arqueologia, realizado no mês de setembro de 2011 na cidade catarinense de Florianópolis, durante o XVI Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira e o XVI Congress of the UISPP – Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, à época havia 9 cursos de graduação em Arqueologia e 2 cursos articulados de graduação em Antropologia Sociocultural e Arqueologia no Brasil. Desse total, havia apenas um curso de graduação em Arqueologia na região Centro-Oeste, sediado na PUC Goiás, em Goiânia, criado no primeiro semestre de 2006. Uma boa análise sobre a situação foi feita por Bezerra (2008), cujo artigo é leitura obrigatória sobre o tema. Somam-se a este trabalho as recentes e interessantes reflexões feitas por Barbosa (2011), Carle (2011), Isnardis (2011), Peninet *al.* (2011), Py-Daniel (2011), Scabello e Fernandes da Silva (2011), Thiesen e Barcelos (2011) e Viana e Rubin de Rubin (2011), publicadas no periódico *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.

reflexões críticas e posicionamentos tomados em eventos promovidos por associações científicas, como a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e a SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira).

DEMANDAS REGIONAIS E SUPRARREGIONAIS

São muitas e crescentes as demandas regionais e suprarregionais para antropólogos socioculturais e arqueólogos no país e em outros países do MERCOSUL, as quais são aqui agrupadas em cinco grandes eixos, segundo o contexto registrado em 2011:

1º) **Licenciamento ambiental.** Diagnóstico, prospecção, monitoramento e salvamento de bens arqueológicos, além de trabalhos de educação patrimonial em áreas direta e indiretamente afetadas pelos impactos socioambientais de hidrelétricas, usinas de álcool, açúcar e co-geração de energia, mineradoras, rodovias, ferrovias e outros tantos tipos de empreendimentos¹⁴. Apenas em Mato Grosso do Sul foram apresentados, desde 2004, mais de 40 pedidos ao IMASUL para instalação de usinas de álcool, açúcar e co-geração de energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana-de-açúcar. Houve ainda pedidos para o licenciamento ambiental ou renovação da licença ambiental de rodovias, distritos industriais, PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), mineradoras (ferro, manganês e calcário na bacia do alto curso do rio Paraguai) e indústrias de papel e celulose (em Três Lagoas e região, na divisa com o estado de São Paulo), dentre outros empreendimentos. Destaca-se ainda a avaliação antropológica dos impactos gerados por projetos desenvolvimentistas sobre povos e comunidades tradicionais, como é o caso da duplicação da Rodovia MS-156 (Dourados-Itaporã) e do Anel Viário de Dourados, no sul do estado (ver EREMITES DE OLIVEIRA, 2010). A simples exigência para o cumprimento da legislação ambiental, algo que tem sido feito pelo MPF em vários estados brasileiros, tem aberto milhares de postos de trabalho para antropólogos socioculturais e arqueólogos no país. No que se refere ao licenciamento ambiental, a Antropologia Sociocultural e a Arqueologia têm mantido diálogos com geógrafos, biólogos, engenheiros ambientais, gestores ambientais, advogados e outros profissionais. Esta realidade atesta o caráter inter, multi e transdisciplinar desses dois campos do conhecimento, bem como uma característica que os aproximam das chamadas ciências sociais aplicadas.

2º) **Órgãos públicos:** Prefeituras municipais, governos estaduais e órgãos federais (FUNAI, INCRA, MPF) têm aberto concurso público para provimento de cargos para antropólogos socioculturais e arqueólogos em várias regiões do território nacional. Os museus municipais, estaduais e federais –

¹⁴ Por *impactos socioambientais* entendo aqui impactos econômicos, ambientais e socioculturais gerados por empreendimentos de natureza diversa sobre o meio ambiente e os seres humanos. Para maiores informações sobre a previsão de impactos e a legislação brasileira relativa ao licenciamento ambiental, ver Müller-Plantenberg/Ab'Saber (1998), Mato Grosso do Sul (2004) e Brasil (2007), dentre muitos outros.

cada vez mais crescentes no país – são alguns desses casos, onde têm sido estabelecidas interlocuções com museólogos e outros profissionais. Neste contexto, registra-se que na primeira metade da década de 2000 foi aberto concurso para arqueólogo no governo do estado de Mato Grosso do Sul e não houve inscrição de candidato algum. Situação semelhante ocorreu no IPHAN, e lá muitas das vagas abertas foram preenchidas por profissionais de áreas afins, pois em 2004/2005 não havia arqueólogos disponíveis para todos os estados onde o órgão contava com uma sede regional. Além disso, relativo às políticas públicas para certos grupos sociais, tem sido notado uma crescente procura para o trabalho de antropólogos socioculturais em hospitais, postos de saúde, instituições que trabalham com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade etc. (ver HEILBORN, 2004; KNAUTH, 2004; LANGDON e GARNELO, 2004). Exemplo disso é o que ocorria na FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) em Mato Grosso do Sul e em outros estados da Federação, cujas atribuições junto às comunidades indígenas passaram a ser de responsabilidade da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), criada em 20/08/2010 por meio da Lei nº. 12.314. No tocante a esta questão, a Antropologia Sociocultural tem estabelecido bons diálogos com profissionais da área de saúde, como nutricionistas, médicos, psicólogos, enfermeiros etc., inclusive no âmbito do município de Dourados, onde docentes da UFGD várias vezes foram chamados a ministrar cursos de Antropologia a servidores da FUNASA. E mais: atualmente instituições renomadas e reconhecidas como imprescindíveis à democracia e ao acesso à justiça, como o MPF, apresentam em seu quadro funcional o cargo de antropólogo e arqueólogo, cujos conhecimentos específicos demandados alocam-se estritamente na Antropologia Sociocultural e na Arqueologia. Neste aspecto em particular, cumpre registrar que profissionais à época lotados na FCH/UFGD, ligados ao ETNOLAB (Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história), tinham acumulado significativas experiências na produção de diversos tipos de laudos antropológicos e arqueológicos (ver, p. ex., EREMITES DE OLIVEIRA, 1997, 2007, 2010; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2007, 2009). Também tinham ministrado minicursos em eventos nacionais e internacionais, com ocorreu na IX RAM – Reunião de Antropologia do MERCOSUL, realizada em junho de 2011 na cidade paranaense de Curitiba¹⁵.

3º) **Setor privado:** Nos campos da Antropologia Sociocultural e, sobretudo, da Arqueologia, são muitas as empresas dedicadas à prestação de consultorias e assessorias científicas, especialmente no âmbito do licenciamento ambiental, embora existam alguns que atuam no subcampo da chamada Antropologia Empresarial. Relativo à Arqueologia, um exemplo desta situação são as dezenas de empresas que existem no país, as maiores sediadas na região Sudeste. Além disso, ao contrário do

¹⁵ Trata-se do mini-curso intitulado *O trabalho etnográfico em perícias antropológicas*, organizado por João Pacheco de Oliveira, com a participação de Jorge Eremites de Oliveira e outros colaboradores (ver <http://www.ram2011.org/> [acessado em 11/11/2011]).

que se pode pensar em um primeiro momento, grandes empresas privadas também têm contratado antropólogos socioculturais por todo o mundo (IBM, Intel, Nokia, Microsoft, Adidas, Coca-Cola, Lego, Electrolux etc.), atuando no estudo sobre o comportamento de consumidores (FARIA, 2009). Isso atesta que a ciência antropológica há muito deixou de ser um estudo sobre “povos primitivos”, vistos como exóticos no Ocidente, que viviam em lugares distantes da “civilização” (PEIRANO, 1999). Significa dizer, portanto, que é na aplicação de conhecimentos para a resolução de problemas reais que a ciência antropológica tem conquistado cada vez mais espaço e reconhecimento dentro e fora da academia no Brasil (cf. VÍCTORA, 2004; SILVA, 2008; SCHUCH, 2010; e muitos outros).

- 4º) **Organizações Não-Governamentais (ONGs):** O chamado *terceiro setor* tem apresentado significativo crescimento em todo o mundo, inclusive no Brasil, e também é considerado um indicador do nível de democratização de uma sociedade nacional moderna. No caso brasileiro, são muitas as ONGs, como o ISA (Instituto Socioambiental – www.socioambiental.org) e o CTI (Centro do Trabalho Indigenista – www.trabalhoindigenista.org.br), que têm antropólogos socioculturais em seus quadros. Mas esses profissionais não são chamados apenas por ONGs que trabalham com grupos etnicamente diferenciados em relação à sociedade nacional. Também são requisitados para atuarem com certos segmentos da sociedade brasileira que merecem atenção especial (moradores de rua, dependentes químicos, mulheres vítimas de violência doméstica, portadores do vírus HIV, idosos etc.).
- 5º) **Educação:** Na área da educação formal, a procura por antropólogos socioculturais e arqueólogos tem sido mais direcionada a profissionais com cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), contratados como docentes em instituições públicas e privadas de ensino superior. Neste caso em especial, com a aprovação desta proposta haveria a imediata conexão institucional e orgânica entre a graduação em Antropologia e o PPGAnt na UFGD. Sobre este assunto, em particular, deve-se considerar o crescente aumento pela procura de mestres e doutores para lecionarem disciplinas com conteúdos de Antropologia Sociocultural em diversos cursos de graduação, como nos de Direito e Ciências Sociais, existentes em todo o território nacional.

Embora as universidades públicas e gratuitas não devam ser reféns das demandas do mercado, há que considerar o fato de muitas delas terem aberto novas graduações com a preocupação, desde o início, com seus egressos e com a procura por seus cursos em processos seletivos. Esta preocupação é compreensível diante dos investimentos públicos recebidos do Estado Brasileiro, especialmente em regiões fora dos grandes centros metropolitanos. Todavia, é a excelência acadêmica que dever ser deliberadamente perseguida por estas instituições. É exatamente por este motivo que as demandas aqui elencadas são apresentadas, haja vista a necessidade de justificar por este aspecto pragmático a viabilidade da graduação

articulada em Antropologia Sociocultural e Arqueologia na UFGD. Ademais, esperava-se que parte dos egressos continuasse sua formação em cursos de mestrado e doutorado, isto é, que o curso de graduação seja apenas o primeiro passo em sua vida acadêmica. Daí compreender a importância dos discentes participarem de estágios, pesquisas acadêmicas, atividades de extensão etc.

Conforme verificado no II Fórum de Coordenadores de Graduação em Arqueologia, realizado em Florianópolis, em 2011, muitos são os cursos de bacharelado que têm mantido uma constante demanda em seus processos seletivos para o ingresso de novas turmas de graduação. Este é o caso do que ocorre na UFPI (Universidade Federal do Piauí), onde a adoção do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para esta finalidade tem garantido o ingresso de alunos de várias regiões do país ao curso de Arqueologia oferecido pela instituição na capital do estado, Teresina¹⁶.

No caso da UFGD, constatou-se que em 2011 havia uma crescente posição favorável na comunidade universitária para a adoção, parcial ou total, do SISU (Sistema de Seleção Unificada) no processo seletivo para novas turmas de graduação, como já era feito pela UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). Tal tendência política foi referendada naquele ano pelo conselho universitário, porém à época com a adoção parcial do SISU.

No que se refere ao salário mensal inicial de um graduado em Antropologia Sociocultural e Arqueologia, no setor privado os valores médios variavam entre R\$ 1.200,00 a R\$ 2.500,00, ao menos segundo dados divulgados na Internet até 2011¹⁷. No entanto, devido à falta de arqueólogos no país, não era raro um profissional receber o valor de R\$ 3.000,00 ao mês para trabalhos de gabinete e laboratório. Este montante atingia até uns R\$ 5.000,00 ou mais para trabalhos de campo ligados ao licenciamento ambiental (prospecção e escavação arqueológica, educação patrimonial etc.)¹⁸. No setor público, porém, os valores iniciais eram maiores e podiam chegar a mais de R\$ 5.000,00 ao mês, como ocorria com o salário de antropólogo e arqueólogo no MPF.

Faz-se oportuno ainda salientar que em 12/10/2010, durante a II Jornada de Arqueologia no Cerrado, realizada em Goiânia, na PUC Goiás (Pontifícia Universidade Católica de Goiás), arqueólogos dos

¹⁶ Conforme informação pessoal recebida de Maria Conceição Soares Meneses Lage, em setembro de 2011, durante o XVI Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira e o XVI Congress of the UISPP – Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques.

¹⁷ Informações sobre o assunto foram acessadas em 11/10/2011 nos seguintes endereços disponíveis na Internet: <http://www.vestibular1.com.br/carreiras/09.htm>; <http://www.cursocerto.com.br/index.php?area=guiaprofissoes&sub=detalhe&idProfissao=4>; <http://profissaoemfoco.blogspot.com/2010/05/profissao-do-dia-arqueologia.html>; <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1303&textCode=12310&date=currentDate>; <http://www.coladaweb.com/guia-de-profissoes/antropologo>; <http://www.coladaweb.com/guia-de-profissoes/arqueologo>.

¹⁸ Informação pessoal recebida de Ondemar Dias Júnior, fundador e membro do Instituto de Arqueologia Brasileira (<http://www.arqueologia-iab.com.br/2009/>), sediado no Rio de Janeiro, em outubro de 2010, durante a II Jornada de Arqueologia no Cerrado, realizada em Goiânia, na PUC Goiás.

três estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal aprovaram por unanimidade a *Carta-Manifesto em Apoio ao Desenvolvimento da Arqueologia em Instituições de Ensino Superior Sediadas na Região Centro-Oeste do Brasil*, com cópia enviada a todos os dirigentes de universidades existentes na região. No referido documento consta a manifestação de apoio ao curso de graduação em Arqueologia da PUC Goiás e, também, a chamada de atenção aos dirigentes de instituições de ensino superior sediadas na região “para a necessidade da criação e estruturação de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação para a formação de profissionais de arqueologia na região” (*Carta-Manifesto...*,2010). No entanto, o documento foi desconsiderado no âmbito da UFGD.

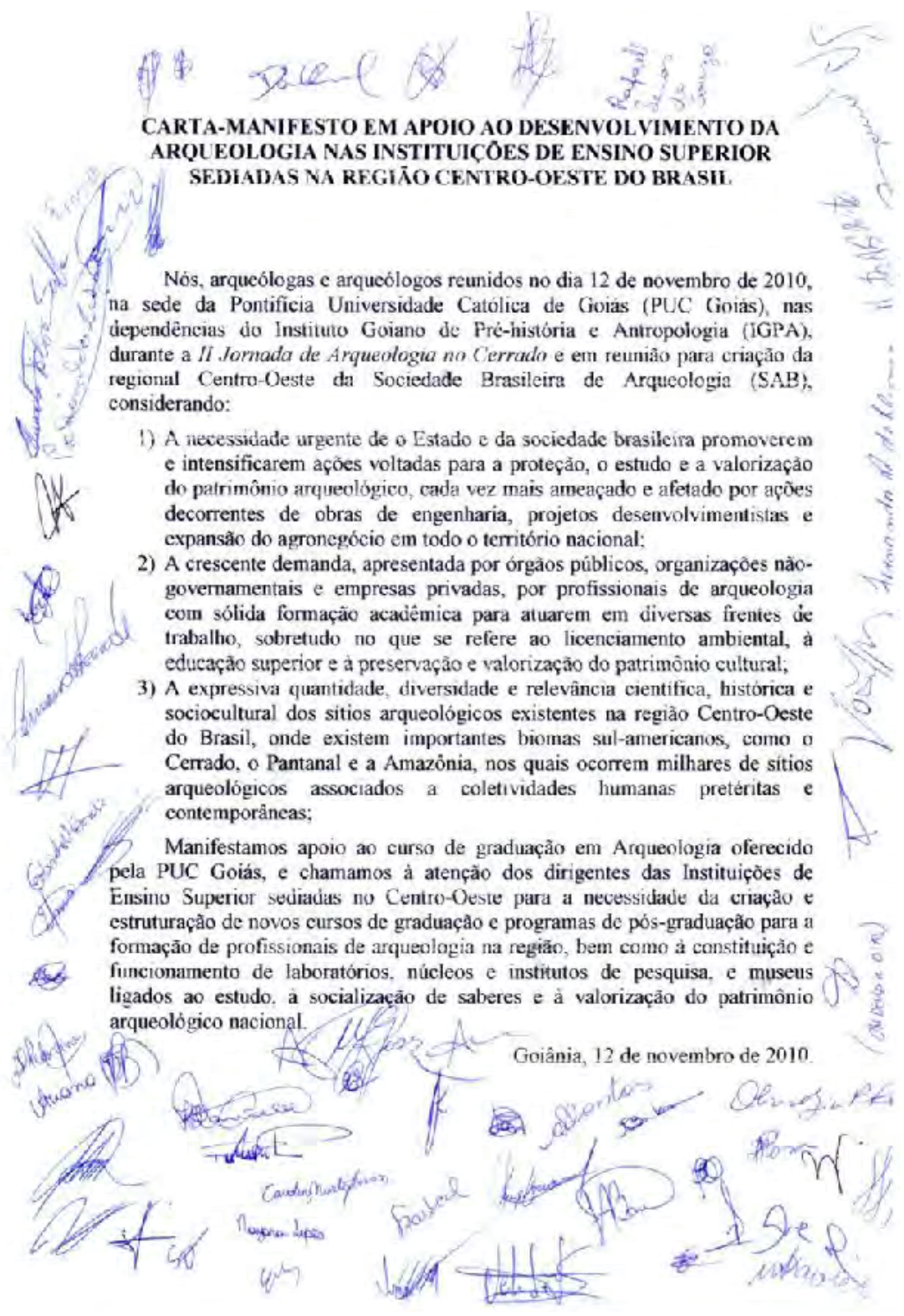


Figura 04: Carta-Manifesto em apoio ao desenvolvimento da Arqueologia nas Instituições de Ensino Superior sediadas na região Centro-Oeste do Brasil, com data de 12 de novembro de 2010.

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

O bacharelado em Antropologia, articulado nos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, teria duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos. Exigiria dedicação parcial dos alunos, a saber: de segunda a sexta-feira no período matutino, vespertino ou noturno, conforme decidido institucionalmente, e sábado nos períodos matutino e vespertino. Poderia ter uma oferta inicial de até 50 vagas por ano. Uma proposta deste nível segue tendências nacionais de aglutinar os campos clássicos da Antropologia, como se verifica no próprio comitê da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES (STEIL e FAUSTO, 2009; MARTINS, 2005) e nas graduações em Antropologia da UFMG e UFPel (BEZERRA, 2008; VARGAS, 2009; FERREIRA e CERQUEIRA, 2009; REITH, 2010; CARLE, 2011; ISNARDIS, 2011).

No caso em tela, a proposta era de haver apenas uma entrada por processo seletivo, sem escolha antecipada por uma ou outra formação específica. Apenas no quarto semestre do curso haveria a escolha prévia por um dos dois campos, Antropologia Sociocultural ou Arqueologia. Eis um exemplo de como poderá ser a caracterização do curso:

- A) Denominação: Bacharelado em Antropologia.
- B) Modalidade: Presencial.
- C) Titulação conferida: “Bacharel em Antropologia, linha de formação em Antropologia Sociocultural” ou “Bacharel em Antropologia, linha de formação em Arqueologia”, como ocorre em outras universidades brasileiras. Esta questão seria definida institucionalmente e de acordo com as normas estabelecidas pelo MEC e adotadas na UFGD.
- D) Duração: mínima de 8 semestres e máxima de 14 semestres.
- E) Carga horária total: em torno de 3.000 horas relativas aos créditos mínimos e cerca de 400 horas de atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão sem a geração de créditos.
- F) Turno: um turno (manhã, tarde ou noite) de segunda a sexta-feira e os dois turnos do período diurno (manhã e tarde) aos sábados.
- G) Regime acadêmico: semestral.
- H) Número de vagas oferecidas anualmente: até 50 vagas.
- I) Forma de ingresso: processo de seleção adotado pela UFGD e outras formas estabelecidas institucionalmente, preferencialmente o SISU.

Na hipótese de a UFGD encontrar dificuldades para credenciar junto ao MEC um curso com essas características – embora isso não tenha sido impeditivo para outras universidades que adotaram este modelo de graduação –, a solução encontrada seria a seguinte: criar dois bacharelados presenciais, um em

Antropologia Sociocultural e outro em Arqueologia, com uma única entrada e igual formação em conjunto por quatro semestres. Somente depois disso haveria o desmembramento em duas graduações ou cursos, em conformidade com a proposta aqui apresentada. Esta situação hipotética, aliás, foi deturpada e usada como argumento contrário à proposta, assim feito por representantes do *establishment* universitário em reuniões para tratar do assunto. Um dos mais fervorosos membros do grupo chegou inclusive a argumentar, em 2012, sem qualquer conhecimento de causa, porém com o poder da fala autorizada, que um curso assim seria inviável. Disso resultou na deliberação por indicar a possibilidade de criação do curso somente para 2017, mas sem a formação em Arqueologia. Como na época estava em processo de redistribuição para a UFPel, cuja decisão também se deu por conta desses embates, não fui àquela reunião e permaneci em silêncio. Assim o fiz na expectativa que outros colegas do PPGAnt tomassem a iniciativa de promover a defesa do projeto, embora avaliasse que a proposta original seria derrotada.

Outra questão explicada, em antecipação a inevitáveis polêmicas internas com sociólogos e cientistas políticos, diz respeito à relação de um bacharelado em Antropologia com o curso de Ciências Sociais da FCH, à época com o bacharelado, criado em 2006, e a licenciatura, aberta posteriormente.

Sobre este assunto, vale a pena explicar que os mais antigos cursos de Ciências Sociais teriam surgido formalmente a partir da década de 1930 no Brasil (FIORELLI SILVA, 2010). Este teria sido o caso do curso criado na USP (Universidade de São Paulo), a mais antiga universidade do país, cuja graduação também recebeu influências de ideias difundidas por membros da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933 e reestruturada a partir de 1999. Todavia, o fato é que os primeiros cursos de Ciências Sociais nasceram em um contexto político marcado por um vigoroso pensamento social que os antecede em várias regiões do país, com repercussões em muitos estudos, articulações internacionais e vinculação a movimentos no âmbito das dinâmicas da sociedade brasileira. Neste cenário, antropólogos também tiveram destacada participação (PACHECO DE OLIVEIRA, 2010).

No caso paulista, a perspectiva inicial estaria ligada à constituição de uma *Intelligentia*, criada a partir de uma formação ampla em ciências humanas e sociais, na qual a Sociologia era percebida como o “carro-chefe” (FERNANDES, 1976; MICELI, 1989; MARTINS, 1998; FIORELLI SILVA, 2010; dentre muitos outros)¹⁹. Posteriormente, esse modelo foi difundido – para mais ou para menos – a outras instituições de ensino superior e chegou a abranger quatro áreas (Antropologia, Ciência Política, Economia e Sociologia). Hoje em dia, contudo, segue sem a Economia e apresenta certa tendência nacional pela busca da autonomia e formação específica para cada uma dessas áreas, especialmente a Antropologia. Não por menos, portanto, a UnB (Universidade de Brasília), que tinha uma única graduação em Ciências Sociais, à época contava com outra em Ciência Política e havia desejos sobre a possibilidade da abertura de um curso de Antropologia,

¹⁹ Ver também “Ciências Sociais” em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%A7ncias_sociais (acessado em 10/10/2011).

segundo informações obtidas durante a 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 2010, na cidade de Belém, Pará.

Quando os cursos de Ciências Sociais foram implantados no país, a preocupação maior parece ter sido para a formação de profissionais que se dedicariam à pesquisa e à educação formal. Mais recentemente, demandas foram oficializadas para o Ensino Médio, as quais recaíram – ainda que sob o descontentamento de antropólogos e cientistas políticos – para a disciplina de Sociologia, conforme estabelece a Lei nº. 11.684, de 2 de junho de 2008.

Vários foram os novos cursos de Antropologia criados e em vias de implantação a partir desta tendência verificada no cenário nacional, cujo assunto foi objeto de discussões em 2005, durante a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Goiânia, e em anos seguintes. Esta tendência atende, pois, a demandas oriundas da forma de estruturação atual das instituições existentes no país, tanto públicas quanto privadas, bem como da própria organização da população nacional e dos espaços conquistados pela Antropologia Sociocultural e Arqueologia nas últimas décadas.

No caso da UFGD, a exemplo do que ocorreu em outras universidades, a proposta não teve o objetivo de inviabilizar o curso de Ciências Sociais, pelo contrário, mas de atender a demandas mais específicas que emergiram nas últimas décadas. Além disso, a ideia central era aprofundar o papel estratégico da instituição em uma região radicalmente multiétnica e multicultural. Isso porque a proposta não foi de a Antropologia Sociocultural deixar de ser membro dessa graduação. A ideia era outra: que fosse uma nova opção de curso de graduação dentro do projeto de expansão da UFGD até a década de 2020, cuja proposta foi ao encontro de tendências nacionais inauguradas desde a década de 1990.

Ademais, foi apontada a possibilidade de buscar entendimentos para que disciplinas em comum nos dois cursos pudessem ser ministradas conjuntamente, tanto as de Antropologia Sociocultural quanto as de Sociologia nas duas graduações. Com isso haveria a maximização dos recursos humanos disponíveis na UFGD, conforme acontecia em outras universidades brasileiras.

Acrescenta-se a isso a relevância da formação de professores graduados no curso de licenciatura em Ciências Sociais, os quais também atendem a demandas para lecionar a disciplina de Sociologia no ensino médio. Registra-se, ainda, que os bacharéis em Ciências Sociais são reconhecidos legalmente como sociólogos, em atenção ao que determina a Lei nº. 6.888, de 10 de dezembro de 1980, mas não reconhecidos como antropólogos pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia), tampouco como arqueólogos pela SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira), ou por alguma lei em vigor no país.

Infelizmente, os argumentos apresentados também não receberam a devida atenção, sobretudo diante de relações políticas e de parentesco que empoderam certas vozes contrárias a este projeto e favoráveis à hegemonia da Sociologia nas Ciências Sociais. Não havia, pois, uma situação de autorização para

propor um curso de Antropologia desse tipo na UFGD. Uma eventual autorização deveria ser expedida pelo *establishment* universitário, a partir de práticas que caracterizavam seu *modus operandi*, conforme apontado à época a partir de uma observação direta feita sobre o grupo:

O grupo usa de vários mecanismos burocráticos e legais para manter-se no poder: 1) assoberba servidores com mais e mais trabalhos ligados ao funcionamento de uma instituição administrativamente pesada, ao invés de torná-la mais leve para favorecer as atividades fins de ensino, pesquisa e extensão; 2) promove o patrulhamento ideológico contra vozes discordantes, não raramente rotuladas de reacionárias, conservadoras, oposicionistas e de direita; 3) cerceia o pensamento crítico quanto às suas ações político-administrativas, imprescindível para o desenvolvimento institucional e a democracia interna; 4) faz acordos para beneficiar aliados políticos, inclusive pessoas oportunistas e carreiristas, criando uma espécie de hipossuficiência política aos não aliados; 5) promove a cooptação de associações e sindicatos de trabalhadores e entidades estudantis, sobretudo de certos dirigentes; 6) exalta a instituição como “a melhor universidade de Mato Grosso do Sul”, denotando ausência de humildade e contradição em relação a dados publicados sobre a graduação e pós-graduação no país; 7) apoia candidato próprio a pleitos eleitorais no município, prova que seu projeto de hegemonia é extramuros; etc. Isso tudo atesta, portanto, que o “establishment” pratica violência social e política para atingir seus propósitos, observada em relações sociais assimétricas que impedem o reconhecimento das vozes discordantes como sujeitos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012b, p.1).

No que se refere às necessidades de contratação de novos professores e investimentos em infraestrutura e equipamentos, a criação do bacharelado em Antropologia traria novas necessidades para a universidade. Algumas delas foram apresentadas na proposta:

- 1ª) **Contratação de docentes para atendimento das novas demandas para ensino de graduação:** o ideal seria algo como pelo menos 4 antropólogos socioculturais, 4 arqueólogos, 1 antropólogo físico, 1 antropólogo linguista e 1 museólogo. Tais contratações deveriam ser graduais durante os quatro primeiros anos de funcionamento do curso.
- 2ª) **Contratação de técnico de nível superior para atuar no ETNOLAB:** profissional com formação em Arqueologia para atender aos trabalhos desenvolvidos junto ao ETNOLAB, inclusive aulas de laboratório voltadas a estudantes de graduação.
- 3ª) **Aquisição de equipamentos para aulas de laboratório e de campo em Arqueologia e Antropologia Física:** 15 lupas binoculares; 1 estação total; 15 aparelhos GPS (Global Position System); 1 aparelho GPR (**Ground Penetrating Radar**) ou outro equipamento semelhante; equipamentos para escavação arqueológica; 4 notebooks; 10 bússolas tipo *bruton*; 10 paquímetros; 4 clinômetros de bolso; 4 máquinas fotográficas digitais com lente cambiável; 15 gravadores digitais; 3 filmadoras digitais; 10 microcomputadores de mesa, sendo dois deles com escâneres de mesa; 1 impressora multifuncional para uso coletivo; etc. Tais equipamentos também poderiam ser de uso compartilhado com outras áreas, como acontece entre os programas de pós-graduação na FCH. Demais necessidades para aquisição de equipamentos seriam elencadas com a participação dos novos docentes contratados pela UFGD, em conformidade com o projeto pedagógico do curso.

4ª) **Adequação e ampliação da estrutura física do ETNOLAB (Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história):** trata-se de uma necessidade para aulas de laboratório nos campos da Arqueologia e Antropologia Física, com uma ampliação mínima em 100m².

5ª) **Investimentos financeiros:** recursos bianuais na ordem de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) para a constituição de um *sítio-escola*, isto é, de aulas práticas durante a escavação de sítios arqueológicos.

Ademais, a graduação aqui proposta também disponibilizaria da infraestrutura existente para o ETNOLAB, bem como o estabelecimento de parcerias com o curso de Geografia, especialmente no que se refere às interfaces entre Arqueologia e Geografia Física. Requereria ainda investimentos para a ampliação do acervo bibliográfico disponível na biblioteca central da universidade.

Segue um quadro com sugestão de cronograma para a implantação do curso de Antropologia, articulado nos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia.

Ano	Contratação de Docentes e técnico de nível superior	Adequação e ampliação do ETNOLAB	Aquisição de Equipamentos e Livros
1º	2 antropólogos socioculturais; 1 antropólogo físico; 1 antropólogo linguista; 2 arqueólogos.		Ampliação do acervo bibliográfico para os campos de Antropologia Sociocultural e Arqueologia na biblioteca central da UFGD, o que demandará em investimentos contínuos e anuais desde a abertura do curso.
2º	1 antropólogo sociocultural; 1 arqueólogo; 1 museólogo; 1 arqueólogo para atuar como técnico de nível superior no ETNOLAB.	Adequação e ampliação da estrutura física do ETNOLAB para aulas de laboratório nos campos da Arqueologia e Antropologia Física, com uma ampliação mínima em 100m ² .	15 lupas binoculares; 1 estação total; 15 aparelhos GPS; Equipamentos para escavação arqueológica (peneiras, colheres de pedreiro, pincéis, sacos plásticos, baldes etc.); 2 notebooks; 5 bússolas tipo <i>bruton</i> ; 5 paquímetros digitais; 2 clinômetros de bolso; 2 máquinas fotográficas digitais com lente cambiável; 8 gravadores digitais;

			2 filmadoras digitais; 5 microcomputadores de mesa; 2 escâneres de mesa; 1 impressora multifuncional para uso coletivo.
3º	1 antropólogo sociocultural; 1 arqueólogo.	Realização de sítio-escola.	2 notebooks; 5 bússolas tipo <i>bruton</i> ; 2 clinômetros de bolso; 2 máquinas fotográficas digitais com lente cambiável; 5 paquímetros digitais; 5 microcomputadores de mesa; 7 gravadores digitais; 1 aparelho GPR (Ground Penetrating Radar) ou outro equipamento semelhante ; 1 filmadora digital. Obs.: investimento na ordem de R\$ 50.000,00 em equipamentos a serem indicados pelos novos docentes do curso.
4º		Realização de sítio-escola e estágio profissionalizante.	

Tabela 01: Sugestão de cronograma de implantação e investimentos na graduação em Antropologia, articulada nos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia.

A julgar pelo apoio que a UFGD vinha recebendo do governo federal nos últimos anos, a presente proposta teria boas chances de obter os investimentos necessários para sua viabilidade, os quais deveriam ser vistos como estratégicos e oportunos para o desenvolvimento sócio-econômico da região onde está inserida.

A graduação em Antropologia ainda poderia ter um importante protagonismo no que se refere à captação de recursos para sua estruturação e funcionamento. Isso poderia ser feito mediante o acionamento de convênios de cooperação que a UFGD mantém com outras instituições, bem como através da prestação de serviços a órgãos públicos e privados. Tais serviços poderiam ser desenvolvidos por meio da FUNAEPE (Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão da UFGD), credenciada pela Portaria Conjunta

SESU/MEC nº. 712, de 26 de maio de 2009, e em conformidade com as normas institucionais estabelecidas sobre o assunto.

Significa dizer que a ideia não era que o curso de graduação em Antropologia fosse voltado para a prestação de serviços a órgãos públicos e empresas privadas, mas que pudesse utilizar desta estratégia para captar recursos e produzir novos conhecimentos, orientados pelo rigor científico, ética, compromisso social, excelência acadêmica e postura crítica frente aos contratos.

Relativo ao início do curso, a implantação da graduação poderia ocorrer rapidamente a depender de entendimentos para a contratação de novos docentes e para a viabilidade de outras necessidades elencadas. Com o corpo docente e infraestrutura disponíveis à época, avaliei que haveria condições objetivas para iniciar a graduação em 2013, através de processo seletivo a ser feito em 2012, ou em outra data próxima a ser acordada, mantendo seu funcionamento por até um ano sem comprometer outras atividades existentes na instituição.

Ademais, haja vista as experiências bem sucedidas acumuladas no PPGAnt, esta proposta chama ainda a atenção para a intensificação, no campo teórico e empírico, das cooperações mantidas entre antropólogos socioculturais, arqueólogos e profissionais de áreas afins, notadamente dos campos de Direito, Educação, Geografia e História na UFGD. Tais cooperações poderiam ainda ser ampliadas para outros campos afins, como a Psicologia e as Relações Internacionais. Para isso bastaria haver entendimentos, articulações e ações que se fizessem necessárias para o desenvolvimento de atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Exemplo: assim como docentes da FADIR (Faculdade de Direito e Relações Internacionais) colaboram organicamente com o PPGAnt na FCH, docentes de uma graduação em Antropologia poderiam cooperar, em reciprocidade, para a criação e estruturação de um Programa de Pós-Graduação em Direito naquela Unidade. Com isso, o ganho imediato seria para a universidade e para a população da região onde está inserida, inclusive com a ruptura de eventuais fronteiras construídas entre esses campos do saber e o aprofundando das interfaces existentes entre alguns deles.

Apesar de haver no país três experiências que vão ao encontro da proposta aqui apresentada, a implantação na UFGD da graduação em Antropologia se daria em observação às realidades regionais e suprarregionais, à missão institucional da universidade e às experiências acumuladas por antropólogos socioculturais e arqueólogos em Mato Grosso do Sul. Sua identidade – a ser construída coletivamente – estaria pautada pelo respeito, defesa e valorização da sociodiversidade (étnica, cultural, política, religiosa, sexual etc.), ao apoio à autonomia dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, imigrantes etc.) e à construção de uma democracia na qual a cidadania seja percebida como forma de se fazer “sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (Demo, 1995, p. 1). Isso

ocorreria por meio de uma sólida formação teórica e técnico-científica, aliada à ética e ao compromisso social, algo que deveria seguir – volto a repetir – orientações voltadas para a excelência acadêmica.

No âmbito brasileiro e internacional são muitos os exemplos de antropólogos socioculturais e arqueólogos engajados nesta perspectiva (CARVALHO *et al.*, 2009), cuja relação de nomes não caberia neste artigo. E mesmo que o quisesse e tentasse fazer, certamente cometeria a indelicadeza de não mencionar muitos protagonistas dessa exitosa história.

Apenas para fazer uma pequena e necessária digressão reflexiva a respeito do perfil de uma graduação deste tipo em Mato Grosso do Sul, penso que a originalidade da proposta estaria no investimento em eixos de formação comum entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia. Um desses eixos seria a preocupação crucial com o tema território, em atenção, inclusive, às relações sociais observáveis em artefatos, paisagens humanizadas e todo tipo de evidência material relativa à presença humana em espaços construídos social e culturalmente em historicidades particulares. O curso estaria, portanto, também voltado à preparação dos graduandos para trabalhos aplicados, como a produção de laudos e processos de patrimonialização. Esta preocupação está ausente ou são secundárias em certas graduações em Antropologia, muitas vezes concebidas a partir de um olhar metropolitano sobre modelos supostamente universalistas, por vezes importados acriticamente de países situados no Norte do globo. Uma proposta assim poderia até mesmo atender a demandas regionais e suprarregionais, e atrair estudantes de muitas regiões do Brasil e países vizinhos para a UFGD.

O curso proposto ainda poderia contribuir para a formação de arqueólogos indígenas, algo que – salvo engano – não existia em nenhum país da América Latina. Trata-se, no entanto, de uma preocupação crescente para muitos profissionais da área ao redor do mundo, engajados em ações voltadas para a autonomia dos povos originários, como é o caso de membros do WAC (World Archaeological Congress) (UCKO, 1987)²⁰. Estaria aqui, portanto, mais um eixo do perfil inovador para o curso de Antropologia, sobremaneira para o campo da Arqueologia. Igual preocupação poderia ser estendida para a formação de antropólogos indígenas, algo que já acontece no Brasil e em muitos países das Américas. Para um propósito assim, seria bem-vinda a adoção de cotas étnicorraciais ao processo seletivo da UFGD, fortalecida com políticas de permanência a estudantes com baixa renda financeira.

Além disso, a Arqueologia Pública, modalidade ligada à relação da Arqueologia com o público em geral, poderia contribuir para a preservação e a valorização do patrimônio cultural material existente no estado e adjacências. Também poderia servir para a desconstrução de estereótipos colonialistas e preconceitos étnicorraciais existentes sobre povos e comunidades tradicionais, os quais perpetuam situações de dominação e violação de direitos que marcam o colonialismo na região e em outras partes do

²⁰ Ver <http://www.worldarchaeologicalcongress.org/>.

Brasil e das Américas (GONZÁLEZ CASANOVA, 1963, 2006; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978 [1966]; EREMITES DE OLIVEIRA, 2005; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2010).

Enfim, o que propus na UFGD – e aqui apresento novamente – não é algo inatingível ou inexecutável no contexto brasileiro e institucional, pelo contrário. Trata-se da apresentação de um conjunto de ideias que vão ao encontro de reflexões individuais e coletivas iniciadas anos atrás. Estão voltadas para a implantação de um inovador curso de graduação em Antropologia na UFGD, estratégica e solidamente articulado nos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia.

CONCLUSÃO

As reflexões aqui propostas estão em consonância com a constatação de que nas últimas décadas houve um expressivo desenvolvimento da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia no Brasil. Esta situação também decorre, dentre outros fatores, do aumento da demanda por profissionais oriundos desses dois campos da Antropologia, em um contexto sócio-histórico e político marcado pelo fim do regime militar (1964-1985) e a retomada do processo de (re) democratização do país. Exemplo disso é a recente realização de concursos em órgãos do Estado Brasileiro (FUNAI, MPF, IPHAN, universidades, prefeituras municipais, governos estaduais etc.), com vistas a atender demandas das mais variadas.

Neste sentido, as discussões sobre a ampliação do número de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* na UFGD deveriam ser feitas, pois, no campo das ideias e de maneira transparente e democrática, com o devido tempo para o amadurecimento das propostas e a tomada de decisões. Este foi o tom inicial e formal dos debates ocorridos na tarde do dia 06/10/2011, no anfiteatro da Unidade II da UFGD, ocasião em que o reitor da Instituição (re) inaugurou a *Pauta para discussão sobre expansão e avaliação acadêmica da UFGD*. Dela constava o item de nº. 7, relativo à “Organização dos cursos com duas ou mais habilitações/graus”. O mesmo tom cordial prevaleceu nas discussões realizadas na manhã do dia 04/11/2011, quando o referido reitor discutiu o assunto com membros da comunidade universitária. No entanto, não foi isso o observado nos posteriores debates sobre o assunto na FCH, cujos desdobramentos foram outros.

Decisões desse nível deveriam ser tomadas a partir do exame criterioso de propostas formuladas com consistência, resultado de profícuos, profundos, sérios e abertos debates sobre o assunto, com ampla participação de docentes, discentes e técnicos administrativos. Foi com este propósito que o presente estudo foi elaborado e apresentado inicialmente à comunidade universitária da UFGD. Para isso, a instituição tinha mantido o princípio de assegurar um amplo debate sobre seu futuro, inclusive com segmentos da sociedade organizada e talvez até a contar com eventuais consultorias *ad hoc* que se fizessem necessárias. Na prática, contudo, isso não aconteceu. Se fosse dessa maneira, tornar-se-ia cada vez mais

uma universidade democrática e determinante para o desenvolvimento econômico e social da região onde está inserida, o estado de Mato Grosso do Sul, e para o próprio MERCOSUL.

No caso específico desta proposta de criação da graduação em Antropologia, articulada em torno da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, defendo a tese de que ela ainda é viável, oportuna e estratégica para a consolidação e aprofundamento do projeto institucional da UFGD e para o desenvolvimento sócio-econômico da região onde está inserida. Poderia até ser encampada por uma ou mais faculdades existentes na instituição, notadamente a Faculdade de Ciências Humanas (FCH), a Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) e até mesmo a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). Neste caso, as discussões sobre o papel estratégico da UFGD e seu projeto institucional deveriam prevalecer sobre posições aereacentristas e provincianas de todo tipo, as quais dificultam o aprofundamento dos debates no campo das ideias.

No mais, à época o autor do presente artigo e a Coordenadoria do PPGAnt colocaram-se à disposição da comunidade universitária da UFGD, bem como de outras instituições, para os esclarecimentos e discussões que se fizerem necessárias sobre a presente proposta, os quais não lhes foram apresentados formalmente.

Por fim, o projeto original terminou por não ser aprovado internamente, motivo pelo qual a Arqueologia havia sido relegada, na melhor das hipóteses, a um papel de menor importância na instituição. A decisão tomada também prejudica a consolidação e o crescimento do próprio PPGAnt, dificultando a (re) aproximação entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia na universidade. Diante deste cenário, restou-me pedir redistribuição para outra universidade federal, onde pudesse continuar a trabalhar como antropólogo sociocultural e arqueólogo.

Com este texto, portanto, respondo aqui, de maneira objetiva e sucinta, o que muitos colegas têm me perguntado ao longo do ano de 2013 e até em meados de 2014, a respeito dos motivos que me levaram, como docente e pesquisador natural de Mato Grosso do Sul, a ir trabalhar em outra instituição federal de ensino superior, situada em outra unidade da Federação.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus sinceros agradecimentos aos colegas que comigo promoveram reflexões sobre o tema aqui tratado, especialmente os que leram a primeira versão do texto e fizeram críticas e sugestões de grande pertinência para seu amadurecimento. Sem a contribuição deles este artigo não poderia ter sido concluído no presente momento e da forma como foi apresentado ao grande público. Por ordem alfabética, são eles: Andrés Zarankin (UFMG), Arthur Henrique Franco Barcelos (FURG), Cláudio Baptista Carle (UFPe), João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), Lúcio Menezes Ferreira (UFPe), Marcia Bezerra (UFPA), Pedro Ignacio Schmitz (UNISINOS), Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP) e Tania Andrade Lima (Museu Nacional/UFRJ). Somam-se a isso as contribuições apresentadas por colegas da própria UFGD, especialmente do PPGAnt. Não obstante às contribuições recebidas, devo dizer que as ideias que constam no presente artigo são de minha inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÂNGELO, C. *Com pouco controle, a arqueologia vive uma explosão no Brasil*. 2011. Disponível em http://nace.com.br/clipping.asp?id_pub=5812&sec=. Acesso em 26/09/2011.
- ARQUEÓLOGOS estão em falta no mercado depois do PAC. *Folha de S. Paulo*, 14/08/2011. Disponível em <http://www.intercidadania.com.br/noticia.kmf?noticia=12258226&canal=52&total=34388&indice=0>. Acesso em 26/09/2011.
- BALÉE, W. The four-field model of Anthropology in the United States. *Amazônica, Revista de Antropologia*, Belém, n. 1, v. 1, p. 28-53, 2009.
- BARBOSA, M.F. O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), campus de São Raimundo Nonato, PI. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 19-20, 2011.
- BEZERRA, M. Bicho de Nove Cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, n. 21, v. 2, p. 139-154, 2008.
- BOAS, F. *Antropologia cultural*. Tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL – Tribunal de Constas da União. *Cartilha de licenciamento ambiental*. Com colaboração do IBAMA. 2ª ed. Brasília: TCU/4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.
- CABRAL, J.P. Uma história de sucesso: a antropologia brasileira vista de longe. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa/ABA, 2004, p. 249-265.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. A noção de “colonialismo interno” na etnologia. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A sociologia do Brasil Indígena*. Brasília: Editora UNB, 1978 [1966], p.75-82.
- CARLE, C. B. Curso de Arqueologia da Universidade Federal Pelotas – UFPel. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 20-22, 2011.
- CARVALHO, A. V. et al. *Arqueologia, Direito e Democracia*. Erechim-RS: Habilis, 2009.
- CARTA-MANIFESTO em Apoio ao Desenvolvimento da Arqueologia em Instituições de Ensino Superior Sediadas na Região Centro-Oeste do Brasil. Goiânia, 2010.
- A CONVENÇÃO 169 da OIT no Brasil. Disponível em: <http://goo.gl/IFSkRM>. Acesso em 26/09/2011.
- DA MATTA, R. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DEMO, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A Hidrovia Paraguai-Paraná e o patrimônio arqueológico brasileiro: denúncia de um caso de “sofisma”. *Fronteiras*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 47-64, 1997.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: FUNARI, Pedro Paulo A. et al. (Org.). *Identidades, discurso e poder: ensaios em arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, p. 117-132.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowa da Terra Indígena Sucuri'y. *Cultura e Sociedade*, Goiânia, n. 10, v. 1, p. 95-113, 2007.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Sobre a necessidade do trabalho antropológico para o licenciamento ambiental: avaliação dos impactos socioambientais gerados a partir da pavimentação asfáltica da Rodovia MS-384 sobre a comunidade Kaiowa de Ñande Ru Marangatu. *História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 7, p. 1-24, 2010.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A melhor universidade de Mato Grosso do Sul. *Douranews*, Dourados. 08/05/2011. Disponível em <http://www.douranews.com.br/opiniaio/item/16555-%E2%80%9Ca-melhor-universidade-de-mato-grosso-do-sul%E2%80%9D>. Acesso em 25/09/2011.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Democracia e liberdade de expressão no Brasil. *Campo Grande News*, Campo Grande, 17/11/2012a. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/artigos/democracia-e-liberdade-de-expressao-no-brasil>. Acesso em 19/09/2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Um “establishment” universitário na UFGD. *Campo Grande News*, Campo Grande, 18/10/2012b. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/artigos/um-establishment-universitario-na-ufgd>. Acesso em 19/09/2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Pra não dizer que não falei (mais) do “establishment”. *Campo Grande News*, Campo Grande. 30/10/2012c. Disponível em [http://www.campograndenews.com.br/artigos/pr-nao-dizer-que-nao-falei-\(mais\)-do-establishment](http://www.campograndenews.com.br/artigos/pr-nao-dizer-que-nao-falei-(mais)-do-establishment). Acesso em 19/09/2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Tellus*, Campo Grande, n. 12, v. 22, p. 27-48, 2012d.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, Levi M. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, Levi M. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD, 2009.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, Levi M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, R. L. S. et al. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados: Editora UFGD, 2010, p. 185-208.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, L. M. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD, 2012.
- ERIKSEN, T. H.; NIELSEN, F. S. *História da Antropologia*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FARIA, A. R. Antropólogos, a arma secreta das empresas. *Público – Suplemento da Revista Economia*, Lisboa, 17/04/2009, 6p.
- FERNANDES, F. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- FERREIRA, L. M.; CERQUEIRA, Fábio V. A Graduação em Arqueologia na UFPel: um currículo na interface entre Arqueologia e Antropologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 19, p. 79-86, 2009.
- FIORELLI SILVA, I.L.. O ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (Coord.). *Sociologia: Ensino Médio*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, p. 15-44, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, 15)
- FUNARI, P.P.A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 27, v. 2, p. 13-28, 2008.
- FUNARI, P.P.A. et al. Apresentação. In: FUNARI, FUNARI, P.P.A. et al. (Org.). *Identidades, discurso e poder: ensaios em arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, p. 9-10.
- GINGRICH, A. The German-Speaking Countries. Ruptures, Schools, and Nontraditions: Reassessing the History of Sociocultural Anthropology in Germany. In: BARTH, F. et al. *One discipline, four ways: British, German, French, and American Anthropology*. With a foreword by Chris Hann. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 59-153.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. *América Latina. Revista del Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales*, México DF, n. 6, v. 3, p. 15-32, 1963.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (umaredefinição). In: BORON, Atílio A. et al. (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 395-419.
- GOMES, M. P. *Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.
- HEILBORN, M.L. Antropologia e saúde: considerações étnicas e conciliação multidisciplinar. In: VICTORA, Ceres et al. (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA/Editora UFF, 2004, p. 57-64.
- ISNARDIS, A. Arqueologia com Antropologia / Antropologia com Arqueologia: o curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 8-10, 2011.

- KNAUTH, D. Implicações éticas da pesquisa antropológica: uma reflexão a partir do caso da Aids. In: VICTORA, Ceres et al. (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA/Editora UFF, 2004, p. 131-150.
- LANGDON, E.J.; GARNELO, Luiza. *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ABA, 2004.
- LARAIA, R. B. *Cultura, um conceito antropológico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- MATO GROSSO DO SUL – Secretaria de Estado de Meio Ambiente. *Manual de Licenciamento Ambiental*. Versão 2. Campo Grande: SEMA/Instituto de Meio Ambiente Pantanal, 2004.
- MARTINS, C.B. (Org.). *Para onde vai a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005.
- MARTINS, J.S. *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1998.
- MICELI, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989.
- MOURA, M.M. *Nascimento da Antropologia Cultural: a obra de Franz Boas*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MÜLLER-PLANTENBERG, C.; AB'SABER, A. N. (Org.). *Previsão de impactos. O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul: experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza. *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ABA, 2004, p. 9-32.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Dos museus para as pós-graduações: Iniciada com as expedições científicas a antropologia no Brasil se especializou no contexto universitário. *Revista de História*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 63, Edição Especial "História da Ciência" 2, p. 70-73, 2010.
- PEIRANO, M.G. S. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Volume 1 – Antropologia*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p. 225-266.
- PENIN, A. et al. O Curso de Bacharelado em Arqueologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 23-26, 2011.
- PIERRO, B. *PAC impulsiona arqueologia no país*. 2011. Disponível em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/pac-impulsiona-arqueologia-no-pais>. Acesso em 26/09/2011.
- PY-DANIEL, A.R. O Curso Superior de Tecnologia em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 10-13, 2011.
- ROMANELLI, C. Caçadores de artefatos perdidos: pesquisas arqueológicas aumentam com estudos de impacto ambiental, mas cerca de 90% do material ainda é destruído. *Revista de História da Biblioteca*

- Nacional*, Rio de Janeiro, n. 61, 2010. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/cacadores-de-artefatos-perdidos>. Acesso em 15/10/2011.
- REITH, F.M. S. (Coord.). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Antropologia*. Pelotas: UFPel, 2010. (não publicado)
- SCABELLO, A. L. M.; FERNANDES DA SILVA, A.S. O Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI). *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 27-29, 2011.
- SCHUCH, P. et al. *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.
- SILVA, G. (Org.). *Antropologia Extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- SILVERMAN, S. The United States. In: BARTH, Fredrik et al. *One discipline, four ways: British, German, French, and American Anthropology*. With a foreword by Chris Hann. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 255-347.
- SPENCER, J. British Social Anthropology: a retrospective. *Annual Reviews of Anthropology*, n. 29, p. 1-24, 2000.
- STEIL, C. A.; FAUSTO, C. *Documento de Área – Antropologia/Arqueologia*. Brasília: CAPES, 2009. (não publicado)
- STOCKING JR., G. (Org.). *A formação da antropologia americana, 1883-1911: antologia (Franz Boas)*. Tradução de Rosaura Maria C. L. Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004.
- THIESEN, B. V.; BARCELOS, A. H. F. O campo não faz o arqueólogo: em defesa da formação de pesquisadores em Arqueologia e o bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 16-18, 2011.
- TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Associação Brasileira de Antropologia, 2004.
- UCKO, P. J. *Academic Freedom and Apartheid: The Story of the World Archeological Congress*. London: Duckworth, 1987.
- VARGAS, E. V. (Coord.). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Antropologia (REUNI)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. (não publicado)
- VIANA, S.A.; RUBIN DE RUBIN, J. C. A Formação em Arqueologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 14-16, 2011.
- VÍCTORA, C. et al. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Editora UFF, 2004.

**A CORPORIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E O TRÂNSITO ENTRE VÍTIMA E
ALGOZ: NOVAS REFLEXÕES A PARTIR DE ETNOGRAFIAS COM
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Tiago Lemões

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412



A CORPORIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E O TRÂNSITO ENTRE VÍTIMA E ALGOZ: NOVAS REFLEXÕES A PARTIR DE ETNOGRAFIAS COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA¹

Tiago Lemões²

Resumo: Desafio-me, neste artigo, a revisitar antigos diários de campo, redigidos ao longo de quatro anos de pesquisa etnográfica com homens e mulheres em situação de rua em Pelotas, RS, valendo-me, neste retorno à experiência etnográfica, da categoria de vítima em sua dimensão socialmente construída. Tal retomada analítica possibilita refletir sobre como os referidos sujeitos apropriam-se da noção de vítima enquanto uma categoria maleável, situacional e relacional, usando-a como recurso performático, narrativo, corporal e biográfico rumo à constituição de vínculos com diferentes sujeitos no espaço público. Com isso, defendo que o discurso do sofrimento, no contexto da população em situação de rua, atua como propulsor de uma “identidade de miseráveis”, uma vez que é acionado no intento de sensibilizar e/ou agradar o senso moral dominante, conformando-se, em decorrência disso, como um agravante dos processos de subjetivação e sujeição em múltiplas dimensões.

Palavras chaves: Vítima, Sofrimento social, População em situação de rua.

Abstract: In this article challenge me revisit field journal, written over four years of ethnographic research with homeless in Pelotas, RS, using, in this return to the ethnographic experience, the victim category in its dimension socially constructed. Such analytical recovery enables reflect on how those persons is appropriated from the notion of victim as a flexible, situational and relational category, using it (in combination with other categories) as performative, narrative, body and biographical resource towards establishment of relationships with different actors of public space and even with state agents and groups of the Third Sector. Thus, I argue that the discourse of suffering in the context of homeless, acts as a propellant "identity miserable" and, as a result, as an aggravating processes of subjectivation and subjection in multiple dimensions.

Keywords: Victim, Social suffering, The homeless population.

¹ Este artigo é uma versão revista e ampliada de monografia final redigida como requisito parcial à conclusão da disciplina de Antropologia e Direitos Humanos, ministrada pelas professoras Cláudia Fonseca e Patrice Schuch, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Agradeço especificamente à minha orientadora, Patrice Schuch, pelas importantes considerações em relação ao texto.

² Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil; mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; e licenciado em História pela mesma universidade. As experiências etnográficas analisadas neste artigo ocorreram entre 2008 e 2012, período em que o autor realizou seu TCC e sua dissertação de mestrado, ambas pesquisas sobre a temática da população em situação de rua, orientadas pela profa. Dra. Cláudia Turra Magni. A pesquisa de mestrado foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ANTIGOS DIÁRIOS, NOVOS OLHARES

Desafio-me, neste artigo, a revisitar antigos diários de campo, redigidos ao longo de quatro anos de pesquisa etnográfica com homens e mulheres em situação de rua em Pelotas. Tal retomada, focando em fragmentos de experiências que permitam a constituição de um mosaico etnográfico, apoia-se no arcabouço teórico que possibilita refletir sobre como os referidos interlocutores apropriam-se da noção de vítima enquanto uma categoria maleável, situacional e relacional, usando-a (em associação com outras categorias) como recurso performático, narrativo, corporal e biográfico rumo à constituição de vínculos com diferentes sujeitos do espaço público e mesmo com agentes do Estado e grupos do Terceiro Setor.

Este novo olhar lançado sobre antigas experiências toma como ponto de partida a noção de vítima como uma categoria socialmente construída, relativizada em acordo com o contexto social e os sujeitos envolvidos na trama. Como veremos, a noção de vítima está contida num conjunto argumentativo e performático que também abrange o seu contrário e complementar: o algoz, de modo que os sujeitos transitam entre estas dimensões e também as interconectam em comunicações camaleônicas com a cidade e seus personagens, alterando os tons argumentativos de acordo com os distintos valores e possibilidades de interação.

Contudo, além de refinar a análise com a incorporação da vítima como figura contemporânea (SARTI, 2011) – atentando para o seu caráter relacional e situacional e principalmente para os trânsitos e simultaneidades entre dimensões de vítima e algoz, bem como as diferentes formas de argumentar e expor-se como tal – lanço-me um desafio que não se pretende concluído aqui, mas cuja inquietação pode contribuir para a identificação do fantasma de certas armadilhas etnográficas a que todos nós estamos sujeitos, qual seja, o de superestimar o agenciamento e o protagonismo dos sujeitos de pesquisa (quer porque defendamos suas causas ou porque tenhamos a pretensão de desconstruir estereótipos), ofuscando os processos perversos a que estão submetidos ou têm de se submeter para sempre construir e manter uma imagem de si que deve estar constantemente em harmonia com o que a sociedade estima em termos de valores e comportamentos e também com aquilo que mais a sensibiliza: a dor, o sofrimento inscrito no corpo, a fome, o frio e a “vida familiar estilhaçada” (SILVA e MILITO, 1995).

Ledo engano seria pensar que renego o agenciamento e o protagonismo dos sujeitos que vivem em situação de rua – pelo contrário, trata-se de algo que está, inclusive, bem marcado em meus trabalhos anteriores³. A questão que pretendo apenas abrir para futuros debates está em questionar se a condição de um sujeito concebido como em situação de rua ter de submeter-se constantemente aos valores positivamente ou sensibilizadores não produz efeitos também perversos, quase uma colonização social do pensamento, da ação e da representação – mesmo que todo o esforço em fazê-lo exponha o seu caráter inventivo.

3 LEMÕES, Tiago. A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

A proposta então, que será retomada ao final deste artigo, é a de construir uma visão crítica ancorada entre o agenciamento e os entraves para a agencia ao refletir se o fato de ter que “travestir-se” ou reforçar-se como vítima, algoz, sofredor e, como tal, merecedor da ajuda alheia, não conforma um processo mais abrangente que produz vítimas justamente por tal inserção perversa e relativamente submissa na interface com diferentes personagens.

Assim, permito-me questionar: a demasiada atenção ao protagonismo e aos malabarismos criativos que perpassam boa parte das malhas relacionais dos que se inserem na situação de rua não seria um “tiro no pé” caso não evidencie as experiências diárias e cumulativas de preconceito e discriminação cujo anestésico é justamente este processo argumentativo e performático que supõe o domínio do que o outro valoriza ou de tudo que o sensibiliza, principalmente o sofrimento e a exposição crua da vida e, como último recurso, o próprio corpo como *lócus* da penúria sensibilizadora? Guardemos momentaneamente este questionamento, que será retomado ao final do artigo. Por agora, vejamos mais de perto as questões principais levantadas em minha dissertação para que o leitor aproprie-se do movimento reflexivo que estou propondo.

A FAMÍLIA, A RUA E O AFETO COMO TRÍPLICE ENFOQUE RELATIVIZADOR

Em linhas gerais, o estudo que realizei em minha dissertação problematizou, a partir do método etnográfico, as relações mantidas, criadas e atualizadas por homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas. Para discutir estas relações, a pesquisa estruturou-se sobre um tríplice enfoque: a continuidade das relações familiares no contexto das ruas; as estratégias de construção e manutenção de vínculos com diferentes personagens no espaço público; e os códigos de sociabilidade que orientam a constituição de vínculos entre os pares em situação de rua.

No primeiro enfoque, localizei as relações familiares como parte de um circuito relacional mais amplo, que engloba a rua e os personagens com os quais interagem neste meio. Para tal, os subsídios analíticos foram os relatos e as representações sobre a família, expressos nos discursos e narrativas as quais buscavam justificar o ingresso à vida nas ruas, enfatizando principalmente os usos e sentidos que as relações sociofamiliares continuavam a representar, a despeito de sua fragilidade, na rede de relações tecidas na cidade. A narrativa primordial, que acalentou e deu sentido à inserção no conjunto de práticas e valores próprios à vida das ruas, parecia envolver um discurso que sempre remetia ao núcleo familiar e na maioria das vezes apresentava um conflito, uma perda, uma reorganização de papéis mal sucedida ou a frustração pelo descompasso entre “campo de possibilidades” e expectativas sociais. Mas, quando averiguadas de perto, no calor de suas representações, as conexões familiares apresentaram-se constituídas, ainda que em alguns contextos exibissem-se sob uma configuração particularmente fraturada. O drama familiar, justamente por sua dramatização, revelou uma continuidade temporal, espacial e afetiva.

No segundo enfoque debruçei-me sobre os mecanismos de construção e perpetuação de vínculos com diferentes segmentos sociais no contexto das ruas, considerando a dinâmica das trocas materiais e simbólicas travadas nestas relações. Neste contexto, salientei o caráter inventivo e comunicativo dos interlocutores, em atenção aos mecanismos relacionais que desenvolvem para constituir vínculos de apoio em meio às perversas barreiras simbólicas erigidas contra eles na cidade. Apontei, assim, para o conhecimento tácito de valores, comportamentos e condutas apreciadas por vários interlocutores com os quais interagem. Conhecimento que concede uma habilidade maleável, com a qual as ações e os discursos transformam-se e moldam-se de acordo com as especificidades sociais e ideológicas de grupos e indivíduos. Com esta comunicação camaleônica, edificam um tecido relacional que marca os seus deslocamentos pela cidade. A exemplo dos locais de doação alimentar para homens e mulheres em situação de rua, onde a eficácia e o valor dos vínculos firmados diferenciava-se de acordo com a disposição dos doadores em estabelecer relações de afinidade e afetividade, questões que me reportaram ao diálogo com a teoria da dádiva entre os modernos (GODBOUT, 1998; CAILLÉ, 2002; MARTINS, 2006) no esforço de compreender a dinâmica da circulação de bens materiais e imateriais que circulam e produzem vínculos entre os envolvidos.

Por fim, como terceiro enfoque, analisei os códigos de sociabilidade que estruturavam a formação de grupos em situação de rua e preparavam o terreno para a constituição de vínculos difusos e duradouros entre os pares que compartilhavam da mesma situação cotidianamente. O “compartilhamento de substâncias” ao longo de uma trajetória de rua e uma série de conselhos, demonstrações de ajuda, preocupação e lealdade propiciavam o estabelecimento de relações com nomeações familiares como “tios”, “padrinhos” e “irmãos”. São termos que expressam a intensidade do laço social entre os pares de rua e a forma como desempenham seus papéis na relação. Evocam, outrossim, o valor família, na medida em que são utilizados para expressar as intensidades de suas relações e classificar as pessoas de acordo com a proximidade afetiva e social existente nestas interfaces.

Finalizei o estudo concluindo que alguns estereótipos lançados rumo à essencialização destes grupos foram relativizados ao se demonstrar que: (1) a ruptura dos laços familiares não ocorre efetivamente e os mesmos permanecem sob uma dinâmica de circulação apreendida antes mesmo do ingresso à vida nas ruas; (2) a despeito das forças repressivas que buscam apagá-los do espaço público, estes sujeitos lançam mão de uma série de mecanismos relacionais para a construção de pontos vinculativos com pessoas, grupos e instituições, que, apesar de realçarem a desigualdade e as distâncias socioeconômicas, permitem a circunscrição de um itinerário relacional importante do ponto de vista material e afetivo, e (3) existem códigos de sociabilidade assentados na ajuda e proteção entre os pares de rua, no compartilhamento de bens e na vinculação afetiva, questões que invalidam o argumento comum de que “na rua é cada um por si”.

São constatações que, de fato, permitiram repensar pré-noções arraigadas sobre estes sujeitos que fazem da via pública um espaço de ações, representações e interações vertiginosas e inventivas.

Obviamente, não deixei de referenciar as situações e embates cotidianos que desvelam a negatividade com que esta população é percebida e tratada nas ruas, uma vez que busquei desintegrar as concepções estigmatizantes lançadas sobre estes sujeitos, enfatizando, principalmente, o quanto a experiência de campo implodia com a noção de família desestruturada e de isolamento social, priorizando que, para além de vítimas passivas de um sistema desigual, pessoas em situação de rua fazem do espaço público um universo de relações sociais múltiplas.

A solidificação destas interações são permeadas pelo discurso da adesão aos valores que estruturam os universos de significação dos doadores e anuncia um conjunto de práticas que se justifica, de acordo com Neves (1999, p. 113), por “uma ética de convivialidade que os enquadra como bons pobres, merecedores da interação proposta”. Devem, assim, aceitar a condição de estar sempre se explicando e justificando seus atos no intuito de dar-lhes um sentido trágico, e por isso, condescendentes, como forma de administrar a insensibilidade e a impotência do doador (NEVES, 1999; LEMÕES, 2012).

A afirmação de tal discurso reportou minhas análises para a noção de *viração*, cunhada por Maria Gregori (2000), definida por uma “comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens” (GREGORI, 2000, p.31). Muito mais do que um conjunto de práticas que visem a sobrevivência material, “virar-se” pela cidade abarca um processo comunicativo com uma ampla rede de valores e significados. Foi a partir deste aporte teórico que me permiti pensar estes usos e apropriações das imagens externamente construídas enquanto um processo comunicativo com a cidade, refutando uma perspectiva de simulação ou falsidade, no sentido de que a população de rua valer-se-ia da mentira e do disfarce no objetivo único de angariar bens materiais. O que está em jogo, na *viração*, é o conhecimento de uma ampla rede de significados e valores múltiplos e ambíguos, esparramada pela cidade, cujos padrões de interação sugerem uma negociação da realidade, ajustando-se à comunicação mínima para que reciprocidades possam daí emergir.

Nesse sentido, a *viração* concede protagonismo a sujeitos historicamente apreendidos por uma lógica ambígua: vítimas de uma sociedade desigual e, ao mesmo tempo, criminosos em potencial. Agora, são homens, mulheres e crianças que contam suas trajetórias sofridas para quem possa sensibilizar-se com elas e, para tal, é preciso conhecer a teia de significados (GEERTZ, 1989), sentidos e valores impregnados na sociedade brasileira e que compõem uma imagem sobre os que vivem na “penúria das ruas e da pobreza”.

Agora, que outros debates são possíveis ao oxigenar tal análise lançando mão de reflexões a partir da categoria de vítima em sua relação direta com o imperativo constante de expor o sofrimento, a dor física e moral, o corpo marcado ou a afirmação do merecimento da ajuda alheia, forjado por uma série de superações que possam agradar o senso moral do outro?

Suspeito que seja possível pensar o discurso do sofrimento, no contexto da população em situação de rua, como propulsor de uma identidade de miseráveis (MELLO, 2010) e, em decorrência disso, como um

agravante dos processos de subjetivação e sujeição em múltiplas dimensões (Fassin, 2005), a despeito do seu uso enquanto ferramenta política e estratégia de construção de vínculos no espaço público. Retomemos o que alguns autores, a partir de diferentes bases empíricas, têm a nos dizer sobre as categorias fundamentais a esta discussão para, em seguida, ancorarmos nossas reflexões nas experiências etnográficas a serem revisitadas aqui.

A VÍTIMA, O SOFRIMENTO E O CORPO COMO CATEGORIAS ANALÍTICAS:

A ocorrência da vítima, de alguém que sofre uma agressão física e/ou moral de outrem, não emerge apenas a partir do ato de agredir, ferir, ou violar mas depende dos agentes que concedem sentido e existência social a estes fatos, em contextos diversos e também no campo das lutas políticas por reconhecimento (VECHIOLLI, 2001). Nestes termos, a classificação das pessoas enquanto vítima ou agressor é um processo social e politicamente construído, expresso no esforço de objetivação de determinadas categorias sociais, como vulneráveis e, por isso, passíveis de atenção específica.

Pensando a vítima como figura contemporânea, Cynthia Sarti (2011), a partir de etnografia do atendimento em um hospital de emergências, constatou que o reconhecimento e atenção dispensados aos atos de violência pressupunham um recorte social por gênero e idade, construindo sujeitos vulneráveis, vítimas em potencial e, como tal, foco de uma assistência específica. A problemática a que se detém a autora é o processo de construção social da violência, em que, no caso estudado, a mulher é culturalmente identificada como vítima, por excelência, da violência – a exemplo etnográfico da dispensa do atendimento de um homem jovem que alegara ter sofrido violência sexual na ocasião de um assalto, o que expressa a desconsideração do homem enquanto sujeito passível de vulnerabilidade, respondendo, assim, aos padrões de gênero disseminados na sociedade brasileira. Com este quadro, Sarti (2011) assinala que para analisar a construção da vítima é necessário considerar o agressor e o contexto a partir da qual a violência se manifesta e ganha inteligibilidade.

No campo das lutas políticas, a categoria vítima delinea-se enquanto vetor de negociação frente à institucionalidade, conduzido por ações políticas reivindicatórias. Myriam Jimeno (2010), atentando para a linguagem narrativa do sofrimento e suas implicações na ação pública de uma comunidade indígena colombiana e também na luta pela promulgação da Lei de Vítimas⁴, identificou a categoria vítima, a partir do

4 Inscrita no projeto de lei 157/2007, a Lei de Vítimas, na Colômbia, previa a proteção às vítimas de violação da legislação penal, de normas internacionais de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, engendradas por grupos armados “à margem da lei”. A apresentação do projeto, apresentado pelo senador Juan Fernando Cristo, foi precedida por uma jornada, a Solidariedade para com as vítimas do conflito colombiano, na qual foram escutados diferentes testemunhos sofridos de tragédias, massacres, sequestros, e deslocamentos forçados, fato que expressou o princípio de uma “consciência moral sobre o uso da violência em benefício da política” (JIMENO, 2010, p. 110).

testemunho do sofrimento, como um mediador simbólico entre a experiência subjetiva e generalização social.

Na referida pesquisa, o fundo emocional desta categoria é o que permite a construção de laços de referência identitária entre os que sofreram a violência e a população civil, conformando o que a autora denomina de “comunidades emocionais”, fundadas numa ética do reconhecimento⁵. Assim, no campo político, o mecanismo central da categoria vítima, alocada como uma categoria política, é “o uso de uma linguagem emocional, que relata histórias pessoais, narra detalhes de acontecimentos, assinala agentes do crime, distingue quem é a vítima e quem é o algoz, demanda direitos, tudo cerzido pela identificação emocional da vítima” (JIMENO, 2010, p. 104).

Em termos estratégicos, o sofrimento também inscreve-se numa performance que enuncia publicamente a condição de penúria e miséria no sentido de abrir possibilidades de inserção em determinadas políticas públicas. Em uma etnografia sobre o recadastramento de camelôs em Niterói, Katia Mello (2010) caracterizou os discursos que valorizam o sofrimento e a desconsideração como estratégias de construção de uma imagem de miseráveis, por parte dos camelôs, para cumprirem com as condições de carência necessárias à regularização estatal. Aqui, o sofrimento social reside novamente na construção de identidade coletiva como inserção de sujeitos de direito. Contudo, a autora é categórica ao evidenciar que este processo reforça o perfil de miséria por eles vivido, aprofundando a ordem social vigente no que tange ao conceito de miserabilidade imputado ao pobre, elucidando que “a política de recadastramento não significou a garantia de acesso a um direito social, mas sim um processo de estigmatização de um grupo social específico, ao mesmo tempo em que possibilitou um melhor controle do mesmo pelo Estado” (MELLO, 2010, p. 645).

A partir de um duplo estudo na França sobre a distribuição de recursos a desempregados e sobre a regularização de indocumentados em nome da razão humanitária, Didier Fassin (2005) radicaliza a discussão sobre a dimensão do corpo nas narrativas que constroem mecanismos argumentativos que põem em cena a incorporação da miséria. Defendendo uma antropologia política do corpo, Fassin afirma que o poder se manifesta na carne dos sujeitos, de modo que não seria precipitado falar de uma “incorporación del poder” (p. 202) na medida em que, para suscitar generosidade, é preciso expor um corpo em sofrimento.

Tal corporificação do sofrimento (VICTORA e RUAS-NETO, 2011), em conjunto com um exercício narrativo dramático, que vincula a situação social com as alterações corporais, reporta ao diálogo com as figuras contemporâneas de governo, principalmente do “gobierno de los dominados” (FASSIN, 2005, p. 204)

5 É pertinente assinalar que o sofrimento também pode ser articulado pelo próprio Estado a um mecanismo de construção da identidade nacional, a exemplo da África do Sul no contexto da atuação da Comissão de Verdade e Reconciliação no *pós-apartheid*, em que se verificou uma apropriação e distorção de relatos de sofrimento com o propósito de estabilidade nacional, perpetrado como uma espécie de terapia coletiva da nação, com depoimentos dramáticos televisionados que, com o tempo, foram cada vez mais suprimidos e inscritos numa racionalidade jurídica e burocrática esterilizante. Ver: SAUNDERS, Rebecca. Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a comissão de verdade e reconciliação na África do Sul, *Sur, Rev. int. direitos human.*, São Paulo, v. 5, n. 9, 2008.

para os quais o corpo figura como último recurso, quando todos os outros fundamentos de legitimidade e reconhecimento social se esgotam. Neste quadro em que o corpo é o que dá direitos, Fassin (*op. cit.*) afirma que seus efeitos ultrapassam a imposição de um biopoder para ganhar inteligibilidade nos termos de uma biolegitimidade: o corpo exposto e narrado legitima o reconhecimento e os efeitos disso também são perversos a medida que a ideia que o narrador faz de si mesmo e de sua relação com o mundo social é negativamente afetada.

Os processos nos quais se classificam e identificam vítimas e algozes passam, então, pela linguagem do sofrimento legitimada no e pelo corpo, pela violência narrada, dramatizada e compartilhada em termos de sentidos e significados, o que exige uma atenção especial ao sistema simbólico que traduz esta linguagem, cuja inserção na análise evita uma postura etnocêntrica a medida que afasta a investigação antropológica das tendências organicistas e biomédicas que “objetivam o que não é objetivável” (SARTI, 2011, p. 56). Por isso, tal como recomenda Ceres Vítora e Antônio Ruas-Neto (2011) é necessário entender os diferentes contextos do sofrimento social e explicitar as dinâmicas particulares que os encompassam, tendo em vista que, por tratar-se de uma definição genérica que resiste à definições precisas, suas especificidades contextuais são fundamentais.

O SOFRIMENTO INSCRITO NAS PERFORMANCES E NARRATIVAS

Ao retomar dados etnográficos que, em minha pesquisa, foram tratados a partir da *viração*, entendo que a incorporação, mimetização e teatralização das representações atuam como elemento de troca interativa em que, dependendo do interlocutor, a interação simbólica acionará a condição de algoz ou de vítima. Se há uma força autoritária que os obriga a circular – num impotente esforço em apagá-los da paisagem urbana – tal força sedimenta um nomadismo forçado, ou seja, uma circulação autoritária através da qual é necessário esconder-se ou buscar estratégias negociáveis que permitam uma permanência espacial menos “ofensiva”. Por outro lado – e em decorrência disso – um nomadismo circunscrito e voluntário edifica-se: é aquele marcado pelos pontos focais de ajuda, apoio e sociabilidade, erigidos por diferentes agentes sociais, articulados geralmente em grupos de ação social religiosa. Este circuito delinea um território e fomenta relações de interconhecimento entre a população atendida, além de vincular estes aos agentes do voluntariado.

Tanto nestes espaços quanto nas relações mais informais com diferentes cidadãos que diariamente cruzam seus circuitos relacionais, é que determinados discursos estratégicos são acionados pela população em situação de rua. De fato, estes sujeitos são considerados pelo senso comum como desprovidos de relações familiares, de afeto, de ajuda; pessoas solitárias, abandonadas, frágeis, passivas e impotentes frente às adversidades e, por isso, merecedores de ajuda e caridade. De forma ambígua, também são

avaliados como os algozes de seus “próprios males”, sujeitos desviantes, vagabundos, inadaptáveis ao trabalho e que, por isso, deveriam estar presos por seu “potencial criminoso” e por ameaçarem a ordem pública.

No seio desta ambiguidade, a constante argumentação dos interlocutores de que estão na rua em função dos conflitos familiares conforma a representação lançada sobre eles, por parte da sociedade abrangente, de que a grande causa do fenômeno é a “família desestruturada” que, no contexto de pobreza, produz, em seu interior, a pauperização das vidas e dos corpos mas também constitui seres ameaçadores.

A multiplicidade de interações travadas nas ruas da cidade ganha sentido na maleabilidade com que estes sujeitos deslizam de uma situação para outra, alternando entre discursos e ações performáticas. Certa noite, em companhia de Augusto, um jovem interlocutor, percorri uma das principais avenidas de Pelotas, em sua costumeira movimentação noturna em busca de dinheiro, cigarros ou comida, quando notei suas investidas no diálogo com um motorista prestes a sair de um estacionamento: mudando o tom da voz e as expressões faciais, transpassando tristeza e sofrimento, ele informa ao motorista que precisa de dinheiro para voltar a sua “cidade de origem”. Sem sucesso ou reação do alvo, Augusto imediatamente assume a posição de guardador de carros, dando as coordenadas para a saída do veículo conduzido pelo motorista que, insensível ao seu discurso de forasteiro, concede-lhe, ao final de tudo, apenas um cigarro. Sem fôlego para demais investidas, dada a embriaguez e o pouco movimento da madrugada alta, reingressamos no parque Dom Antônio Zátera, onde estávamos reunidos naquela noite.

Neste mesmo parque, agora em outra ocasião e durante o dia, durante minhas poucas e na maioria das vezes frustradas tentativas de gravar entrevista⁶, percebi que para o pesquisador que pretende registrar a narrativa biográfica estes sujeitos também preparam um discurso performático que se quer dramático e marcador das mazelas que os permitem construir um lugar de vítima, enquanto sujeitos que sofreram desmantelamentos relacionais e que ainda sentem seus efeitos. Na ocasião em que tentava uma entrevista, aproveitando que sempre trazia um gravador no bolso, interpelei um jovem negro, de 29 anos, numa tarde de fevereiro de 2011, quando um pequeno grupo reunira-se no local, para que pudesse contar-me um pouco de sua trajetória de vida, já que ainda não o conhecia entre os demais. Após manifestar com veemência sua desconfiança de que eu era um repórter, Marcos aceita conversar comigo sem gravar e destarte inicia um desfecho dramático calcado no sofrimento da rua, no abandono familiar, na falta de comida e no quanto é desumano dormir nas calçadas, – argumentos que, proferidos em tom de denúncia, impediam qualquer

6 Já no início da pesquisa, percebi que o gravador e o excesso de questionamentos assustavam meus interlocutores. Isso porque a maioria não demonstra aspirações para responder perguntas num contexto instituído, marcado e controlado pela situação de entrevista mediada pelo gravador. Percebi, igualmente, que o silêncio é um bem precioso para quem vive na rua: é altamente recomendável desconfiar de quaisquer questionamentos por demais intrusivos sobre si ou sobre os companheiros. Isso se deve ao fato de que delatar alguém é o estopim para uma série de conflitos com os companheiros de grupo e pode acarretar no corte permanente de relações, além de todas as mazelas advindas do estigma de “cagueta”. Por isso, deve-se sempre manter a desconfiança e cautela diante de questionamentos demasiado insistentes sobre si, alguém ou algum acontecimento. Por tais motivos, decidi abandonar as entrevistas e valer-me somente da observação participante, registrando todas as interações e diálogos em diário de campo.

interpelação de minha parte. Ao fim, nosso diálogo torna-se impossível quando Marcos tem uma crise de choro ao relatar que um de seus clientes da guarda de carros chamou a polícia, alegando ter sido ameaçado caso não pagasse pelo serviço prestado.

Eficácia diferente ocorreu na festa de Natal promovida pela Comunidade Fonte Nova⁷ (CFN) em 2011, destinada à população de baixa renda e em situação de rua. Em meio aos preparativos iniciais para a recepção dos beneficiários, registrei a conversa dos coordenadores sobre uma menina de 14 anos que os enviou uma carta na qual relata ser muito pobre, não ter mãe e querer seguir os estudos, desejo impossibilitado pela carência de calçados, o que fazia com que os colegas de aula a humilhassem. O relato foi suficiente para que os doadores reunissem recursos para comprar o que a garota necessitava, apresentando, contudo, a preocupação com o fato de não saberem se a menina era “caprichosa”, dúvida que foi imediatamente repreendida pela coordenadora do grupo: “onde se viu! tem que dar sem olhar a quem!”.

Tais fragmentos etnográficos nos fazem concordar que a forma de manifestação do sofrimento precisa fazer sentido para o outro (SARTI, 2011), precisa ancorar-se nos sentidos compartilhados que garantem uma eficácia social. As narrativas e as performances que sensibilizam ou tentam sensibilizar o outro perpassam a afirmação das privações, dos sintomas e efeitos destas em diferentes aspectos da vida de quem sofre: a família que abandona ou a distância e a vontade de voltar ao lar, a fome que corrói, o frio que maltrata, a vergonha, o medo a falta de condições mínimas para uma criança estudar. Elementos que conformam um repertório biográfico para as “vítimas da pobreza”, mas que precisam afirmar, comprovar o sofrimento na palavra, nos gestos e no corpo para merecer ajuda alheia.

A CORPORIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E O TRÂNSITO ENTRE VÍTIMA E ALGOZ

Como último recurso para a administração de um discurso por parte dos “dominados” (FASSIN, 2005), o corpo é o terreno onde se articulam as dimensões do pauperismo e as alterações que o afetam e permitem transformar os efeitos perversos em evidências que contam uma história dramática. Na dimensão da corporalidade, então, reside a possibilidade de, por um lado, expor um corpo doente que necessita de cuidados e, de outro, exibir um corpo que supera seus limites, ultrapassa adversidades e certifica uma “boa conduta”.

7 Grupo de fiéis católicos, de orientação carismática, vinculado à catedral São Francisco de Paula, no centro de Pelotas. O grupo, composto por homens e mulheres de classe média, objetiva a evangelização por intermédio do que denominam “atividade social”, mais especificamente denominada de “projeto social obra de misericórdia”, preparando refeições uma vez por semana e distribuindo-as a homens e mulheres em situação de rua e/ou domiciliados de baixa renda.

Uma interlocutora de 53 anos, Maria⁸, relata como construiu um corpo debilitado para conseguir “seus direitos” no atendimento médico: para a confecção de sua carteira de Passe Livre⁹, Maria conta que entrou mancando no consultório médico e, em seguida, atirou-se ao chão, encenando a impossibilidade de caminhar. Há tempos Maria possui complicações no joelho, decorrentes de uma cirurgia mal sucedida, mas para o médico perito ela informou que a perda da cartilagem havia danificado suas articulações e comprometido os movimentos de um dos membros inferiores. Após alguns exames, a interrogação médica permaneceu e o especialista não identifica o problema da ausência da cartilagem. Maria, então, buscando informações sobre os possíveis exames que poderia fazer, adverte o médico: *“Doutor, o senhor estudou na França, fez doutorado, é phd e eu, que não tenho nem o segundo grau completo, vou ter que lhe dizer que o que o senhor tem que fazer é uma ressonância magnética?”*. Contando este episódio em tom completamente jocoso, Maria diz que *“só assim para se conseguir as coisas em nosso país”*.

Ao recuarmos temporalmente na primeira entrevista que realizei com vistas a iniciar o trabalho de campo para a redação de meu TCC¹⁰, é reveladora a forma como Robson, um jovem de 22 anos, negro, contara parte de sua história nas ruas a partir da violência física e suas marcas no corpo. Posicionado na porta de um restaurante central de Pelotas, onde solicitava algumas moedas aos clientes, Robson pontua a herança corporal das ruas, principalmente as deixadas por agressões policiais:

Vivia apanhando de tapa, de soco na cabeça, tenho um derrame cerebral na cabeça. Não pode bater muito na minha cabeça, todo mundo acha que é mentira! Eu tenho um problema na cabeça sim, levei uma paulada na cabeça e, às vezes eu tô, assim, fumando um cigarro e parece que me escurece a vista, mas eu sei que é por causa da dor que eu tenho na cabeça, da paulada que eu levei, sabe? Eles bateram raio-x e falaram que faltou pouco pra me deixar paralisado das pernas. Quase me quebraram a clavícula, o pescoço, me deram uma paulada, fiquei 49 dias sem poder mexer o pescoço, enrolado com uma toalha molhada e hoje eu agradeço a Deus por eu tá bem, a minha família, e a essas pessoas que me ajudam (Entrevista realizada em 20/07/2007).

8 Maria, 50 anos, pele morena, com leves traços indígenas, nasceu em Fortaleza, Ceará, onde completou o segundo grau e quase concluiu licenciatura em pedagogia. Era funcionária pública do estado, atuando como secretária de um diretor administrativo. Casou-se três vezes, sendo que o último marido era europeu e muito ciumento. Tem um filho de 34 anos que mora nos Estados Unidos. Aos 29 anos, saiu de casa devido aos conflitos com o irmão, “que disse pra mãe para escolher entre eu ou ele”. Mary juntou seus pertences e disse à mãe para ficar com os outros filhos, porque “eles tinham carro, dinheiro e eu não tinha muita coisa”. Ninguém imaginava que ela largaria um ótimo emprego para cair na estrada e nunca mais aparecer. De cidade em cidade, de albergue em albergue, Mary passou mais de 20 anos de sua vida, o que lhe dá respaldo para afirmar que conhece “o melhor e o pior albergue do país; a melhor e a pior assistente social”.

9 Benefício concedido pelo Ministério dos Transportes, que permite aos portadores de deficiência viajar gratuitamente para todo o país.

¹⁰ LEMÕES, Tiago. *Comida, religião e reciprocidade: uma etnografia sobre o processo de doação alimentar à população em situação de rua em Pelotas*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Pelotas, 2010.

É com o corpo e com as expressões da dor como herança corporal que Robson narra dramaticamente parte de sua trajetória nas ruas e a compara com a dimensão religiosa e familiar que sugerem uma nova fase em sua vida. É interessante notar que também entre os membros da CFN, que atuam no campo da caridade, a vida de quem vive nas ruas inscreve-se nos corpos: quando comentei com um dos membros religiosos que eu havia confundido mãe e filho que, na verdade, formavam um casal de namorados em busca de comida e roupas na sede da comunidade, o mesmo me tranquilizou dizendo que é normal tal confusão “por causa da rua, que judia muito”.

Nessa visão compartilhada, o corpo dos que vivem nas ruas deforma-se, envelhece precocemente, adoece frequentemente e transfigura os sujeitos possibilitando, assim, uma leitura classificatória de quem vive ou não nas ruas. Tal axioma socialmente disseminado é o terreno fértil no qual floresce a eficácia dos discursos performáticos, sempre apresentados em termos de necessidades vitais (FASSIN, 2005) elaborados pela população em situação de rua como recurso sensibilizador.

Vimos uma primeira possibilidade de uso do corpo como recurso performático e narrativo a partir de sua dramatização e exposição da vida nua e marcada pelas exigências elementares, assim como as agressões sofridas em distintas situações. A segunda possibilidade, que não se descola da primeira, invade o campo do mérito (*Idem*, 2005), quando observa-se que o corpo resiste à decadência, alocando-se nas certificações de empenho em “melhorar”, cuidar de si, da saúde e, principalmente, apresentar boa conduta e higiene física e moral.

Para os sujeitos de meu estudo anterior, os banhos disponibilizados nos pontos de doação, os banheiros do parque e as fontes públicas de água possibilitavam manter um padrão de higiene pessoal. Estar minimamente limpo é fundamental para o sucesso na guarda de carros, pois atenua a agressão visual e olfativa à clientela asséptica que associa limpeza física à limpeza social. Ainda que os dias de chuva sejam lucrativos quando os motoristas compadecem-se com o corpo molhado e trêmulo dos guardadores de carro, é, via de regra, importante escovar os dentes, limpar os calçados, usar desodorante, para dialogar tanto com os valores e representações sobre trabalho e decência, quanto com os preceitos de limpeza e higiene. Embora este processo seja um artifício para facilitar a relação, também traz à tona o caráter desigual da relação, pois é preparado e direcionado para determinadas pessoas que verificam o “alinhamento” e o esforço de seu interlocutor em alcançar a “decência” e, em retribuição, doa roupas, calçados e presentes.

Somam-se às narrativas corporais, as argumentações de que se está frequentando a Igreja, visitando a família ou abandonando o uso de drogas. Neste último ponto, também se afirma que o corpo não está mais em decadência e que o mérito por isso é legítimo. Na catedral São Francisco de Paula, perímetro central de Pelotas, numa noite fria de agosto de 2010, ao acompanhar dois interlocutores, Chinês e Vinil, que trabalhavam guardando carros estacionados pela ocasião da missa, fui envolvido num diálogo de construção estratégica da superação, articulado ao merecimento: Chinês, ao conversar comigo, afirma que

agora não usa mais nenhum tipo de droga, apenas maconha de vez em quando. Vinil, que conhecia-me de pesquisas anteriores, intervém no diálogo e adverte Chinês que de nada adianta ele inventar estórias para mim, pois “esse aí tá ligado na malandragem da rua”. A reação de Chinês foi a mudança de assunto imediata.

As diferentes situações supracitadas e analisadas têm em comum a realocação do sofrimento como recurso cuja eficácia reside no caráter socialmente partilhado do sofrer. Da mesma forma, os esforços narrativos, biográficos e corporais, a partir da ênfase no sofrimento, visam a edificação da figura da vítima sofredora que, embora não inserida num aparato político organizado e reivindicatório, floresce na situacionalidade das interações passíveis de lhe conceder efeitos desejados. Nestes casos, a condição de vítima justifica-se em função de um sistema desigual ou pela impotência diante das adversidades múltiplas que recaem sobre corpos e vidas. Contudo, o deslizamento da dimensão de vítima para a de algoz, o sujeito que revolta-se e ameaça é sugestivo para entendermos os possíveis efeitos perversos advindos da necessidade de constante adequação aos valores do outro.

No seio das redes de relações edificadas na cidade, danificar veículos ou realizar qualquer ato agressivo contra as pessoas com as quais interagem, traz um retorno negativo para os sujeitos em situação de rua. Isso porque a imagem de homem trabalhador, respeitável por “não estar nem pedindo, nem roubando” pode ser manchada, principalmente com as residências dos arredores, cujos moradores frequentemente lhes fornecem alimentação.

A maioria dos interlocutores tem passagem pela polícia e muitos já foram presos, mas ocorre que a administração do crime obedece a uma regra explícita: jamais perpetrá-lo contra pessoas conhecidas e importantes do ponto de vista da rede de ajuda e apoio na cidade. E mais: desvelar explicitamente estes atos ilícitos aos conhecidos que, direta ou indiretamente, lhes asseguram determinados recursos é colocar em risco todo o empenho performático, desandando a paciente construção de representações positivas, estimadas pelos demais cidadãos, e que sustentam os vínculos edificadas.

A vítima, o merecedor de ajuda e amparo, assim como o algoz, o potencial agressor, cruzam-se nas ações e percepções de grupos caritativos sobre a população em situação de rua. Prova disso é o fato de a coordenadora da CFN ter, numa noite de fevereiro de 2009, orientado que eu ficasse até mais tarde na sede da Casa, enquanto alguns beneficiários ainda cortavam o cabelo com outro membro do grupo, para que este não ficasse sozinho com sujeitos que, naquele espaço recebiam ajuda e atenção mas que, nem por isso, deixavam de ser “perigosos”.

É obvio que tal a duplicidade com que são apreendidos nestes espaços não lhes passa imune. Em geral, todo o esforço para forjar “boas imagens” ou reforçar a penúria pretende justamente amenizar ou anestesiar o preconceito estigmatizante que associa pobre, negro e criminoso. É possível entender que, justamente pela consciência disso, a revolta e a ameaça escapam por entre as brechas tensas das performances “benfeitoras”, a exemplo de uma tarde de julho de 2011, em que Márcio, jovem em situação

de rua, revoltara-se contra os agentes do Centro de Referência Especializado em Assistência Social de Pelotas (CREAS), que lhe negaram o lanche como advertência por sua ausência nas oficinas de percussão daquela tarde. Indignado, Márcio anunciou que então voltaria a assaltar e que, quando menos esperassem, tomaria a arma de fogo do segurança na portaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que revisitar os antigos diários de campo faz parte das inquietações que, muitas vezes, uma dissertação de mestrado não abrange. O ímpeto de minhas argumentações direcionou-se, naquele estudo, para a dimensão criativa dos que vivem nas ruas e para a posição de protagonismo que assumiam frente aos discursos que, ora os viam como vítimas desoladas e inertes, ora como potencialmente perigosos, agenciando-os com propriedade conforme diferentes interfaces.

A partir do diálogo com perspectivas teóricas sobre a categoria de vítima e sofrimento social, sugiro que os processos performáticos de construção de si podem ser perversos justamente por serem necessários à interação e ao acesso a determinados bens e relações. Sem a submissão constante aos valores que sensibilizam ou ameaçam (na condição de perigosos), as portas são fechadas e o retorno das forças discriminatórias não cessa de se manifestar nas abordagens policiais, nas expulsões forçadas de todos os espaços públicos ou abandonados onde se agrupam, – como se não fizessem parte da “coisa pública”.

É em relação a este quadro que escancara fronteiras simbólicas estigmatizantes, as quais estes sujeitos esforçam-se em transpor, que arrisco-me em defender que o imperativo constante de expor o sofrimento, a dor física e moral, o corpo marcado ou a afirmação do merecimento da ajuda alheia conforma, em diálogo com Katia Mello (2010) uma identidade de miseráveis que subjetivamente estrutura a forma como a população em situação de rua enxerga-se nos espelhos sociais que lhes disponibilizam. Trata-se de, além de todos os descasos e privações que enfrentam no contexto de desigualdades extremas, serem obrigados a exibir suas mazelas. Tal exibição forçada retorna ao sujeito delineando a forma como se vê na relação com o mundo, o que está em acordo com o que Didier Fassin denominou de duplo processo de subjetivação e sujeição: subjetivação na construção de si como sofredor e sujeição frente ao Estado para o acesso a determinados direitos.

Pelo fato de tal sujeição ser constante para a população em situação de rua, tanto na relação com os órgãos estatais quanto nas interações com grupos caritativos (em que sempre é necessário ser um outro, mas sempre um outro ajustado ao que estimam os cidadãos privilegiados no acesso aos bens sociais fundamentais), “es razonable entonces pensar que la idea que ellas se hacen de sí misma y de su relación con el mundo social se encuentra afectada por ello” (*Idem*, 2005, p. 220).

Assim, sem perder de vista que estas pessoas, a partir de discursos morais que constroem são, de fato, sujeitos políticos – pois produzem e são produzidos por realidades políticas (FASSIN, 2005) – é fundamental que explicitemos os efeitos colaterais da produção destas figuras contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAILLÉ, A. *Antropologia do dom*. O terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FASSIN, D. Governar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes. *Educação*. Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 201 – 226, Maio/Ago. 2005.
- GODBOUT, J. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* . Vol. 13 n. 38. São Paulo, 1998.
- GREGORI, M.F. *Viração*. Experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- JIMENO, M. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, 16 (1): 99-121, 2010.
- LEMÕES, T. *A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- MARTINS, P.H.; CAMPOS, R. B. C. *Polifonia do dom*. Recife: Editora da UFPE, 2006.
- MELLO, K. Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas de segurança do município de Niterói. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 53, n.2, 2010.
- NEVES, D. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Cadernos CRH*, Salvador, n.30/31, 1999.
- SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, 2011.
- SILVA, H.; MILITO, C. *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará: 1995.
- VECHIOLI, V. Políticas de la Memoria y Formas de Clasificación Social. ¿Quiénes son las “Víctimas del Terrorismo de Estado” en la Argentina? In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia (compiladores). *La imposibilidad del Olvido*. Recorridos de la Memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata. Ed. Al Margen. 2001. pág. 83 a 102.
- VÍCTORA, C.; RUAS-NETO, A. Querem matar os 'últimos charruas': sofrimento social e luta dos indígenas que vivem nas cidades. *Revista Antropológicas*, ano 15, vol. 22 (1), p. 37-59, 2011.

Recebido em: 29/12/2013
Aprovado em: 10/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

**UMA PROPOSTA ETNOARQUEOLÓGICA SOBRE A CONCEPÇÃO DO
TERRITÓRIO: OS MBYA GUARANI E O *TEKOA PINDOTY***

Sabrina de Assis Andrade

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



UMA PROPOSTA ETNOARQUEOLÓGICA SOBRE A CONCEPÇÃO DO TERRITÓRIO: OS MBYA GUARANI E O *TEKOA PINDOTY*¹

Sabrina de Assis Andrade²

Resumo: Os grupos indígenas Mbya Guarani possuem um discurso que privilegia seus territórios como sendo lugares compostos de uma série de elementos físicos, econômicos e simbólicos, previamente preparados para que possam viver de acordo com o que prevê sua cultura e tradição. O *Tekoa Pindoty*, nome indígena dado a Terra Indígena Ilha da Cotinga, formado pelas Ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga, no litoral do Estado do Paraná é um dos lugares que possuem estas características. Segundo os Mbya, a escolha deste território se deu pela presença de vestígios de seus ancestrais e pela confirmação de *Nhanderu* (Deus verdadeiro) que ali poderiam viver conforme seus ensinamentos. Desta forma, este artigo busca demonstrar uma discussão sobre o processo de ocupação recente Mbya Guarani no *Tekoa Pindoty*, como eles atribuem este território como um local ideal para que possam viver de acordo com os preceitos estabelecidos por *Nhanderu*, e como se dá a relação entre *teko* e *nhandereko*, que juntos dão vida ao *tekoa*. Outra questão abordada é quanto à relação cosmológicas dos Mbya com o ambiente próximo ao mar, e como as ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga estão presentes na memória indígena. Por fim, serão apresentados alguns conceitos referentes ao uso do espaço por grupos guarani pré-históricos e históricos, e sua correspondência de acordo com os Mbya Guarani contemporâneos.

Palavras chaves: Mbya Guarani, Tekoa Pindoty, Território, Terra Indígena.

Abstract: Mbya Guarani indigenous groups have a discourse that privileges their territories as places composed of a series of physical, economic and symbolic elements, previously prepared for them to live according to what predicts their culture and tradition. The *Tekoa Pindoty*, indigenous name given to Indigenous Cotinga Island, formed by Islands Cotinga and Rasa Cotinga Island, off the coast of Paraná is one on the places that have these characteristics. According to Mbya, the choice of this area was given by the presence of traces of their ancestors and by the confirmations of *Nhanderu* (true God) that they could live according to his teachings in this place. Thus, this article seeks to demonstrate a discussion of the process of the recent occupation Mbya Guarani in the *Tekoa Pindoty*, as they attribute the area as an ideal place for them to live according to the precepts established by *Nhanderu*, and how is the relationship between *teko* and *nhandereko*, which together give life to *tekoa*. Another question discussed is how much of Mbya cosmological relationship with the environment near the ocean, and how the islands Cotinga and Rasa Cotinga Island and are present in the native memory. Finally, some concepts related to the use of space by Guarani prehistoric and historic groups, and their correspondence in accordance with contemporary Mbya Guarani will be presented.

Keywords: Territory, Mbya Guarani, Tekoa Pindoty, Indigenous Land.

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado “Etnoarqueologia Mbya Guarani no Tekoa Pindoty (Ilha da Cotinga), litoral do Estado do Paraná”, defendida no departamento de Antropologia Social na Universidade Federal do Paraná. Pesquisa realizada com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil; sob orientação do prof. Dr. Laércio Loyola Brochier.

² Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

INTRODUÇÃO

Questões relativas à ideia de território e uso do espaço são frequentes nas pesquisas arqueológicas. Na região sul do Brasil, autores como Noelli (1993), Soares (1996) e Milheira (2010) tem se dedicado a compreender os processos de ocupação territorial entre grupos Guarani pretéritos numa abordagem nitidamente arqueológica, comprovando o potencial de pesquisas dos sítios nesta região. Porém, são incipientes os trabalhos que abordam estes conceitos do ponto de vista nativo contemporâneo e que considere as particularidades de cada grupo e suas intrínsecas relações simbólicas com o ambiente. Pensando neste viés, buscou-se neste trabalho, o qual foi realizado através de uma abordagem etnoarqueológica, compreender o significado atribuído ao sentido da palavra território numa concepção nativa Mbya Guarani. Para tanto, realizou-se um estudo na Terra Indígena Ilha da Cotinga, a qual será aqui chamada de *Tekoa Pindoty*, respeitando a concepção nativa presente na simbologia do nome.

O *Tekoa Pindoty* é formado pelas Ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga e foi oficialmente homologada como Terra Indígena em 16 de Maio de 1994. A demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI é caracterizada como de posse tradicional indígena, pertencente ao grupo étnico Mbya Guarani. As ilhas estão localizadas a 2 km a leste do município de Paranaguá, em frente à foz do Rio Itiberê, faixa litorânea paranaense, localizada a leste da Serra do Mar, abrangendo a planície litorânea e a zona montanhosa (FIGURA 01).

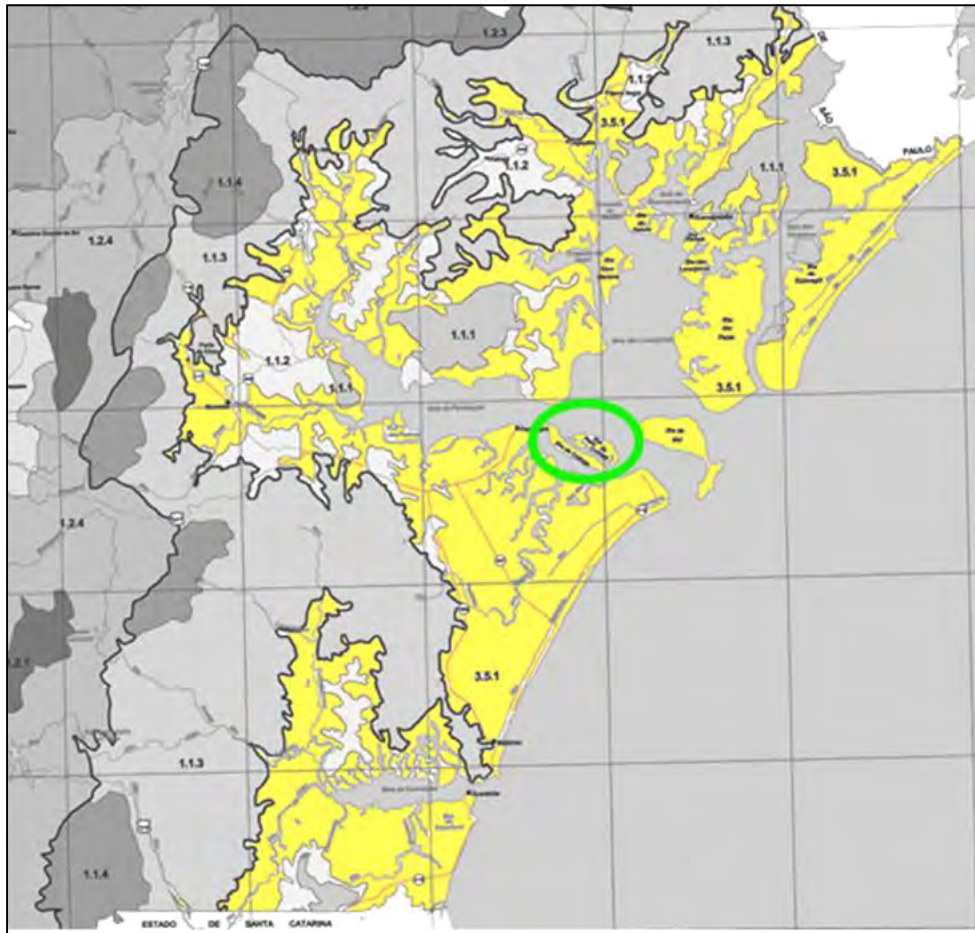


Figura 01: Mapa de inserção do *Tekoa Pindoty* (circulo em verde) na planície costeira do litoral paranaense (amarelo) e depósitos continentais/serrarias da serra do mar (cinzas).

Levantamentos arqueológicos, estudos etnohistóricos e etnográficos realizados durante o presente estudo, constataram que as ilhas possuem sítios e vestígios histórico-arqueológicos (ex. sambaquis, cerâmicas e louças históricas, ruínas de alvenaria de pedra, gravações nas pedras, etc., porém nenhum deles associados à cultura ceramista pré-histórica ou histórica), muitos dos quais dispostos nas áreas das atuais moradias dos Mbya, nos locais de abandono temporário e nas vias de circulação. A ocupação recente Mbya nas ilhas se deu, em meados da década de 1970, sendo esta atribuída à presença de vestígios de seus ancestrais, e da confirmação de *Nhanderu* (Deus verdadeiro) de que ali poderiam viver conforme a cultura e tradição indígena, pois de acordo com o discurso nativo, o local abriga elementos físicos, econômicos e simbólicos indispensáveis neste processo de escolha de um território.

A afirmação Mbya de que o *Tekoa Pindoty* guarda vestígios de seus ancestrais, demonstra as relações cosmológicas que envolvem: paisagem, cultura material e imaterial, assim, como as demais coisas que compõem o cosmo Mbya, num processo em que cada qual possui sua própria agência e juntos dão sentido e continuidade à tradição indígena, sendo este um local adequado para desenvolver o modo ideal de ser Mbya Guarani.

Desta forma, este artigo busca demonstrar uma discussão sobre o processo de ocupação recente Mbya Guarani nas Ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga, como eles atribuem este território como um local ideal para que possam viver de acordo com os preceitos estabelecidos por *Nhanderu*, e como se dá a relação entre *teko* e *nhandereko*, que juntos dão vida ao *tekoa*. Outra questão abordada é quanto à relação cosmológicas dos Mbya com o ambiente próximo ao mar, e como as ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga estão presentes na memória indígena. Por fim, serão apresentados alguns conceitos do uso do espaço guarani entre grupos pretéritos e suas correspondências de acordo com os Mbya Guarani contemporâneos.

OCUPAÇÃO RECENTE MBYA GUARANI NAS ILHAS COTINGA E RASA DA COTINGA

O *Tekoa Pindoty*, nome Mbya Guarani dado à Terra Indígena Ilha da Cotinga, significa terra de muitos coqueiros e, devido à presença de características ambientais, culturais e simbólicas, foi o local escolhido na década de 1970, para abrigar um núcleo familiar indígena que reconhece neste espaço o local adequado para desenvolver o modo ideal de ser Mbya Guarani.

Para os Mbya, lugares como o *Tekoa Pindoty* são destinados por *Nhanderu* e, entre outras características, apresentam boas terras para o plantio, assim como acessibilidade à água. De acordo com Bonamigo (2009) o primeiro casal que chegou a Ilha da Cotinga, em 1977, foi Salvador e Zoberata da Silva, eles teriam partido de Peperi-Guaçu (Misiones/Argentina), passando por Chapecozinho, área indígena localizada em Xanxerê/SC. Depois deste primeiro grupo, mais sete famílias vieram de Ibirama/SC e se instalaram na ilha.

Segundo João da Silva (filho de Salvador e Zoberata) citado por Parcionik (1991 *apud* BONAMIGO, 2009, p. 94), em Santa Catarina, eles moravam no mesmo território dos índios Kaigangues e Xoklengs, e não estando satisfeitos com aquele local saíram em procura de um espaço sossegado no qual pudessem ver os vestígios dos ancestrais e as manifestações de *Nhanderu*, e que não estivessem tão próximos dos não-índios. Assim, ao chegar na Cotinga, explica João da Silva “*minha mãe veio primeiro. Gostou. Chamou os filhos. Disse que aqui em cima quase não vê ninguém, não temos incomodação. Vivemos felizes. Temos o que queremos, temos paz*”.

O Mbya Sebastião da Silva³, 94 anos, morador da Ilha da Cotinga desde a década de 1970 difere em partes do relato de João da Silva. Segundo Sebastião, esta ocupação se deu da seguinte forma:

A primeira vez que fizeram moradia aqui, foi meu tio, Hilário é que chama ele, mas já faz muitos anos que ele saiu daqui e foi lá pra Barragem. Ele saiu e depois veio outra turma morar aqui, era meu sobrinho, João da Silva, depois quando ele saiu, nós chegamos aqui de novo, veio primeiro, minha filha Isolina e eu quatro anos mais tarde.

³ João da Silva é um senhor Mbya Guarani, foi um dos informantes no processo da pesquisa de campo deste trabalho.

Independente de quem foi o primeiro Mbya a chegar na Cotinga, o fato é que todos fazem parte de uma mesma família, sendo que alguns moram na ilha até os dias de hoje.

Quanto à organização social entre os Mbya Guarani contemporâneos, há algumas funções representadas na comunidade, como é o caso do cacique e do pajé. O cacique tem o papel de estabelecer uma organização social entre os membros do grupo, ao mesmo tempo, que é responsável pelas relações externas que envolvem os diálogos com a sociedade envolvente, já o pajé é responsável pelas questões referentes aos aspectos espirituais dos indígenas, além de ser a pessoa que conhece os processos de cura dos males de alma e do corpo Mbya.

Estas funções sociais não são estáticas e mudam de acordo com diversas situações, sobretudo quando há a mudança de alguns indígenas para outras comunidades. Assim, depois que o grupo se instalou na ilha, na década de 1970, tiveram como primeiro cacique e pajé o Mbya Hilário, que ao ir embora foi substituído por João da Silva. Com o passar dos anos e o aumento populacional da ilha, estas funções foram desmembradas, e em 2003 a função de primeiro pajé ficou a cargo de Cristino, e a Faustino a função de segundo pajé; e Jair (filho mais velho de Cristino) assumiu a função de cacique, o qual mais tarde foi substituído por Nilo (filho mais novo de Cristino); nesta data também, a comunidade contava com um professor, o Mbya Dionísio (BONAMIGO, 2009, p. 94). Mais recentemente, devido à mudança de parte dos Mbya da ilha da Cotinga para outras comunidades, houve uma inversão de alguns papéis sociais, Cristino responde junto com Dionísio pela função de cacique, o primeiro com responsabilidades mais internas e o segundo responde pelos assuntos externos à comunidade, e a função de pajé hoje em dia é exercida pela Mbya Isolina.

A partir de 1984 foram realizados levantamentos esporádicos do número populacional dos Mbya do *Tekoa Pindoty* (OLIVEIRA, 1984; OLIVEIRA, SUNDFELD e CAIANA, 1984; COSTA, 1986; SILVA, 1986; MATEEI, 1987; SARAIVA, 1987; BONAMIGO, 2009), e mais recentemente, no ano de 2013, para fins deste estudo (esse levantamento teve a ajuda de dados levantados recentemente por funcionários do posto de saúde e da escola do *Tekoa Pindoty*).

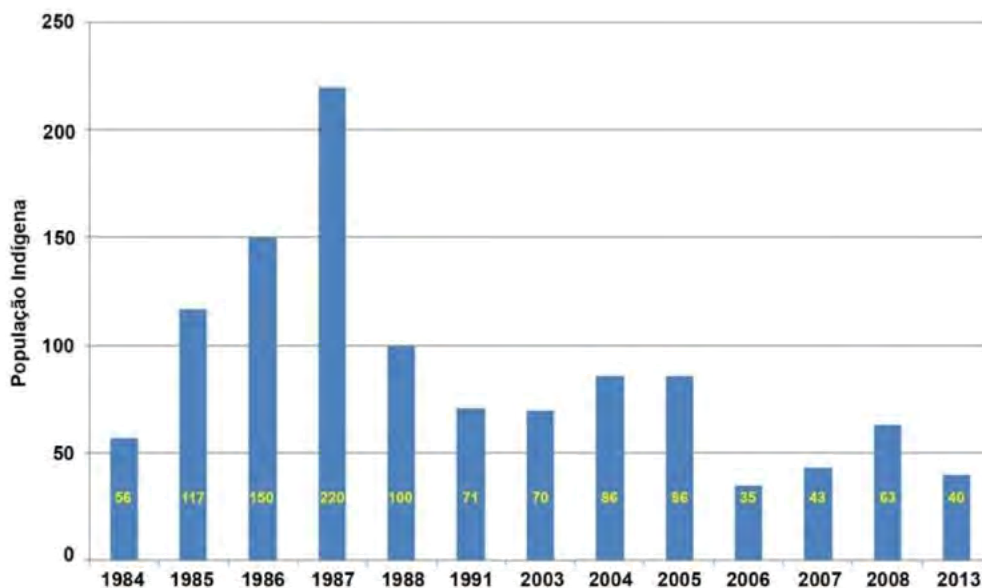


Figura 02: Gráfico indicando a variação observada no número de habitantes indígenas no *Tekoa Pindoty* entre os anos de 1984 e 2013.

No ano de 1988 houve uma baixa populacional na TI, de acordo com Cristino (BONAMIGO, 2009, p. 102) derivado talvez pela dificuldade de plantio devido à terra arenosa, ou porque a terra era pouca para muita gente, ou mesmo pela escassez de água. O fato é que esta baixa populacional se concretizou, devido a uma mobilização, que se deu depois do convite feito por um parente a João da Silva para ocuparem um território indígena em Bracui/RJ.

Desde 1983, estava em andamento o processo de desapropriação de uma área de 700 ha em Bracui/RJ. Lá morava um parente de João da Silva, o Aparício. Este queria sair do local, porque seu pai, Argemiro da Silva, havia falecido vítima de atropelamento em 1984. Então convidou João da Silva para conhecer a área. Segundo Aparício *“aqui morava pouco índio, só minha família, então mandei chamar meu tio, cacique João e a comunidade dele, para ocupar toda esta terra. Se não fosse assim, o branco tomava tudo, nós ficaríamos novamente sem nada”* (LITAIFF, 1996, p. 52 *apud* BONAMIGO, 2009, p. 103).

Questionado sobre os motivos do constante fluxo indígena do *Tekoa Pindoty* para outras comunidades, Sebastião da Silva diz que devido à dificuldade de acesso para o continente, muitos Mbya preferem morar em comunidades mais próximas das cidades, já que principalmente os mais jovens estão cada vez mais socializados com a sociedade envolvente.

A observação acima pode responder a aparente tendência observada nos últimos anos, sobre a baixa média populacional no *Tekoa Pindoty*. No entanto, segundo os próprios Mbya, esse quadro tende a se reverter, devido à realização de recentes melhorias, como a instalação de placas solares para a obtenção de energia elétrica e a construção de uma escola que deve atender para além da alfabetização escolar.

TERRITÓRIO DESTINADO POR *NHANDERU*: O *TEKOA PINDOTY*

Segundo Maria Inês Ladeira (2008) os indígenas possuem regras, costumes e tradições, dos quais participam todo o conjunto de sua sociedade, formando complexos regionais, e se pensando enquanto instituição que se organiza social, política e economicamente dentro de uma configuração espacial que envolve todas as partes do seu mundo, onde é preciso movimentar-se para conservá-lo.

Para entender o significado que os Mbya atribuem ao *Tekoa Pindoty*, é necessário primeiramente pensá-lo como parte de um território mais amplo, caracterizado pelas relações entre diversos núcleos familiares e depois compreender como se dá a relação entre as coisas que compõe este espaço físico e o emaranhado de significados cosmológicos que juntos formam um *Tekoa*.

Segundo Ladeira (1990, 2007, 2008), este complexo regional que forma este amplo território Mbya Guarani, no qual o *Tekoa Pindoty* está inserido, se dá numa abrangência espacial ampla e não contínua, compreendendo parte do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Segundo Cláudio Baptista Carle (2011, p. 51) citando Montoya (1976), este amplo território é chamado de *Tekoa Guaçu* e é identificado pelos indígenas como território e patrimônio de seu povo.

A comunicação estabelecida entre os diversos grupos do *Tekoa Guaçu* se dá, através da mobilidade que ocorre por diversos motivos, entre eles: conquista de novos territórios preparados por *Nhanderu*; conquista de novos territórios devido à pressão populacional; motivação gerada por conflitos internos ou com outros grupos indígenas; visita de trocas entre parentes e amigos; morte; migrações religiosas, entre outros (LADEIRA, 2008; BONAMIGO, 2009).

A mobilidade Mbya Guarani é uma temática bastante discutida, a maior parte dos autores lida com o tema discursando sobre as migrações religiosas, sobretudo, ao relacionar estas andanças com a busca da Terra Sem Mal⁴, “no que diz respeito aos Mbya, os estudos que direta ou indiretamente tem abordado a questão dos deslocamentos espaciais tem priorizado as migrações centradas, geralmente, na busca da Terra Sem Males” (GARLET e ASSIS, 2009, p. 59). A ideia do deslocamento em busca dessa terra mitológica revela uma relação especial entre os guarani e o litoral. De acordo com Hélène Clastres (1978) a razão que os atraía ao litoral era a reputação de fertilidade e abundância deste local. Isto pode ser interpretado de duas maneiras diferentes, que, aliás, não se excluem em absoluto:

⁴ Terra Sem Mal ou *Ivy Marã Eï* diz respeito a uma terra sagrada preparada por *Nhanderu* para os Guarani. Em tempos pretéritos os indígenas realizavam migrações no sentido oeste\leste em busca desta terra. Assim estabelecer moradias próximas ao mar, sobretudo nas ilhas, era a possibilidade de estar mais próximo desta terra que se encontra para além das águas. Estas migrações eram geralmente dirigidas por líderes espirituais, as quais poderiam revelar pontos de parada e lugares para os indígenas formarem seus *Tekoas*. Segundo os indígenas, nestes locais não haveria doenças nem guerras e tudo que se plantasse renderia bons frutos. Para mais informação sobre as migrações para *Yvy Mara Ey*, pesquisar: Pierre Clastres (1974), Hélène Clastres (1978) Elizabeth Pissolato (2007) e Maria Inês Ladeira (2007, 2008). Segunda a Mbya Guarani Juliana Kerexu Mariano (informante deste trabalho), a cosmologia indígena aponta que esta terra ficava além do oceano atlântico e, aqueles que seguiam os ensinamentos de *Nhanderu* poderiam ainda em vida atingir este local sagrado.

Razões ecológicas e econômicas induziram os índios a procurar novos ‘habitats’ mais apropriados, talvez, para atender às suas necessidades; e razões de ordem mítica também puderam associar as ricas terras (ou assim supostas) do litoral a Terra Sem Mal. Pois, de onde podia derivar essa ‘fama’ de fertilidade excepcional? De um saber real, talvez; mas (também talvez) seu eco fosse apenas mítico. Quaisquer que fossem as razões das antigas migrações retenhamos pelo menos que foram sem a menor dúvida complexas e que a priori não é possível descartar as de ordem religiosa (CLASTRES, 1978, p. 59).

Esta passagem de Clastres é particularmente interessante, pois nela estão inseridas questões ecológicas, econômicas e questões de ordem cosmológica, sendo que um fato não desconsidera o outro, pelo contrário, ambos os fatores podem ser levados em consideração nas migrações e ocupações do litoral pelos Guarani, mesmo nos grupos atuais.

Sobre a migração profética em busca da Terra Sem Mal, Pierre Clastres (1974) trabalha com a hipótese de que entre os grupos etnohistóricos, esta busca surgiu como um ato de resistência dos indígenas contra a criação de um Estado soberano, sobretudo, as imposições religiosas dos recém chegados europeus contra os rituais e crenças nativas. Os indígenas realizavam uma mobilização de vários grupos que percorriam caminhos, conhecidos na literatura como *Peabiru*, todos em busca dessa hipotética terra. Esta mobilização era liderada por um líder espiritual, o pajé, e denota o contraponto indígena do poder político e religioso imposto pelos conquistadores europeus.

Segundo Pissolato (2007), a ocupação recente Mbya Guarani no litoral atlântico, desloca gradativamente o foco no fenômeno migratório como realização efetiva do motivo mítico para uma interpretação dos deslocamentos como procura por lugares para a atualização de um modo de vida guarani. Da busca do cumprimento efetivo de um destino mítico passa-se à procura concreta de espaços a serem ocupados, o que inclui, na percepção da maioria dos autores, além de significado religioso, a dimensão ecológica e uma forma econômica e social entendida frequentemente como “tradicional”.

Para Garlet e Assis (2009) centrar os objetivos dos deslocamentos Mbya Guarani nas migrações religiosas é uma maneira simplista de lidar com a história deste grupo indígena. O fato, é que esses deslocamentos resultam de conflitos envolvendo os Guarani e seus territórios tradicionais desde a segunda metade do século XVII, quando as imensas reservas naturais de erva-mate e madeira, situadas a leste de Assunção, constituíram-se nas primeiras motivações de expansão do Paraguai colonial. Esta região, onde hoje é o Paraguai, está na memória indígena como sendo o centro do mundo Mbya, o território original de seus ancestrais (SUSNIK, 1983; NECKER, 1990 *apud* GARLET e ASSIS, 2009).

Até o século XVII, os Mbya, povos correspondentes aos chamados *Kayguá*, *Kajguá*, *Ka'ygua*,

Ka'ýnguá, Kainguá, Cainguá, Caaguá, Caaingua, Canguá ou outros⁵, “mantinham-se irredutíveis quanto à decisão de não aceitar os sistemas de dominação colonial, bem como acesso e controle de seu território” (GARLET e ASSIS, 2009, p. 20). Mas, com o avanço colonial, houve o processo de redução⁶ dos primeiros grupos Mbya pelo governo de Assunção, o objetivo dessa redução era utilizar a mão-de-obra indígena e, principalmente, ocupar seus territórios com a exploração da erva-mate. Esperava-se que dado este primeiro momento de contato, os demais grupos Mbya poderiam também ser reduzidos, porém diversos fatores contribuíram para o fracasso dessas tentativas de redução, entre as quais, doenças, mortes e a recusa em permanecer na redução junto a moradores de outros grupos étnicos (cf. NECKER, 1990; SUSNIK, 1983 *apud* GARLET e ASSIS, 2009).

Fica implícita nesta concepção que um dos primeiros impactos produzidos pelo processo reducional dava-se na relação que os Guaraní mantinham com o seu território. A condição básica para que os Guaraní pudessem ser submetidos à “vida política e humana”, isto é, aos princípios de vida civilizada, ocidental, era que deixassem de manter sua dinâmica de ocupação territorial e passassem a viver concentrados num determinado espaço, onde seria possível manter o controle sobre suas ações (GARLET e ASSIS, 2009, p. 20-21).

As tentativas de reduzir os Guaraní durante o período colonial devem ser entendidas, enquanto uma das estratégias articuladas pelos conquistadores para se apropriarem do seu território. A emergência do latifúndio, atingiu o território original Mbya, fracionando-o e transferido-o ao domínio particular, “os Mbya, que até então puderam permanecer relativamente isolados nas florestas, tiveram que cada vez mais, considerar as relações com os proprietários aos quais ficou condicionada a possibilidade de permanência sobre as áreas” (GARLET e ASSIS, 2009, p. 31).

Diante do impacto sobre o território original, uma significativa parcela dos Mbyá buscou como estratégia uma redefinição para o seu conceito de território. Nesta nova concepção, mais do que nunca, deveriam considerar a disseminada presença dos brancos ocupando a maior parte das terras, sendo cada vez mais concreta a impossibilidade de manter o isolamento e distanciamento geográficos. E é a partir dos – guata/andanças, caminhadas, que vão redimensionando esta nova concepção de território (GARLET e ASSIS, 2009, p. 39).

⁵ “Variações da mesma expressão Guaraní para designar, genérica e pejorativamente, os diversos grupos que se recusavam a pactuar ou aceitar as imposições dos colonizadores” (GARLET e ASSIS, 2009, p. 19).

⁶ “Note-se que chamamos “Reduções” aos “povos” ou povoados de índios que vivendo à sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas duas, três ou mais, “reduziu-os” a diligência dos padres a povoações não pequenas e à vida política (civilizada) e humana” [...] (MONTROYA ([1639] 1985, p. 34 *apud* GARLET e ASSIS, 2009, p. 20).

Ao que parece, a ideia de território como um espaço delimitado, assim como também a concepção de um modo ideal de ser Mbya Guarani, se deu, decorrente da existência de uma alteridade, ou seja, conforme o contato aconteceu, houve também restrições ao acesso a terra, derivadas do aumento das frentes expansionistas, assim como a impossibilidade dos nativos viverem suas tradições. Este fato, fez com que os Mbya criassem mecanismos de defesa frente aos “outros”, que queriam impor uma nova cultura, e que viam os nativos como uma peça contra o desenvolvimento colonial. Dessa forma, segundo Garlet e Assis (2009) o deslocamento Mbya de seu território original para outros locais, inclusive o litoral brasileiro, fez com que os indígenas reformulassem sua noção de território, apoiando-se nos mitos que, readaptados, incorporam fatos, locais e personagens históricos.

O enfrentamento dos indígenas perante as frentes expansionistas permeou durante séculos e se mantém até a atualidade. Diante disso, a palavra “território” tem assumido diferentes significados dependendo do contexto em que se encontra, sobretudo, quando ela denota um sinônimo de “terra”. Para a antropóloga Dominiqui Tilkin Gallois (2004) é do conflito entre esses conceitos que surge a discussão entre as distintas categorias entre Terra Indígena e Território Indígena, que remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento destes locais. Segundo Gallois (2004), Terra Indígena é um conceito político-jurídico com conotação de um local reservado para o uso da população nativa, porém conduzido sob a égide do Estado. Por outro lado, território indígena se remete à vivência e construção cultural de uma dada sociedade a sua base territorial. Desta forma, território indígena é um conceito construído a partir do ponto de vista tradicional em relação a um espaço. Para Marlon Aurélio Tapajós Araújo (2010, p. 6), “território indígena não é apenas terra ocupada tradicionalmente pelos índios, território indígena é a terra e suas circunstâncias e relações simbólicas, políticas, econômicas e ambientais”. Ainda, de acordo com Garlet e Assis (2009, p. 16), “o território de uma sociedade comporta elementos que fazem parte da construção da sua identidade e da sua concepção de mundo”.

Diante deste conceito nativo de território indígena, buscou-se entre os Mbya Guarani contemporâneos palavras que correspondessem a esta ideia. Para tanto, o Mbya Daniel Kuaray⁷ elencou alguns conceitos que dão conta da noção nativa de território e das relações que se dão sobre este espaço (*tekoa* = *teko* + *nhandereko*). Segundo Daniel, *tekoa* significa: “*minha vida Mbya, tudo o que eu construo*”, sendo que para que de fato um *tekoa* seja constituído é necessário que haja uma relação entre o *teko* e o *nhandereko*. Ainda segundo Daniel, *teko* significa: “*viver conforme a cultura guarani, é o modo de ser Mbya*”, e *nhandereko*: “*nosso território, como um espaço territorial, tudo o que está em nossa volta, universo Guarani, a relação com os outros Guarani*”. Segundo o cacique Mbya Dionísio,⁸ estes ensinamentos são repassados para os membros da comunidade, pelos líderes espirituais no momento das rezas, cantos ou mesmo nas conversas diárias realizadas geralmente na *opy* (casa de reza). Segundo Daniel, *o Tekoa Pindoty*,

⁷ O Mbya Guarani Daniel Kuaray Timóteo é professor do curso “Cultura e Língua Mbya Guarani” e informante deste trabalho.

⁸ O cacique Dionísio Rodrigues foi um dos informantes no processo da pesquisa de campo deste trabalho.

devido sua proximidade com o mar, é uma espécie de “portal” para a mítica Terra Sem Mal, confirmando assim o preceito cosmológico que revela um local adequado para a construção do *tekoa* e a vivência do *teko*.

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL GUARANI NO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E CONTEMPORÂNEO

Segundo Fabíola Andréa Silva (2011, p. 121), a etnoarqueologia é um “campo investigativo que visa trazer referenciais etnográficos como subsídio às interpretações arqueológicas sobre o passado e, ao mesmo tempo, como uma possibilidade de “arqueologia do presente””. Tendo em vista esta concepção e, considerando a discussão no item anterior, sobre a ideia de território associada aos Mbya Guarani contemporâneos, buscou-se assim, aproximações com estudos arqueológicos que tratam de propostas alusivas a noção de uso desses espaços.

Desta forma, o conhecimento produzido pelo arqueólogo Francisco Silva Noelli (1993) em sua dissertação de mestrado “Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio do delta do Rio Jacuí – RS” traz alguns referenciais do uso do espaço por grupos pré-históricos e históricos, que serviram como suporte para investigação junto com os Mbya do *Tekoa Pindoty*, numa busca por referências entre passado e presente através da configuração espacial entre aldeias e dentro delas. Esta dissertação, realizada através de um apurado referencial teórico, apresenta uma discussão a cerca das categorias que os Guarani utilizam para classificar e definir seus domínios territoriais em termos arqueológicos, os quais “refletem os laços de parentesco e reciprocidade em três níveis espaciais inclusivos: **guará, tekohá e teii**” (NOELLI, 1993, p. 248, grifo nosso).

Guará significa tudo o que está contido numa região, “é um conceito sócio-político que determina uma região bem definida, delimitada geralmente por rios (SUSNIK, 1982, p. 32 *apud* NOELLI, 1993, p. 249). Este mesmo conceito de **guará** pode ser encontrado nos trabalhos de Soares (1996) e Milheira (2010). Segundo Noelli, de acordo com os informes dos jesuítas, alguns *guará* seriam formados por até 40 aldeias, que estabeleciam entre si, relações de reciprocidade e parentesco.

Com uma provável certeza, isso deveria refletir o famoso e pouco pesquisado modelo guarani de ocupação e manutenção territorial baseado na reciprocidade, na guerra e na antropofagia [...]. É quase provável que todos os rios principais e seus afluentes, na bacia Platina e na Costa Atlântica, também fossem subdivididos em vários *guará* (NOELLI, 1993, p. 249).

A subdivisão dos *guará* em unidades territoriais sócio-economicamente aliadas, formam os *tekohá*. Segundo Noelli (1993, p. 249) “suas sedes seriam os sítios arqueológicos e as aldeias históricas” que eram divididos em três níveis integrados: a) físico-geográfico; b) econômico; c) simbólico (CHASE-SARDI, 1989, p. 34 *apud* NOELLI, 1993, p. 249). Possuíam áreas bem definidas, geralmente delimitadas por rios, colinas ou arroios. “*Tekohá* é análogo ao espaço que os arqueólogos denominam, por exemplo, como ‘área de captação de recursos’⁹” (NOELLI, 1993, p. 250).

Por sua vez, a subdivisão do *tekohá* forma os *teii*, isolados ou agrupados em função das condições locais e políticas, é a família extensa, que poderia conter até sessenta famílias nucleares que eram chamadas de *ogpe guará* (SUSNIK, 1983, p. 127 *apud* NOELLI, 1993, p. 250), “as aldeias teriam até seis *teii* (MONTROYA, 1951, p. 29 *apud* NOELLI, 1993, p. 250).

Segundo Noelli, o modelo hierárquico hipotético da constituição territorial, desde o *ogpe guará* até o *guará*, era dividido da seguinte maneira: *Ogpe guará* ou família nuclear – aproximadamente 6 pessoas; *Teii* ou família extensa – até 60 famílias; *Tekohá* ou território – até 6 *teii*; e *Guará* ou aliança, aproximadamente 40 *tekohá*.

Desta forma, de acordo com as análises realizadas por Noelli sobre os Guarani pré-históricos e históricos, é possível observar que há pontos análogos aos conceitos de uso do espaço dos Mbya Guarani contemporâneos, porém a uma divergência de grafia em alguns casos, e em outros não há correspondência semântica. Para estas comparações, contei com a colaboração do professor Daniel Kuaray Timóteo. Assim, ao apresentar os conceitos trabalhados por Noelli em sua pesquisa de mestrado, Daniel respondeu da seguinte maneira:

Quanto à palavra ***guará*** que segundo a pesquisa de Noelli, corresponde a um conjunto de aproximadamente 40 aldeias, dispersas por uma ampla região, Daniel disse que desconhece esse conceito e que para os Mbya contemporâneos, ***guará***¹⁰ significa “território do lobo”, numa relação entre animal e seu habitat.

Quanto à palavra ***tekohá*** que, segundo a pesquisa de Noelli, significa: unidades territoriais divididas em três níveis integrados: físico-geográfico; econômico; e simbólico. Segundo Daniel a correspondência é válida, sendo que a única diferença é quanto à grafia, pois os Mbya contemporâneos costumam escrever ***Tekoa***. O uso de diferentes grafias para línguas indígenas no Brasil é comum, uma vez que não há um padrão que as regule, sendo que determinadas palavras apresentam mudanças que variam no tempo e no espaço.

⁹ Há certa dificuldade em coadunar a noção de Tekoa com a idéia de captação de recursos, no sentido de que este é um conceito notadamente arqueológico, que se refere a ideia de subsistência não abarcando assim, as particularidades físico-geográficas e simbólicas local.

¹⁰ No litoral do Paraná a palavra “guará”, também corresponde a um pássaro. Ao trazer o termo indicado por Noelli para a toponímia local, é interessante pensar se não haveria alguma correspondência com aspectos territoriais Guarani em locais como Guaraqueçaba, Guaratuba, Guaraguaçu.

Quanto à palavra **teii**, que Noelli apresenta como local que abriga uma família extensa, que poderia conter até sessenta famílias nucleares para Daniel, há uma correspondência semântica, mas não de grafia, pois existem entre os Mbya contemporâneos (em algumas aldeias), “*núcleos grandes constituídos de pai e mãe, depois os filhos e agregados e criados*”, mas ele desconhece o nome **teii**, nas palavras de Daniel “*ooguaçu*, é como se chama agora”.

Quanto à palavra **guará ogpe**, que Noelli apresenta como o nome das famílias nucleares, Daniel disse “*sei que guará ou aguará é lobo, mas desconheço outro significado*”.

Sobre a ideia contida na palavra **teko** e sua relação com o **tekoa**: “se *teko* era o modo de ser, o sistema, a cultura, a lei e os costumes, o *tekohá* era o lugar, o meio em que se davam as condições que possibilitavam a subsistência e o modo de ser do guarani” (MELIÁ, 1989, p. 36 *apud* NOELLI, 1993, p. 250), Daniel disse que concorda, pois de fato, ainda hoje a vivência do *teko* só é possível se houver a relação com um espaço apropriado para que a cultura Guarani seja mantida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como apontado por Garlet e Assis (2009), as questões envolvendo as categorias nativas Mbya Guarani sobre o conceito de território e uso do espaço, refletem um histórico de alteridade e conflitos pela disputa de terras, envolvendo por um lado os indígenas que buscam manter suas tradições e cultura de relação com o meio, e por outro lado, uma frente de expansão que se estende desde o século XVII buscando a exploração econômica destes locais.

De fato, esta exploração territorial, entre outros motivos, fez e faz com que haja um deslocamento de grupos indígenas em busca por espaços que possam continuar a viverem conforme suas culturas, com o mínimo de interferência da cultura do “outro”, no caso, do homem branco. Esta mobilidade espacial pela busca por novos territórios cria um processo chamado por Garlet e Assis (2009, p.42) de desterritorialização e reterritorialização e revela uma “mobilidade causada pelo impacto interétnico, ou seja, como resultado de um traço cultural historicamente construído, que possui variáveis que se combinam e recombina a cada momento e situação”, passíveis de serem vistos nos dias de hoje, sobretudo nas disputas de terra envolvendo indígenas e setores do agronegócio.

Assim, ao que parece, ao se deslocarem e se apropriarem de novos territórios, os Mbya projetam distintos significados transformando espaços em locais “ideais” para viverem conforme sua cultura e tradição, da mesma maneira que viveram seus antepassados. Segundo apontou Pissolato (2007), a ocupação recente Mbya Guarani no litoral atlântico, desloca o foco no fenômeno migratório como realização efetiva do motivo mítico para uma interpretação dos deslocamentos como procura por lugares para a atualização de um modo de vida Guarani e para a construção dos *Tekoa*, que de acordo com o estudo realizado por

Noelli (1993), está presente na tradição indígena desde tempos pré-históricos persistindo até os grupos atuais.

Neste sentido, a ocupação recente Mbya Guarani no *Tekoa Pindoty* é atribuída pelos indígenas como uma procura por local destinado e preparado por *Nhanderu*, além de ser um local que possui vestígios de seus ancestrais. Esses vestígios, como por exemplo, sambaquis e antigos caminhos existentes nas Ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga foram ressignificados e incorporados pelos Mbya contemporâneos como em um processo de reterritorialização do local (ANDRADE, 2013). Porém, é possível observar que a busca por este novo território, teve sua causa primeira situada em uma situação de conflitos de terra com outros grupos indígenas, no estado de Santa Catarina, uma vez que os Mbya não estavam satisfeitos em dividir a aldeia com outras etnias. Este fato demonstra que o processo de redução indígena Mbya Guarani iniciado no século XVII, como aponta Garlet e Assis (2009), ainda é um acontecimento moderno, pois, as políticas indígenas segregam áreas destinadas aos grupos nativos, as quais por vezes não consideram as diversas etnias indígenas existentes, se prevalecendo da ideia de que os distintos grupos indígenas possuem todos uma mesma cultura e percepção de mundo. Esta forma em que grande parte da sociedade pensa os grupos indígenas, revela quão pouco conhecemos sobre a cultura de cada grupo. Este é um processo histórico que só será revertido quando forem respeitadas as particularidades de cada etnia.

Assim, o *Tekoa Pindoty* faz parte de um processo que o caracteriza como um território indígena de acordo com o conceito utilizado por Gallo (2004), Tapajós Araújo (2010) e Garlet e Assis (2009) que remete a vivência de uma sociedade a um determinado espaço, a partir do ponto de vista tradicional, e das relações simbólicas, políticas, econômicas e ambientais que fazem parte da construção da identidade e concepção de mundo Mbya Guarani. As atribuições de deslocamento e ocupação de determinados territórios, segundo os Mbya Guarani, possuem significados cosmológicos, porém, são permeados por uma histórica situação de conflito e esbulho que de certa forma, condiciona estes deslocamentos e a escolha de um local em detrimento a outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, S. A. *Etnoarqueologia Mbya Guarani no Tekoa Pindoty (Ilha da Cotinga litoral do Estado do Paraná)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BONAMIGO, Z.M. *A Economia dos Mbya-Guarani: trocas entre homens e entre deuses e homens na Ilha da Cotinga, em Paranaguá – PR*, Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.
- CARLE, C. B. *Identidade M'bya Guarani na memória das fronteiras e do patrimônio*. *Revista Sapiens – História, Patrimônio e Arqueologia*, 2011.
- CLASTRES, H. *Terra sem mal, profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

- CLASTRES, P. *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani*. Campinas: Papirus, 1990.
- GALLOIS, D. T. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza*. 2004. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf>. Acesso em: 22\09\13.
- GARLET I., ASSIS V. Desterritorialização e Reterritorialização: a compreensão do território e da mobilidade Mbyá-Guarani através das fontes históricas. Dourados, MS: *Fronteiras*, v. 11, n. 19, p. 15-46, jan./jun. 2009.
- LADEIRA, M. I. *YY PAU ou YVA PAU espaço mbya entre as águas ou o caminho aos céus: os Índios Guarani e as Ilhas do Paraná*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1990.
- _____. *O caminhar sob a luz: território Mbya a beira do oceano*. São Paulo: UNESP, 2007.
- _____. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. Maringá: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.
- MILHEIRA, R. G. *Arqueologia guarani no litoral sul-catarinense: história e território*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NOELLI, F. S. *Sem tekohá não há teko* (em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação em uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- _____. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, n. 39, p. 7-53, 1996.
- PISSOLATO, E. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*. São Paulo: Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2007.
- SILVA, F. A. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. Scielo: *Belém*, v. 4, n. 1, p. 27-37, jan.-abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000100004&nrm=iso&tIng=pt>. Acesso em: 15\04\2011.
- SOARES, A. L. *Guarani*. Organização social e arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- TAPAJÓS ARAÚJO, M. A. *Condicionantes para demarcação de territórios indígenas: a postura judicial do Estado brasileiro na afirmação dos direitos territoriais indígenas*. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Belém, 2010.

Recebido em: 27/12/2013
Aprovado em:14/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

A MÚSICA POMERANA COMO NARRATIVA DA MEMÓRIA CULTURAL

Danilo Kuhn da Silva

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412



A MÚSICA POMERANA COMO NARRATIVA DA MEMÓRIA CULTURAL

Danilo Kuhn da Silva¹

Resumo: Este artigo pretende investigar a música pomerana na região sul do Rio Grande do Sul sob a perspectiva da narrativa da memória cultural. O objetivo principal reside em analisar canções pomeranas coletadas no interior do município de São Lourenço do Sul, bem como identificar suas relações com a comunidade. Primeiramente, são expostas informações histórico-culturais acerca dos pomeranos. Num segundo momento, com ênfase em aspectos musicais, são apresentadas duas canções pomeranas. Por fim, são abordadas as formas que a comunidade utiliza para narrar sua memória coletiva e cultura através das canções.

Palavras chaves: Pomeranos, Narrativas, Memória, Identidade, Cultura, Música.

Abstract: One aims to investigate the Pomeranian music from southern Rio Grande do Sul, under the perspective of the cultural memory's narrative. The main goal is to analyze Pomeranian songs from the rural area of the city São Lourenço do Sul, as well as identifying the relations they maintain with the community. First, one exposes historical and cultural information about the Pomeranians. Afterwards, one presents two particular Pomeranian songs, emphasizing musical aspects. Finally, one focuses the way the collective memory and culture are narrated through songs by the community.

Keywords: Pomeranians, Narratives, Memory, Identity, Culture, Music.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do meu envolvimento com a cultura pomerana e da consequente coleta de canções pomeranas no interior do município de São Lourenço do Sul, região sul do Rio Grande do Sul. As canções *De múta éna hóchtich* e *De fest* foram coletadas no ano de 2008 através do senhor Leopoldo Klug², por demanda do projeto da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de São Lourenço do Sul intitulado *Canto Coral nas Escolas*³, do qual eu era coordenador. Fornecidas oralmente as melodias e as letras, procedi ao registro da melodia na pauta, à análise harmônica inicial e, posteriormente, a arranjos para coral misto⁴, os quais foram ensaiados e cantados pelos alunos do referido projeto na Escola Municipal de

¹ Mestre em Teoria e Criação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

² *In memoriam*.

³ O projeto *Canto Coral nas Escolas* (2007-2010) visava estimular a prática do canto coral, comum no interior do município de São Lourenço do Sul, Brasil, nas escolas. Nas escolas municipais de zona urbana, o projeto abria-se em consonância com a demanda cultural local, mas, nas da zona rural, visava exclusivamente à valorização e ao incentivo da prática do canto coral.

⁴ Termo difundido na região que designa um coral masculino e feminino (baixo, tenor, contralto, e soprano), distinguindo-se dos corais estritamente masculinos.

Ensino Fundamental Germano Hübner⁵. Porém, somente neste ano, através do *Projeto Pomerando*⁶, pude escrever as letras das canções e analisar o seu conteúdo.

Partindo deste material, intentei, no presente trabalho, primeiramente pincelar aspectos acerca do povo pomerano, como sua história, sua cultura e sua trajetória, para posteriormente analisar algumas características da música pomerana nesta comunidade específica do sul do Rio Grande do Sul no tocante à linha melódica, à harmonia, ao ritmo, ao caráter musical, e à estrutura da letra para, finalmente, abordar aspectos referentes às representações inerentes às canções e a esta comunidade, i.e., às formas como a comunidade narra sua memória e sua cultura através da música.

Trata-se também de um resgate de memória, pois esta região é escassa em manifestações musicais pomeranas. Este trabalho visa ser um precursor de outros trabalhos investigativos neste sentido, para que a música pomerana que ainda se preserva na região sul do Rio Grande do Sul e seus ecos, através da memória de algumas pessoas desta comunidade, não se percam no tempo-espaço sem que se perceba a relação entre a comunidade e sua própria memória e cultura através da música.

ACERCA DOS POMERANOS

Pesquisas recentes apontam a origem eslava dos pomeranos, considerados, mais especificamente, descendentes do povo *wende*, pagãos que tinham como divindade principal um deus de três cabeças chamado *Triglav*. O nome da região da Pomerânia – em alemão, *Pommern* – provém do eslavo *Po-Morje*, que significa *terra ao longo do mar*. Os pomeranos foram cristianizados pelo prelado alemão Otto de Bamberg a partir do ano de 1124, tendo sido completamente destruído o templo dedicado ao deus *Triglav* na cidade de Stettin, e, posteriormente, germanizados no ano de 1400 a partir da oficialização da língua alemã na região da Pomerânia, uma região de amplas e férteis planícies na costa do mar Báltico, pertencente hoje uma parte à Alemanha e outra à Polônia, que passou por constantes invasões e disputas de território (WILLE, 2011; HAMMES, 2010; COSTA, 2007; SALAMONI, 1995).

Quanto ao paganismo referido, a cristianização das populações europeias não conseguiu apagar as diferentes tradições étnicas. A conversão ao cristianismo deu lugar ao sincretismo e à criatividade própria das culturas populares, agrárias e pastoris (ELIADE, 1983, p. 201-207).

Segundo consta em Costa (2007, p. 38) e em Hammes (2010, p. 180), ainda no final do século XIX alguns habitantes de regiões isoladas – cidades de Bütow, Lupow e Leba – falavam a língua *wende*. Embora

⁵ Escola na qual trabalho como professor de Educação Artística, onde desenvolvo o Projeto Pomerando, e onde à época era professor do projeto *Canto Coral nas Escolas*, além de coordenador do mesmo.

⁶ Projeto que desenvolvo juntos aos alunos e professores da EMEF Germano Hübner desde 2010 e que visa incentivar à escrita da língua pomerana partindo de uma padronização simplificada, haja vista que se trata de uma língua ágrafa. Os resultados destes primeiros dois anos de trabalho foram registrados em um livro, intitulado *Projeto Pomerando: Língua Pomerana na escola Germano Hübner* (SILVA, 2012), o que se intenciona fazer periodicamente.

cristianizados e germanizados, tinham seus hinários em *wende* além de em alemão, editados em 1588, os quais foram utilizados até meados de 1920. O mesmo se verifica nas pregações de alguns pastores da região, que se davam em ambas as línguas. Contudo, alguns viajantes teriam relatado que estes pomeranos não haviam renunciado de todo ao paganismo e cultuavam secretamente o deus *Triglav*. Este paganismo remanescente pode ser observado entre os descendentes de pomeranos, no Brasil, no que denomino de *misticismo pomerano*, um conjunto de costumes, crenças, simpatias e benzeções que os acompanham até os dias de hoje, como nos demonstra a obra de Joana Bahia, *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã* (BAHIA, 2011), sobre os pomeranos do estado do Espírito Santo, ou ainda a tese de doutorado *Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes*, de Carmo Thum (THUM, 2009), sobre os pomeranos da região sul do Rio Grande do Sul, interpretações corroboradas pelo meu contato com a comunidade pomerana do interior do município de São Lourenço do Sul. Mais adiante, tratarei deste assunto, a partir da análise de uma das canções pomeranas e suas representações místicas.

Quanto às disputas pelo território da Pomerânia, Hammes (2010, p. 178-186) destaca que desde a Migração dos Povos, cerca de 175 d.C., quando os *wendes* migraram para aquela região, muitas invasões e guerras se sucederam ali, fustigando o povo pomerano. Por ser rica em alimentos, terras baixas e férteis, lagos e rios, esta região cedo despertou o interesse de povos *vikings*, noruegueses e dinamarqueses. Os poloneses, por sua vez, chegaram a dominar por três vezes parte do território pomerano. Entre os anos de 768 e 814, Carlos Magno, e entre 936 e 973, Otto, o Grande, tentaram sem êxito anexar estas terras ao então Sacro Império Romano-Germânico. Entre os séculos X e XI, Dinamarca e Polônia lutaram pelo domínio da Pomerânia, arrasando parte daquelas terras, mas ambos não conseguiram o domínio da região. Em 1630, a Suécia invadiu a Pomerânia e a levou à beira da ruína. Entre 1655 e 1660, suecos e poloneses travaram disputa, em solo pomerano, por este território. Em 1720, praticamente todo o território pomerano passou a pertencer a Brandemburgo-Prússia. Entre 1756 e 1763 o rei da Prússia, Frederico, o Grande, enfrentou russos e suecos, vencendo-os e empenhando-se, após esta conquista, para recolonizar e reconstruir a Pomerânia, devolvendo-a certo progresso. Em 1806, Napoleão Bonaparte passou pela Pomerânia em direção à Rússia deixando um rastro de destruição. Por fim, o desfecho da II Guerra Mundial impôs ao povo pomerano derradeira diáspora, forçado a migrar para a Alemanha Ocidental, Europa e para o resto do mundo, em razão da Conferência de Potsdam, que permitia aos soviéticos e aos poloneses expulsarem a população civil de origem alemã que habitava ao leste dos rios Oder e Neisse.

Conquanto à emigração pomerana para o Brasil, assim como os demais europeus emigrantes, inicia-se em meados do século XIX (LANDO; BARROS, 1980, p. 9). O desequilíbrio entre a demanda e a oferta de trabalho na Europa, agravado pelo aumento demográfico, condicionou muitas pessoas à busca de soluções através da migração, primeiramente em termos europeus, dentro ou fora de seu país. Mas como

estes países não tinham capacidade de absorver o elemento flutuante e pendular, a solução encontrada foi a emigração para a América, um continente à espera de povoamento para desbravar a selva e as terras devolutas (FLORES, 1983, p. 86).

Segundo Klaus Granzow, havia incentivo à emigração pomerana para o Brasil na própria Pomerânia, onde o general prussiano Johann Jakob Sturz teria afirmado: “Mais do que qualquer outra terra oferece o Brasil uma riqueza de elementos, com os quais pode-se desenvolver uma existência feliz para os imigrantes” (GRANZOW *apud* SALAMONI, 1995, p. 19).

Quanto a este processo, do ponto de vista brasileiro, segundo Podewils, “o país começava a se desenvolver neste momento, porém a densidade demográfica era baixa, fator que levou ao investimento nessa forma de imigração” (PODEWILS, 2011, p. 9). A regulamentação da Lei de Terras, lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, abriu espaço para a colonização das terras públicas brasileiras (SEYFERTH *apud* BAHIA, 2011, p. 10).

Quanto ao Rio Grande do Sul, de acordo com Podewils (2011, p. 6), prevaleceu a colonização oficial, organizada pelo governo e que instalou importantes núcleos coloniais baseados na pequena propriedade em distintas áreas desocupadas do Estado, mas a colonização de iniciativa privada, organizada por empresários particulares, também buscava angariar trabalhadores rurais para fixá-los à terra com o propósito de formar colônias para produzir alimentos. A imigração germânica no Rio Grande do Sul teve início, segundo Willems (1980, p. 71), em 1824, por ocasião da Colônia São Leopoldo.

Quanto à região sul do Rio Grande do Sul, em 1858 foi criada a colônia particular São Lourenço (PODEWILS, 2011, p. 7), uma colônia agrícola instalada na Serra dos Tapes, em terras do município de Pelotas em área que hoje se encontra no município de São Lourenço do Sul, composta majoritariamente por imigrantes pomeranos (*ibid.*, p. 15). De acordo com Schröder, a maioria pomerana deveu-se à sua capacidade agrícola: “Após a chegada de mais de 115 pessoas no ano de 1858, os anos posteriores trouxeram elementos mais apropriados: trabalhadores rurais da Pomerânia” (SCHRÖDER, 2003, p. 123).

AS CANÇÕES POMERANAS COLETADAS

Ainda que as pessoas de origem pomerana do interior do município de São Lourenço do Sul sejam bastante próximas à música, tendo em vista sua massiva participação em corais de igreja e o elevado número de conjuntos musicais na região, não são muitas as músicas em pomerano que sejam de conhecimento da comunidade. Em sua maioria, são consideradas de origem exclusivamente alemã algumas músicas instrumentais e, quanto às canções, a maior parte delas é cantada em alemão.

A partir das duas canções pomeranas coletadas, passarei neste item à análise das mesmas, abordando aspectos musicais relevantes e a estrutura das letras das canções.

É interessante colocar que, conquanto às letras, elas estão escritas em pomerano neste trabalho de acordo com a *padronização simplificada da escrita* proposta pelo *Projeto Pomerando* (SILVA, 2012, p. 17-19), e que, para a comunidade estudada, esta é uma língua ágrafa, muito embora haja, em outras comunidades no Brasil, trabalhos voltados para o desenvolvimento da escrita do pomerano, como o de Ismael Tressmann, do estado do Espírito Santo, que elaborou o *Dicionário enciclopédico pomerano-português* (TRESSMANN, 2006). No entanto, haja vista algumas dificuldades de apreensão da escrita de Tressmann por parte dos alunos, pois há certa distância entre o som falado e o escrito, julguei necessário propor uma padronização simplificada, visando uma mais rápida e fácil assimilação. O pomerano é utilizado na região apenas oralmente, o que dificulta a preservação de letras de canções e contribuiu para que, hoje em dia, sejam poucas as canções pomeranas que ainda têm lugar na memória da comunidade.

De múta éna hóchtich

A canção pomerana *De múta éna hóchtich*, ou “O casamento da vovó”, apresenta as seguintes características musicais gerais:

- Andamento rápido, 100 bmp;
- Possui compasso binário, 2/4, uma polca⁷, vulgarmente conhecida como “marchinha”;
- Ritmo de caráter marcial, duro, sem sínopes, com predominância de colcheias, semínimas, e da figura colcheia pontuada com semicolcheia;
- Melodia estritamente tonal, passeando em arpejos sobre os acordes de tônica e de dominante com sétima, com algumas notas de passagem, e repetições rítmicas de notas;
- Tonalidade maior, com modulações;
- Harmonia tonal, com a utilização de apenas tônica e dominante com sétima (I – V⁷), mesmo nas modulações;
- Apresenta duas modulações: a primeira, do tom original Dó maior para a subdominante Fá maior; e a segunda, quando ocorre o retorno de Fá maior para Dó maior;
- Forma ternária, i.e., possui três seções musicais.

⁷ Segundo o *The Concise Oxford Dictionary of Music* (2007), versão *on line*, a polca caracteriza-se por ser uma dança, ou uma canção, originária da região da Bohemia, na Alemanha, no início do século XIX, realizada em compasso 2/4 e com andamento rápido, que foi muito popular nos salões europeus. Já o *Dicionário Grove de música, edição concisa* (1994, p. 732), acrescenta que a polca é uma dança animada e que geralmente a música é estruturada em forma ternária, i.e., tem três seções, assim como a canção abordada no presente trabalho.

A figura 01 demonstra a partitura de *De múta éna hóchtich*, com melodia, harmonia e letra:

De múta éna hóchtich

(canção tradicional pomerana)

100 bpm

Záit mù - ta é - na hóch-tich héa iift dat kái-naschu - in fláisch méia. Záit

mù-ta é-na hóch-tich héa, iift dat kái-naschu - in fláisch méia. Áin, tuái, drái, fáia,

fiif, zés, zuó-van, vòu-a is min fruch dóa bléva, is ni hí-a, is ni dó-a, is fon Nort A-

mé-ri-ka. Fí-dal, fi-dal, fúm-balsch-tái - a, hést dùu doch min brut ni zái - a?

Íis - tan záits im brái - rasch - tái - a, hit hef ni mèi - a zí - tan zái - a.

Figura 01: Partitura da canção pomerana *De múta éna hóchtich*

A figura 02 apresenta a letra da canção em pomerano e sua respectiva tradução para o português:

De Muta éna hóchtich

Záit múta éna hóchtich héa
líft dat káina schuíñ fláisch méia.

Áin, tuái, drái, fáia, fíiv, zés, zuóvan,
vôua is min brut dóa bléva?
Is nich hía, is nich dóa,
is fon Nort Amérika.

Fídal, fídal, fúmbal schtáia,
hést dúu doch min brut ni záia?
Ílistan záits im bráira schtáia,
hit hef ni méia zítan záia.

O casamento da vovó

Desde o casamento da vovó
não dá mais carne de porco.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete,
onde está minha namorada?
Não está aqui, não está ali,
ela é dos Estados Unidos.

Violino, violino, pedra de breu,
você não viu minha namorada?
Ontem estava sentada na pedra larga,
hoje não mais a vi sentada.

Figura 02: Letra da canção pomerana *De múta éna hóchtich* em pomerano e tradução.

A canção tem certo caráter alegre, festivo, ambientado pelo “casamento da vovó”, embora o personagem esteja à procura de sua namorada.

A estrutura melódica apresenta uma quadratura padrão. São três pequenas seções, a primeira em Dó maior, a segunda em Fá maior, e a terceira em Dó maior novamente. As seções estão organizadas de acordo com as estrofes, sendo que a primeira estrofe tem apenas dois versos, enquanto a segunda e a terceira estrofes têm quatro versos, o que influencia no tamanho das seções.

A primeira *Seção A* possui oito compassos, e não tem *ritornelo*. É formada por duas frases musicais⁸, cada uma delas dividida em duas semifrases de dois compassos. Uma semifrase corresponde a um verso e uma frase corresponde a dois versos. O total da estrutura é de quatro semifrases – ou duas frases –, que correspondem a quatro versos no total; como esta primeira estrofe tem apenas dois versos, há a repetição da letra. Os compassos 1 e 2 abrigam a primeira semifrase da primeira frase, que também é a primeira semifrase da segunda frase, nos compassos 5 e 6. Já os compassos 3 e 4 abrigam a segunda semifrase da primeira frase, a qual ganha uma variação na segunda semifrase da segunda frase, nos compassos 7 e 8. Logo, a estrutura é $a - b - a - b'$, uma repetição variada. A Figura 03 a seguir revela a estrutura melódica da primeira seção:

⁸ De acordo com Green (1979, p. 7), uma frase musical é uma pequena passagem de música que, havendo alcançado um ponto de relativo repouso, expressa mais ou menos uma ideia musical completa. No presente trabalho, adoto este conceito para analisar a estrutura melódica das canções pomeranas, dividindo, ainda, as frases musicais em semifrases.

Seção A

100 bpm

frase 1

semifrase a semifrase b

Záit mú - ta é - na hóch-tich héa iift dat kái-naschu - in fláisch méia. Záit

frase 2

semifrase a semifrase b'

mú - ta é - na hóch - tich héa, iift dat kái - naschu - in fláisch méia.

Figura 03: Análise melódica da Seção A de *De múta éna hóchtich*.

A Seção B possui oito compassos, e tem *ritornelo*. Também é formada por duas frases musicais, cada uma dividida em duas semifrases de dois compassos. O total da estrutura é de quatro semifrases – ou duas frases –, que correspondem a quatro versos no total; como há *ritornelo*, o número de compassos da seção sobe para dezesseis (e o total de semifrases e versos para oito) e, para tanto, há a repetição da letra. Seguindo o padrão da primeira seção, os compassos 9 e 10 abrigam a primeira semifrase da primeira frase, que também é a primeira semifrase da segunda frase, nos compassos 13 e 14. Os compassos 11 e 12 abrigam a segunda semifrase da primeira frase, a qual ganha uma variação na segunda semifrase da segunda frase, nos compassos 15 e 16. Mais uma vez, a estrutura é *a - b - a - b'*. A Figura 04 mostra a estrutura melódica da segunda seção:

Seção B

100 bpm

frase 1

semifrase a semifrase b

Áin, tuái, drái, fáia, fiif, zés, zuó-van, vòu-a is min fruch dóa blé-va,

frase 2

semifrase a semifrase b'

is ní hí - a, is ní dó - a, is fon Nort A - mé - ri - ka.

Figura 04: Análise melódica da Seção B de *De múta éna hóchtich*.

A *Seção C* possui oito compassos, e tem *ritornelo*. É formada por uma primeira frase musical de duas semifrases de dois compassos que guardam entre si apenas uma nota de variação, e de uma segunda frase, de duas semifrases distintas. O total da estrutura é de quatro semifrases – ou duas frases –, que correspondem a quatro versos no total; como há *ritornelo*, o número de compassos da seção sobe para dezesseis (e o total de semifrases e versos para oito) e, para tanto, há a repetição da letra. Nesta seção, os compassos 17 e 18 abrigam a primeira semifrase da primeira frase, que se repete nos compassos 19 e 20 com apenas a primeira nota variada. Os compassos 21 e 22 abrigam a primeira semifrase da segunda frase, e os compassos 23 e 24 guardam a segunda semifrase da segunda frase. Logo, a estrutura é *a - a' - b - c*. A Figura 05 indica a estrutura melódica da terceira seção:

Seção C

100 bpm

frase 1

semifrase a semifrase a'

17

Fí-dal, fî-dal, fûm-balsch-tái - a, hést düu doch min brut ni zái - a?

frase 2

semifrase b semifrase c

21

Ïs - tan záits im brái-rasch - tái - a, hit hef ni mêi - a zi - tan zái - a.

Figura 05: Análise melódica da *Seção C* de *De múta éna hóchtich*.

Quanto à harmonia, que é estritamente tonal, mas com modulações, é interessante apresentar uma análise harmônica, como mostra a Figura 06:

2/4 C | % | G7 | C | % | % | G7 | C ||: F | % | C7 | F | % | % | C7 | F :||

I V⁷ I V⁷ I I/IV V⁷/IV I/IV V⁷/IV I/IV

||: G7 | C | G7 | C | G7 | C | G7 | C :||

V⁷ I V⁷ I V⁷ I V⁷ I

Figura 06: Análise harmônica de *De múta éna hóchtich*.

E quanto à letra, está dividida em três estrofes, a primeira de dois versos, e a segunda e a terceira, de quatro versos. Há rima entre os dois versos da primeira estrofe, e também entre os quatro versos da terceira estrofe, o que não ocorre de forma clara na segunda estrofe, apesar de o primeiro e o terceiro versos, assim como o segundo e o quarto, guardarem certa parelha sonora.

Os demais aspectos referentes à letra, seu significado, bem como outras questões implícitas à canção, serão abordados posteriormente.

De fest

A canção pomerana *De fest*, ou “A festa”, apresenta as seguintes características musicais gerais:

- Andamento bastante rápido, 150 bpm;
- Possui compasso ternário, 3/4, uma valsa⁹;
- Ritmo inicialmente simples, na primeira seção, mas, na segunda e na terceira seções, aparecem síncofes, em forma de ligaduras entre a semínima do primeiro tempo com a primeira colcheia do segundo tempo, e entre compassos, de semínima para semínima. Há predominância de semínimas e mínimas, mas também figuram colcheias, semínimas pontuadas, pausas de semínima e mínimas pontuadas;
- Melodia essencialmente tonal, passeando em arpejos sobre os acordes de tônica, subdominante, e de dominante com sétima, com notas de passagem, repetições rítmicas de notas, e apojeturas;
- Tonalidade Fá maior, sem modulações;
- Harmonia tonal, com a utilização de apenas tônica, subdominante, e dominante com sétima (I – V⁷ – I; IV – I – V⁷ – I);
- Forma ternária.

A Figura 07 demonstra a partitura de *De fest*, com melodia, harmonia e letra:

⁹ Segundo o *The Concise Oxford Dictionary of Music* (2007), versão *on line*, a valsa caracteriza-se por ser uma dança, ou uma canção, em compasso 3/4, provavelmente decorrente de Ländler alemão, que entrou em destaque no último quarto do século XVIII tanto entre os compositores quanto nos salões de baile. O Dicionário Grove de música, edição concisa (1994, p. 997), acrescenta que a valsa ganhou muita popularidade no início do séc. XIX, apesar de objeções levantadas por motivos médicos (a velocidade com a qual os bailarinos rodopiavam pelo salão) e também morais (os casais se prendiam num abraço muito estreito).

De fest

(canção tradicional pomerana)

150 bpm

Ik kūn min fru - uch im béa ni fi - na, zái láich ni
 něicht min fruch tam nam fest hen mó - ka, zái zéa ni

6 fóa, zái láich ni hí - na. Ik náim a bés - sám un rakt á - las
 něi, zái vu bitssch - ló - pa. Ik zéi - a ta - a é kúmas, mit schéin

12 dó - a dun láibs mi tisch - a bái - na dóa. Ik Un vi
 fruch, vé - ia tus b - li - va ik niin ruch.

18 mó - ka lous na dem grou - da fest, vòu - a fé - el vi - la

24 zinh - a un dái mus - kan - dassch - pé - la zéi - a un min

30 fruch dáu ik vé - ra nich fi - na. Ví - li, Vi li Lin - de - man, drink ma

36 nich zòu fel, zi - za, zi - za krist sch - nacht mit áin bés - samsch - tel.

41 Vi - li, Vi - li Lin - de - man, trek dín hòu - zasch - tram, zi - za vets vat dí

47 pas - si - ra kan. Ha! Ha! Ha!

Figura 07: Partitura da canção pomerana *De fest*.

A Figura 08 apresenta a letra da canção em pomerano e sua respectiva tradução para o português:

De fest

Ik kün min fruch im béa ni fina,
zái láich ni fóa, zái láich ni hína.
Ik náim a béssam un rakt álas dóa
dun láibs mi tische báina dóa.

Ik nêicht min fruch tam nam fest hen móka,
zái zéa ni nêi, zái vu bits schlópa.
Ik zéia ta é kumas mit schên fruch,
véia tus blíva ik ni in ruch.

Un vi móka lóus na dem gróuda fest
vôua féel víla zínha
un dái muskandas schpéla zéia
un min fruch dáu ik véra nich fina.

Víli, Víli Lindeman, drink ma nich zôu fel,
zíza, zíza krist schacht mit áin béssam shtel.
Víli, Víli Lindeman, trek din hóuza schtram,
ziza vets vat di passira kan. Ha! Ha! Ha!

A festa

Eu não conseguia achar minha mulher na cama,
ela não estava deitada na frente, e nem atrás
Peguei a vassoura e revirei tudo
e aí passou no meio das minhas pernas.

Convidei minha esposa para ir à festa,
ela não disse não, mas queria dormir um pouco.
Eu disse a ela, vem junto meu amor,
por que em casa eu não fico sossegado.

E nós saímos para a grande festa
onde muitos querem cantar
e os músicos tocam muito
e minha mulher já não acho de novo.

Víli, Víli Lindemann, vê se não bebe muito
senão, senão tu vais apanhar com cabo de vassoura.
Víli, Víli Lindemann, afirma as calças
senão tu sabes o que vai te acontecer. Ha! Ha! Ha!

Figura 08: Letra da canção pomerana *De fest* em pomerano e tradução.

A canção tem caráter alegre, festivo, jocoso, ambientado numa grande festa. Mais uma vez o personagem está à procura de sua namorada. Há referência à bebida e à brincadeira, e a música finaliza com uma risada.

A estrutura melódica desta canção também apresenta uma quadratura padrão. Novamente são três pequenas seções, mas todas na mesma tonalidade, Fá maior. As seções estão organizadas de acordo com as estrofes, sendo que as duas primeiras estrofes fazem parte da primeira seção, que tem *ritornelo*; a terceira estrofe corresponde à segunda seção, sem *ritornelo*, e a quarta estrofe à terceira seção, também sem *ritornelo*.

A Seção A possui dezesseis compassos, e tem *ritornelo*. É formada por duas frases musicais, cada uma dividida em duas semifrases de quatro compassos. Uma semifrase corresponde a um verso e uma frase corresponde a dois versos. O total da estrutura é de quatro semifrases – ou duas frases –, que correspondem a quatro versos no total; como esta seção tem *ritornelo*, o tamanho da estrutura dobra, abarcando também a segunda estrofe da letra. Os compassos 1 a 4 abrigam a primeira semifrase da primeira frase, que também é a primeira semifrase da segunda frase, compassos 9 a 12, com apenas uma adaptação à letra no compasso 11. Já os compassos 5 a 8 abrigam a segunda semifrase da primeira frase, a qual ganha uma variação na segunda semifrase da segunda frase, compassos 13 a 16. A estrutura é *a - b - a - b'*. A Figura 09 revela a estrutura melódica da primeira seção:

Seção A

150 bpm

frase 1

semifrase a

semifrase b

Ik kün min fru - uch im béa ni fi - na, zái láich ni
 nēicht min fruch tam nam fest hen mó - ka, zái zéa ni

frase 2

semifrase a

6 fõa, zái láich ni hí - na. Ik nāim a bés - sám un rakt á - las
 nēi, zái vu bitsch - ló - pa. Ik zéi - a ta - a é kúmas, mit schēin

semifrase b'

12 dó - a dun láibs mi tisch - a báí - na dóa. Ik
 fruch, vé - ia tus b - lí - va ik min ruch.

1. 2.

Figura 09: Análise melódica da Seção A de *De fest*.

A Seção B possui dezesseis compassos, e não tem *ritornelo*. Também é formada por duas frases musicais, cada uma delas dividida em duas semifrases de quatro compassos. Uma semifrase corresponde a um verso e uma frase corresponde a dois versos. O total da estrutura é de quatro semifrases – ou duas frases –, que correspondem a quatro versos no total, não havendo repetição da letra. Seguindo o padrão da primeira seção, os compassos 17 a 20 abrigam a primeira semifrase da primeira frase, que também é a primeira semifrase da segunda frase – com pequena adaptação rítmica à letra no final –, compassos 25 a 28. Os compassos 21 a 24 abrigam a segunda semifrase da primeira frase, a qual ganha uma variação na segunda semifrase da segunda frase, compassos 29 a 32. Novamente a estrutura é *a - b - a - b'*. A Figura 10 mostra a estrutura melódica da segunda seção:

Seção B

150 bpm

frase 1

semifrase a

semifrase b

17

Un vi mó - ka lous na dem grôu - da fest, vòu - a fé - el

frase 2

semifrase a

23

vi - la zinh - a un dai mus - kan-dassch - pê - la zêi - a

semifrase b'

29

un min fruch dau ik vê - ra nich fi - na.

Figura 10: Análise melódica da Seção B de *De fest*.

A Seção C possui dezesseis compassos, e não tem *ritornelo*. Também é formada por duas frases musicais, cada uma delas dividida em duas semifrases de quatro compassos. Uma semifrase corresponde a um verso e uma frase corresponde a dois versos. O total da estrutura é de quatro semifrases – ou duas frases –, que correspondem a quatro versos no total, não havendo repetição da letra. Seguindo o padrão das seções anteriores, os compassos 33 a 36 abrigam a primeira semifrase da primeira frase, que também é a primeira semifrase da segunda frase, compassos 41 a 44. Os compassos 37 a 40 abrigam a segunda semifrase da primeira frase, a qual ganha uma variação na segunda semifrase da segunda frase, compassos 45 a 49. Mais uma vez, a estrutura é *a - b - a - b'*. A Figura 11 indica a estrutura melódica da terceira seção:

Seção C

150 bpm

33

frase 1

semifrase a

Vi-li, Vi li Lin - de - man, _____ drinck ma nich zôu fel, _____ zí-za, zí-za

38

semifrase b

frase 2

semifrase a

krist sch-nacht _____ mit áin bés-samsch-tel, _____ Vi-li, Vi-li Lin - de-man, _____ trek din

44

semifrase b'

hôu - zasch-tram, _____ zí - za vets vat di pas - si - ra kan. Ha! Ha! Ha!

Figura 11: Análise melódica da *Seção C* de *De fest*.

Quanto à harmonia, que é estritamente tonal, a Figura 12 apresenta uma análise harmônica:

3/4 ||: F | % | % | % | C7 | % | F | % | F | % | % | % | C7 | % | F | % :||

I V⁷ I I V⁷ I

| Bb | % | F | % | C7 | % | F | % | Bb | % | F | % | C7 | % | F | % ||

IV I V⁷ I IV I V⁷ I

| F | % | C7 | % | % | % | F | % | F | % | C7 | % | % | % | F | % ||

I V⁷ I I V⁷ I

Figura 12: Análise harmônica de *De fest*.

E quanto à letra, está dividida em quatro estrofes de quatro versos. Há rima entre o primeiro e o segundo verso e entre o terceiro e o quarto verso na primeira estrofe, assim como na segunda e na quarta, que não ocorre na terceira estrofe – nesta, a rima acontece apenas entre o segundo e o quarto verso.

Os demais aspectos referentes à letra, seu significado, bem como outras questões implícitas à canção, serão abordados a seguir.

A NARRATIVA DA MEMÓRIA CULTURAL POMERANA ATRAVÉS DAS CANÇÕES

Musicalmente falando, não são claras quaisquer características que possam ser classificadas como peculiares à música pomerana nas duas canções coletadas, exceto sua origem germânica. Haja vista a secular germanização dos pomeranos, a primeira canção pomerana apresentada, *De múta éna hóchtich*, é uma polca, ritmo oriundo da cultura alemã, bem como a segunda canção, *De fest*, é uma valsa, também de origem alemã.

No entanto, as temáticas e as letras das canções são reveladoras de significados, de maneiras de como os pomeranos veem o mundo que ali ficam cristalizadas, de representações culturais intrínsecas, i.e., são uma forma de narrativa cultural da memória pomerana. Se as canções têm letra, elas contam histórias, narram fatos, episódios, expressam ideias, revelam traços culturais, registram a memória da comunidade que a cria. De acordo com Jovchelovitch (2007, *apud* AMON, MENASCHE, 2008, p. 20), é pelo contar histórias que o conhecimento social se torna palpável, assim como as representações do passado e as apresentações da identidade, pois, com base em narrativas, as comunidades resgatam à memória o que aconteceu, dão sentido aos acontecimentos e constroem o individual e o social.

Cada uma das canções pomeranas nos revela características culturais atreladas à memória e à identidade da comunidade, as quais passarei a apresentar a seguir.

O casamento da vovó e a emigração pomerana

Em seu romance histórico *O pescador de arenques* (COSTA, 2007), o autor lourenciano Jairo Scholl Costa narra a história de gerações de uma família pomerana, a qual aporta em São Lourenço do Sul. Um dos personagens, Armin Kreitlow, enfrenta problemas para manter a posse de suas terras, as quais pertenciam a um nobre, o senhor Baumann, e que ainda estavam sendo pagas até que um dia Armin não teve como pagar, obrigando-se a devolvê-las, sem compensação pelos valores já pagos, como previsto em contrato:

Havia uma conjunção de fatores como péssimas colheitas, desemprego crescente, alta de preços, queda de salários e um medíocre desempenho do comércio, circunstâncias que levariam à depressão de 1846/47 (COSTA, 2007, p. 57).

Em poucos dias, enrascado, Armin suicida-se, deixando a família apenas com a casa e poucas perspectivas. Seus filhos, Rutger e Ernest, abatidos, encontram esperança em um folheto de publicidade de

uma agência de imigração de Hamburgo, Alemanha, que informava que os Estados Unidos da América precisavam de imigrantes para colonizar terras em Wisconsin e Minnesota, e que “trazia informações de como um homem poderia ter rapidamente suas terras, fazer logo um ‘pé de meia’ e não estar subjugado a nenhum nobre ou grande proprietário” (*ibid.*, p. 73). Entusiasmado, Rutger explica ao irmão:

É uma terra de homens livres. Os Estados Unidos é uma república democrática. Lá, o valor está nas pessoas. Não interessam nomes de família, brasões ou país de origem. É uma terra de imigrantes. Todos são iguais. [...] Milhares de pessoas na Alemanha estão tomando este caminho (*ibid.*, p. 74).

Enredo à parte, o romance, historicamente fundamentado, com extensa bibliografia especializada, indica que, ainda na primeira metade do século XIX, antes de os pomeranos começarem a emigrar para a região sul do Rio Grande do Sul¹⁰, já havia emigração pomerana para os Estados Unidos.

Ao se referir aos primeiros imigrantes pomeranos que chegaram ao Espírito Santo, em 28 de junho de 1859, Ismael Tressmann (TRESSMANN, 2008, p. 11) afirma que a grande maioria dos pomeranos, todavia, emigrou da Europa para os Estados Unidos e para a Austrália.

Leopoldo Wille (WILLE, 2011, p. 49-53), por seu turno, refere-se à *Carta de Búfalo*, escrita em 1835 por G. Züngler da cidade de Búfalo, Estados Unidos, a qual se espalhou pela Alemanha provocando uma “febre de emigrar”. Dentre outras coisas, exalta as oportunidades e possibilidades econômicas que oferece a nova pátria, a igualdade entre os cidadãos, além de motivos religiosos, como nos revela o trecho transcrito abaixo:

Na América há espaço para milhões de pessoas. [...] As pessoas não precisam pagar impostos. [...] Não falta emprego para garantir o nosso sustento. [...] Todos vão assistir ao culto na igreja. [...] Títulos de nobreza, *status* e distinções não têm valor aqui. [...] Aqui é possível servir ao Senhor melhor que aí. A diarista vive melhor do que o agricultor proprietário de muita terra na Alemanha. Quem uma vez pisou no solo americano, sente-se como renascido (ZÜNGLER, 1835, *apud* WILLE, 2011, p. 50-53).

Ainda de acordo com Wille (2001, p. 54), no período de 1830 a 1890, emigraram para o Brasil cerca de trinta mil alemães, enquanto que o fluxo dirigido para os Estados Unidos foi de trezentos e trinta e um mil alemães no mesmo período.

Droogers (2008, p. 19), ao também se referir a alguns imigrantes germânicos que podem ter tido

¹⁰ Os primeiros pomeranos começaram a chegar a São Lourenço do Sul após a criação da Colônia São Lourenço, em 1858 (PODEWILS, 2011, p. 9).

motivação religiosa, por pertencerem a um movimento que se opunha à unificação da igreja prussiana na *Unierte Kirche*, cita Roelke, que afirma que em 1839 um grupo de quinhentos e setenta pomeranos havia emigrado para os Estados Unidos por motivos religiosos, servindo de exemplo.

Isto posto, cito a segunda estrofe da letra da primeira canção pomerana apresentada neste trabalho, *De múta éna hóchtich* (O casamento da vovó): “Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, onde está minha namorada? Não está aqui, não está ali, ela é dos Estados Unidos”. Como se trata de uma canção cujo aprendizado se dá oralmente de geração em geração, é de domínio público da comunidade e de autoria desconhecida, e como a emigração pomerana para os Estados Unidos é anterior à para o Brasil, é possível afirmar que, na narrativa da canção, o personagem representa um pomerano emigrado para os Estados Unidos, onde se casou com uma mulher americana e, ao participarem de um casamento pomerano, provavelmente em sua terra natal, sua mulher some. Pode ser uma referência, do imaginário da comunidade refletido na canção, à diferença cultural entre os pomeranos e os americanos, um tipo de advertência aos rapazes pomeranos emigrados para que não se casem com mulheres de outra cultura, o que acarretaria em transtornos. A mulher americana, personagem da canção, por não pertencer à cultura pomerana, desaparecera do casamento da vovó por estranhamento cultural. Conforme Salamoni (1995, p. 59-60) e Bahia (2011, p. 97), a endogamia, i.e., o casamento com pessoas de mesma origem étnica, é a prática mais comum entre os pomeranos. Há, inclusive, o seguinte dito popular, extraído de Bahia (*ibid.*, p. 187): “O nosso sangue não combina! O que você quer fazer com os pretos (brasileiros), se aqui temos pomeranos suficientes!”.

Há ainda outras duas representações culturais na letra desta canção que eu gostaria de destacar. Uma está na primeira estrofe: “Desde o casamento da vovó não dá mais carne de porco”. É uma referência à fartura de comida que há tradicionalmente nos casamentos. Os festejos do casamento são considerados pelos pomeranos como a data mais importante no transcorrer da vida de uma pessoa (HAMMES, 2010, p. 200-203), chegando a contar com três dias de festa, e é quando eles mais dispõem de seus recursos econômicos (BAHIA, 2011, p. 212), para realizarem uma grande festa. A comilança¹¹ teria sido tamanha no casamento da vovó, que esgotara o estoque de carne de porco da comunidade. Aqui, fica evidente também a relação dos pomeranos com o seu habitat rural, consigo mesmos reconhecendo-se como imigrantes camponeses de origem pomerana (*ibid.*, p. 47), com a criação de animais e com o consumo de seus produtos.

A outra representação cultural pomerana está na última estrofe: “Violino, violino, pedra de breu, você não viu minha namorada?”. Aparece aqui o violino, instrumento musical europeu utilizado pelos pomeranos na Pomerânia, absorvido da Alemanha e dos países vizinhos e trazido para o Brasil pelos emigrantes. Segundo Hammes (2010, p. 43), até o início do século XX o violino ainda era presença marcante

¹¹ Em ditados pomeranos coletados por Roelke (1996, p. 56), há expressões de apetite e da comilança característicos das suas festas de casamento.

nos bailes de São Lourenço do Sul, tanto na cidade quanto no interior do município, além das casas de família. Hoje em dia, o violino não é mais muito utilizado na região, tendo perdido espaço para os instrumentos de sopro, como o trompete e o trombone, e instrumentos eletrônicos, como guitarra, contrabaixo e teclado, além de bateria, instrumentos característicos das *bandinhas*¹² atuais. Porém, na memória pomerana cristalizada tanto na letra da canção quanto na historiografia, ainda soa o violino.

A festa e o *misticismo pomerano*

As festas são marcos na cultura pomerana (SALAMONI, 1995, p. 45). Aniversários, casamentos, batizados, Páscoa, Natal, e Confirmações são eventos muito importantes na vida social dos pomeranos. A esta importância se refere a terceira estrofe da segunda canção pomerana apresentada neste trabalho, *De fest* (A festa): “E nós saímos para a grande festa, onde muitos querem cantar e os músicos tocam muito”.

Nestas festas, é notória também a presença do que denomino *misticismo pomerano*, um conjunto de costumes, simpatias e benzeduras que são elementos identitários tanto étnicos quanto sociais. Estas *práticas mágicas*¹³ são profundamente debatidas no livro *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã* (BAHIA, 2011), e mencionadas em relação à região sul do Rio Grande do Sul através da tese de doutorado *Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes* (THUM, 2009). Há também mais autores que se referem a tais práticas pomeranas, tais como Bosenbecker (2012), Wille (2011), Loner e Gill (2010), Hammes (2010, vol. 1), Baysdorf; Rodrigues (2007), Costa (2007), Zehetmeyr (2007), Roelke (1996), Salamoni (1995), Grinbaum (1994), Jacob (1992), Rocha (1984), Roche (1968), Wagemann (1949) e Neves (1943).

De acordo com Bahia:

A prática mágica presente em alguns rituais não é privilégio de indivíduos especializados [com exceção das benzedoras]. Estas práticas se inscrevem no patrimônio comum dos pomeranos, sendo transmitidas entre as gerações de cada família. Este saber é permanente e acessível a toda a comunidade e compreende gestos rituais, orações, fórmulas mágicas e utilização de vários objetos (BAHIA, 2011, p. 136).

A palavra em pomerano para se referir a estas práticas, segundo Bahia, é *ouwagloubá*, que significa “acima da fé”, a qual engloba “superstições e bruxaria” (BAHIA, 2011, p. 137). Às *práticas mágicas*, ou ao *misticismo pomerano*, eu associo a primeira estrofe da canção *De fest*, por conta da representação da

¹² Como são vulgarmente conhecidos na região os grupos de música germânica (HAMMES, 2010, vol. 3, p. 54-55).

¹³ Termo utilizado pela antropóloga Joana Bahia (2011).

vassoura como instrumento auxiliar na busca do personagem pela sua mulher: “Eu não conseguia achar minha mulher na cama, ela não estava deitada nem na frente, e nem atrás. Peguei a vassoura e revirei tudo e aí passou no meio das minhas pernas”.

A vassoura é utilizada de diversas formas místicas pelos pomeranos. No casamento, por exemplo, a vassoura entra em cena após o *quebra-louças*. Este ritual é bastante comum na Alemanha, onde muitas famílias possuem suas “louças para serem quebradas” e espantarem com muito barulho os espíritos do barulho, os chamados *Poltergeister*: a ideia de fazer barulho para espantar os maus espíritos está presente no significado do ritual (BAHIA, 2011, p. 236-237). Na oração do *quebra-louças*, há a seguinte passagem: “Assim como esta louça é quebrada (a louça começa a ser quebrada neste ponto da oração), e vocês tentam juntar os pedaços, assim vocês vão juntar o dinheiro na vossa propriedade” (*ibid.*, p. 243). Logo após o *quebra-louças*, todos os presentes dançam em cima dos cacos. Então, aqui se insere a vassoura: enquanto os noivos tentam varrer os cacos para dentro do terreiro, os convidados têm a tarefa de impedi-los. Estes cacos serão guardados na nova casa, pois o tempo de duração destes significa a longa duração do casamento. Muitos casais enterram os cacos na terra em que irão morar, pois estes constituem um símbolo de multiplicação dos bens da sua propriedade (*ibid.*, p. 247).

Conforme relatam Bernabé e Lorint (1977, p. 182), camponeses romenos também usam a vassoura de forma mágica nas festas comunitárias, notadamente na festa de São João, para espantar os maus espíritos da casa ou da fazenda, além de vassouras serem mantidas atrás da porta das casas, durante todo o ano, em caso de necessidade de utilização mágica. Joana Bahia relata que durante sua estadia na colônia de pomeranos de Laranja da Terra, no estado do Espírito Santo, soube do mesmo uso mágico da vassoura numa propriedade onde viviam três senhoras: elas usam a vassoura atrás da porta e jamais entravam em casa recém-varrida, para não “pegar nenhum mau espírito” (BAHIA, 2011, p. 238). No Brasil é costume colocar a vassoura atrás da porta quando se quer que a visita vá embora.

Segundo Roelke (1996, p. 74), a última dança da segunda noite do casamento pomerano, já com o dia clareando, era a dança da vassoura. Quem não conseguisse um par para dançar, dançava com a vassoura. Quando a deixava cair, todos tinham que procurar outros parceiros. Sempre sobrava alguém para dançar com a vassoura.

A vassoura, ainda, tem a denotação de serviço doméstico, obrigação matrimonial da mulher pomerana. De acordo com Bahia, o cachimbo e o bule, em vários ritos de *quebra-louças*, apresentados aos noivos, simbolizam no casamento a obediência da esposa à chefia do marido, como mostra o trecho de uma das orações proferidas em pomerano: “Você tem que fumar, a fumaça tem que levantar até o teto e rodar; você tem que esquentar esse café direitinho para ele, muitas vezes e sem reclamar! Você tem que costurar as meias dele” (BAHIA, 2011, p. 247). A fumaça está relacionada à autoridade do homem, que tem que ser

maior que a da mulher, e por isso a sua fumaça tem que subir até o teto, e o trabalho doméstico está associado à subserviência da mulher ao marido.

Salamoni observa como aspecto muito relevante a sobrecarga da mulher na divisão sexual do trabalho (SALAMONI, 1995, p. 35). Afazeres domésticos e trabalho nas lavouras, tirar leite, tratar os animais, cuidar da horta e do jardim, carregar lenha, cuidar dos filhos, tudo são tarefas da mulher pomerana: “Resignadamente, as mulheres assumiam suas obrigações, submissas e os maridos extremamente dominadores” (*ibid.*, p. 65).

A vassoura, entre os pomeranos, vem a representar a figura da mulher, doméstica, atrelada aos afazeres da casa; na dança da vassoura, esta faz as vezes de par para aquele ou aquela que sobrou, que não tinha outra coisa para fazer senão resignar-se e ‘varrer’. Também tem o poder de juntar, de agregar, sejam cacos de louça ou a prosperidade que juntar estes representa. A vassoura tem o poder mágico de varrer maus espíritos, de juntar cacos, e simboliza o trabalho feminino pomerano. E tem o papel de ajudar o personagem da canção *De fest* a encontrar sua esposa: “Eu não conseguia achar minha mulher na cama, ela não estava deitada nem na frente, e nem atrás. Peguei a vassoura e revirei tudo e aí passou no meio das minhas pernas”. O “revirar tudo” indica “limpeza”. Ao eliminar a “sujeira” – ou, como se pode interpretar, as influências dos maus espíritos –, o marido pôde encontrar sua esposa.

Há ainda, na última estrofe da canção *De fest*, uma utilização mais jocosa da vassoura, quando o senhor Vili Lindeman é ameaçado de apanhar com um cabo de vassoura se ele exagerar na bebida, o que evoca o lado mais festivo da canção, sem deixar de associar-se com o lado místico, representado pela vassoura. A vassoura também pode representar uma certa autoridade feminina, ao castigar o marido por estar bebendo demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jovchelovitch (2007) afirma que é contando histórias que o conhecimento social se torna reconhecível, bem como as representações do passado e da identidade. É com base nas narrativas que as comunidades resgatam à memória o que aconteceu, estruturam a sua experiência temporalmente, dão sentido aos acontecimentos. As narrativas estão entrelaçadas com a construção e continuidade das comunidades, com a produção dos saberes compartilhados pelas pessoas. Possibilitam a reflexão sobre vida comunitária e a herança histórica. De acordo com Amon e Menasche, contar histórias é uma das formas pelas quais as comunidades compreendem seu passado, presente e futuro (AMON, MENASCHE, 2008, p. 20). Os pomeranos narram-se a si mesmos através de sua cultura, suas tradições, sua música.

Quanto à identidade, pode-se observar um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que esta seja uma construção social, associada a uma relação dialógica com o *outro* (CANDAU, 2012, p. 9).

Isto pode se manifestar na oposição entre etnias, como no caso dos pomeranos. Segundo o mesmo autor, um consenso existe também em relação à memória, reconhecendo-se esta como uma “reconstrução continuamente atualizada do passado” (*ibid.*, p. 9). Enfim, admite-se geralmente que memória e identidade estão indissolavelmente ligadas, “pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças” (LOWENTHAL *apud* SILVA; SILVA, 2005, p. 204).

A memória é, portanto, “um elemento essencial para a manutenção da identidade coletiva” (BAYSDORF; RODRIGUES, 2007, p. 4). No presente trabalho, a memória cristalizada nas letras das canções pomeranas auxilia a comunidade a preservar, de certa forma, elementos essenciais de sua identidade.

Finalmente, podemos considerar que comunidades são “redes de pessoas cujo sentido de identidade ou ligação deriva de uma relação historicamente partilhada que está enraizada na prática e transmissão” (UNESCO, 2006, p. 9). Em relação à transmissão cultural, é importante salientar que a mesma é mais que do que uma transmissão de técnicas, “ela envolve valores, construção de papéis, envolve a manutenção da identidade étnica e social” (WOORTMANN; WOORTMANN *apud* BAHIA, 2011, p. 137). E, no caso das canções pomeranas estudadas neste trabalho, elas transmitem a cultura de seu povo, elas narram seu povo. Sim, os pomeranos narram-se a si mesmos através de sua música.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.
- BAHIA, J. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BAYSDORF, N. C.; RODRIGUES, P. R. Q. A etnia pomerana no sul do Rio Grande do Sul: autonomia, identidade e as influências externas da globalização e sua preservação através de feriados religiosos. *XVI CIC - Pesquisa e responsabilidade ambiental*. Pelotas, 2007. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00235.pdf>. Acesso em: 02 dez. 21012.
- BERNABÉ, J.; LORINT, F. E. *La sorcellerie paysanne*. Bruxelas: A. de Boeck, 1977.
- BÖHLKE, M. *A Colônia Particular de São Lourenço: seu contexto dentro do processo colonial do Rio Grande do Sul*. 2003. Monografia – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.
- BOSENBECKER, P. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço do Sul/RS (1857-1877)*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução Maria Leticia Ferreira, 1. ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, J. S. *O Pescador de Arenques*. Pelotas: EDUCAT, 2007.
- DROOGERS, A. Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos na Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005). *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 13-41, 2008.
- ELIADE, M. *Lo sagrado y lo profano*. Barcelona: Labor, 1983.
- FLORES, H. A. H. *Canção dos Imigrantes*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Universidade de Caxias do Sul, 1983.
- GREEN, D. M. *Form in tonal music – an introduction to analysis*. University of Texas, Austin: Holt, Rinehart and Winston, 1979.
- GRINBAUM, R. Gente de outro mundo. Descendentes de pomeranos vivem no Espírito Santo como se estivessem na Europa do século passado. *Revista Veja*, São Paulo: Abril Cultural, 8 jun. 1994.
- HAMMES, E. L. *São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000*. V. 1-4. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.
- IEPSEN, E. *Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço do Sul: Da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- JACOB, J. K. *A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo*. Espírito Santo: Departamento Estadual de Cultura, 1992.
- LANDO, M.; BARROS, E. C. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul – uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976.

- LONER, B. A.; GILL, L. A. *Memórias sobre o cuidado: o (a)s benzedeiro (a)s na região sul do Brasil*. Recife, 2010. *X Encontro Nacional de História Oral*, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268243136_ARQUIVO_Memoriassobreocuidado-LorenaGilleBeatrizLoner.pdf>. Acesso em 05 de dez. 2012.
- NEVES, G. S. Costumes nupciais da Pomerânia entre os colonos teuto-brasileiros. *Folclore*. Espírito Santo: Comissão Espírito Santense de Folclore, n. 24-25, mai/ago. 1953.
- PODEWILS, D. O. *Colonização germânica: a colônia de São Lourenço e suas particularidades*. Pelotas, 2011. Monografia - Universidade Federal de Pelotas.
- RHEINGANTZ, C. G. *Colônia de São Lourenço: Histórico de sua fundação por Jacob Rheingantz*. Rio Grande: Oficina da Livraria Americana, 1907.
- ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896*. 1984. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.
- ROCHE, J. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/USP, 1968.
- ROELKE, H. R. *Descobrendo raízes. Aspectos geográficos, históricos e culturais da pomerânia*. Vitória: UFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.
- SADIE, S.; LATHAM, A. *Dicionário Grove de música: edição concisa*. Tradução Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- SALAMONI, G. (org.). *Os pomeranos. Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Universitária, 1995.
- SCHRÖDER, F. *A imigração alemã para o sul do Brasil*. São Leopoldo, Editora da Unisinos, co-edição com EDIPUCRS: 2003, 2ª edição, 2003.
- SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994.
- SILVA, D. K. *Projeto Pomerando: língua pomerana na Escola Germano Hübner*. São Lourenço do Sul: Danilo Kuhn da Silva, 2012.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- The Concise Oxford Dictionary of Music*, 2007, versão on line. Disponível em: <<http://goo.gl/TaJWY6>>. Acessado em 02 jun. 2013.
- THUM, C. *Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- TRESSMANN, I. *Dicionário Enciclopédico: Pomerano e Português*. Santa Maria de Jetibá: SEC, 2006.
- TRESSMANN, I. *O pomerano: uma língua baixosaxônica*. In: Educação, cultura e sociedade. *Revista da Faese* (Faculdade da Região Serrana), vol. 1., Santa Maria de Jetibá, ES, p. 10-21, 2008.

- UNESCO, 2003, *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, Decreto n.º 28/2008 de 26 de Março, Diário da República n.º 60, 1685-1704. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1s/2008/03/06000/0168501704.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2009.
- UNESCO, 2006, *Report of the Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention*. Tóquio, 2006. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00034-EN.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2012.
- VASSALLO, S. P. O registro da capoeira como patrimônio imaterial – Novos desafios simbólicos e políticos. *Educação Física em Revista*, Vol. 2, No 2, 2008. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/977/841>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- WAGEMANN, E. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.
- WILLE, L. *Pomeranos no sul do Rio Grande do Sul: trajetória, mitos, cultura*. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.
- WILLEMS, E. *A aculturação de alemães no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- ZEHETMEYR, M. L. *Uma amostra da realidade linguística dos pomeranos de duas regiões do Brasil*. Pelotas, 2007. Monografia - Universidade Federal de Pelotas.

Recebido em: 04/01/2014
Aprovado em: 14/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

**UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE BOUDICA E A MEMÓRIA COLETIVA
BRITÂNICA**

Tais Pagoto Bélo

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE BOUDICA E A MEMÓRIA COLETIVA BRITÂNICA

Tais Pagoto Bélo¹

Resumo: Este artigo tem por intuito mostrar como Boudica, rainha bretã da tribo dos iceni, que liderou um exército contra o Império Romano no século I d.C., está consolidada na experiência histórica do passado britânico e em sua memória coletiva por meio de uma cultura material composta por estátuas e um vitral localizados em diferentes cidades no Reino Unido, tais como Colchester, Londres e Cardiff.

Palavras chaves: Boudica, Memória, Britânicos.

Abstract: This article intends to show how Boudica, Breton queen from the Icení tribe, who led an army against the Roman Empire in the 1st century A.D., is consolidated in the historical experience of the British past as well as in its collective memory through a material culture composed by statues and a Stained Glass window found in different cities of the United Kingdom, such as Colchester, London and Cardiff.

Keywords: Boudica, Memory, British.

INTRODUÇÃO

Este artigo se baseia na demonstração de como Boudica, rainha bretã, da tribo dos iceni, casada como o rei Prasutago e que tinha duas filhas, tornou-se um símbolo de força feminina e uma heroína nacional para os britânicos.

Boudica viveu no século I d.C., na antiga Britannia, onde hoje é a Inglaterra, mais especificamente na região chamada *East Anglia*, ao leste desse país. Ela formou um exército contra o Império Romano após Deciano Cato, um oficial de finanças romano, *procurator Britanniae*, ter desejado tomar as terras de sua tribo logo depois da morte de seu marido. Sua negação diante desse fato levou suas filhas a serem violentadas e ela açoitada. Dessa forma, seus atos estabeleceram parte da história do Império Romano e dos primórdios da constituição social britânica, proporcionando consequências sociais até os dias de hoje.

Os usos do passado diante da figura de Boudica carregam em si suas representações, utilizadas até o presente, embora tenham sofrido e ainda possam sofrer mudanças em seu contexto simbólico, devido ao valor que é colocado sobre elas e a atitudes cotidianas que fazem com que Boudica seja sempre lembrada. Assim, essa memória é alimentada, ficando responsável, por tempos em tempos, por construir e completar uma memória coletiva, que, segundo Halbwachs (1996), é uma corrente de pensamentos contínuos que

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em História Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil; com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP), Brasil.

nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Dessa forma, “onde há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo” (BENJAMIN, 1989, p. 107), ou seja, um não existe sem o outro.

A memória social é variável devido ao gênero, a etnicidade, à classe, à religião dentre outros fatores, permitindo uma multiplicidade e possíveis conflitos de memória em uma sociedade (VAN DYKE e ALCOCK, 2003), os quais emergem e são envolvidos por ações de lembranças e esquecimentos. A memória também pode ser utilizada para iluminar o passado de grupos marginalizados. A construção da memória social pode envolver diretamente a conexão com os ancestrais em um passado de lembranças ou abranger ligações com uma vaga mitologia antiga geralmente baseadas numa reinterpretação de monumentos ou panoramas (VAN DYKE e ALCOCK, 2003; GOSDEN e LOCK, 1998; MESKELL, 2003). A supressão do passado, em vez da conexão, também pode estar relacionada com o próprio passado, que pode ser submetido e dominado, conquistado e desguarnecido (VAN DYKE e ALCOCK, 2003; MANNING, 1998).

A construção da memória, simbolicamente, pode aplanar rupturas, criar a aparência de um todo social sem cicatrizes e ser utilizada para naturalizar ou legitimar autoridade (ALCOCK, 2002; HOBBSAWM e RANGER, 1983; JONKER, 1995). A memória coletiva é uma das grandes estacas de sociedades desenvolvidas ou em desenvolvimento, de dominados e dominantes, os quais se esforçam pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e progresso (VAN DYKE e ALCOCK, 2003; LE GOFF, 1992, LAQUEUR, 2000). É possível que um uso comum da memória social se volte para criar e suportar um senso de identidade individual e pública (VAN DYKE e ALCOCK, 2003; BASSO, 1996; BLAKE, 1998). Além da memória ser utilizada por grupos de elite para seus interesses próprios, ela também pode ser empregada a serviço da resistência. Sendo assim, a mutabilidade da memória pode permitir diferentes conflitos, que, muitas vezes, coexistem no interesse de partes que competem entre si (VAN DYKE e ALCOCK, 2003; ALONSO, 1988). Contudo, a criação e recriação da memória social é uma atividade sempre em processo.

Sendo assim, pode-se perceber que algumas coisas são sempre lembradas e outras não, como se houvesse um julgamento social para tanto, ou simplesmente porque não existe um motivo político social para se lembrar de outro fato. Dessa forma, Boyer (1996) menciona que, talvez inconscientemente e, outras vezes, explicitamente, os fragmentos e traços da arquitetura de uma cidade, por exemplo, são manipulados, embora algumas coisas permaneçam, são inseridas em um contexto contemporâneo e controladas pelas circunstâncias de mudanças e desejos atuais (BOYER, 1996).

Contudo, Boudica ainda é lembrada no século XXI através de uma cultura material elaborada no século XIX e início do século XX, que é formada por estátuas e um vitral, que foi trazida pelos antigos escritores, passando pelos palcos de peças de teatro e poemas para sua materialização e memória coletiva Britânica.

OS ANTIGOS ESCRITORES E SEUS RELATOS SOBRE BOUDICA

Os escritores antigos Tácito e Dião Cássio escreveram em primeira mão sobre o episódio de Boudica, que se passou aproximadamente nos anos de 60 e/ou 61 d.C., nas obras *A vida de Agrícola*, *Anais* e *História de Roma*. Esses autores mencionam que a rainha guerreira se rebelou contra os atos do Império Romano e formou, assim, um exército contra esse inimigo junto aos trinovantes, tribo vizinha, destruindo os assentamentos de Camulodunum, Londinium e Verulamium.

Tácito salientou que a rebelião se iniciou depois que o rei Prasutago morrera, que teria deixado o Império Romano como co-herdeiro de seus bens, junto a suas filhas, para que depois de sua morte evitasse que seu reino sofresse ataques.

Deciano Cato, um oficial de finanças, *procurator Britanniae*, viu a morte de Prasutago como um modo de obter dinheiro e talvez adquirir glória, adicionando o território à província na ausência do governador, Suetônio Paulino e do poder de guerra romano, os quais estavam na ilha de Mona guerreando contra os druidas. O resultado foi a recusa, por conta de Boudica da entrega das terras, ocasionando, assim, a violação de suas filhas e o próprio açoitamento. Esse episódio deu início à formação do exército liderado por ela e, conseqüentemente, à destruição dos três assentamentos romanos (ALDHOUSE-GREEN, 2006).

Boudica foi descrita por esses autores como uma mulher incapaz de liderar um exército e que era masculinizada com a voz, o tamanho e as armas de um homem.

AS REPRESENTAÇÕES MATERIAIS DE BOUDICA

Em uma viagem pela Escócia, em 1872, a Rainha Vitória se deparou com as origens celtas presentes nesse país, ou seja, ela encontrou-se com mensagens gaélicas como *Ar Buidheachas Do'n Bhudhaich*, que quer dizer “À Vitória, nossa gratidão”. Alguns aspectos do país, como a palavra “Vitória” em gaélico, que é *bouda*, aproxima-se bastante da palavra em galês moderno *buddug*, nome da rainha guerreira celta, que nos escritos latinos de Tácito ficou *Boudica*, o qual acrescentou um “c”, no entanto, provavelmente seu nome era pronunciado *Bowdeekah* originalmente, passando no período medieval tardio, à forma errônea de *Boadicea* (FIELDS, 2011; WEBSTER, 1978; DAVIES e ROBINSON, 2009).

Para acrescentar, a deusa Andraste, à qual Boudica era devota, de acordo com Dião Cássio, era a deusa da Vitória. Assim, todos esses aspectos fizeram com que a rainha Vitória passasse a se afeiçoar a essa figura, de raiz celta também, mas uma heroína conterrânea (WEBSTER, 1978; ALDHOUSE-GREEN, 2006), fazendo com que os Vitorianos tivessem uma afinidade especial com a rainha da Idade do Ferro. Após 1850,

momento em que o Império Britânico estava em ascensão, os britânicos não somente passaram a ter uma concepção das grandes exibições, mas também da consciência de se lembrar das grandes glórias de seu passado (WEBSTER, 1978). Sendo assim, as pessoas começaram a observar e interpretar traços do seu passado mais distante para servir às necessidades e aos interesses do presente (VAN DYKE e ALCOCK, 2003).

Logo depois que a rainha Vitória foi coroada, o artista Herry Courtney Selous, em 1843, pintou um retrato de Boudica para ela. A heroína aparece na pintura vestida com uma túnica, um xale esvoaçante e com o busto à mostra, gesticulando no campo de batalha como se chamasse pela presença da força dos guerreiros antes da batalha.

Como a rainha Elizabeth I, a rainha Vitória utilizou da força dessa personagem como símbolo de liderança feminina, solicitando a construção de uma estátua em homenagem à guerreira, a qual foi levantada em Londres pelo artista Thomas Thornycroft, próxima à ponte de Westminster, às margens do rio Tâmisa, em frente ao parlamento britânico, em oposição ao Big Ben.

Foi construído um ícone da grandeza inglesa – em uma cidade importante, a qual no passado foi um assentamento romano, e em um lugar estratégico, isto é, no centro político e de poder britânico, que parece olhar para toda a cidade como se fosse uma guardiã.

A escultura romântica de Thornycroft foi esculpida em bronze e é composta por Boudica, que está com as mãos ao céu, vestindo uma túnica esvoaçante, uma capa, uma coroa e segurando uma lança na mão direita; e suas filhas, as quais se encontram ajoelhadas atrás da rainha guerreira, olham atentamente e com desconfiança para frente, vestindo túnicas dos seios para baixo, os quais surgem à mostra. Elas estão em uma carroça ceifada ao estilo romano, guiada por cavalos que estão em posição alarmante. Todavia, de acordo com Davies e Robinson (2009), sabe-se que esse estilo de carroça não condiz com aquelas utilizadas na Idade do Ferro pelos bretões. Entretanto, não havia encontrado registros arqueológicos, na Inglaterra, de nenhum sepultamento bretão com carroça até o momento de término da estátua.

Com o apoio do Estado, essa estátua é uma representação da concepção Vitoriana de Boudica, quase uma versão do século XIX de Ben Hur, como lembra Aldhouse-Green (2006). Ainda, do lado sul da escultura, há inscrições em ouro, *Boadicea/ Boudicca/ Queen of the Icenii/ Who died AD 61/ After leading her people/ against the Roman invader*²; e, do lado leste, há duas linhas do poema de William Cowper (1782), o qual menciona *Regions Caesar never knew/ Thy posterity shall sway*³. Segundo Hingley e Unwin (2005), o poema foi usado pelo Conselho Municipal de Londres para efetivamente restabelecer Boudica institucionalmente. Para a estudiosa Aldhouse-Green (2006), existe uma alusão óbvia à Rainha Vitória, tanto no poema quanto na estátua.

O artista dessa escultura e o príncipe Albert, que deu apoio à construção da estátua, morreram antes que ela ficasse pronta (WEBSTER, 1978). Sendo assim, a obra acabou não recebendo financiamento

² *Boadicea/ Boudicca/ Rainha dos iceni/ Que morreu em 61 d.C./ Depois de liderar seu povo/ contra o invasor romano.*

³ *Regiões que César jamais conheceu, tua posteridade governará.*

suficiente para o banho final de bronze, de modo que a prefeitura de Londres precisou formar um comitê público para a arrecadação de verbas para terminá-la. Os principais donatários foram membros da realeza inglesa, acadêmicos, jornalistas, políticos e ricos senhores galeses (HINGLEY, 2000; PINTO, 2011). Esses últimos pareceram reconhecer Boudica muito mais como uma figura bretã do que inglesa. Eles próprios, mais tarde, homenagearam a guerreira em Cardiff, País de Gales, com outra estátua (PINTO, 2011).



Figura 01: Estátua de Boudica em Londres (BÉLO, 2012)

A estátua de Londres foi erigida um ano depois da morte da rainha Vitória e após a vitória militar britânica na *The Boers war*.

Dessa forma, a escultura somente foi entregue pronta pelo filho do artista, John Isaac Thornycroft, e colocada às margens do Tâmesa, pelo Conselho Municipal de Londres, em 1902, causando grande sentimento patriótico, pois a manifestação de Boudica como guerreira nesse momento estava ligada ao sentimento nacional em relação às raízes do passado dessa nação, e assim, à vangloriação do Império Britânico. Sendo assim, essa obra foi propositadamente colocada em frente a *House of Commons*, como se fosse defender esse órgão de possíveis ataques do sul, ou seja, do continente (PINTO, 2011).

Contudo, no início do século XX, com o declínio do Império Britânico, as obras escritas versando sobre Boudica aumentaram entre os escritores, ressaltando-se a grande presença de escritoras mulheres. O conteúdo da maioria era indicado para crianças, mais especificamente para meninas, tendo o intuito de mostrar uma abrangência geral do mundo colonial britânico. Alguns exemplos desse tipo de obra foram

realizados pelo autor Charles Doughty, em 1906, como o poema épico chamado *The dawn in Britain*; por Rosemary Sutcliff (2000), dezessete anos depois da Segunda Grande Guerra, o qual escreveu *The eagle of the Ninth*, uma esplêndida história de ficção, baseada na IX Legião, que foi amaldiçoada por Boudica e que desapareceu no norte. Há também obras mais recentes para adultos, como a grande série de Manda Scott (2008) chamada *Boudica*, além da obra de mesmo nome, *Boudica*, de Vanessa Collingridge (2006).

Nesse mesmo período, a estátua de Boudica começa a ser utilizada para um outro fim, não mais como um símbolo do Império. A atitude da rainha guerreira e suas ações do passado, contadas pelos antigos romanos, e o uso de sua figura feminina em apoio às grandes mulheres de poder, assim, como por exemplo, as rainhas Elizabeth I e Vitória, fizeram com que a sua imagem passasse a ser vista como algo que remete à força das mulheres.

Em um momento de extrema agitação feminista, pela reivindicação e liberdade de voto das mulheres, as sufragistas britânicas acabaram por utilizar a estátua como ícone de luta e símbolo de representação do feminino.

Segundo Hingley e Unwin (2005), a ascensão de Boudica como um ícone imperial dos períodos Vitoriano e Eduardiano pode ter sido a razão de as sufragistas a adotarem. Nessas circunstâncias, a posição da estátua feita por Thornycroft ainda foi considerada bastante estratégica, na medida que ela está colocada de uma forma como se avançasse sobre o parlamento.

A estátua era o lugar de reunião para as reivindicações do movimento e, até os dias de hoje, é utilizada por grupos feministas como força de ação para as mulheres. Como exemplo disso, há o grupo denominado *Climate Rush*, o qual, além de lutar pelos direitos das mulheres, também batalha a favor do meio ambiente. Inspirado pelas antigas sufragistas, o movimento surgiu em outubro de 2008 com 11 mulheres, tendo mais tarde também a presença de homens como militantes.

A organização ainda utiliza a velha frase feminista *Deeds not Words*, ou seja, “Ações não Palavras”, bem como a frase da historiadora Laurel Thatcher Ulrich (2007) *Well-behaved women seldom make history*, ou seja, “mulheres bem comportadas raramente fazem história”.

A personagem Boudica também se mostra muito importante para Cardiff, País de Gales, uma cidade litorânea que ainda hoje possui raízes Bretãs muito acentuadas, até pelo fato de ser uma cidade bilíngue, onde as placas de informações estão escritas em inglês e em galês.

A estátua da rainha guerreira se encontra no prédio da prefeitura, o qual fica localizado no centro, próximo ao Castelo de Cardiff, do Museu Nacional, da Universidade de Cardiff e da Galeria de Gales. A escultura foi feita em mármore Serraveza, em 1916, por James Harvard Thomas.

Sua imagem remetaria à crença de que Boudica seria uma líder nativa, tendo os galeses como seus descendentes (HINGLEY e UNWIN, 2006; PINTO, 2011), a qual parece ser retratada como uma bretã que quis se vingar dos erros cometidos contra seu povo e seu lar.

A prefeitura de Cardiff recebeu algumas estátuas como um presente para a cidade do Lord Rhondda of Llanwern, as quais custaram por volta de 15000 libras. Os heróis esculpidos por diferentes escultores foram escolhidos após uma consulta ao povo galês, que foi convidado para dar sua sugestão. A estátua de Boudica foi uma das escolhidas, sendo colocada, com outros heróis, no saguão chamado *The Marble Hall*, inaugurado pelo atual Secretário da Guerra do Império Britânico, David Lloyd George, no dia 27 de outubro de 1916. O nome do salão, *The Marble Hall*, faz jus às colunas de mármore de Sienna moldadas em bronze, o qual também foi utilizado nas luminárias, que foram suplementadas por projetores, refletindo o mármore polido do chão. O salão também é composto por vitrais com o tema de sereias e conchas.

Boudica é a única heroína dentre outros heróis, assim como algumas santidades, oficiais de guerras napoleônicas, reis medievais, poetas e líderes que se rebelaram contra o controle inglês. A construção dessa estátua aponta como um símbolo de resistência a um inimigo, seja ele romano ou inglês. A importância dessa figura para os galeses pode estar relacionada ao fato de que estes apoiaram o término da estátua de Londres (PINTO, 2011).



Figura 02: Estátua de Boudica em Cardiff (BÉLO, 2012)

Todavia, diferentemente da estátua feita por Thornycroft em Londres, com a beligerante carroça, aqui Boudica não está representada como uma guerreira poderosa, mas como uma mãe zelosa cuidando de sua prole, cujas filhas parecem refugiadas. Seus braços estão ao redor das garotas, sua face é de uma mulher preocupada, porém determinada; uma das meninas a olha como se a questionasse e a outra se apoia nela aceitando o abrigo dos braços. Boudica foi esculpida com longos cabelos, que vão além do meio das costas, com uma faixa na cabeça, vestindo uma longa túnica, a qual Hingley e Unwin (2005) definem

como se fosse em estilo grego, com um cinto, uma capa e sandálias, as quais dão a impressão de serem de couro. Segundo Aldhouse-Green (2006), ela parece muito velha para ter duas filhas adolescentes, as quais parecem traumatizadas, sendo descrita como uma bárbara digna, mas derrotada.

Junto à estátua, há a inscrição *Buddug, Boadicea, died AD 61*, em que *Buddug* é a tradução galesa de Boudica (ALDHOUSE-GREEN, 2006). Entretanto, a semelhança dessa estátua com a que se encontra em frente ao parlamento britânico diz respeito ao fato que as duas estão localizadas em um espaço político e de poder, além de existir uma equivalência com ações femininas.

Do outro lado da ilha, em Colchester, Inglaterra, está a terceira estátua de Boudica. Ela foi construída em uma cidade considerada a mais antiga de todo o Reino Unido. Seu antigo nome, Camulodunon, que significa “fortaleza do deus Camulos”, provavelmente foi dado por Cunobelino⁴, antigo rei dos catuvellauni, os quais conquistaram os trinovantes em 10 d.C., juntando as tribos. Todavia, depois de 43 d.C., os romanos os trataram separadamente e o assentamento passou a ser um *oppidum*⁵ depois da construção de uma fortaleza no local para estabilizar a dominância romana, a qual passou a ter o nome de Camulodunum.

Os trinovantes foram os primeiros a enfrentar os romanos, e do resultado da disputa fizeram com que Camulodunon se tornasse o primeiro assentamento romano, o qual foi citado por Tácito em *A Vida de Agrícola* e que abrigou a XX Legião, em 49 d.C. Depois da primeira investida contra os iceni, esse assentamento passou a ser a primeira *colonia* romana.

Camulodunum recebeu o *status* de *colonia*, pois virara um assentamento de legionários aposentados, que teriam servido em uma ou mais legiões na Britannia; com um ar militar, tinham a intenção de fazer dela a nova capital da província para testar o controle dos novos territórios; as funções principais da *colonia* era a manutenção dos veteranos e abertura para o fornecimento de novos recrutas.

Sendo assim, Camulodunum tinha a tarefa de promoção e proteção contra qualquer oponente (FIELDS, 2011). O nome da nova *colônia* não se sabe ao certo, mas as inscrições fazem menção do nome *Colonia Vectricensis*, “A Colônia dos Vitoriosos” (SEALEY, 1997).

Nesse sentido, a intenção de tornar esse assentamento a capital da nova província era para controlar as maiores unidades tribais nativas, estabelecendo-as como *civitates*⁶, nome dado às antigas tribos, adotado para definir as tribos da Idade do Ferro, passando a se realizar uma reorganização nas fronteiras de cada uma das tribos (HINGLEY e UNWIN, 2005).

⁴ Cunobelino foi o primeiro rei bretão que teve seu rosto modelado nas moedas como os imperadores romanos faziam, mostrando que ele poderia ter tido grande relação com esses últimos, porém, depois de sua morte em 43 d.C., seus sucessores parecem não ter tido a mesma recepção, o que poderia ter causado a invasão romana de 43 d.C. (HINGLEY e UNWIN, 2005).

⁵ O termo *oppidum* quer dizer ‘cidade’ em latim, sendo *oppida* seu plural.

⁶ As *civitates*, quer dizer cidade ou cidade-Estado, eram muito semelhantes as *oppida*, porém maiores. A *civitates* era governada pela elite nativa e tinha assistência e suporte da administração romana. Contudo, a tribo dos iceni não se desenvolveu nem como *oppida* ou *civitates*, o que parece é que a aristocracia não adotou o modo de vida romano (HINGLEY e UNWIN, 2005).

A violência e a hostilidade dos invasores contra os trinovantes, a tomada do território, a construção do templo de Cláudio, o qual foi proclamado um deus pelo senado romano depois de sua morte em 54 d.C., e o desenvolvimento dessa *colônia* formaram razões suficientes que facilitaram a união desses com os iceni na revolta de Boudica.

Em Colchester, atualmente, encontra-se a base militar do exército britânico, e a cidade é marcada por todas as eras pelas quais esse país passou, desde a presença dos romanos na ilha, incluindo as façanhas de Boudica, invasões saxônicas, normandas, até períodos medievais e foi assinalada pela herança dos Tudor, Stuart, Georgian entre outros.

A estátua dessa cidade foi feita pelo artista Jonathan Clarke, em alumínio, no ano de 1999, e colocada próxima à rotatória da estação de trem de Colchester. Sua construção foi encomendada pelo tradicional supermercado britânico ASDA, no mesmo período em que estava sendo comprado pela rede norte-americana *Walmart*, sob duras críticas nacionalistas (PINTO, 2011).



Figura 03: Estátua de Boudica em Colchester (BÉLO, 2012)

Outra peça primorosa, que se encontra na prefeitura de Colchester, é um vitral que está exposto em conjunto com mais dois vitrais na sala chamada *The Moot Hall*. Essas peças foram colocadas depois da reforma realizada nesse prédio em tempos Vitorianos. Um dos outros dois vitrais possui a figura de Carataco, considerado também herói bretão.

A sala que é hoje chamada *The Moot Hall* foi, no século XII, por volta de 1160, o próprio prédio onde havia as reuniões entre os administradores da cidade. Esse nome foi retirado de uma palavra anglo-saxônica que quer dizer “encontro”. Era considerado o principal prédio administrativo e judicial de Colchester, além de possuir espaço também para ser uma prisão e para as facilidades do comércio de tecido (GREEN, 1997).

Entretanto, em 1843, esse pequeno lugar foi reformado e praticamente todo destruído para dar origem à primeira prefeitura em moldes Vitorianos e Eduardianos. A nova prefeitura foi composta de uma abrangente sala para assembleias, a qual leva o antigo nome, *The Moot Hall*, além de salas de tribunais, uma sala de magistrado, salas de comitês, um centro policial, celas e uma sala para o carcereiro (GREEN, 1997).

Em 1897, houve uma terceira reforma feita pelo arquiteto britânico Norman Shaw, o mesmo que construiu a Scotland Yard em Westminster. Hoje, o prédio possui mais de 90 salas, incluindo espaço para festas, assim como casamentos, cortes judiciais, escritórios e vários departamentos para o conselho. A maioria das principais salas é utilizada com o mesmo propósito de antigamente e algumas foram adaptadas (GREEN, 1997).

Esse prédio se encontra no centro da cidade, na *High Street*, e continua sendo o local de governo da cidade. Essa edificação também é uma celebração à história de Colchester, como a mais antiga cidade do Reino Unido. Mostra no seu interior e exterior as lembranças e símbolos associados a história e lendas que envolvem a cidade, como por exemplo, a estátua da rainha Vitória diante da escadaria principal, que se estende diretamente em frente da entrada capital do prédio. A escultura foi feita pelo artista L. J. Watts, de Colchester, e presenteada pelo prefeito Horace Egerton Green, que esteve atuante durante 1886 - 1887 e 1896 - 1897 (GREEN, 1997).

A homenagem à rainha Vitória também se localiza no lado de fora do prédio, na torre chamada Torre Vitória, a qual celebrou o jubileu de diamante em 1897. Ela morreu em 1901, antes da torre ficar pronta, mas quem a recebeu foi seu filho, rei Eduardo VII, quando a prefeitura foi aberta.

A principal sala, *The Moot Hall*, é composta de um órgão, em uma das extremidades, e de vários quadros de governantes que foram importantes para a cidade e que influenciaram o desenvolvimento local desde períodos pré-romanos (ALDHOUSE-GREEN, 2006) até a atualidade, como por exemplo, um retrato da rainha Elizabeth II. Além disso, possui três vitrais Eduardianos que ilustram resumidamente a história municipal.

O vitral do meio, chamado *The Queens Window*, é composto das “mulheres de Colchester”, para comemorar todas as rainhas que visitaram a cidade ou foram associadas a ela, desde Boudica até a rainha Vitória. Essa obra foi presenteada pelas *Ladies of the Borough*⁷, sob a liderança da Presidente do Comitê, Emily Sanders, que foi primeira dama de 1898 a 1899 (ALDHOUSE-GREEN, 2006). Pode-se considerar que essa obra também celebra a participação das mulheres na vida política e social da cidade.

No meio do vitral encontra-se a maior imagem, que é da rainha Vitória, e nas laterais observam-se imagens menores de outras mulheres poderosas, com seus nomes escritos junto a elas, sendo que do lado direito, embaixo, está Boudica, entre Eleanor de Aquitaine, Catharine de Aragão, Elizabeth I, Helena, mãe de Constantino, entre outras (GREEN, 1997). Nesse vitral, Boudica está desenhada como uma jovem rainha guerreira, com cabelos naturalmente dourados avermelhados, com uma coroa na cabeça, com um colar de ouro no pescoço, com um manto vermelho púrpura ao redor de seus ombros e com uma lança em posição de ataque.

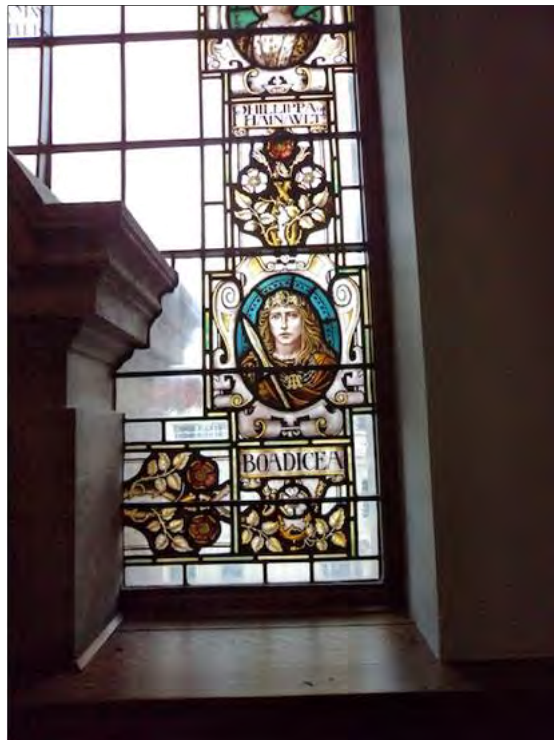


Figura 04: Vitral *The Queens Window*, com a figura de Boudica aproximada (BÉLO, 2012)

A fascinação pública por Boudica ainda é bem evidente atualmente. Ela é vista como uma personificação majestosa e com virtudes maternas e guerreira. Além disso, simboliza a força de independência e política para mulheres como a rainha Elizabeth I e a rainha Vitória. É observada como uma guerreira que lutou contra a injustiça e, muitas vezes, se tornou um talismã, em que a memória a enquadra em um panteão de idealizações. A maioria das pessoas associa a personagem à cidade de Colchester, mas

⁷ Mulheres da cidade.

sua estadia nesse local se deu somente para destruí-lo, sua verdadeira morada estava na região de Norfolk, onde era o território dos iceni. Todavia, Colchester é a cidade que mais enfatiza a guerreira. Foram os próprios britânicos que a transformaram em um ser mítico, embora muitas vezes tenham esquecido que ela realmente existiu, mas a inspiração que ela provoca e o seu legado estão sempre vivos.

As estátuas e o vitral estão relacionados a uma demonstração nacionalista de origem e da história local e são indicadores da herança cultural para a construção de uma memória coletiva sobre a figura de Boudica. Esses indicadores sociais correspondem à cultura material e a ações coletivas resultantes da agência de atores sociais, que ocasionaram a construção dos objetos ligados à Boudica, que, juntamente com as exposições, constroem e envolvem-se em uma rede simbólica desenvolvida durante anos sobre a representação da guerreira, compondo, assim, uma subjetividade, a qual é previamente constituída devido à experiência cultural e histórica (GIDDENS, 2003).

Realizei entrevistas com os visitantes do *Norwich Castle Museum & Art Gallery*, *Colchester Castle Museum*, *Museum of London* e *Verulamium Museum*. As pessoas entrevistadas incluíram 21 mulheres, 19 homens, entre 5 e 76 anos, 37 ingleses e 3 Irlandeses, entre o ensino fundamental e universitário.

As entrevistas realizadas com o público foram elaboradas com a ajuda, respaldo e leitura do livro *Beyond the glass case*, de Nick Merriman, publicado em 1991. As questões não são iguais às que o autor coloca em sua obra, porém baseadas em suas ideias.

A entrevista com o público foi preparada de modo a não ser longa, todavia, algumas respostas suscitaram novas questões, o que naturalmente gerou mais perguntas, deixando o questionário mais fluente. Entretanto, as respostas consideradas foram aquelas voltadas para o ‘sim’ ou o ‘não’. As questões também tiveram como objetivo mostrar como o museu trabalha a comunicação com os visitantes, sobretudo no que se refere às informações acerca de Boudica, além de investigar atividades de interação entre o museu e a sociedade. Contudo, a intenção maior das entrevistas tinha por intuito descobrir se a personagem faz, de fato, parte da memória coletiva dos britânicos e como essa suposta memória e/ou informações são comunicadas para sua continuidade e permanência.

As questões feitas para os visitantes foram:			
Sexo	Idade	Escolaridade	Nacionalidade
a) Você já tinha ouvido falar de Boudica?			
b) Você aprendeu sobre ela na escola?			
(Caso não) Onde foi o primeiro lugar em que você ouviu falar dela?			
(Se sim) Quem foi Boudica na sua concepção?			

c) Você acha que as informações expostas no museu ajudaram a aumentar seu conhecimento?

Você acha que as informações fornecidas pelo museu diferem daquelas dadas na escola?

Em quais aspectos?

Você aprendeu algo novo hoje?

d) De qual parte da exposição você mais gostou?

A pesquisa constatou que 92,5% dos entrevistados já tinham ouvido falar de Boudica antes; 85% aprenderam sobre ela na escola; 72,5% acreditam que as informações dos museus ajudam as pessoas a aumentarem seu conhecimento; as partes dos museus que os entrevistados mais gostaram, só tiveram relação com a exposição de Boudica, nos museus de Norwich e de Colchester.

Na concepção geral dos entrevistados a respeito de Boudica, ela é vista como uma heroína, uma guerreira, rainha e líder dos iceni, muito corajosa, brilhante, muito certa de suas atitudes, líder da revolta contra os romanos, ela tem ligação com Colchester, a primeira mulher a ser líder de um exército, líder icônico, mulher forte que lutou contra os romanos, uma poderosa líder e guerreira.

Nesta pesquisa de campo e em cada entrevista é possível concluir, a partir do contato com os britânicos, que Boudica faz parte da memória coletiva do grupo.

Mesmo sendo uma heroína inglesa, irlandeses e galeses se orgulham de discorrer a seu respeito. Sua figura tem um poder desbravador sobre o mundo e o tempo, sendo que até os dias de hoje ela ensina, provoca, reage, modifica pensamentos, quebra tabus e preconceitos, porque ela se fez entender pelos seus propósitos, tornando-se assim carismática. Ela é uma figura de transformação, uma mulher para todos os tempos, para modificações e para trazer o novo. Entretanto, ela ainda é uma ideia ou a expectativa de um ideal, um espectro, muitas vezes entrelaçada nas sombras e, outras vezes, calada pela história, reacendida por algum interesse momentâneo que queira utilizá-la como exemplo.

CONCLUSÃO

A questão fundamental neste artigo diz respeito a memória coletiva diante da figura de Boudica, a qual se constitui por uma reconstrução da continuidade atualizada do passado, que está indissolivelmente ligada à identidade (CANDAU, 2011).

A memória nos modela e também é, por nós, modelada, nutrindo-se mutuamente para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. É a memória que fortalece a identidade,

individual e coletivamente. Sendo assim, no quadro das estratégias identitárias, os indivíduos operam escolhas sempre no interior de um repertório flexível e aberto a diferentes meios, assim como representações, mito-história, crenças, ritos, saberes, heranças, que pertencem ao interior de um registro memorial (CANDAU, 2011).

No caso de Boudica, a memória dessa representação esteve atrelada à análise das formas de como ela se manifestou, e principalmente como os britânicos a materializaram para tentar deixar a lembrança dessa figura eternizada dentro de uma memória coletiva, a qual supostamente é comum a todo o grupo, configurando-se um enunciado relativo à descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças. Os objetos patrimoniais de Boudica são sempre descritos como um marco que se deve conservar, restaurar e valorizar (CANDAU, 2011).

Portanto, a cautela em preservar a figura de Boudica é a resposta dos britânicos a uma concordância com que essa figura seja representada e, dessa forma, representante dos atos e agências em que esse grupo, principalmente o movimento feminista, esteve presente e que ainda pode construir novas causas para a interpelação dessa reprodução. Seu retorno à consciência do grupo é acionado por lembranças do passado às quais a heroína esteve atrelada, especificamente a aspectos de luta, reivindicação de direitos, amostragem de um passado forte, guerreiro, nacional.

É da memória que Boudica ressurgiu, pois a atitude de agir diante da personagem vivifica o que os britânicos retomam do seu passado, pois se vivessem somente no presente, sua identidade seria perdida, tendo em vista que a lembrança da gênese é a condição necessária para a consciência (CANDAU, 2011) e o conhecimento do grupo. A tendência é que o tempo coloque a distância nesses aspectos do passado, concluindo-se que há uma relutância para a constância, pois a tendência esvai-se com o tempo e só permanecem aqueles que o julgamento social relembrará e assim, não desaparecerá tão cedo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOCK, S. E. *Archaeologies of the Greek past: landscape, monuments and memories*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- ALDHOUSE-GREEN, M. *Boudica Britannia*. London: Pearson Longman, 2006.
- ALONSO, A. M. The effects of truth: re-presentations of the past and the imagining of community. *Journal of Historical Sociology* 1, p. 33-57, 1988.
- BASSO, K. H. 1996. *Wisdom sits in places: landscape and language among the Western Apache*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1996.
- BENJAMIN, W. Sobre alguns temas de Baudelaire. In: *Charles Boudelaire um lírico no auge do Capitalismo: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, v. III, 1989.
- BLAKE, E. Sardinia's Nuragui: four millennia of becoming. *World Archaeology*, 30 (1), p. 59-71, 1998.
- BOYER, M. C. *The City of Collective Memory: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Massachusetts, Institute of Technology, 1996.
- GOSDEN, C; LOCK, G. Prehistoric histories. In: *World archaeology*, 30 (1), p. 2-12, 1998.
- CASSIO, D. *Dio's Roman History*. London, G. B. Putman, 1925.
- CANDAUI, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- COLLINGRIDGE, V. *Boudica*. Croydon: CPI Group, 2006.
- COWPER, W. *Boadicea: an ode*. In: BAIRD, J. D.; RYSKAMP, C. (ed.). *The poems of William Cowper*. Oxford, Clarendon Press. 1, 1748-82, 431-32, 1792/1980.
- DAVIES, J.; ROBINSON, B. *Boudica: her life, times and legacy*. Cromer: Poppyland Publishing, 2009.
- DOUGHTY, C. M. *The dawn of Britain*. London: Duckworth & Co, 1906.
- FIELDS, N. *Boudicca's rebellion AD 60-61: the Britons rise up against Rome*. Oxford: Osprey Publishing, 2011.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GREEN, O. *The town hall: Colchester*. Colchester: Colchester Borough Council and Jarrold Publishing, 1997.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1996.
- HINGLEY, R. *Roman officers and English gentlemen: the Imperial origins of Roman archaeology*. London: Routledge, 2000.
- HINGLEY, R.; UNWIN, C. *Boudica: Iron Age warrior queen*. London: Hambledon Continuum, 2005.
- HOBSBAWN, E.; RANCER, T. (eds.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JONKER, G. *The topography of remembrance: the dead, tradition and collective memory in Mesopotamia*. Leiden: E. J. Brill, 1995.
- LAQUEUR, T. W. Introduction. *Representations*, v. 69, p. 1-8, 2000.

- LAQUEUR, T. W. *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA, Havard University Press, 1990.
- LE GOFF, J. *History and Memory*. New York: Columbia University Press, 1992.
- MANNING, S. W. Changing pasts and sócio-political cognition in Late Bronze Age Cyprus. *World Archaeology*, 30(1), p. 38-58, 1998.
- MESKELL, L. Memory's matriality: ancestral presence, commemorative practice and disjunctive locales. *Archaeology of memory*, p. 34-55, Malden: Blackwell Publishing, 2003.
- MERRIMAN, N. *Beyond the glass case: the past, the heritage and the public*. Leicester: Leicester University Press, 1991.
- PINTO, R. *Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- SCOTT, M. *Boudica*. New York: Ramdon House Publishing Group, 2008.
- SEALEY, P. R. *The Boudican revolt against Rome*. Oxford: Shire Publications LTD, 1997.
- SUTCLIFF, R. *The eagle of the Ninth*. Oxford: Oxford Univesity Press, 2000.
- TACITO, P. C. *Dialogus, Agricola, Germânia*. London: William Hinemann LTC; Cambrigde, Massachusetts: Harvard University Press, 1914.
- TACITO, P. C. *The Annals of Imperial Rome*. Great Britain: Penguin Classics, 1968.
- ULRICH, L. T. *Well-behaved women seldom make history*. New York: Random House, 2007.
- VAN DYKE, R. M.; ALCOCK, S. E. Archaeologies of memory: An introduction. In: VAN DYKE, R. M.; ALCOCK, S. E. (eds.) *Archaeologies of memory*. Malden: Blackwell Publishers, 2003.
- WEBSTER, J. *Boudica: the British revolt against Rome AD 60*. London, Batsford, 1978.

Recebido em: 03/01/2014
Aprovado em:10/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

**CONSTRUÇÕES DE DIÁLOGOS E COMPARTILHAMENTO DO
CONHECIMENTO – ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA.**

Victor Henrique Menezes
Thiago do Amaral Biazotto
Gabriela Souza Morais
Patrícia Pompeu
Ana Lídia Marques Monteiro
Aline Vieira de Carvalho

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



CONSTRUÇÕES DE DIÁLOGOS E COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO – ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA.

Victor Henrique Menezes¹
Thiago do Amaral Biazotto²
Gabriela Souza Morais³
Patrícia Pompeu⁴
Ana Lídia Marques Monteiro⁵
Aline Vieira de Carvalho⁶

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre Divulgação Científica, Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. Muitas vezes tratados como sinônimos, os termos referem-se a campos práticos e teóricos distintos que dialogam com as práticas arqueológicas. Com isso em mente, e não com a intenção de esgotar o tema, o artigo procurará traçar o surgimento de tais propostas no Brasil e em âmbito internacional, e, trazer uma breve apresentação dos conceitos, investigando seus usos ao longo das últimas décadas em países onde foram cunhados, como nos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Palavras chaves: Arqueologia, Patrimônio, Educação.

Abstract: This article aims to present some thoughts about Scientific Dissemination, Heritage Education and Public Archaeology. Often treated as synonymous, such terms refer to distinct practical and theoretical fields which substantially dialogue with archaeological practices. With that in mind, and not intent on exhausting the topic, the article will seek to trace the emergence of such proposals in Brazil and internationally, and to render a brief presentation of the concepts by investigating their uses over the past decades in countries where they were coined, as in the United States and Great Britain.

Keywords: Archaeology, Heritage, Education.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado das reflexões dos estagiários de História realizadas no Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (LAP/NEPAM/UNICAMP) acerca dos termos Divulgação Científica, Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. Entre as diversas atividades desenvolvidas para a realização do estágio, foi proposto o desafio de mapear e refletir sobre termos que são caros à atividade arqueológica e

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Estagiário do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte na mesma universidade (LAP/NEPAM/UNICAMP).

² Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Atuou como estagiário do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte da Universidade Estadual de Campinas (LAP/NEPAM/UNICAMP), Brasil; entre os meses de agosto de novembro de 2013.

³ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Atuou como estagiária do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte da Universidade Estadual de Campinas (LAP/NEPAM/UNICAMP), Brasil; entre os meses de agosto de novembro de 2013.

⁴ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Atuou como estagiária do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte da Universidade Estadual de Campinas (LAP/NEPAM/UNICAMP), Brasil; entre os meses de agosto de novembro de 2013.

⁵ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Atuou como estagiária do LAP/NEPAM/Unicamp entre os meses de agosto de novembro de 2013.

⁶ Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (NEPAM/UNICAMP), coordenadora associada do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), e, coordenadora do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/NEPAM/UNICAMP).

que, comumente, são confundidos ou usados sem a consideração de suas especificidades. A Arqueologia Pública, por exemplo, tendo por premissa a ciência arqueológica como prática política, trabalha de forma transversal com o campo da Divulgação Científica, um dos campos responsáveis pela construção de poderosos imaginários culturais sobre a arqueologia, e cujos debates definidores encontram-se principalmente no campo do jornalismo e da comunicação. A transversalidade também encontra frutos nas parcerias entre as discussões próprias da Arqueologia Pública e os debates produzidos no seio da Educação Patrimonial, com suas múltiplas vertentes, interpretações e empoderamentos vinculados às noções patrimoniais.

É importante ressaltar que as ideias e leituras apresentadas a seguir, apesar de terem sido debatidas e revisadas constantemente junto à coordenação do LAP, são de responsabilidade dos estagiários. Acreditamos, todavia, que a publicação destas reflexões pode construir novos espaços para outros debates. Com o objetivo de apresentar um mapeamento dos termos, trabalharemos no primeiro momento com a Divulgação Científica. Seguiremos com a Educação Patrimonial e a Arqueologia Pública.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA (D.C.)

O físico Marcelo Knobel, em entrevista ao Programa *Diálogo sem Fronteira* da RTV/Unicamp⁷, ressaltou que a definição de D.C. é incerta. Apesar disso, o pesquisador destaca que a D.C. converge “a todas as ações feitas para transmitir a ciência à população em geral”, citando as atividades de museus de história natural, parques, zoológicos, centro de ciências, jardins botânicos e mesmo o jornalismo, livros, sites e outras mídias. Nesta mesma linha, Adriana Rossi, química e docente da Unicamp, também em entrevista⁸, postula a D.C. como uma maneira de levar aquilo que é feito na academia à população em geral, sem, contudo, ter a pretensão de formar novos cientistas, mas, sim, despertar possíveis vocações ou sensibilidades. Portanto, muito além de informar, almeja-se despertar o espírito crítico em relação às pesquisas da academia, propiciando à população o uso da ciência em seu cotidiano. Como disserta o linguista Carlos Vogt (2008, p. 2) “não só cabe à divulgação científica a aquisição de conhecimento e informação, mas a produção de uma reflexão relativa ao papel da ciência”.

As propostas de comunicação das ciências – compostas por vários objetivos – acabam por exigir metodologias bastante específicas. A linguista Lílian Zamboni (1997, p. 11) entende a D.C. como o resultado de um efetivo trabalho de formulação discursiva, no qual se revela uma ação comunicativa que parte de um

⁷ Disponível no site da RTV/Unicamp desde 22 de agosto de 2012. A entrevista pode ser assistida por meio do link: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/WWX1HGAOGHO5/>. Acessado em 10/10/2013.

⁸ Disponível no site da RTV/Unicamp desde 01 de agosto de 2011. A entrevista pode ser assistida por meio do link: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/M58DNMVGX4UK/>. Acessado em 10/10/2013.

“outro discurso” (o científico) e se dirige para “outro destinatário” (o público leigo). Nesse empenho de comunicação, muito além de uma mera adaptação de linguagem, é necessário também ater-se às formas em que o conhecimento científico é produzido, como é formulado e de que forma circula numa sociedade como a nossa (SILVA, 2006, p. 53). Diante disso, a D.C. não pode ser considerada apenas como uma atividade unilateral de disseminação do conhecimento científico, e, como aponta Silva (2006, p. 58), também está envolvida na interlocução cientista-cientista.

Ao contrário do que se poderia supor, a preocupação em divulgar pesquisas científicas às comunidades não acadêmicas não é fenômeno exclusivo do século XX. De acordo com Silva (2006, p. 54), pode-se dizer que as atividades de D.C. surgiram junto com a própria ciência moderna, como atesta, por exemplo, o empenho de Marat (1743-1793) – um dos personagens centrais da Revolução Francesa – em escrever monografias e ministrar palestras com o intuito de apresentar as suas pesquisas à população francesa. A divulgação nesse período, no entanto, não era levada a cabo apenas pela figura do cientista, que aparecerá com maior nitidez apenas no século XIX. É nesse século, com o advento das teorias positivistas, que se começa a defender que o cientista é capaz de se distanciar de seu contexto social e político e que, portanto, não precisaria dialogar com o público, mas, sim com seus pares, criando assim um novo sentido para as relações entre ciência e público (VALERA, 2008, p. 10).

Esse quadro, todavia, passou por profundas alterações após o fim da Segunda Guerra Mundial e com a ampliação dos movimentos sociais e do conceito de cidadania. Segundo António Valera (2008, p. 12), arqueólogo português, houve um crescimento no interesse dos cidadãos em relação à ciência, “em que o conhecimento científico generalista passou a ser visto como um requisito fundamental”. Considerando, então, que a ciência não é uma atividade deslocada de seu contexto de formulação, a D.C. passou a ser um exercício de regime democrático, “isto é, de dotar a comunidade de conhecimento que a torne capaz de uma participação ativa e informada nos processos democráticos de opção e decisão” (VALERA, 2008, p. 12).

Tendo em mente essa preocupação produzida no interior das indagações éticas sobre as funções dos discursos científicos, e a valorização do caráter mais plural e democrático da D.C., nas últimas décadas iniciativas têm sido tomadas por órgãos e instituições de pesquisas no exterior e também no Brasil. Podemos elencar, por exemplo, algumas desenvolvidas pela Universidade Estadual de Campina (Unicamp), como a coleção “Divulgação Cultural e Científica” da Editora da própria universidade; os projetos desenvolvidos pelo Museu Exploratório de Ciência; e o Laboratório de Jornalismo Científico (LABJOR), que possui importantes publicações na área⁹; entre muitas outras.

Ainda no âmbito da Unicamp, em termos de D.C. de Arqueologia, podemos citar o Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte*, sediado no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), que, defendendo o conhecimento construído em conjunto com as comunidades, desenvolve atividades que

⁹ Entre as publicações podemos citar as revistas *ComCiência*, *Ciência e Cultura* e *Revista Patrimônio*, entre outras.

objetivam interação entre os mais diferenciados públicos com o mundo acadêmico (CARVALHO e MENEZES, 2013, p. 4). Entre as suas atividades, inseridas nas práticas da Arqueologia Pública, também são desenvolvidas ações de D.C., como, por exemplo, palestras sobre Arqueologia e Patrimônio ministradas em escolas públicas e privadas de Campinas e publicações de materiais que visam à divulgação da disciplina. Entre os materiais, podemos elencar o gibi *De dinossauros ao patrimônio: descobrindo a Arqueologia*, voltado, em especial, ao público infantil; o blog *Laboratório Virtual de Arqueologia Pública* destinado ao público adolescente; e, também, a *Revista Arqueologia Pública*, voltada ao mundo acadêmico, exemplo de que a D.C. também se realiza, como defende Silva (2006, p. 58), entre os acadêmicos e seus pares. Recentemente, em parceria com o LABJOR/Unicamp, o LAP desenvolveu o projeto “Arqueologia e Divulgação Científica: Diálogos e Saberes”, financiado pela Petrobrás por meio do Edital SAB 2011 “Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico”, da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Como explica os coordenadores do projeto (TEGA *et al.*, 2013, p. 75), o objetivo foi apresentar ao público as diferentes vertentes e práticas da ciência arqueológica, “de forma a estimular a reflexão, interação e a compreensão desta ciência, bem como, incentivar a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos”.

As atividades acima, como muitas outras desenvolvidas no Brasil, não estão deslocadas dos debates internacionais sobre a D.C., em específico da Arqueologia. No mundo anglo-saxão, podemos citar como exemplo os programas de rádio da BBC sobre Arqueologia nos anos de 1950-1970, a cargo do Cavaleiro do Império Britânico Mortimer Wheeler¹⁰ (CARVALHO e MENEZES, 2013, p. 2).

No caso britânico, o interesse pela D.C. em Arqueologia vem crescendo ao longo das últimas décadas. Neste particular, tem havido intensa discussão acerca do papel da Internet, de forma que foi criado o termo *Digital Public Archaeology* para fazer referência aos projetos que objetivam melhorar o diálogo entre Arqueologia e o público da rede mundial de computadores. Parte-se do pressuposto que a Internet, por ser um espaço “livre”, seria um local mais democrático para se estabelecer o contato entre os profissionais de Arqueologia e seu público (RICHARDSON, 2013, p. 4). Contudo, diversas críticas estão sendo feitas por conta da ausência de uso crítico desse expediente, que muitas vezes veicula informações cuja veracidade ainda não foi auferida ou mesmo problematizações não foram levantadas. Ademais, a ideia de que a Internet atinge a todo público inglês é questionada, uma vez que, por conta de problemas socioeconômicos, ausência de habilidades, infraestrutura e outros, muitas pessoas não têm acesso à rede de computadores. Não se nega a potencialidade que o espaço virtual oferece, mas urge que tanto arqueólogos como seu público façam uso dele de modo crítico, com o intuito de tornar o jargão científico da Arqueologia mais palatável aos ditos leigos (RICHARDSON, 2013, p. 4).

Já nos Estados Unidos, desde que foi promulgado o *National Historic Preservation Act*, em 1966, as pesquisas arqueológicas têm crescido, no mais das vezes sob os auspícios do *Cultural Resource Management*

¹⁰ Alguns dos programas atualmente estão disponíveis para *downloads* no site da BBC, por meio do link http://www.bbc.co.uk/iplayer/episode/p017g9gd/Sir_Mortimer_and_Magnus_Schliemann_and_Gladstone. Acesso em 16/09/2013.

(CRM). Contudo, por mais eficiente que esse órgão seja em evitar a destruição de artefatos e organizar os vestígios das escavações, ele é tido como deficitário no aspecto da D.C., muitas vezes limitado a enormes volumes técnicos, caros e de difícil acesso (ALTSCHUL, 2002, p. 181). Com este problema em vista, foi fundada, em 1983, a *Statistical Research, Inc.* (SRI), pelo arqueólogo americano Jeffrey H. Altschul, com o objetivo de melhor divulgar os resultados das pesquisas arqueológicas entre o público do Sudoeste americano. Caso relevante é o das populações indígenas estadunidenses, cada vez mais interessadas nas escavações realizadas em seus territórios (ALTSCHUL, 2002, p. 181).

Sendo assim, em termos de D.C. de Arqueologia, tanto a Inglaterra quanto os EUA estão em intensa discussão acerca da importância e dos limites da Internet e outras mídias. O Brasil não passa ao largo destas discussões.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (E.P.)

O termo patrimônio, que vem da palavra latina *patrimonium*, refere-se, originalmente, à herança paterna, ou seja, aos bens materiais transmitidos de pai para filho. Daí, ainda hoje, referir-se, em alguns aspectos, à herança familiar. A extensão do uso do termo como herança social apareceu apenas na França pós-Revolucionária, quando o Estado decide tutelar e proteger as antiguidades nacionais às quais era atribuído significado para a história da nação. Tendo por pressuposto a invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 16). Os Estados Nacionais que surgem nesse contexto criaram a noção de patrimônio como algo que representa a todos; a história e a cultura de uma nação. Esse sentido – de patrimônio homogêneo – prevalece até a segunda metade do século XX, quando os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, impulsionados em grande medida pelo nacionalismo exacerbado, provocaram críticas à noção de raça, de nação e mesmo de homogeneidade. Cientistas passaram a defender e preservar pela diversidade e contestar as identidades, tidas até então como homogêneas e estanques. Indagam-se, então, quais os tipos de patrimônios representariam os mais diferentes povos de um país, que nem sempre compartilham dos mesmos costumes e culturas. Passa-se a valorizar um sentido mais amplo do termo e patrimônio deixa de ser símbolo apenas dos grandes monumentos, que representavam, em grande medida, a elite e/ou os grandes acontecimentos do passado, para incluir também as práticas culturais (como danças, procissões, comidas, entre outros) e outros bens como, por exemplo, o meio ambiente (rios, florestas, parques). Há, então, um advogar da diversidade, pluralidade de identidades e patrimônios, para além do nacional. Patrimônios, agora, de valor provincial ou municipal, mas também de comunidades, como os indígenas ou as mulheres, de grupos religiosos ou esportivos (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 23). E é com esse sentido de Patrimônio, que preza pela diversidade, que a E. P. irá debater.

Apesar da ampliação do conceito, têm-se ainda poucos diálogos entre os conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos acerca da história e significados dos patrimônios, o que a princípio geraria uma não preocupação com a sua conservação. Partindo-se do pressuposto de que só é possível preservar o patrimônio através do seu conhecimento e afeição (FUNARI e CARVALHO, 2011, p. 10), a E.P. surgiria então como um veículo de aproximação das comunidades com os seus patrimônios; uma metodologia de aprendizagem a partir dos bens culturais de determinadas sociedades; e que pretenderia, a princípio, a criação de diálogos entre o educador e o público com o qual atua.

Entendida como metodologia, ou conjunto de metodologias, a E.P. começou a ser difundida e aplicada no Brasil a partir da década de 1980, inspirada em pedagogias para o aprendizado da herança cultural da Inglaterra (*Heritage Education*) e resultado, principalmente, das transformações ocorridas com o campo e conceito de educação no século XX (TAMANINI, 2013, p. 11). De acordo com Evelina Grunberg (2008, p. 40), diretora do Museu da Abolição de Recife, o passo inicial para o desenvolvimento do campo em nosso país se deu após o “I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos”, promovido pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta e realizado no Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro, que apresentou uma metodologia específica de trabalho com bens culturais. Naquela década, foram intensificadas, de forma significativa, as discussões sobre assuntos que envolviam os processos educativos em museus e, mesmo, questionamentos éticos sobre a função dessa instituição na sociedade (SCHWANZ, 2006, p. 25). Como destaca Elizabete Tamanini (2013, p. 11), datam também dessa época as experiências de Educação Popular, desenvolvidas por Paulo Freire, que, “abriu caminhos para a reflexão sobre o papel do conhecimento e a responsabilidade social e política do educador”. Questiona-se, então, não somente o papel dos museus, patrimônios e monumentos na educação, mas, também, as possibilidades de ações dos educadores, que atuam como intermediários entre esses espaços e o público.

É válido inquirir acerca de que forma se dá a E.P: se é um mecanismo de troca de experiências entre o “educador” e aquele que é o objeto dessa educação; se há um modelo formal dessa educação patrimonial, no qual o detentor do conhecimento científico é responsável por transmiti-lo a alguém; e ainda, se a preservação de um patrimônio só pode ser alcançada através de uma educação patrimonial que leve em conta a memória, o valor simbólico, o conhecimento e a afeição que se tem por esse patrimônio. Para refletir tais questionamentos, deve-se ter em mente que a E.P., como toda disciplina, é um campo político, e, como tal, envolve escolhas, que vão desde o quê preservar até qual memória deve ser escolhida.

Quanto às práticas em E.P., segundo a professora da UEMG, Solange Schiavetto, em entrevista ao supracitado programa *Diálogo sem Fronteira*¹¹, elas existem quando dados grupos se voltam aos patrimônios com o olhar de um educador. Além disso, a E.P. trataria de uma discussão acerca do que faz sentido para a sociedade como um todo e atuaria nas transformações da cultura material e imaterial em

¹¹ Disponível no site da RTV/Unicamp desde 25 de setembro de 2013. A entrevista pode ser assistida no link: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/BDG7R85W25KH/>. Acessado em 25/10/2013.

algo mais conhecido e próximo da sociedade. Nessa mesma linha, Evelina Grunberg (2008, p. 5) define a E.P como o ensino centrado nos bens culturais, uma metodologia que os toma como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica. De acordo com a autora, os bens culturais ou patrimoniais devem possibilitar uma experiência concreta de evocação do passado, porque, do contrário não teria sentido sua guarda e preservação. Portanto, pode-se considerar que a E.P., para essas duas estudiosas, parte do patrimônio como objeto da educação, como fonte primária do ensino.

Em contrapartida, Leandro Magalhães (2009, p. 2) trabalha com duas definições de E.P: a “educação patrimonial tradicional” e “educação patrimonial transformadora”. A primeira se caracterizaria como uma visão impositiva, que abrangeria interesses específicos, sendo que a segunda seria de caráter libertador e teria por intuito o conhecimento dialogado. Essa segunda concepção vai também ao encontro da proposta de E.P. apresentada por Pedro Paulo Funari e Aline Carvalho (2008, p. 8), que a entendem como ações democráticas cujo intuito são as construções de diálogos entre sociedade e patrimônio, para que cada grupo social se torne capaz de atribuir significados aos seus bens patrimoniais. É interessante como tais concepções dialogam com o que o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão máximo de proteção ao patrimônio no Brasil, entende por E.P:

[...] todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.¹²

Tendo em mente tais preocupações com a preservação, torna-se oportuno citar exemplos de como a E.P. foi e ainda é introduzida em algumas instituições, como no caso do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ)¹³. O museu, criado em 1963, realizou no início da década de 1990 uma ação arqueológica-educativa no bairro Espinheiros, em Joinville, com uma comunidade circunvizinha ao Sambaqui Espinheiros II. Flávia Souza (2013, p. 131-132), explica que a intenção do projeto era envolver os diversos segmentos da sociedade, principalmente moradores da localidade nas ações do MASJ. Outro exemplo é o desenvolvido atualmente pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Poços de Caldas) como parte das ações do projeto “Arqueologia e Educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas/MG”, que tem como intuito realizar pesquisas arqueológicas na região de Poços de Caldas juntamente a discussões com comunidades locais acerca de seus patrimônios arqueológicos. Utilizando-se de metodologias que agregam elementos da “História Oral e da Antropologia (discussões teóricas sobre identidade, etnografia/trabalho de campo) e que visam à produção de um fazer arqueológico pautado em

¹² IPHAN (*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*). Disponível em:< <http://goo.gl/UCGOXA>>. Acessado em: 28/10/2013.

¹³ Para saber mais acerca o projeto, consulte o site: <http://museusambaqui.blogspot.com.br/>. Acessado em: 28/10/2013.

múltiplas visões” (SCHIAVETTO *et al.*, 2013, p. 140), o projeto busca introduzir novas abordagens e estudos acerca do passado da região, discutindo junto a diversas comunidades as possibilidades de apreender a formação multicultural das populações humanas que hoje vivem na área de foco da pesquisa. Dialogando também com práticas em Arqueologia Pública, as atividades voltadas à Educação Patrimonial inseridas no projeto, até o momento da composição deste artigo, estiveram concentradas em ações educativas junto às comunidades escolares e acadêmicas, entrevistas a programas de televisão, levantamentos arqueológicos e levantamentos de informações orais.

Podemos destacar também, no âmbito da E.P, os projetos “Arqueologia e Cidadania: leituras plurais de nosso mundo material” e “Acervo arqueológico do arquivo Paulo Duarte”, desenvolvido pelo LAP/Unicamp junto ao *Programa de Iniciação Científica Júnior (PIC Jr./CNPq/Unicamp)*¹⁴. Com o objetivo de construir formações conjuntas ao público escolar, o laboratório recebe em suas dependências alguns dos alunos do ensino médio de escolas públicas de Campinas que são selecionados anualmente, pela universidade, para participarem do projeto. Estes alunos, ao longo de doze meses, atuam como pesquisadores dentro do laboratório, onde desenvolvem atividades práticas e de orientação nas áreas de Arqueologia, Patrimônio e História. Ao serem selecionados como pesquisadores nos citados projetos e antes de iniciarem as suas atividades práticas no LAP, os estudantes participam de formações, grupos de estudos, ministrados pelos estagiários do laboratório, no qual são realizadas leituras e discussões acerca de assuntos relacionados aos temas de Arqueologia, História, Patrimônio, Memória, entre outros. As atividades que são desenvolvidas dentro do laboratório, além de terem por objetivo a criação de diálogos com os estudantes participantes do projeto, pretende criar condições de formação conjunta em atividades técnicas de um laboratório de Arqueologia. Estes, por sua vez, além de receberem uma bolsa-auxílio e terem a oportunidade de realizar pesquisas dentro da universidade, recebem também vale-transporte, alimentação, seguro e assistência médica e odontológica para emergências; entregam dois relatórios semestrais à Unicamp e são estimulados a participarem de atividades acadêmicas, como palestras e eventos científicos (SALAMÃO *et al.*, 2010, p. 1).

Em relação aos projetos citados – o primeiro finalizado, e, o segundo e terceiro em andamento – é interessante questionar o quanto de diálogos há entre a universidade, museu e laboratório com as comunidades no momento de construção das ações, uma vez que estas são pautadas, selecionadas e organizadas pelas instituições. Existiria, nesses dois casos, uma E.P transformadora?

Para além dos exemplos brasileiros – que são inúmeros - são notórias as atividades desenvolvidas pelo Projeto HERO¹⁵, que surgiu na Inglaterra e é desenvolvido pela *The Heritage Education Trust* (entidade criada em 1983 com projetos de E.P. para crianças). O Projeto permitiu que crianças visitassem locais

¹⁴ Para maiores informações acerca do programa, acesse o site: <http://www.prp.rei.unicamp.br/picjr/>.

¹⁵ *Heritage Education Regional Outreach*. Disponível em: <http://www.heritageeducationtrust.org.uk/hero/>. (Acessado em: 28/10/2013).

históricos e aprendessem com os patrimônios. Há, ainda, o *English Heritage*¹⁶, projeto que disponibiliza online pesquisas arqueológicas de forma simples a um público leigo. O programa objetiva defender lugares históricos, por meio da divulgação de sua importância, e aconselha o Governo a incentivar a os jovens a preservá-los.

Levando em conta os autores e exemplo citados, e, entendendo a E. P. como um campo político, voltamos ao papel da educação: é inegável sua importância, em qualquer campo, ainda mais com relação à preservação de patrimônios. O que gostaríamos de interpelar é a provável relação hierárquica que existe nesse diálogo entre o “detentor do conhecimento formal” e o grupo que deve ser educado, como se o conhecimento científico fosse superior aos demais, como se um grupo fosse incapaz de reconhecer o valor simbólico e memorial que algo tem para ele ou sua comunidade. Nesta situação, as propostas de Paulo Freire podem sinalizar constantes inspirações para as nossas ações. Como interroga Schwanz (2006, p. 38), será que é a função da E. P. dar conhecimento das letras e da cultura, ou ajudar a compreender a cultura?

ARQUEOLOGIA PÚBLICA (A.P.)

Assim como para tratar de Educação Patrimonial é importante ter em mente os significados do Patrimônio, para falar de A. P., é imprescindível uma breve apresentação sobre a Arqueologia. Convém lembrar que a palavra Arqueologia vem do grego *arque* (antigo) e *logos* (discurso, estudo, ciência). Assim, o significado primeiro da palavra nos remete ao estudo do antigo, do passado; significado este que a disciplina teve ao longo de quase toda a sua existência. Porém, atualmente, com as transformações ocorridas no campo teórico e o alargamento de seu campo de ação, a Arqueologia não se restringe apenas ao estudo do passado, e, como toda disciplina em constante reformulação teórica, não possui uma única definição.

Os autores deste texto entendem a Arqueologia como uma disciplina política que procura estudar o homem a partir de sua *cultura material*, ou seja, de tudo aquilo que foi produzido ou modificado por ele. Como escreve Funari (2006, p. 15), a disciplina estuda, “diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”, não se restringindo assim, aos artefatos e materiais produzidos pelo homem, mas também se preocupando com os ecofatos e os biofatos, ambos ligados à apropriação da natureza pelo homem (FUNARI, 2006, p. 14). Não se constitui, então, uma área que estuda apenas o passado, nem uma disciplina auxiliar, mas, na medida em que seus objetivos se referem às sociedades humanas, ela compartilha com outras disciplinas muitas questões, e assim como elas, necessita de uma abordagem interdisciplinar do seu objeto de estudo (FUNARI, 2006, p. 18). Pode-se dizer que um dos objetivos da disciplina é a compreensão das diversas sociedades a partir de sua cultura material, bem como a divulgação e compartilhamento das

¹⁶ *English Heritage*. Disponível em: <http://www.english-heritage.org.uk/>. (Acessado em: 23/10/2013).

pesquisas. E é neste último objetivo que entram as questões e práticas relacionadas à A.P., que tiveram sua ascensão por volta da segunda metade do século XX.

Desde a década de 1970, os arqueólogos passaram a se questionar sobre as funções sociais da Arqueologia e como deveriam ser estabelecidas as relações entre academia e sociedade (CARVALHO e FUNARI, 2009). Foi nesse contexto que Robert McGimsey, professor da Universidade da Louisiana, publicou livro *Public Archaeology* (1972), considerado um marco na definição desse novo campo. Entre 1961 e 1985, ocorreram inúmeras iniciativas de divulgação do conhecimento arqueológico no Brasil, mas foi a partir da década de 1980 que se passou a refletir sobre os métodos, práticas, valores e significados da A.P. Deu-se início, portanto, a projetos que visavam a ações destinadas a comunidades com os materiais arqueológicos escavados, surgindo então a A.P. no Brasil (CARVALHO e FUNARI, 2009). Assim como toda disciplina, a A.P. não possui uma única vertente teórica. Como lembram Funari e Carvalho (2009), o que tange a todas as discussões acerca de sua definição “é a reflexão sobre como as pesquisas arqueológicas, realizadas dentro da academia ou mesmo pelas empresas de arqueologia, se relacionam com a sociedade”.

Segundo a arqueóloga Márcia Bezerra de Almeida (2011, p. 62), a A.P é uma vertente da Arqueologia “preocupada em compreender as relações entre distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico em sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção do passado e a gestão comunitária dos bens arqueológicos”. Entende, então, que os arqueólogos devam ter uma preocupação social. Percorrendo este mesmo caminho no debate teórico, a arqueóloga Tatiana Fernandes (2008, p. 33) entende A.P. como um “campo científico da Arqueologia destinado a discutir, intervir e rever a relação dialética entre ciência arqueológica e sociedade.” Portanto, para Fernandes, a Arqueologia está vinculada ao contexto no qual é produzida, de modo que não pode se isentar de sua responsabilidade como Ciência Social. Assim, percebe-se que há certa proposta entre alguns arqueólogos e estudiosos preocupados com as relações sociais das sociedades, de que a A.P é uma área preocupada com questões além do espaço acadêmico, cujas práticas tencionam ao envolvimento de diferentes comunidades com as pesquisas arqueológicas.

No entanto, não são todos os arqueólogos que veem com bons olhos as discussões e práticas em Arqueologia Pública. Funari e Bezerra (2013, p. 95), demonstram que a A.P. ainda possui certa imagem negativa entre os arqueólogos brasileiros, sendo entendida por alguns como uma “especialização da Arqueologia com pouco ou nenhuma relevância, praticada por um pequeno número de profissionais”. Seguindo uma mesma linha, podemos citar o artigo de Lúcio Menezes Ferreira, docente da UFPel. Em seu artigo, o autor disserta que o problema da A.P. consiste no fato de que os arqueólogos acabam instrumentalizando as comunidades para manejar seu patrimônio e os membros destas tornam-se “peões” dos trabalhos arqueológicos, como se sociedade barganhasse suas coisas em troca de educação, cultura arqueológica e ressignificação de sua memória (FERREIRA, 2013, p. 98). Ao invés da A.P., Ferreira propõe

Arqueologia Comunitária, que parte da premissa que o patrimônio cultural não tem valor intrínseco e seu valor é definido por políticas de representação (FERREIRA, 2013).

Em âmbito internacional, podemos citar como referência no campo da A.P. Cornelius Holtorf, professor da Universidade de Lund, na Suécia. Em seu livro *Archaeology is a brand* (2007, p. 107-126), ele propõe que há três modelos que caracterizam as atuações arqueológicas dentro da A.P. O primeiro deles seria o modelo de Educação, segundo o qual há a crença de que seria possível a reconstrução fiel de um tempo através da cultura material, assim, a Arqueologia torna-se um instrumento de educação das massas. O segundo é o modelo de Relação Pública, que almeja a melhorar a imagem da Arqueologia na sociedade e seria uma divulgação da Arqueologia através de filmes e documentários. O problema desse modelo, segundo o autor, é que ele conduz a uma simplificação da Arqueologia e do passado. E o terceiro é o modelo Democrático, que pressupõe a valorização igualitária do conhecimento. Holtorf defende também que todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos e que podem ser estimulados a se relacionar com a Arqueologia, podendo esta ser um instrumento para a leitura crítica da nossa sociedade (CARVALHO e FUNARI, 2009).

Seguindo a linha defendida por Holtorf, são notórios os trabalhos desenvolvidos pelo supracitado Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (LAP), localizado na Unicamp, que entende a A.P. “como um campo político que permite a construção de diálogos entre as especificidades produzidas no interior da Arqueologia e a sociedade” (CARVALHO, 2011). Neste laboratório, são desenvolvidos tanto projetos de D.C. e E. P., quanto de A. P. de forma dialogada. No campo da A.P., podemos citar o projeto “Diálogos patrimoniais”, desenvolvido desde o início de 2013. Tendo por intenção realizar, com alunos do ensino fundamental e médio, experiências práticas em Arqueologia, o projeto envolve palestras e oficinas acerca das diversas etapas do trabalho arqueológico, desde escavações até a organização de exposições. No primeiro semestre de 2013, o projeto foi desenvolvido com os professores e alunos da Escola do Sítio de Barão Geraldo, que participaram das oficinas de escavação, conheceram o Laboratório, e realizaram a lavagem e curadoria das peças, bem como interpretaram um sítio artificial que escavaram. Por fim, organizaram uma exposição, na qual eles apresentaram o projeto aos pais e a outros membros da escola. O projeto foi selecionado pelo jornal *Correio Popular* no concurso "Experiência 10" e ganhou matéria no jornal, na data de 06/08/2013¹⁷, sendo o vencedor na categoria de Escolas Particulares, o que gerou mais duas matérias no jornal¹⁸.

¹⁷ A matéria está disponível para leitura no link: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/08/especial/experiencia10/87889-escavacoes-levam-a-viagem-pelas-antigas-civilizacoes.html

¹⁸ As matérias estão disponíveis para leitura nos link: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/especial/experiencia10/105904-inovacao-rumo-ao-conhecimento.html e http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/capa/campinas_e_rmc/109612-premio-destaca-experiencias-nota-10.html

ALGUMAS PONDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos debates aqui apresentados, buscamos conceituar e exemplificar - sem jamais esgotar - algumas das muitas práticas realizadas nos âmbitos da Divulgação Científica, da Educação Patrimonial e da Arqueologia Pública, que, apesar de suas especificidades, podem dialogar de forma a beneficiar as diversas comunidades que se relacionam em diferentes escalas com a Arqueologia e o Patrimônio. Tentamos, portanto, mostrar como essas áreas - a despeito de suas especificidades - convergem para a necessidade da construção de conhecimentos junto às comunidades; atividade repleta de conflitos e, principalmente, de negociações. Como escreveu o arqueólogo americano Charles E. Orser Jr (1992, p. 15), “os arqueólogos têm uma grande responsabilidade de comunicar suas descobertas tanto para outros arqueólogos como para o público em geral”, e essa comunicação pode ser empreendida tanto por meio de ações em Divulgação Científica da Arqueologia, como por meio da Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. O que irá determinar a quais campos pertencem tais comunicações serão muito mais as suas práticas e as formas de lidar com o *outro* do que a busca pelo compartilhamento de pesquisas. Para além do compartilhamento, entende-se que há, nos três campos teóricos e práticos apresentados, uma busca por construções de diálogos, que está então além de meras explicações acerca do que fazem os arqueólogos e qual sua significação para a vida da população (ORSER, 1992, p. 15). Transformar a percepção ainda predominante na Academia e em algumas empresas de Arqueologia de que existe um público meramente assistente de seus trabalhos, para uma proposta de que atuamos junto a indivíduos e comunidades colaboradoras e ativas nas pesquisas arqueológicas e na gestão de seus patrimônios tornou-se premissa não apenas da A.P, mas também tem sido defendida no seio da D.C e E.P. O que procuramos deixar como questionamento é como, em projetos desenvolvidos no Brasil e em alguns países do exterior, tem sido a construção de conhecimento conjunta. Não pretendemos hierarquizar nenhuma das áreas, nem dizer em quais projetos estariam presentes as verdadeiras práticas em D.C, E.P e A.P, visto que acreditamos que existem muitas maneiras de exercê-las, e, que não há uma fórmula específica para a construção de diálogos conjuntos ou divulgação de conhecimento científico. Cada comunidade possui características específicas, culturas e memórias construídas a partir de experiências diversas, e práticas desenvolvidas com sucesso em algumas, não necessariamente terão os mesmos resultados em outras. Entende-se também que ainda há uma necessidade de diálogos entre as áreas, que possibilitarão, por sua vez, uma maior construção de saberes junto à sociedade de forma ativa e democrática, independente da esfera em que o conhecimento esteja inscrito.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (LAP/NEPAM/Unicamp) pelo suporte institucional e acadêmico oferecido ao longo de nossas atividades de estágio. E, também, à professora responsável e aos alunos matriculados da disciplina *Estágio Supervisionado em História*, oferecida pelo IFCH/Unicamp no segundo semestre de 2013. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTSCHUL, J. H. Alternative methods of disseminating archaeological findings from CRM contexts: examples from the American Southwest. *Archeologia e Calcolatori*, n. 13, p. 179-186, 2002.
- BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr., 2011.
- CARVALHO, A. V. Nota de atividades: Laboratório de Arqueologia Pública. *História e-História*, v. 11/01/2011, p. 1-4, 2011.
- CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A. As possibilidades da Arqueologia Pública. *História e-História*, v. 24/03/2009, p. 1-7, 2009.
- CARVALHO, A. V.; MENEZES, V. H. S. Práticas em Arqueologia Pública: considerações acerca do projeto “LAP com as Escolas”. *Revista Arqueologia Pública*. Edição Especial – ANAIS I Semana de Arqueologia - “Arqueologia e Poder”, p. 1-17, 2013.
- FERNANDES, T. C. *Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FERREIRA, L. M. Essas coisas não lhe pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. *Revista Arqueologia Pública*, n.07, p. 87-106, 2013.
- FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. “Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão”. In FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. (Org.) *Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades*. Primeira Versão, IFCH/Unicamp, 2011.
- FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. *Editorial Arqueologia Pública*, n. 01, p. 1. 2006.

- GRUNBERG, E. Educação Patrimonial — Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. *MUSEOLOGIA Social*, Porto Alegre: Unidade Editorial, p. 95-110, 2000.
- GRUNBERG, E. Educação Patrimonial: Trajetórias. In: BARRETO, E.; BEZERRA, M.; CAIXETA, M.J. (Org.), *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiânia, 2008.
- HOLTORF, C. *Archaeology is a Brand! The Meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture*. Oxford|Walnut Creek, California, Archaeopress|Left Coast Press, 2007.
- MAGALHÃES, L.H. Educação Patrimonial: uma análise conceitual. In: *II Encontro Cidades Novas - A Construção De Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina, p. 1-17, 2009.
- ORSER, Charles Jr. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Oficina de livros, Belo Horizonte, 1992.
- RICHARDSON, L. A Digital Public Archaeology?. *Papers from the Institute of Archaeology*, 23(1), 10, p. 1-12, 2013.
- SALAMÃO, A. A.; ROSSI, A. V.; ALVES, A. S.; SHIMAMOTO, G. G.; FAVARO, M. M. AM; COELHO, T. B. *Iniciação Científica Júnior: experimentação e pesquisa integrando o ensino médio e a universidade*. XV Encontro Nacional de Ensino de Química (XV ENEQ) – Brasília, DF, Brasil – 21 a 24 de julho de 2010.
- SCHIAVETO, S. N. O.; GILAVERTE, A. P.; ANDRADE, D. S. Projeto Arqueologia e Educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas. *Revista Arqueologia Pública*, Unicamp, nº. 07, 2013.
- SCHWANZ, A. K. Educação Patrimonial- A pedagogia política do esquecimento?. *Cadernos de LEPAARQ* (UFPEL), v. III, p. 25-41, 2006.
- SILVA, H. C. O que é Divulgação Científica? *Ciência & Ensino*, vol. 1, n. 1, dez., 2006.
- SOUZA, F. C. A. "Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: A importância do registro oral para a preservação do Patrimônio". In: MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACJ, J. (Org.) *Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.
- TAMANINI, E. "Educação em museus como anúncio e resistência popular: o desafio da construção de política pública". In MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACJ, J. (Org.) *Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.
- TEGA, G.; CAMARGO, V. R. T.; CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A; FERREIRA, M. B. R. Ações do projeto Arqueologia e Divulgação Científica – Diálogos e Saberes: site e documentário. *Revista Arqueologia Pública*, Unicamp, n. 07, 2013.
- VALERA, A. C. A divulgação do conhecimento em Arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências. *Praxis ARCHAEOLOGICA*, v. 3, p. 9-23, 2008.
- VOGT, C.; CERQUEIRA, N.; KANASHIRO, M. Divulgação e Cultura Científica. *ComCiência*, n. 100, 2008.
- ZAMBONI, L. M. S. *Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1997.

**SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO: O ESTUDO DA PRÉ-
HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FORMAL**

Izabela Rezende Bahia
Luiz Oosterbeek

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO: O ESTUDO DA PRÉ-HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FORMAL¹

Izabela Rezende Bahia²

Luiz Oosterbeek³

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre o estudo da Pré-História socializado desde os primeiros anos de vida escolar, tomando como enfoque a importância deste conhecimento como praxis na educação infantil. Discute os contributos da Pré-História para os alunos do 1º ciclo (fundamental) e faz um breve histórico sobre o sistema educativo definindo a pedagogia e a didática como viés articulador das práticas do sistema de ensino formal. Conclui com a enumeração de fatores relevantes ao estudo da Pré-História como princípio e fundamento para a compreensão da própria espécie.

Palavras chaves: Socialização do conhecimento, Pré-história, Educação, Patrimônio.

Abstract: The paper proposes a new reflection on the socialization of Pre-Historic studies since the early school years, focusing the relevance of such knowledge as praxis in child education. The contributes of Prehistory to elementary school students are discussed and a brief analysis of the education system's history is made, defining pedagogy and didactics as pivotal trends of the formal education system's practices. It concludes with the enumeration of relevant factors for the study of Prehistory as principle and fundament for the understanding of our species.

Keywords: Knowledge socialization, Prehistory, Education, Heritage.

A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Assumimos a *socialização* como uma praxis mesclada de atributos sociais, culturais, interrelacionais, entre o sujeito e o mundo que o cerca: faz parte de mim enquanto ser no mundo de possibilidades e parte de mim enquanto ser para o mundo de relações com o meio e com o outro.

O *conhecimento* é alvo de disputas desde a aurora da filosofia. Quase todos os filósofos trataram os problemas do conhecimento. A disciplina filosófica que trata essencialmente desta questão é a Teoria do Conhecimento, que Urbano Zilles (2006) define como: “a disciplina filosófica que indaga pela possibilidade, origem, essência, limites, pelos elementos e pela condição do conhecimento. Os de língua latina também a chamam de gnosiologia.” (ZILLES, 2006, p. 21).

Alguns dicionários conceitualizam a Epistemologia como Teoria do Conhecimento ou Gnosiologia, e, de igual modo, definem a Gnosiologia⁴. Por outro lado, autores como Chaui (2000) ou Lalande (1996) distinguem os dois saberes. O conhecimento, seja por que via de estudo se busque atingir, começa com a

¹ Artigo elaborado com base na tese para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, Pré-História e Arte Rupestre, pelo Instituto Politécnico de Tomar e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Programa de Mestrado Europeu Erasmus Mundus)

² Mestre em Arqueologia Pré-História e Arte Rupestre pelo Instituto Politécnico de Tomar (IPT), Portugal; e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal; com área de concentração em socialização do conhecimento na educação formal em Pré-História.

³ Professor do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), Portugal; Doutor em Arqueologia, Presidente do Instituto Terra e Memória (ITM), Portugal. E-mail: loost@ipt.pt

⁴ Informação disponível em linha. Fontes: Infopedia, Dicionário informal, Priberam. Acesso em 05/07/2012.

interrogação, e é o intento maior do ser humano em busca de dar respostas a seus problemas. Segundo Karel Kosik “o ser humano é ontocriativo”, quer dizer, que cria o seu próprio ser. Ele nasce de uma interrogação, de um projeto, do ter que se conquistar, do ter que buscar a si mesmo; a humanização da vida humana é a primeira preocupação, consciente ou não, do ser humano num processo de luta por sua conquista.

Poder-se-á dizer que a “socialização do conhecimento” é um processo motivado pela ação do sujeito, que interpela a si mesmo e ao mundo que o rodeia, infere participação para a sensibilização e interiorização de conteúdos valorativos, indispensável à adaptação do indivíduo ao meio, sendo portanto praxis natural de construção do sujeito social e suas inter-relações.

A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO

Sob o ponto de vista da Educação, aborda Mauro Sala (2010), “Temos definido a escola como uma instituição cujo papel central é a socialização do conhecimento historicamente elaborado e acumulado pela humanidade”, e define como sendo seu objetivo principal, “[...] a transmissão-assimilação do saber sistematizado, o que significa definir como atividade nuclear da escola o ensino e a aprendizagem dos conteúdos escolares, historicamente construídos e definidos” (SALA, 2010, p. 84).

A assimilação destes processos de conhecimento socioculturais valorativos, historicamente definidos, é construída na escola sob a forma de currículo, onde são estabelecidos objetivos mensuráveis pela construção das competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, por meio de avaliação. “A missão da escola é proporcionar a aquisição de competências.” (REY *et al.*, 2000, p. 13).

O cerne do problema se instaura numa tentativa de reflexão sobre os rumos da educação diante da contemporaneidade; os novos paradigmas impostos pela economia do conhecimento; a educação formal e a importância da socialização de conteúdos valorativos que permitam a compreensão da Humanidade pelo entendimento do seu desenvolvimento natural, aqui assumidos como iniciados na Pré-História. Sobre o processo atual de busca do Homem pela sua humanização.

A Educação tem passado por transformações significativas em busca de acompanhar o desenfreado processo informacional por que passa o mundo contemporâneo. É preciso pensar que, qualquer reforma que se pretenda bem alicerçada, deverá começar nos primeiros anos de vida escolar e no sentido prático, conforme diz Morin (1999):

Só podemos começar a reforma do pensamento na escola primária e em pequenas classes [...] é nesse nível que devemos nos beneficiar da maneira natural e espontaneamente

complexa do espírito da criança, para desenvolver o sentido das relações entre os problemas e os dados (MORIN, 1999, p. 34).

Entre os problemas e os dados para a obtenção da resposta e apreensão do conhecimento, está na experiência a melhor forma de comprová-los, dado que potencia uma relação cognitiva de base multi-sensorial. A Arqueologia Pré-Histórica possibilita esta leitura e experimentação partindo do real, dos elementos materiais encontrados, da possibilidade de estudá-los e interpretá-los.

Não se trata meramente de um conjunto de boas intenções e projetos pontuais. O que se pretende considerar com “socialização do conhecimento” é a percepção de que os conteúdos de base científica e cultural (ancorados no rigor acadêmico) que integram a possibilidade real de compreender a Arqueologia Pré-História, que é parte primordial do património, requerem um processo pragmático instrumentalizado pela educação em atividades de aprendizagem possibilitadas pelo estudo dos próprios métodos e técnicas arqueológicas, instrumentalizadas pela utilização da Matemática - tabelas, cálculos, gráficos; do Português – vocabulário, interpretação, produção de textos; do Estudo do Meio – compreensão das dinâmicas sociais, desenvolvimento tecnológico, transformação do espaço envolvente; Educação para a Cidadania – preservação, proteção e valorização dos elementos Pré-Históricos como fator determinante das práticas patrimoniais e mais, o entendimento da própria evolução humana.

ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA

Podemos dizer que a Pré-História é o estudo de fragmentos concretos – artefactos – do passado, na busca da sua reconstrução, situando-os no espaço e no tempo, e inferindo nexos causais entre eles. Ou seja, ela visa compreender o espaço ou contexto onde se identificam os vestígios e quando e de que forma foi produzido esse espaço, buscando identificar sequências causais. Assim, a Pré-história é atravessada por um paradoxo epistemológico: embora se apoie, sobretudo, na arqueologia (que é mais rigorosa na análise espacial do que na sequenciação cronológica) o seu foco de interesse é a mudança ou transformação, ou seja, o processo temporal.

De referir que estes objetos tiveram uma especificidade, foram modificados com um propósito e metamorfoseados mediante a necessidade funcional de utilização. Dito de outra forma, sofreram transformação pela própria evolução da compreensão da mente humana no tempo, mediante a possibilidade de existência no espaço. Mesmo que não abduquemos do olhar para a transitoriedade do homem, no sentido histórico da palavra, ou da relevância de contextos como os depósitos secundários que

sabemos existem e não podem ser desconsiderados, o fato é que em termos educacionais os elementos escavados e encontrados num território, município ou vila, perfazem a identidade local desta comunidade e são parte de sua história singular, ao mesmo tempo que integram a herança global da humanidade.

Os vestígios que o Homem deixou são parte da nossa História, de uma Pré-História que precisamos dar a conhecer também às crianças; é o Tempo não antes do tempo, mas num tempo que não se escreveu, num tempo de oralidade e de elementos que se multiplicam dia-a-dia na trajetória de vida de um lugar, de uma comunidade. A arqueologia permite estudá-lo com rigor, contá-lo e socializá-lo. Fragmentar os conhecimentos, contá-los a partir do nascimento de uma história escrita, seria negar a própria existência.

A informação arqueológica poderá partir de um conjunto de pressupostos que desencadeiem e/ou combinem estes vários olhares, mediante as estratégias de recuperação e armazenamento dos materiais. “Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste em cada língua que pergunta” (SANTOS, 2010, p. 48).

Sob o ponto de vista da sua evolução metodológica, está no estudo dos elementos desenterrados e/ou encontrados no tempo o entendimento do que fomos e de como nos transformamos.

Que contributo tem o conhecimento da Pré-História a dar aos alunos do 1º ciclo?

Podemos identificar diversas razões para um reforço do ensino da Pré-História nos programas educativos das séries iniciais de formação. Sublinhamos, desde o início, a valorização pela apropriação do “Património Primordial” da Arqueologia Pré-Histórica, porquanto “[...] o património arqueológico existente em território [...] assume pela sua excecional importância, carácter de património da Humanidade” (JORGE, 1990, p. 93).

A segunda razão delinea-se em torno da interdisciplinaridade da disciplina de Estudo do Meio no 1º ciclo em Portugal (que encontra correspondências no Brasil), que pode integrar a Pré-História na sua relação com a Geografia e Ciências Físicas e Naturais, entre outras. A originalidade e a autonomia fazem da Arqueologia Pré-Histórica um campo científico vasto e interdisciplinar para o seu estudo, desde as séries iniciais. Ela proporciona ao aluno a conquista do entendimento do passado por suas próprias vias de interpretação, por via da experimentação, de todo o processo de descoberta e da diversidade de técnicas, a partir de uma visão global e não fragmentada de todas as ciências. Suas componentes teórico-práticas fazem dela um transcender dialógico, proporcionador de múltiplos discursos.

O fulcro da investigação arqueológica Pré-Histórica centra-se no registo arqueológico (arqueografia) e na análise dos materiais arqueológicos; e por este viés envolve cálculos, tabelas, gráficos, vocabulário próprio, interpretação, seleção, classificação, nomeação, discurso, investigação, comparação e

relação de conceitos, integração de conhecimentos científicos e tecnológicos, entendimento da função social do conhecimento, entre outros conteúdos. Desta forma o aluno é confrontado com um objecto que o seduz (o comportamento humano na Pré-História) e compreende como é que diferentes disciplinas se combinam para o entender, superando as dicotomias artificiais entre as ciências sem perder o seu rigor disciplinar respectivo.

Sob um terceiro ponto de vista - e desde já esclarecendo que estes não estão aqui expostos por escala de valor – parece óbvio ser impossível proteger integralmente todo o Património. Cabe estabelecer prioridades que façam integrar alguns pressupostos como o interesse científico, o carácter regionalista, o atrativo turístico, a viabilidade económica, o respeito pelo sentimento de posse, entre outros. Os meios atualmente prioritários estão voltados para três vertentes patrimoniais: “pesquisa, preservação e proteção” (JORGE, 1990, p. 96), quando percebemos que a educação no sentido lato da palavra deveria estar alinhada a estes fatores, formalmente.

Se pensarmos que as formas escritas não aconteceram na mesma idade cronológica, fica fácil entender a importância de se começar pela Pré-História do meio em que nos inserimos. Os entendimentos mais complexos sobre os períodos e evolução humana não são, nesta faixa etária, de suma importância para o reconhecimento patrimonial da Pré-História local. Introduzir a criança no entendimento do património, é proporcionar a ela, na prática, o reconhecimento dos artefactos e da sua nomenclatura, diferenciando as matérias de que são compostos, identificando sua utilidade, reconhecendo onde foram encontrados e porquê, classificando-os por grupos (por tipos de materiais, funções, cronologias, etc.), identificando técnicas. Este processo permite explorar a ideia de probabilidade em situações-problema, perceber o contexto simbólico e sua evolução no tempo. São exemplos de objetivos adequados ao 1º ciclo, que preparam a criança para, mais adiante, num novo ciclo de estudos, estar apta a comparar diversas realidades e estudar a evolução da sua espécie num plano mais abstrato.

Uma quarta razão importa aqui apresentar: na Pré-História, a compreensão da diversidade artefactual é essencial. Essa diversidade consente uma reflexão sobre a utilização contemporânea, designadamente em museus, que devem ser espaços potencializadores da compreensão do comportamento humano a partir dos objectos e suas cadeias de produção técnica e económica.

Uma quinta razão consiste no fato de entendermos ser essencial a compreensão da própria existência humana a partir da sua génese e evolução. Os conteúdos transmitidos em forma de disciplina, sem unidade, fragmentam o entendimento dos nossos próprios princípios em termos de evolução e constituem um potencial retrocesso cultural. A Pré-História, pela distância temporal que convoca e pela atenção aos materiais e técnicas que exige, suscita a recomposição da unidade do conhecimento da realidade (passada e presente).

Findamos os argumentos com um último olhar, voltado para a comunidade, nas palavras de Almeida:

Possuir no seu território marcas de um passado que alimente idiossincrasias, patrimónios que poderão ser usados como estandartes, é algo que as comunidades subjetivamente assumem, independentemente de estarem ou não norteadas para outras valências, como sejam a preservação e a necessidade da sua transmissão, incólume, aos vindouros (ALMEIDA, 1998, p. 129).

O PATRIMÓNIO

O nº 1, artigo 74º, Lei nº 107/2001 que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural em Portugal, define que integram o património arqueológico e paleontológico, todos os “vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: a) cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; b) cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia”⁵.

Portanto, o património arqueológico é um elemento estimulador da compreensão da história, da memória coletiva, da cultura, da paisagem. Preservar e estudar têm como corolário lógico a posterior divulgação.

Segundo Pereiro, o património cultural é a forma de expressar a cultura que recupera memórias quando cultiva socialmente a transmissão de seus legados futuros. “[...] a seleção e escolha fazem parte dos processos de fabricação social do Património cultural” (PEREIRO, 2006, p. 25). É preciso pensar na importância e nos rumos da educação voltada para este património na contemporaneidade e em que processo de fabricação social caminhará a Arqueologia e a Pré-história.

A humanidade vem passando por bruscas transformações, o impacto das novas tecnologias na vida quotidiana, os padrões de consumo aliados a severas modificações no que se refere ao trabalho, família, religião, moralidade e ética, desestabilizaram os pilares da civilização ocidental. Como escrevemos noutra local, “A crise global da sociedade, dos valores e das memórias, das estruturas de socialização e de produção, conduziu-nos, no final do século XX, a uma desorientação crescente. Quando, a nível pessoal, sentimos que o chão nos foge debaixo dos pés, é na busca do nosso passado que encontramos os meios de superar crises e depressões. Esse passado, que revisitamos quando os referentes que nos orientavam caem, não é algo imutável, é algo que reorganizamos, que reconstruímos, de cada vez que para ele olhamos. O passado não é o que nos explica, é o instrumento com que nos explicamos.” (OOSTERBEEK, 2007, p. 88-89).

⁵ Informação disponível em linha em <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>. Acesso em 20/10/2010.

No mesmo sentido, “Se a riqueza foi, outrora, medida por bens materiais visíveis (terras, casas, gado, tamanho e potencia dos exércitos), atualmente está materializada na posse de um tipo de conhecimento – o tecnológico – implicando mais do que em máquinas, na atuação de mulheres e homens” (LINHARES, 2000, p. 35).

Diante da sensação de encurtamento do presente, urge encontrar no passado ferramentas seguras de ancoragem. O património resgata, e constrói, a memória. Proteger, entretanto, implica a abstração pelo sujeito do sentido da salvaguarda. Só se protege aquilo que se conhece e ao qual se atribui um valor, seja ele material ou imaterial. Se assim o é, o sujeito que desconhece precisa ser elucidado pela ação do sujeito que conhece, para haver o reconhecimento patrimonial.

Esta elucidação, potencializadora da abstração pelo sujeito, requer uma memória existencial transmitida através da aprendizagem. É pela socialização do conhecimento, iniciado desde a tenra infância, que se irão construir alicerces sólidos para a apreensão do conceito de património. Nesta visão todo o património é local, impulsionador deste entendimento, pois começa como entorno mais próximo da criança (e dos adultos).

Património, Memória, Cultura

O património está associado à memória como evocador, enquanto a cultura assimilada pela adaptação do indivíduo na sociedade requer aprendizagem enquanto processo de mudança e transformação. Todo este processo dialético requer uma *praxis* consciente e transformadora, que possibilite uma visão socialmente integrada alicerçada no conhecimento interativo e integrativo. Nesta perspectiva, a educação começa pela compreensão do meio circundante e suas transformações, desde um tempo pré-histórico particular e único, que confere densidade à identidade de cada comunidade. É importante salientar, como cita Michael Apple com relação ao processo democrático; tal como afirma Raymond Williams (1989):

A ideia de uma cultura comum não é, de modo algum, a ideia de um simples consentimento nem, certamente, de uma sociedade meramente conformada. Envolve uma determinação comum de significados por parte de todas as pessoas, atuando, ora como indivíduos, ora como grupos, num processo que não apresenta um objetivo específico e que nunca se deverá interpretar como algo que finalmente se realizou, completamente, por si mesmo. Neste processo comum, a única certeza será a manutenção em aberto dos canais e instituições para que todos possam participar e sejam realmente ajudados a contribuir (WILLIAMS, 1989 *apud* APPLE, 1999, p. 70).

Socializar o conhecimento é possibilitar pelo questionamento a formação de regras, valores e identidades que permitam, pela instrumentalização na educação, um futuro valorativo e consciente consubstanciado pelo sentimento de preservar e proteger. Mas, como poderíamos falar em património e em herança, sem inserirmos desde as primeiras séries da escola, os conteúdos oriundos do património onde ela se insere? O património do ser humano está na história do seu desenvolvimento enquanto humano!

Resumindo o que até agora foi dito, observa-se que a preservação e a proteção patrimonial implicam a transmissão do conhecimento (cultura), a valorização deste pelo sujeito (a comunidade, a sociedade, a humanidade), o conhecer para (re) conhecer – (a memória, a cultura, a educação). Importa perceber que, “A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.” (MARX e ENGELS, 1993, p. 25), composto de uma história, de um pretérito não constituído pelos descendentes mais próximos mas pela origem da sua própria espécie. Diferentemente de John Locke (1632-1704), o homem não é uma folha em branco mas “a sua experiência tratará de escrever a sua história e nortear o seu comportamento”⁶.

O SISTEMA EDUCATIVO

Nas sociedades humanas, não basta todos saberem as mesmas coisas, sendo fundamental o rigor e a qualidade do que se faz, para atingir, a partir daí, o diferencial competitivo que assegurou a resiliência da espécie; a criatividade é a palavra-chave da evolução humana. Na contemporaneidade a economia do conhecimento busca profissionais criativos, inovadores, perspicazes e capazes de se abrir a oportunidades de troca, não os detentores do conhecimento que rotulam e estipulam mediante fórmulas prontas e acabadas num horizonte restrito de compreensão.

No último século, o conhecimento científico tornou-se tão destacado que ganhou relevo por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quando cita: “[...] o desenvolvimento científico tornou-se um fator crucial para o bem-estar social a tal ponto que a distinção entre o povo rico e pobre é feita pela capacidade de criar ou não conhecimento científico” (UNESCO⁷).

Este quadro faz da educação, desde os primeiros anos de vida, um fator chave para a construção das novas identidades sociais; remete-nos a pensar em que presente se alicerçam as bases para uma vindoura sociedade. Nos palcos do presente, pensar nas novas gerações e no processo interativo da socialização é tarefa relevante para estabelecer os pilares do que se pretende como sucesso em termos educacionais e patrimoniais. Há, no entanto, um equívoco crescente: o de que se pode promover a Educação de forma segregada da produção de conhecimento. Essa deriva tem reduzido muito as competências

⁶ Informação disponível em linha em www.mundodosfilósofos.com.br. Acesso em 29/10/2010.

⁷ Informação disponível em linha em www.unesco.org. Acesso em 01/06/2012.

cognitivas da população, apesar da expansão sem precedentes do ensino, conduzindo na prática a um novo tipo de alienação. A socialização do conhecimento em Pré-História, no entanto, impõe uma praxis que valoriza as diferentes ciências, as técnicas associadas e a sua integração, podendo por isso constituir um muito poderoso instrumento educativo. É hora mais que propícia para olhar para a nossa Pré-História.

Sócrates discursava sobre a importância na escolha de textos que devem ser aplicados às crianças, defendendo a identidade entre os interesses individuais e comunitários como o único caminho para a felicidade na busca do conhecimento (BAHIA, 2003, p. 19). Antoine Hourdakakis (2001) relembra uma citação do pensamento de Aristóteles:

O ensino não partirá de certezas e verdades, mas de dúvidas e de problemas. Assim, o seu objectivo será triplo: exercitar o espírito do aluno [...] reunir os diferentes pontos de vista que já foram expressos [...] conduzir à pesquisa filosófica, formulando dúvidas sobre cada coisa, e submeter a uma prova lógica cada problema, de forma que seja verificada a legitimidade da certeza em cada caso (Aristóteles 384 a.C. — Atenas, 322 a.C.).

A clareza com que estes e outros pensadores discursaram sobre a educação e a possibilidade do conhecimento como um exercício do espírito, sem respostas prontas, proporcionando o conhecimento pelo diálogo, respalda mais uma vez o estudo da Pré-História, que sem verdades absolutas, exercita o pensar, possibilita a prática de diferentes pontos de vista com a formulação de dúvidas sobre os próprios elementos encontrados e favorece a interpretação a partir de uma lógica própria, utilizada pelas técnicas arqueológicas, como forma de legitimar as teorias hipotéticas levantadas.

Os debates sobre educação atravessam todas as sociedades, mas são especialmente relevantes quando o futuro se revela incerto.

Vivemos hoje tempos de grande transição, como no início da Idade Média, quando Santo Agostinho (476-453) defendia que "Não se deve esperar da criança inteligência nem aspirar a ela. O mais importante é a consciência, a disciplina". "Não se aprende pelas palavras, que repercutem exteriormente, mas pela verdade, que ensina interiormente". Ainda que Santo Agostinho não legitimasse a inteligência na criança, atestava que a disciplina e a verdade interior adquirida pela consciência são o mais importante, sublinhando a urgência de preservar o conhecimento (que ele via ser destruído com o ocaso da civilização clássica) e de compreender que esse conhecimento só seria preservado se fosse compreendido como um bem em si mesmo, não relativizado, como mais tarde diria São Tomás de Aquino: "[...] é sempre preciso crer para compreender e compreender para crer" (S. TOMÁS DE AQUINO, 1979, p. 217 *apud* CHÂTELET, 1976).

Já na modernidade, J. A. Comênio (1592-1670) defenderia que a formação do homem deve começar na primeira idade, período em que se pode "dobrar e formar", recomendando o uso de

experiências com objetos para que as crianças aprendessem formas que dizem respeito a cultura do homem, defendendo o ensino de tudo a todos (COMENIUS, 2001).

A partir do século XVIII ir-se-ão afirmar duas perspectivas pedagógicas fundamentais, concorrentes embora não necessariamente opostas. Na primeira, a escola deve ensinar, instruir e formar, partindo do princípio de que a educação ocorre a partir de dois objetos: o conteúdo e o aprendiz. Para tanto, o aluno é retirado do seu estado biológico ou psicológico de criança para ser dirigido, guiado e moldado às regras estabelecidas pela escola. A esta perspectiva teórica do pensamento didático, que retoma autores como Santo Agostinho ou Comênio, chamamos de tradicional. Em contraposição, Rousseau (1727-1778), retomando em parte Aristóteles, assumiria que o aluno traz em si os meios de assegurar seu próprio desenvolvimento, sobretudo intelectual e moral, valorizando por isso o jogo, o trabalho manual, a experiência direta das coisas, e direcionando aí uma nova concepção de escola ao valorizar o sentimento, o interesse, a espontaneidade, a criatividade e o processo de aprendizagem (MARTINS e MENDES, 2006).

Com base nessa nova concepção de educação, surge nas propostas de Pestalozzi (1746-1827) e de seu seguidor Froebel (1782-1852), um novo modelo de escola e de ensino. Considerados os precursores dos princípios da “escola ativa”, disseminada no século XIX e início do século XX, por John Dewey (1859-1952). Para Pestalozzi, uma educação seria verdadeiramente educativa se derivasse da atividade dos jovens. Fundou um internato onde o currículo fundamentava-se na ênfase a atividades como desenho, jogos, expedições ao ar livre, manipulação de objetos, em que as descrições deveriam preceder às definições; postula que o conceito nasce da experiência direta e das operações sobre as coisas. Ainda inspirados por Pestalozzi surgem trabalhos propostos pela médica e educadora italiana Maria Montessori (1870-1952) e por Decroly (1871-1932) (MARTINS e MENDES, 2006).

Na contemporaneidade, neste processo de mudanças constantes que afetam e criam múltiplas culturas, múltiplas relações, múltiplos sujeitos; a educação e suas teorias sofrem também revoluções. Yves Bertrand (2001) classifica as teorias contemporâneas da educação em sete grandes correntes: “Teorias espiritualistas; personalistas, psicocognitivas, tecnológicas, sociocognitivas, sociais e acadêmicas”. (BERTRAND, 2001, p. 15-21).

Edgar Morin destaca, num importante texto como contributo para o debate internacional sobre a educação para o futuro viável no século XXI, onde se faz presente a necessidade de conhecer a complexidade histórica, a participação concreta, sete saberes fundamentais: 1. A prevenção do conhecimento contra o erro e a ilusão; 2. A substituição da fragmentação do conhecimento por um novo método que permita ver o conjunto e o contexto; 3. O reconhecimento da ligação entre a unidade e a diversidade humana onde todos os destinos são inseparáveis e estão entrelaçados; 4. O desenvolvimento da identidade humana pela aprendizagem da vida em conjunto com o planeta; 5. A preparação dos cidadãos

para os desafios da incerteza agregada a ideia do risco e da probabilidade; 6. A educação pela compreensão mútua das culturas, povos, nações, em todos os níveis e idades; 7. O desenvolvimento do conceito de cidadania inclusiva da ética do gênero humano (MORIN, 2002).

Poder-se-á dizer que a preocupação com a construção destes valores, estudados pela Filosofia e definidos como axiológicos, sempre estiveram em pauta na educação; mas deve-se reconhecer que a formação histórica necessita de reavaliação, de uma leitura feita a partir do início, de um passado que por mais que possa parecer incerto requer esclarecimento e sentimento de pertença, fazer parte da história da Humanidade não como um “grande homem”, mas como parte de uma humanidade que a este homem cabe valorizar. Os grandes homens não são os mártires da independência, da ciência, da física,... somos todos nós, seres que evoluímos num espaço e num tempo, parte de uma transformação que se iniciou na Pré-História, quer dizer, na nossa história oral, humana, real, a partir do desenvolvimento tecnológico, social, económico, psicológico. Aí deverá estar a base do ensino.

Não há um sentido unívoco para o termo *educação*, ela é algo tão abrangente quanto as relações humanas. A educação ultrapassa o ambiente escolar; estamos a todo instante realizando atos de aprendizagem e de ensino. “A educação é um processo, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida.” (LUCKESI, 2001, p. 30).

Esta finalidade pode se dar de duas maneiras: informalmente ou formalmente. Aqui falamos da educação formal transmitida pela escola, sistemática, técnica, corroborando com Paulo Freire, quando afirma que fundamentalmente ela é prática docente: “Especificamente humana a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. Exige de mim, como professor, uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais, ligados à minha atividade docente” (FREIRE, 1996, p. 28).

Os saberes educacionais são estudados pela Pedagogia, cujo objeto de estudo é a educação. As suas categorias são: a escola, a família, a comunidade e a convicção. Segundo o *Dicionário de Pedagogia* de Rui Marques (2000):

Designa a ciência da educação das crianças e arte e a técnica de ensinar. De uma forma mais geral, a pedagogia é a reflexão sobre as teorias, os modelos, os métodos e as técnicas de ensino para lhes apreciar o valor e lhes procurar a eficácia. A pedagogia destina-se a melhorar os procedimentos e os meios com vista à obtenção dos fins educacionais (MARQUES, 2000, p. 102).

Se a Pedagogia assim o é, afinal o que seria a Didática? O objeto de estudo da didática é o ensino. Sua linha de pesquisa é a docência, a aula e o discente. Conforme bem a define José Libâneo (2002),

A Didática é uma disciplina que estuda o processo de ensino no seu conjunto, no qual os objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas da aula se relacionam entre si de modo a criar as condições e os modos de garantir aos alunos uma aprendizagem significativa (LIBÂNEO, 2002, p. 5).

Dentro deste critério, há ainda o currículo, que como o define a legislação portuguesa, é “o conjunto de conteúdos e objetivos que, devidamente articulados, constituem a base da organização do ensino e da avaliação de desempenho dos alunos”. (D.L.139/2012, de 5 de julho). Ou seja, as formas organizativas da aula. Através do currículo definem-se os conhecimentos e as capacidades que cada aluno deve desenvolver e adquirir pelo programa de disciplinas e áreas curriculares com metas a atingir por ano e por ciclo de ensino. Conforme Benito Luaiza (2000), foi “Wolfgang Ratke o primeiro a dividir a didática em duas partes: “Desenho Curricular ou Currículo e a Dinâmica do Ensino” (LUAIZA, 2000, p. 2).

Os conteúdos obedecem a uma organização sequencial recomendada por critérios, sejam eles: a sequência lógica e coerente com a estrutura e o objetivo da disciplina, a gradualidade da distribuição de pequenas etapas considerando a experiência prévia do aluno, a continuidade obtida pela articulação entre os conteúdos e integração entre as diversas disciplinas do currículo (MARTINS, 2007, p. 79).

No entanto, não existe uma norma única que auxilie o professor na organização e na elaboração dos conteúdos. O professor pode direcioná-lo mediante o desenvolvimento dos alunos e graus de dificuldade, sem prejuízo dos objetivos da aprendizagem. É essa realidade que abre espaço para que os arqueólogos e os pedagogos, sem precisarem de esperar alterações curriculares relevantes, possam construir projectos de aplicação curricular que se apoiem na Pré-História.

As crianças, ao estudarem o passado, mais do entender “o passado” são sensibilizadas para a importância e valor da diversidade do comportamento humano. É nos primeiros anos de vida que se pode mais facilmente aprender como a unidade radical da espécie humana é mais interessante e resiliente por se exprimir na diversidade. Mas o diverso é sempre difícil de entender, é outra língua, outra forma de ser, algo de estranho com que as crianças, ou os adultos, têm dificuldade em se identificar. Não há relação intercultural positiva, porém, sem que os protagonistas de uma cultura vejam o interesse e a possibilidade de se colocarem no ponto de vista da outra cultura. Se isso é difícil para um adulto, é tarefa impossível para uma criança., cujo pensamento abstracto ainda não está plenamente maturado. Ela tenderá a reduzir os episódios históricos que estuda a narrativas anacrónicas, assimiláveis ao seu presente e ao seu contexto imediato, com todos os erros que daí decorrem. Porém, quando a criança o faz em relação à Pré-História, apesar de incorrer no mesmo erro, ela pode apoiar-se numa menor complexidade social e técnica, que lhe

são mais próximas. Essa é a força da Pré-História (mais do que a arqueologia em geral) nos programas educativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Património não possui vida por si só, a relação que o origina enquanto objeto não se faz presente no objeto em si, mas sim na percepção que o sujeito tem dele. Esta percepção é dinâmica e ainda particular, embora seja coletiva. Dos vários tipos de Património, Local, Arqueológico, da Humanidade, Material e Imaterial, pretendemos sublinhar a importância do Património Pré-Histórico, mais concretamente o património Pré-Histórico local, através da socialização do conhecimento, possível pela via do ensino formal.

Consultada a legislação que rege o sistema educativo português e os instrumentos que o integram, nomeadamente, Artigo 3º D.L.49/2005; “Proposta Curricular – Educação para a Cidadania – item 2: cidadania como construção identitária”; “Áreas nucleares (item A4 e A6)”; “Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências essenciais”, verifica-se que a mesma já engloba esta questão, quando por várias vezes são citados os bens culturais e, explicitamente, o Património Histórico e Cultural, do qual fazem parte a Arqueologia e por esta via a Pré-História. Já existindo referências orientadoras a este respeito, falta transportá-las para a prática.

Contudo, os manuais escolares são escassos (quando não errados) na sua atenção a este longo período da história da Humanidade, e os professores só muito raramente possuem competências para superar essa lacuna. Importa destacar que o estudo da Pré-História:

(I) Permite a compreensão da natureza evolutiva da Humanidade e das culturas, partindo do olhar local, ou seja, onde a comunidade se insere, e realçando o sentimento de pertença, tão essencial ao momento atual em que se percebe a multiplicidade de informações que provoca a instabilidade de elementos estruturantes e basilares da humanidade;

(II) Complementa a transmissão de uma compreensão não fragmentada e sistematizada dos saberes aos alunos, particularmente no que se refere à relação das sociedades humanas com o meio ambiente natural;

(III) Instrumentaliza saberes e fazeres associados à prática metodológica e dialógica, visto estar a própria disciplina, ou o campo interdisciplinar, em construção;

(IV) Integra o Património Primeiro (Pré-Histórico) no sentido do próprio existir das gentes locais, ao permitir através da aprendizagem, uma maior consciência da sua herança e conseqüentemente uma maior responsabilização na sua preservação e divulgação.

(V) Possibilita uma proximidade radical com uma “outra cultura”, a partir de níveis de baixa complexidade tecnológica.

Considerando que o conhecimento da evolução do ser humano só faz sentido se começarmos pelo princípio, pela gênese e evolução estudadas na Pré-História, propomos iniciar esta socialização do conhecimento desde os primeiros anos de vida escolar, mais propriamente, partindo da educação formal do 1º ciclo.

Afinal, os conteúdos transmitidos refletem a sociedade que pretendemos e inferem uma análise aprofundada sobre o que ensinamos e para que ensinamos na busca da compreensão e proposta da construção de valores mais humanizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, M. W. *Políticas culturais e educação*. Porto: Porto Editora (Coleção Ciências da Educação Século XXI), 1999.
- BAHIA, I. R. *Uma reflexão sobre o pensar ético e a sua importância na formação docente*. Dissertação (Pós-Graduação) - Universidade do Estado da Bahia, 2003.
- BERTRAND, Y. *Teorias contemporâneas da educação* (2ª edição). Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.
- CHÂTELET, F. (Org.). *História da Filosofia: de Platão a S. Tomás de Aquino*. Lisboa: Dom Quixote, 1976.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- COMENIUS, I. A. *Didactica Magna*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.
- HOURDAKIS, A. *Aristóteles e a Educação*. São Paulo: Loyola, 2001.
- JORGE, V. O. *Arqueologia em construção: ensaios*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática: velhos e novos temas* (20ª edição). São Paulo: Ed. Cortez, 2002.
- LINHARES, C. F. S. *Saberes docentes: de fragmentação e da imposição à poesia e à ética*. Revista Movimento 2. 2000. Disponível em linha em <<http://goo.gl/XfziHW>>.
- LUAIZA, B. A. *Pedagogia e Didática: duas ciências independentes*. 2000. Artigo disponível em linha em <http://br.monografias-com/trabalhos3/pedagogia-e-didatica/pedagogia-e-didatica2.shtml>, acesso em 14/01/2012.
- LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- MARQUES, R. *Novo Dicionário On-Line de Pedagogia*. 2002. Disponível em linha em <http://educador.arteblog.com.br/633173/NOVO-DICIONARIO-ONLINE-DE-PEDAGOGIA/>. Acesso em 09/05/2012.
- MARTINS, A. F. P.; MENDES, I. A. *Tendências históricas do pensamento didático*. Natal: EDUFRRN, 2006.
- MARTINS, P. L. O. As formas e práticas de interação entre professores e alunos. Em Lopes, A. O. E Veiga, I. P. A., *Repensando a Didática* (3ª edição). São Paulo: Editora Papirus, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA (Org.). *O pensar complexo*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MORIN, E. *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- OOSTERBEEK, L. *Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território*. Erechim: Habilis Editora, 2007.
- PEREIRO, X. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. *ADRA, Revista dos sócios do Museu do Povo Galego* 2, 23-41, 2006.

- REY, B.; CARETTE, V.; DEFRANCE, A.; KAHN, S. *As competências na escola: aprendizagem e avaliação*. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro, 2000.
- SALA, M. Alienação e emancipação na transmissão do conhecimento escolar: um esboço preliminar. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Orgs.). *Limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 83-98, 2010.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências* (16ª edição). Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- TELMO, I. C. *O Património e a Escola: do passado ao futuro* (2ª edição). Lisboa: Texto Editora, 1989.
- ZILLES, U. *Teoria do Conhecimento* (5ª edição). Porto Alegre: EDIPICURS (Coleção Filosofia, N.º 21), 2006.

Recebido em: 04/01/2014
Aprovado em:13/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

**ARQUEOLOGIA, MUSEU E PERSPECTIVAS: O DIAGNÓSTICO
MUSEOLÓGICO DO MUSEU ÂNGELO ROSA DE MOURA DE PORANGATU**

Manuelina Maria Duarte Cândido
Mana Marques Rosa

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



ARQUEOLOGIA, MUSEU E PERSPECTIVAS: O DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO DO MUSEU ÂNGELO ROSA DE MOURA DE PORANGATU

Manuelina Maria Duarte Cândido¹
Mana Marques Rosa²

Resumo:O presente artigo visa apresentar o processo de trabalho realizado para a elaboração do diagnóstico museológico do Museu Ângelo Rosa de Moura, em Porangatu (GO), e discutir a importância desse tipo de metodologia para a qualificação destas instituições na preservação de acervos arqueológicos.

Palavras chaves:Diagnóstico museológico, Museu Ângelo Rosa de Moura, Acervos arqueológicos, Arqueologia preventiva.

Résumé:Cet article présente le processus de travail effectué pour développer le diagnostic muséologique du Musée Ângelo Rosa de Moura, à Porangatu(GO), et discuter de l'importance de ce type de méthodologie pour la qualification de ces institutions dans la préservation des collections archéologiques.

Mots-clés:Diagnostic muséologique, Musée Ângelo Rosa de Moura, Collections archéologiques, L'archéologie préventive.

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos o processo de trabalho de elaboração do diagnóstico museológico realizado no Museu Ângelo Rosa de Moura, em Porangatu (GO), no primeiro semestre de 2013, para a empresa Zanettini Arqueologia. Defendemos que o diagnóstico seja fundamental para a qualificação das instituições museológicas e bases importantes para as tomadas de decisões que envolvem investimentos na preservação de acervos arqueológicos musealizados.

Enquanto estratégia metodológica para a avaliação e qualificação de museus, o diagnóstico museológico é compreendido como uma análise global e prospectiva da instituição que “objetiva a identificação e apreensão das potencialidades museológicas de um território ou de uma instituição, a fim de perceber as atividades desenvolvidas, as parcelas do patrimônio valorizadas e selecionadas para preservação e as lacunas existentes” (DUARTE CÂNDIDO, 2010, p.129).

No caso em questão, a elaboração do diagnóstico museológico foi motivada pela condicionante aplicada pela Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás (IPHAN/GO) que indicou a necessidade de realização de um diagnóstico das condições do Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu para o recebimento e acondicionamento dos acervos arqueológicos provenientes do Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico da PCH Galheiros no município de São Domingos (GO). O contexto em que surge essa demanda é o de uma resposta qualificada do IPHAN e da

¹ Professora do Curso de Museologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG), Brasil.

² Bacharelanda em Museologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG), Brasil.

Zanettini Arqueologia à necessidade já constatada de se aparelhar instituições Brasil afora para melhor receberem acervos arqueológicos, visto a percepção de um quadro caótico, atropelado pelo crescimento exponencial das pesquisas arqueológicas. Reflexões como a de Zanettini interpelam sobre os desafios:

[...] cabe-nos indagar em que medida o capital destinado à preservação dos recursos arqueológicos e socialização dos resultados vem contribuindo para o efetivo desenvolvimento de uma *vision* em torno da disciplina para além do progresso material dos profissionais e instituições?(ZANETTINI, 2011, p. 95).

Tomaremos este como um caso exemplar da maneira pela qual o diagnóstico pode ajudar a dirigir recursos relacionados a endossos institucionais para a qualificação das instituições receptoras de acervos arqueológicos.

A metodologia do trabalho envolveu levantamento prévio de informações sobre a cidade e a instituição a ser analisada, a realização de visita técnica ao museu, levantamento de documentos institucionais, entrevistas, análise de todo este conjunto de documentos e elaboração do diagnóstico museológico. Desse modo, a pesquisa partiu da análise e contraste das informações colhidas *in loco* por observação, fontes levantadas e entrevistas, com os conceitos, métodos e procedimentos da área da Museologia.

O diagnóstico foi dividido em duas partes: a primeira se ateve a aspectos conceituais de elaboração do mesmo, explicitando as estratégias e características a serem analisadas, bem como fornecendo parâmetros pelos quais se torna possível a reestruturação e a requalificação de museus. Também considerou o perfil histórico e patrimonial do município, fornecendo informações sobre a localidade, suas características físicas, o contexto histórico de sua criação e seus aspectos patrimoniais. A segunda parte teve como preocupação fornecer informações sobre o histórico do museu e a sua organização institucional, analisando aspectos financeiros, arquitetônicos, dos acervos e da salvaguarda e comunicação patrimoniais, entre outros envolvidos na matriz para diagnóstico museológico e planejamento que embasou o trabalho (DUARTE CÂNDIDO, 2013). Por fim, propusemos algumas diretrizes e metas para a instituição com o objetivo de escalonar especialmente uma ordem de prioridades e de recursos necessários para as ações futuras de qualificação da instituição.

O HISTÓRICO DO MUSEU

O Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, que chamaremos de MARM, está localizado na parte antiga da cidade de Porangatu, em Goiás, conhecida como região do Descoberto e reconhecida como centro histórico do município. Instalado em um antigo casarão de propriedade do primeiro prefeito da

cidade, foi criado em 1989 pela lei nº 1.210 com a denominação de Museu Municipal. Mais tardiamente essa lei foi alterada pelo projeto de lei nº 45/2001 pelo qual o Museu Municipal passa a ser denominado Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, carregando, assim, o nome do primeiro proprietário do edifício.

A história do casarão e, conseqüentemente, do museu, tem origem quando Ângelo Rosa abriu um dos primeiros comércios da cidade, a casa Jaguatirica, onde se comercializavam produtos trazidos de viagens do proprietário como: ouro, peles de animais silvestres, café, sal, açúcar, etc. Após a morte do comerciante, em 1970, o Casarão foi adquirido pela prefeitura e passou a abrigar, em 1981, o Centro de Tradições da cidade.

Este Centro funcionou como o principal local de realização de atividades culturais, congregando encontro de moradores, feiras de artesanato, apresentações musicais, festas e recepções. Entretanto, desde a designação do antigo Casarão para a locação do museu, as atividades do Centro de Tradições foram interrompidas provocando distanciamento da comunidade em relação ao local. Assim, o espaço dantes apropriado pela população por meio da realização de atividades, encontros e oficinas, passou a ser um lugar aparentemente menos interessante e pouco inserido na dinâmica da cidade.

É nesse sentido que uma avaliação global da instituição pode contribuir para a qualificação de suas atividades, preparando o museu e fornecendo orientações técnicas para a valorização de seus acervos e a efetivação de seu papel social junto ao seu público visitante.

DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO: CONCEITOS

A realização de diagnósticos tem sido uma estratégia metodológica bastante plausível no processo de avaliação e reestruturação de museus. Entendido como “a primeira etapa para se pensar ou repensar um museu”, o diagnóstico museológico:

Constitui-se de levantamentos e análise de dados de toda a sorte: através de reuniões com a equipe do museu [caso seja para revitalização], visitas técnicas ao local ou instalações, pesquisa bibliográfica, pesquisa de público, etc. Mas, fundamental é a pesquisa sobre o acervo, pois é ele que vai definir o perfil do museu em termos científicos e estruturais: é a sua vocação ou, em outros termos, a identidade do museu (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p.202).

Portanto, é a partir do levantamento e análise de dados do museu que se poderá compreender a instituição, o seu perfil e a sua vocação para o trato com os objetos museológicos, bem como eleger prioridades para a ação de reestruturação e qualificação da instituição com base na capacitação de corpos

funcionais e transformação de mentalidades que estão dentro da instituição (DUARTE CÂNDIDO, 2010, p.128). Ademais, o diagnóstico completo da instituição, pela apreciação de aspectos globais de seu funcionamento, formam a base para a elaboração do plano museológico, como expresso no artigo terceiro da portaria normativa nº1/2006 do IPHAN (DOU 11/07/2006).

Enquanto “instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade” (*idem*), o plano museológico contribui para o estabelecimento da missão e dos programas do museu uma vez que é composto por itens de identificação da instituição e de definição das ações que devem ser empreendidas, tais como: gestão de pessoas, gestão dos acervos, projetos de exposições, ações educativas e culturais, elaboração e realização de pesquisas, programa arquitetônico, de segurança, estratégias de financiamento e fomento, bem como de difusão e divulgação.

O estabelecimento dessas diretrizes de funcionamento é essencial para a delimitação do escopo da instituição. Definidos os planos de ação e estruturadas as áreas do museu, os procedimentos técnicos voltados para o processo de musealização podem ser realizados dentro das expectativas da Política Nacional de Museus e em acordo com as recomendações do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). As recomendações da publicação *Subsídios para a criação de Museus Municipais* (CHAGAS e NASCIMENTO JÚNIOR, 2009), também auxiliam na formulação da base legal do museu, fornecendo diretrizes para a organização de documentos como decreto de criação, regimento interno, estatuto e organograma, entre outros.

Porém, antes de chegar neste passo fundamental da adequação da instituição que é a elaboração do Plano Museológico, procedemos ao diagnóstico. Ele permite, para além do exame das condições atuais, a qualificação dos museus por meio da elaboração de uma programação museológica mais condizente com a realidade na qual ele está inserido, ao mesmo tempo em que leva em consideração a continuidade e pertinência da instituição (DUARTE CÂNDIDO, 2010).

Para a realização do diagnóstico pretendido no Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, foi utilizada a *Matriz para Diagnóstico, Planejamento e Gestão de Museus*. Tal matriz fornece parâmetros museológicos que cada instituição deverá interpretar e adequar às suas necessidades e expectativas particulares (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 200). Ela apresenta algumas ideias-chave pelas quais se orientou a análise e o diagnóstico museológico em torno dos aspectos de gestão, programas institucionais e avaliação do MARM.

PROGRAMAÇÃO OU PLANO MUSEOLÓGICO

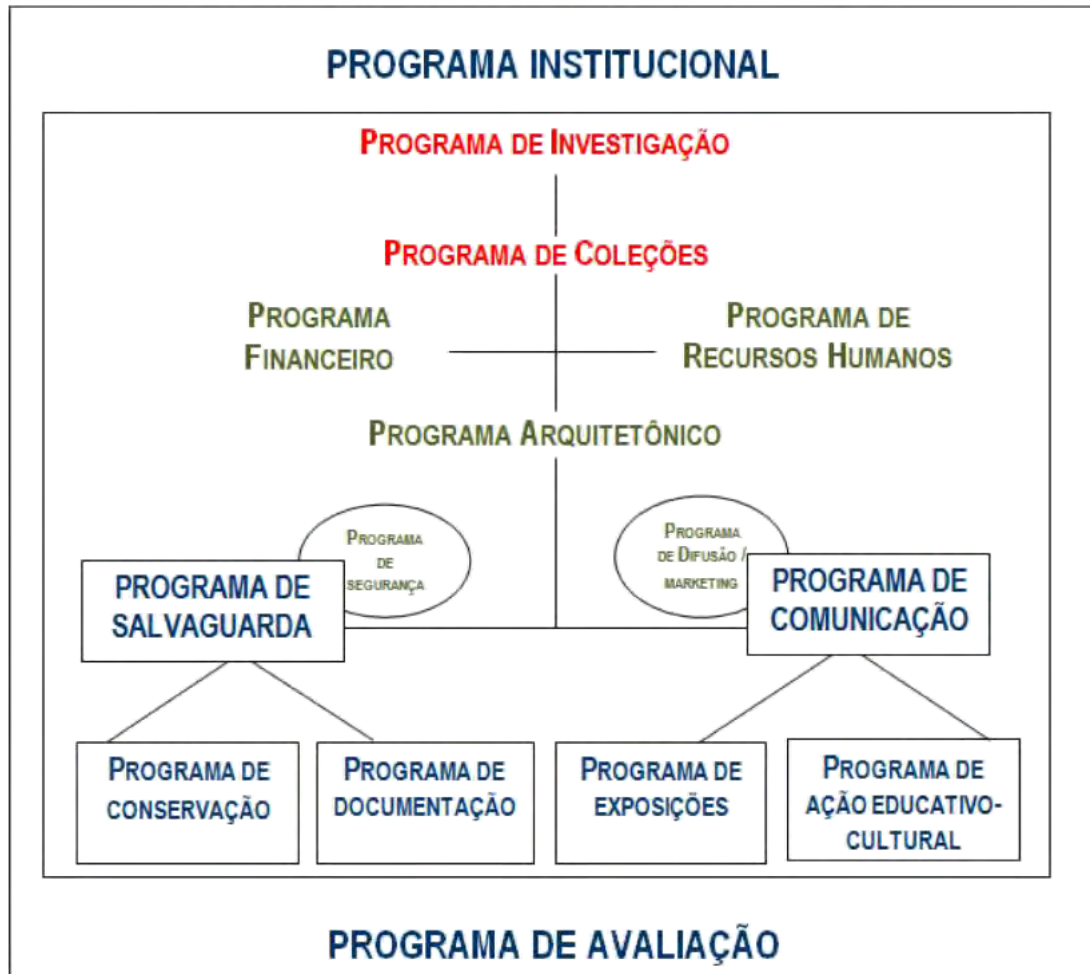


Figura 01: Matriz para diagnóstico museológico, planejamento e gestão de museus (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p.201).

Baseado nesta matriz, o diagnóstico realizado procurou levantar e organizar dados que se apresentavam dispersos e dificultavam a compreensão da trajetória do Museu Ângelo Rosa de Moura, suas principais potencialidades e desafios.

A finalidade do diagnóstico também aponta para a necessidade em avaliar se a instituição possui condições de fornecer guarda adequada ao material arqueológico que recebe em decorrência da emissão cartas de apoio institucional às empresas de engenharia, mineralogia, etc. A emissão desses documentos responsabiliza as instituições de guarda com a oferta de condições apropriadas de conservação para os acervos recebidos. Os recursos oriundos dos endossos configuram uma contrapartida.

PROCESSO DE TRABALHO: A VISITA TÉCNICA

O processo de trabalho de elaboração do Diagnóstico Museológico do Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu teve início com o levantamento histórico e patrimonial do município. Munida de informações prévias, a equipe realizou uma visita técnica à instituição para a apreciação de aspectos globais do museu que foram examinados pelo método de análise já explicitado.

Nesta visita fomos recebidos e acompanhados por um grupo de pessoas que chamamos de grupo gestor do museu, formado por pessoas atuantes na defesa do patrimônio cultural do município em diferentes instâncias, embora formalmente, apenas o Secretário de Cultura respondesse pela instituição. Destacamos especialmente a presença e empenho da senhora Deolinda Conceição Taveira Moreira, que além de filha da terra e defensora entusiasta do patrimônio local, esteve profundamente envolvida com a implantação e com a continuidade do museu, idealizado em um trabalho monográfico de sua autoria (MOREIRA, 2003). Atualmente, esta autora é Superintendente do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás.

Nesse período foram elencados, recolhidos e fotografados materiais tidos como fontes para a realização da análise pretendida, tais como: recortes de jornal, cartazes, documentos legais, cadernos de registros, livros de visitantes, fotografias, notas fiscais dentre outros registros considerados relevantes para o diagnóstico. Também ocorreu a produção de documentos e fontes de informações pela equipe, seja por intermédio do registro fotográfico de espaços, acervo, documentos, ações, entre outros, seja da gravação de algumas entrevistas com pessoas ligadas ao museu e que possuem a memória da instituição.

A visita ao museu teve como objetivo a apreensão da situação em que a instituição se encontra, desde aspectos gerenciais e administrativos àqueles que revelam os procedimentos de manutenção, funcionamento e infraestrutura do edifício. Também era necessária a observação *in loco* de características da salvaguarda patrimonial (especialmente condições de guarda de acervo) e de comunicação patrimonial (na ausência de ação educativa regular, a observação se deteve nas exposições), entre outros aspectos.

A falta de documentação administrativa compilada e arquivada, bem como de instrumentos de controle de atividades e tratamento de acervos museológicos, dificultou sobremaneira a reunião de fontes e informações para a pesquisa, sendo ligeiramente compensada pelas entrevistas e pela disposição das pessoas que fazem parte da história e da manutenção do museu em ajudar.

No segundo dia de trabalho a equipe se dividiu entre a verificação específica das condições do acervo arqueológico em reserva e a realização de entrevistas complementares, pesquisa no arquivo do jornal local e digitalização de documentos da Secretaria de Cultura que seriam úteis para a análise. No terceiro dia, antes do retorno, ainda foi realizada uma entrevista.

Finalizada a visita técnica, iniciou-se o tratamento e análise das fontes levantadas, bem como a pesquisa e ampliação de informações a respeito do município e do museu. Uma parte considerável do trabalho consistiu em elaborar planilhas para registro e organização de informações dispersas encontradas em documentos avulsos no museu ou na Secretaria de Cultura. Assim, tentamos minimamente reconstituir uma cronologia de atividades realizadas no museu, que ele não possuía organizada. Os livros de registro de visitas também foram tabulados para fornecerem informações de frequência ano a ano, com alguns detalhes como procedência de Porangatu ou de outros municípios.

Tentamos, da mesma forma, compilar notícias de endossos institucionais que apareceram em documentos no IPHAN, na Secretaria de Cultura e no Museu, sendo que nenhuma das fontes forneceu uma lista realmente completa, em uma planilha capaz de permitir a visualização dos endossos por ano e com algum detalhamento – como responsáveis e se houve entrega de relatório ou de acervo –, o que foi complementado com pesquisa no Diário Oficial da União entre 2004 e 2013. Cada uma das planilhas ou tabelas contribui para preencher imensas lacunas na história da instituição. Mas temos clareza de que não foi possível acessar todos os documentos que seriam necessários pela própria desorganização documental do museu e de perdas verificadas, por exemplo, em páginas de livros consultados (como os de visita) que apontam para uma provável perda ainda maior de documentos avulsos de outra natureza.

Acreditamos que a organização e apresentação destas planilhas, ainda que não exaustivas, e de cópias de documentos ao longo do corpo do diagnóstico e especialmente nos anexos, devolve para a cidade, com algum avanço, informações imprescindíveis para a compreensão da memória institucional, além de sugerir um método de trabalho para organização desta memória. O documento resultante deste processo de avaliação institucional a que chamamos diagnóstico museológico almeja dar a conhecer os aspectos globais da instituição museológica com vistas a indicar os pontos fortes e fracos do museu. O exame da história da cidade, bem como de seus aspectos patrimoniais favoreceu a compreensão do papel do museu na cidade e a importância que uma instituição dessa envergadura possui enquanto espaço voltado para o desenvolvimento de pesquisas, educação e lazer, bem como de integração de outras referências patrimoniais não musealizadas.

O DIAGNÓSTICO DO MUSEU ÂNGELO ROSA DE MOURA

No diagnóstico realizado identificamos que o museu em tela não possui definição de missão atualizada ou um conceito gerador museológico definido. Também não tem objetivos bem claros e uma visão de futuro redigida. Estes são itens que deverão ser abordados no futuro Plano Museológico da instituição.

A indeterminação da missão institucional afeta a clareza nos objetivos da instituição e sua ausência é sentida em diversos momentos. Isto parece mais grave quanto se percebe que o modelo museológico da instituição é o de um museu tradicional. Segundo Duarte Cândido,

A Museologia hoje consiste na convivência entre os museus tradicionais e as novas propostas museais. Porém o que se percebe é também um descompasso, marcado pela existência de diversas instituições que ainda seguindo modelos tradicionais sequer realizam com qualidade a gestão do seu patrimônio, a salvaguarda e a comunicação. Ao mesmo tempo em que a Museologia busca a experimentação de novos modelos, também desenvolve procedimentos técnico-científicos de excelência para o tratamento dos acervos e para a qualificação dos chamados museus tradicionais, mas muitos ficaram à margem deste processo ou o seguem de longe, por uma série de fatores, entre as quais se destacam deficiências de recursos humanos e financeiros ou mesmo o pequeno contato com a produção científica e os debates da área (DUARTE CÂNDIDO, 2010, p.128).

No museu em questão, constatou-se que a inconsistência na definição de missão e visão acabou por ocasionar a ausência de critérios para a seleção de acervos e da elaboração de outros documentos que auxiliam na programação das atividades institucionais.

A revisão da missão foi recomendada no diagnóstico com vistas à adequação e qualificação das ações institucionais ao momento atual do museu de acordo com os problemas levantados pela análise. Também se recomendou a sua redefinição participativa considerando especialmente a relação dúbia com os acervos arqueológicos. A partir da análise realizada no museu percebeu-se que embora ele tenha sido criado dentro de uma intenção ligada à memória do município e ao ser denominado como Museu Ângelo Rosa de Moura tenha sido vinculado também à biografia do primeiro prefeito de Porangatu, sua prática de emissão de endossos para pesquisas arqueológicas em todo o estado de Goiás resultou no ingresso de um acervo relacionado a um território mais amplo. Também teve como consequência a inserção de problemáticas não esperadas inicialmente, como as da Arqueologia.

A maior parte do acervo histórico encontra-se em exposição e constitui-se, basicamente, de peças que pertenceram a Ângelo Rosa, trazidas para uma exposição comemorativa (temporária), mas posteriormente incorporadas ao acervo. Além disso, ganham destaque os materiais provenientes, quase em sua totalidade, de projetos de Arqueologia Preventiva. O museu tem sido procurado pelo menos desde 2004 para fornecer endosso institucional para estas pesquisas. Tais trabalhos, longe de se circunscreverem ao município de Porangatu, envolvem diversas cidades de Goiás como Catalão, Barro Alto, Pilar de Goiás, São Miguel do Araguaia, Alto Horizonte, Itapaci, Luziânia, São Domingos e a cidade-satélite de Santa Maria,

no Distrito Federal. A área de abrangência se estende, inclusive, ao sul do estado de Goiás, sendo que Porangatu se encontra no extremo norte.

No diagnóstico também se constataram questões derivadas da gestão administrativa, dos aspectos financeiros da instituição, das características e estrutura arquitetônica do edifício, do desenvolvimento de pesquisas, bem como da salvaguarda e comunicação patrimoniais realizadas.

No que se refere à gestão administrativa do museu, o trabalho de diagnóstico constatou que o MARM não conta com um responsável nomeado. A única servidora lotada no museu é a responsável pela limpeza, que assume o dia-a-dia da instituição.

A ausência de recursos humanos especializados e efetivos foi um dos pontos mais críticos avaliados pelo diagnóstico, pois nos museus em geral, a qualidade destes recursos reflete em todo trabalho por eles desenvolvido, limitando, inclusive, o desempenho de sua função social. Esta lacuna constitui fator para a solução de continuidade de ações importantes, para a perda de *know how* já constituído e, evidentemente, de fragilidade da memória institucional.

Em consequência, como o Museu Ângelo Rosa de Moura não conta com uma equipe técnica mínima, ele não desenvolve pesquisa e fica como receptor passivo dos acervos arqueológicos, percebidos como pouco incorporados à dinâmica da instituição, e dá entrada em outros acervos não correlatos também sem que estejam conectados com produção de conhecimento. Ademais, a pesquisa aplicada não ocorre, pois seria realizada a partir de reflexões sobre o trabalho cotidiano de gestão do museu, de salvaguarda e comunicação patrimoniais.

Por meio do diagnóstico global do museu, pudemos assinalar a carência neste setor como propulsora dos demais problemas que estão sendo apontados, quer na gestão de recursos, quer na baixa *performance* em relação ao desenvolvimento das funções museológicas tanto de salvaguarda como de comunicação do patrimônio, entre outras.

Aspectos Financeiros

Em análise aos aspectos financeiros do museu, o diagnóstico revelou que o problema do MARM hoje não é essencialmente desta ordem, ainda que os recursos sejam modestos, mas decorre da falta de recursos humanos capacitados para pensar a instituição museológica, definir suas metas e prioridades, e gerir os recursos financeiros disponíveis para sua melhor consecução.

A análise ainda apontou a situação atípica da instituição, pois, ao contrário de muitos museus que igualmente possuem acervos arqueológicos como parte de sua ação prioritária de preservação, o MARM descobriu muito cedo um caminho em direção à sustentabilidade financeira pelo viés do fornecimento dos endossos institucionais. O museu, inclusive, concede mais endossos para outros municípios que para

Porangatu, abrangendo certamente cidades cujos museus teriam o mesmo interesse nas verbas do endosso. Assim, ficou clara a necessidade de contrapartida da prefeitura, especialmente em recursos para a manutenção e dotação de funcionários permanentes e com dedicação exclusiva ao museu.

Aspectos Arquitetônicos

Quando se trata de analisar os aspectos arquitetônicos de um museu, o objeto não será necessariamente uma edificação. De acordo com o processo de musealização em tela, a arquitetura pode ser compreendida “como ocupação de espaços e estes podem estar definidos como intra ou extra-muros, contínuos ou descontínuos, reais ou digitais, abrangendo territórios, múltiplos núcleos e outros formatos já bastante usuais na realidade dos museus” (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 203). Entretanto, neste caso, em se tratando de uma instituição que tem atuado de forma mais ligada aos conceitos de museu tradicional, pelo menos nos últimos anos, foi realizada uma análise detida da sede, ainda que o diagnóstico também tenha se preocupado com uma breve complementação de sua inserção territorial.

A sede do museu é o casarão construído na década de 1940 por Ângelo Rosa, funcionando como residência e ponto comercial. O edifício, conhecido então como “Casa Jaguatirica”, abrigou durante muitos anos o Centro de Tradições e ainda está sinalizado externamente como tal, inclusive sem indicação clara em seu exterior de que se trata de museu, a não ser placa com referência à reforma e ampliação em 2007. O prédio não foi, portanto, construído para a finalidade de museu, e sofreu poucas adaptações, até mesmo do ponto de vista da acessibilidade, dotada apenas de uma rampa na entrada

Apuraram-se aspectos de acessibilidade no interior da edificação que possui banheiros não adaptados para portadores de necessidades especiais; verificou-se a realização de pequenas reformas, mas também a necessidade da troca do telhado, do sistema elétrico, apontando problemas relativos à segurança e conservação do casarão. Entretanto, a análise não se restringiu a esses elementos considerando e recomendando a reorganização do espaço para melhor aproveitamento e realização de atividades, bem como da melhoria das áreas de circulação.

Assim, a planta baixa do museu foi analisada tendo em mente não a sua ampliação, mas a reordenação do espaço em vista da otimização das atividades das áreas técnicas de conservação, documentação e exposição, por exemplo.

Aspectos da Salvaguarda

A análise dos aspectos da salvaguarda abrangeu os procedimentos de documentação e conservação do acervo de objetos materiais móveis, tendo em vista que mesmo o museu se comportando

hoje com uma instituição tradicional, os aspectos básicos do tratamento dos acervos não estão equacionados. Assim, o reconhecimento das condições de conservação e reserva técnica, como da realização de procedimentos de documentação museológica tiveram por base a visita técnica realizada nas áreas do museu e o exame de livros de registro e inventário eventualmente encontrados no local.

Em termos de documentação, notou-se a ausência de registros sistemáticos de entrada de peças, termo de aquisição, recibos, fichas de identificação, inventário, dentre outros instrumentos. A documentação museológica existente é irregular, pois acervos arqueológicos decorrentes de pesquisas de Arqueologia Preventiva por vezes entram com uma documentação mais detalhada, e objetos arqueológicos de distintas origens, bem como o acervo histórico recebido em doações, têm um registro pouco minucioso que se confunde com doações de equipamentos e de instrumentos de trabalho para o dia-a-dia do museu. Resulta que o museu, apesar de possuir um livro intitulado *Inventário do Material do Museu Ângelo Rosa de Moura*, não cumpre as recomendações de realização de inventário do acervo e inventário do patrimônio administrativo do museu. Contudo, no momento do diagnóstico foi elaborada uma listagem que poderá auxiliar futuramente na realização desse controle.

Constataram-se também, por conta desta fragilidade do ponto de vista do controle documental e da gestão da informação, lacunas no histórico do museu e, portanto, na memória da instituição.

As ações de proteção aos aspectos físicos dos bens, entendidas enquanto procedimentos de conservação igualmente foram avaliadas pelo aspecto da salvaguarda patrimonial. As atuais recomendações a respeito da conservação e do restauro de objetos defendem a conduta de intervenção mínima, visto que as investidas do restauro significam, invariavelmente, medidas invasivas que acabam por contribuir com a descaracterização, danificação e degradação dos objetos. Por outro lado, todos os procedimentos precisam ser reversíveis.

Em vista disso, defende-se uma medida preventiva de conservação que visa minimizar os impactos dos agentes de degradação, prevendo os possíveis riscos à integridade física dos mesmos. Em uma suposição radical e sob o ponto de vista de sua conservação, os objetos museológicos deveriam permanecer livres da incidência de luz e de variações de umidade e temperatura. Contudo, tais condições entram em conflito com a finalidade básica de manutenção das coleções pelos museus que é salvaguardar para comunicar o patrimônio cultural (ROSA, 2012).

No que tange à conservação do acervo do Museu Ângelo Rosa de Moura, percebemos que não se encontra em acordo com as recomendações técnicas. Identificamos problemas relacionados com variações de temperatura e de umidade, contato dos objetos com agentes degradantes, mau acondicionamento, despreparo da 'equipe' para lidar com o mesmo.

Alguns aspectos de segurança do museu também foram considerados de risco: vulnerabilidade do teto e paredes em alguns pontos, condições precárias dos recursos expográficos, ausência de segurança

noturna, sistema de alarme falho, ausência de câmeras e iluminação de emergência, falta de equipamento de controle e combate a incêndios, entre outros.

Aspectos da Comunicação

A depender dos procedimentos de salvaguarda, a comunicação pode ser viabilizada com riqueza de informações e estratégias que possibilitem uma melhor apreensão e apresentação dos objetos museológicos. As ações educativas e exposições nos museus dependem, portanto, de produção de conhecimento sobre seus acervos. Isto quer dizer que quanto mais informações forem obtidas a respeito dos objetos musealizados, maiores são as possibilidades de apresentação, abordagem e contextualização do patrimônio.

Esta faceta do fazer museal consiste, basicamente, em ações educativas e culturais e na realização de exposições de curta e longa duração. Refere-se, por conseguinte, a mecanismos técnicos que viabilizam a apreensão e apropriação do patrimônio cultural preservados nos museus.

A comunicação patrimonial no MARM é realizada pela exposição de acervos em duas salas principais de exposição e mediante visitas guiadas realizadas majoritariamente com as escolas do município em momentos pontuais, como Semana de Museus e outras. Os objetos em exposição fazem parte de acervo arqueológico e histórico, sendo aquele formado por artefatos líticos e cerâmicos (incluindo fusos, carimbos, urnas funerárias, bordas de cerâmicas e machados líticos, entre outros), e este por utensílios diversos (máquina de costura, tear, moedor, entre outros), fotografias e documentos a respeito do município, além dos objetos pessoais e documentos do comerciante Ângelo Rosa levados para uma exposição comemorativa em 2011 que acabaram ficando como que incorporadas ao acervo.

Quanto às ações educativas, contatamos que consistem em ações esparsas e visitas guiadas eventuais. No dia-a-dia do museu, a única funcionária da instituição solicita aos visitantes assinarem o livro de visitas e apresenta a exposição aos que vêm até o museu. Não há, portanto, um trabalho ativo regular de buscar escolas, organizar agendamentos, preparar roteiros de visitação e criar estratégias de mediação diferenciadas de acordo com o perfil de cada público e orientações pedagógicas.

Um dos trabalhos realizados no período do diagnóstico foi tabular os dados disponíveis nos livros de visitantes encontrados no levantamento documental na instituição e que forneceu importantes informações quanto à relação museu-público, não obstante terem sido encontrados apenas registros esparsos, não permitindo uma totalização precisa e por ano dos visitantes do museu. De acordo com os dados tabulados, a grande maioria de visitantes é representada pelo público escolar da cidade, formado por professores e alunos.

Ainda referente às ações educativas, também foi verificada a realização de seminários, palestras e oficinas voltadas para a valorização e preservação do patrimônio cultural, notadamente as organizadas em ocasião da Semana de Museus, evento anual promovido pelo IBRAM e que conta com a participação do Museu Ângelo Rosa de Moura desde 2005. Neste caso foi importante ressaltar que o museu tem estado presente, devido a esta ação, nos catálogos da Semana Nacional de Museus, que circulam por todo o país, ajudando a divulgar o museu e a cidade de Porangatu. O museu, entretanto, não tem um arquivo organizado e completo com a memória destas realizações, sendo recomendada a organização de seu portfólio de *folders*, cartazes, convites, fotografias e outros documentos, até para evitar a impressão de que realiza menos do que realmente faz. Apesar de também lacunar devido à ausência de parte das fontes, foi organizada como parte do diagnóstico uma planilha com o material recuperado sobre programações realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSIBILIDADES FUTURAS

Apesar deste diagnóstico ter sido solicitado para avaliar e fundamentar decisões para a qualificação de um museu específico, podemos considerá-lo emblemático de uma situação mais ampla. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, museus municipais constituem a categoria de natureza administrativa mais frequente no Brasil, com 41,1% do total (IBRAM, 2011, p. 63). Estes museus, sem possuírem arqueólogos e/ou museólogos na maior das vezes, estão sendo assediados pelo avassalador aumento das pesquisas de Arqueologia Preventiva e emitindo cartas de endosso institucional com grande interesse em recursos financeiros que possam ser aportados por estas aproximações com o universo da Arqueologia, mas sem um planejamento que envolva desde a inserção dos novos acervos nas dinâmicas institucionais até o uso qualificado dos recursos que surjam no novo contexto.

Analisar o caso específico deverá servir para motivar uma reflexão mais ampla sobre desafios e possibilidades deste cenário para a inclusão de parâmetros museológicos de avaliação e planejamento destas instituições.

Ao final do diagnóstico museológico realizado no Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, pudemos assinalar alguns pontos positivos e outros mais frágeis da instituição na tentativa de contribuir sistematicamente para que o museu possa se reavaliar e qualificar suas ações. Também foi proposto ao final um quadro de escalonamento das metas a serem perseguidas pela instituição em médio e longo prazos, de forma a garantir o planejamento de ações futuras.

Um dos pontos positivos verificados foi a participação da Associação de Amigos do Museu Ângelo Rosa (AAMAR), que contribui ativamente para a administração do museu, gerenciando parte dos recursos

financeiros e fornecendo apoio nas entradas de recursos provenientes dos endossos institucionais concedidos a pesquisas arqueológicas realizadas em diversos municípios do estado.

Contudo, torna-se necessária uma reorganização do museu e de sua relação com estes recursos de endosso: por um lado garantindo que de acordo com o porte de cada acervo arqueológico seja feito um investimento equitativo no museu e no futuro dos acervos, o que de acordo com o diagnóstico deverá contemplar a capacitação técnica da equipe do museu; por outro, atribuindo à Prefeitura o papel de garantir os recursos humanos necessários à manutenção do museu. A distinção e definição da proveniência de recursos de investimento (capital) e recursos de manutenção operacional (custeio), neste museu como em outros, se apresenta como um grande desafio.

A partir do diagnóstico museológico realizado ficou claro que o museu precisa desenvolver um trabalho cotidiano de produção de conhecimento, de tratamento do seu acervo, de integração com a sociedade e de organização da memória institucional, que requer um corpo funcional sólido e com dedicação exclusiva a ele, em processo permanente de atualização. É especialmente necessário também pensar na continuidade destas pessoas no museu, para que o investimento em capacitação, rigorosamente necessário, faça sentido em longo prazo e possa constituir um *know how* específico por uma desejada equipe de trabalho.

Outros pontos que não serão detalhados aqui, cabendo a consulta diretamente ao documento final do diagnóstico museológico, dizem respeito, prioritariamente, a:

- Necessidade de elaboração do Plano Museológico do museu em acordo com as recomendações do IBRAM, da redação do regimento interno, e da normatização dos trabalhos realizados no museu;
- Aspectos de conservação da edificação, com revisão de instalações elétricas e estruturais, bem como a higienização e reorganização do acervo arqueológico.

Tal exercício de organização das prioridades não é definitivo, pois o olhar técnico deverá se juntar aos dos trabalhadores do museu no momento de elaboração do Plano Museológico e outras questões irão surgir. Mas o documento buscou apontar caminhos para direcionar os primeiros investimentos tão logo houvesse recursos, devido à constatação de experiências anteriores em que as contrapartidas dos endossos não foram usadas para contribuir de maneira estruturante para a melhoria do museu, sendo destinadas a necessidades mais imediatas ou cuja ausência de planejamento redundou em subutilização. Por fim, é recomendada a atualização do diagnóstico museológico a cada cinco anos, sugerindo que o museu estabeleça o hábito de avaliar a implantação de cada projeto estabelecendo na medida do possível, indicadores quantitativos e qualitativos, sempre considerando a avaliação não como etapa final de um projeto, mas passo inicial de novos planejamentos e redirecionamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAGAS, M. S.; NASCIMENTO JUNIOR, J. (org.). *Subsídios para a criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais, Departamento de Processos Museais, 2009. 40p.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. Diagnóstico museológico: estudos para uma metodologia. In: SEMEDO, A.; NASCIMENTO, E. N. (org.) *Actas do 1º seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, v.3, p. 124-132, Universidade do Porto: Porto, 2010. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1319id2320&sum=sim>>. Acesso em: 03 dez. 2013.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS [IBRAM]. *Museus em Números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria n.1*, de 5 de julho de 2006. Diário Oficial da União, 2006. (DOU 11/07/2006) Disponível em <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=9757>> Acesso em: 09 dez. 2013.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de Museus*. MinC, 2003.
- MOREIRA, D. C. T. *Museu da Cidade de Porangatu: Projeto Museológico e de Preservação do Patrimônio Integrado*. Manuscrito não publicado. 2003. Monografia (Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano) – ITUC/AL, Recife: Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial da Universidade de Pernambuco, 2003.
- PORANGATU. *Lei n. 1.210, de 12 de maio de 1989*. Institui o Museu Municipal.
- PORANGATU. *Lei n. 590, de 18 de abril de 1984*. Declara Patrimônio Histórico de Porangatu a “Cidade Velha ou o Descoberto”. CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU, 1984. Lei Municipal.
- PORANGATU. *Lei nº 2050-A, de 14 de agosto de 2001*. Altera o nome do Museu Municipal em Porangatu, para Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu. Disponível em <<http://www.camaraporangatu.com.br/imagens/geral/593.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2013.
- ROSA, M. M. *Política de acervos em museus: considerações sobre ética no tratamento das coleções*. Manuscrito não publicado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. (Trabalho da disciplina Deontologia do Patrimônio Cultural do Mestrado em Conservação e Restauro).
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Diagnóstico Museológico Museu Ângelo Rosa de Moura Porangatu (GO)*. Maio, 2013.
- ZANETTINI, Paulo. Projetar o futuro para a Arqueologia Brasileira: desafio de todos. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, v. 34, Porto Alegre: Magister, 2011.

**RESTAURAÇÃO CERÂMICA: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA PARA A
RECOMPOSIÇÃO DE OBJETOS DE PEQUENO PORTE E DELGADOS**

Veronica Coffy Bilhalba dos Santos
Margarete Regina de Freitas Gonçalves

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412



RESTAURAÇÃO CERÂMICA: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA PARA A RECOMPOSIÇÃO DE OBJETOS DE PEQUENO PORTE E DELGADOS

Veronica Coffy Bilhalba dos Santos¹
Margarete Regina de Freitas Gonçalves²

Resumo: O trabalho apresenta um método alternativo para a restauração de cerâmicas que, se comparado às práticas que envolvem os estuques gessosos, promete facilidades à etapa de recomposição estrutural. Trata-se de um produto composto de materiais geralmente mencionados na literatura do restauro – cargas minerais e emulsão de poliacetato de vinil (PVA) – e que é processado em um forno microondas convencional. O resultado é uma massa adesiva, de evidentes vantagens na sua aplicação e que passou a ser analisada no seu desempenho técnico. No presente trabalho divulga-se o plano de investigação e os resultados parciais correspondentes aos testes iniciais da pesquisa.

Palavras chaves: Novas massas de restauro; Massa polivinílica; Restauração cerâmica.

Abstract: The paper represents an alternative technique of ceramics restoration that, if compared to the practice which involves the gypsum plasters, promises a facility step of the structural rearrangement. It is a product composed of materials generally mentioned on the literature of restoration – minerals load and emulsion of vinyl polyacetate (PVA) - which is processed in a conventional microwaveoven. The result is an adhesive mass, of evident advantages on its application and that has to be analyzed in its of technical performance. In the present paper, divulges the investigation plan and the correspondent partial results to the initial tests of the research.

Keywords: New restorations masses; Polyvinyl mass; Ceramics restoration.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cerâmico preservado nos acervos brasileiros é tipologicamente variado e apresenta causas e efeitos de degradação diversos. Muitas vezes os objetos encontram-se fragmentados e necessitam de restauração, especialmente quando os interesses relacionados à preservação cultural envolvem o estudo das formas originais ou a exposição dos artefatos cerâmicos. No entanto, o restauro cerâmico não parece motivar estudos mais consistentes relacionados aos materiais e métodos de intervenção, como acontece com outras tipologias de bens culturais. Nessa direção, é preciso questionar se a falta de pesquisas circunscritas nessa temática não favorece o continuísmo de práticas que adquiriram credibilidade ao longo do tempo, para as quais não se discute a dificuldade, tampouco se comprova quais são os reais benefícios à preservação dos objetos cerâmicos.

A literatura técnica que aborda a recomposição de cerâmicas é escassa e se ocupa em divulgar orientações gerais de intervenção³, apresentando-se muitas vezes dissociada do conhecimento técnico

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; conservadora-restauradora de bens culturais móveis, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP), Brasil; bolsista Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; Doutora. Engenheira civil, docente do Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP), Brasil.

interdisciplinar acumulado a partir dos últimos anos do século XX e da teoria contemporânea da restauração (MUÑOZ-VIÑAS, 2010). Para verificar essa questão, basta observar que as recomendações da manualística envolvem o uso diversificado e concomitante de materiais, para os quais a interação ainda não é explicada: os adesivos nitrocelulósicos e resinas modernas (vinílicas, acrílicas e epoxídicas) estão prescritos para a colagem de fragmentos e os estuques gessos comerciais ou artesanais para o preenchimento de fissuras e modelagem de zonas perdidas. Alguns desses produtos são de complicada aquisição no Brasil, outros apresentam manuseio e remoção difíceis, são tóxicos, poluentes, ou podem reagir com o suporte cerâmico, tal como, por exemplo, o gesso.

Nesse sentido, cabe lembrar que os procedimentos que envolvem a aplicação de gesso no restauro de cerâmicas não oferecem simplicidade no seu manejo geral e na remoção, tampouco existem garantias de que a intervenção resulte satisfatória. De fato, isso depende da habilidade do restaurador e da disponibilidade de materiais e equipamentos para auxiliar na execução de um trabalho preciso. Além disso, a falta de padrão e de clareza das fórmulas gessosas podem comprometer a durabilidade dos aditamentos e, em certas condições, o *sulfato de cálcio* pode reagir com os compósitos cerâmicos originais (FANTUZZI, 2010). Não obstante, quando não existem espaço e equipamentos adequados para manusear produtos químicos – situação da maioria dos acervos nacionais que abrigam artefatos cerâmicos – os tratamentos com o gesso devem ser dispensados⁴.

Os problemas relacionados aos materiais de restauração preocupam quando se observa a situação de muitos acervos nacionais que vivem em um cenário carente de verbas, de infraestrutura e de pessoal qualificado para solucionar as demandas de restauração. Desse modo, é importante observar que os padrões brasileiros de preservação exigem tratamentos curativos e restaurativos de baixo custo, simples manejo, fácil aplicação, mínima toxicidade e que respondam de maneira eficaz e adequada aos problemas particulares de cada objeto e acervo⁵.

A pesquisa de mestrado que embasa o presente artigo responde às necessidades brasileiras apresentando um método alternativo para a restauração de cerâmicas que, se comparado às práticas que envolvem os estuques gessos, promete facilidades à etapa de recomposição estrutural. Trata-se de uma argila artificial, composta de minerais argilosos e emulsão de *poliacetato de vinil* (PVA), que é processada por radiação eletromagnética de um forno de micro-ondas convencional. O resultado é uma massa adesiva, de evidentes vantagens na sua aplicação e que passou a ser analisada no seu desempenho técnico durante o

³ Refere-se especialmente aos manuais de restauro cerâmico que circulam no Brasil (FABBRI e GUIDOTTI, 2004; PASCUAL e PATINO, 2005; MOLINER, 2006).

⁴ Como qualquer outro produto químico, o gesso é tóxico e poluente (MUNHOZ e RENÓFIO, 2006; CICHINELLI, 2007), requisitando materiais e equipamentos de segurança apropriados (luvas, máscaras, exaustores e ventiladores, por exemplo), assim como um destino adequado no seu descarte.

⁵ As reflexões a respeito das problemáticas existentes no Brasil constam em Santos & Gonçalves (2013).

trabalho de restauração. No presente trabalho divulga-se a idealização do método, o plano de investigação e os resultados parciais correspondentes aos experimentos iniciais.

IDEALIZAÇÃO DO MÉTODO

Para cumprir os requisitos práticos da restauração cultural, é importante que as massas de preenchimento apresentem as seguintes características gerais:

- a) Compatibilidade física com o corpo cerâmico em restauro, envolvendo materiais de composição similar.
- b) Facilidades de aplicação e acabamento: uma consistência planejada para limitar-se ao completamento da lacuna, que proporcione o tempo necessário para executar o trabalho e um resultado que permita correções;
- c) Características estáveis logo após a aplicação: para evitar o deslocamento da massa de preenchimento e para manejar com o objeto restaurado mais rapidamente;
- d) Durabilidade e fácil remoção: um resultado que sugira estabilidade de longo prazo, mas que não imponha riscos aos originais se houver necessidade de remoção⁶;
- e) Distingibilidade: um resultado facilmente detectável nas análises de bens culturais.

Partindo dessas instruções, buscaram-se opções de materiais e métodos que pudessem oferecer alternativas para minimizar o uso de gesso na etapa de recomposição estrutural.

Koob (1998) e Fabbri e Guidotti (2004) indicam que antes dos estuques gessos tornarem-se uma preferência prática, foram muitas as massas de preenchimento utilizadas na restauração de cerâmicas. Entre essas, destacam-se as argilas artificiais que foram engendradas pelos antigos restauradores através do cozimento de diversas combinações entre cargas e agregantes⁷. Os autores esclarecem que esses métodos entraram em desuso pela sua falta de praticidade: em cada aplicação e ajuste o produto precisava ser aquecido para se tornar plástico. Além disso, certos compósitos das argilas artificiais ou não se assemelhavam aos corpos cerâmicos (cargas) ou sofriam alterações após algum tempo (agregantes), fazendo com que os aditamentos perdessem durabilidade⁸.

Apesar das desvantagens citadas na literatura com relação às ceras naturais, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade da Bahia (MAE/UFBA) mantém e recomenda o uso de uma argila artificial composta de gesso e cera de abelha⁹: “Trata-se de um procedimento com alta possibilidade de

⁶ Desse modo, considera-se importante ressaltar que as instruções relacionadas à estabilidade e à retratabilidade estão no mesmo patamar de importância.

⁷ Trata-se de massas de modelagem que combinavam minerais inertes, cargas orgânicas ou fibras diversas com agregantes lipídicos, resinosos ou betuminosos, tais como, por exemplo: o óleo de linhaça, a terebentina, as ceras naturais, a resina *mástique* e o betume.

⁸ Os agregantes causavam manchas e, posteriormente, entravam em colapso.

⁹ A cera de abelha é um composto natural, de composição complexa, cujas propriedades de plasticidade (ponto inicial de amolecimento a 30°C) e de impermeabilidade são bastante interessantes para um agregante de pastas de preenchimento. Por outro lado, o ponto de amolecimento desaconselha o uso desse material em países de clima tropical e sub-tropical (CALVO, 1997, p. 54).

reversão, boa plasticidade e excelente resultado estético” (informação *online*¹⁰). O mais interessante desse método, porém, está ilustrado pela figura 01, que mostra um material de restauro pode ser preparado previamente e reservado para posterior utilização se acaso isso for necessário ou conveniente.



Figura 01: Argila artificial a base de cera de abelha e gesso desenvolvida pelo MAE/UFBA.

Fotografia: Costa e Camelarto (2008), p. 18.

Conforme se explica na sequência, o método que se investiga mantém os fundamentos das argilas artificiais, mas a composição e o processamento da substância base foram adaptados às orientações e aos conhecimentos que nos são contemporâneos.

Das antigas massas de preenchimento foi utilizada apenas a ideia de selecionar cargas minerais para produzir o novo material de restauro. Atualmente, as cargas podem ser selecionadas a partir das análises dos objetos selecionados para a restauração e, talvez, com massas de preenchimento específicas, também sejam minimizados os riscos de reação com os compósitos cerâmicos.

Para substituir os antigos agregantes, escolheu-se, dentre os adesivos e resinas recomendados hoje, a emulsão PVA. Esse material foi escolhido pela sua múltipla aplicação: pode funcionar como adesivo para fixação de partes soltas, como aditivo plástico na estucaria e, também, como agregante das cargas minerais na produção de massas de preenchimento¹¹. Com isso, planeja-se simplificar o processo interventivo e, talvez, as instruções de estabilidade e retratabilidade resultem equiparadas.

O uso do forno de microondas convencional para desidratar massas de preenchimento não consta nos referenciais de pesquisa. Esse equipamento é utilizado junto à artesanaria popular para produzir uma

¹⁰ Disponível em: <http://www.mae.ufba.br/>, link prestação de serviços/trabalhos laboratoriais, acessado em 11/12/2012.

¹¹ As propriedades técnicas dos adesivos PVA podem ser conhecidas em Burgi, Mendes e Baptista (1990), Scicolone (2002) e Abaroa (2005). Em resumo, esse tipo de adesivo é pouco alergênico na sua aplicação e resulta em uma película transparente, flexível, de alto poder adesivo e de coesão, que é estável na presença de luz e em variações ambientais normais, porém perde resistência quando aquecida e é solúvel em água, álcool e acetona. No envelhecimento, os adesivos PVA se tornam rígidos e podem amarelar, entretanto, não se encontrou na literatura informações a respeito dessas alterações e suas consequências quando o material é empregado como compósito de massas de preenchimento para restauração de objetos cerâmicos.

massa de modelagem decorativa denominada *porcelana fria*¹². O aparelho permite que o preparado inicial da porcelana fria (basicamente amido e emulsão PVA em traço equilibrado) torne-se uma massa polivinílica extremamente plástica e adesiva, que pode ser reservada para posterior utilização sem que seja preciso o reaquecimento. Essas características, quando comparadas com aquelas descritas para o estuque produzido pelo MAE/UFBA, são excelentes, podendo facilitar significativamente o trabalho de recomposição estrutural das cerâmicas. Por isso, método e composição passaram também a ser estudados para adaptá-los às práticas de restauração cultural.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ADESIVO E O PROCESSAMENTO ENVOLVIDOS NOS EXPERIMENTOS

Para iniciar os experimentos práticos foi preciso selecionar objetos cerâmicos que careciam de restauração. Foram escolhidas duas peças não institucionais, apresentadas pela figura 02: uma possui um substrato vermelho e poroso, está pintada e vitrificada; a outra apresenta um corpo branco, não poroso, pintado e com acabamento fosco¹³. A partir da análise dos fragmentos dessas cerâmicas no espectrômetro de energia dispersiva de raios-X (EDX) e do estudo dos compostos argilosos¹⁴, foram escolhidas as cargas minerais para produzir as massas de restauração.



Figura 02: A) Exemplar de cerâmica vermelha, substrato poroso. B) Exemplar de cerâmica branca, substrato não poroso. Peças pertencentes à D. Elisa Quincozes Velleda. Fotos: Karen Caldas e autora, 2012.

¹² O conhecimento sobre a evolução das técnicas artísticas permite supor que as massas de modelagem artesanais hoje difundidas têm seus antecedentes nas massas decorativas empregadas a partir do século XIII em diante e nas antigas massas de restauração.

¹³ A escolha das diferentes peças busca demonstrar que o método poderá ser ajustado à composição de classes cerâmicas bastante distintas.

¹⁴ Os principais compostos argilosos estão disponíveis em Moliner (2006).

A manualística da restauração cerâmica aconselha emulsões PVA de fácil acesso para os procedimentos de recomposição estrutural, talvez porque os objetos em questão sejam considerados resistentes de um modo geral. Assim, o material selecionado como agregante dessas cargas minerais foi a cola branca Cascorez Extra, rótulo azul¹⁵, listado como material de restauração em Burgi, Mendes & Baptista (1990, p. 3-4). Este adesivo é de fácil aquisição no Brasil, de baixo custo e suas especificações técnicas sugerem um material de boa estabilidade e viabilizam o processamento a quente envolvido no trabalho.

Os ensaios iniciaram com combinações de cargas minerais e cola Cascorez Extra em proporções iguais, porém, posteriormente, as fórmulas foram ajustadas com o percentual correto de compósitos sólidos para que preparado inicial apresentasse pH neutro¹⁶ (carbonato de cálcio) e para que as estruturas finais adquirissem cor e tom mais próximos dos objetos em restauração (óxidos de ferro).

No processamento foram tomados alguns cuidados para que o parâmetro máximo de temperatura indicado pelo fabricante fosse respeitado. Em primeiro lugar, ficou estabelecida a temperatura de aproximadamente 80°C para os trabalhos experimentais e, como o aparelho envolvido nos ensaios não possui sensor de temperatura¹⁷, foi utilizado um termômetro (200°C) nesse monitoramento. O protocolo foi executado em intervalos regulares de tempo e imediatamente após a abertura do micro-ondas, quando o preparo das massas era interrompido para homogeneização das misturas. Entretanto, parece importante observar que os fornos de micro-ondas convencionais variam muito na sua capacidade, especialmente em função de sua potência e frequência. O tempo de preparo das massas dependerá dessas variáveis e da quantidade de material que será exposto à radiação e, assim, só será possível determiná-lo quando houver uma receita padrão do material em estudo. Em vista disso, nos primeiros experimentos, a finalização do processamento foi determinada pela observação das características plásticas ideais para a modelagem manual. O ponto final do processo é facilmente notado: o preparado desprende-se do cadinho e é quase que totalmente aproveitado. O passo seguinte é sovar a massa sobre uma superfície fria, para que a substância adquira uma textura lisa e uniforme.

Com esses cuidados básicos, todas as massas polivinílicas mantiveram a adesividade, sugerindo que a cola Cascorez permanecia com suas propriedades originais após a irradiação. Essa opinião é reforçada pelas informações de Elbern (s/d) que esclarecem: os fornos de micro-ondas domésticos emitem um tipo de energia classificada como radiação eletromagnética não ionizante, que incide em baixa frequência sobre a matéria. De um modo mais claro: os micro-ondas convencionais basicamente produzem energia calorífera

¹⁵ O adesivo produzido a partir do *homopolímero de poliacetato de vinil*, fabricado pela Henkel. A ficha técnica apresenta um material de boa resistência ao calor (aplicação em até 90°C e ponto de ebulição a 100°C), à umidade e à biodegradação (isenta de formaldeído, contém biocida não mercurial). Informações disponíveis em: <www.aphox.com.br/fispq/FISPQ%20-%20Cascorez.pdf> e <<http://www.madenova.com.br/FISPQCascorezExtra.pdf>>, acessados pela última vez em 11/06/2013.

¹⁶ Como todas as emulsões polivinílicas, a Cascorez apresenta pH ácido (4,0 – 5,0), que pode ser neutralizado com carbonato de cálcio. A manualística não orienta nesse sentido, entretanto o ajuste do pH contribuirá para a durabilidade do agregante e, por consequência, para as massas polivinílicas.

¹⁷ O equipamento envolvido nos experimentos foi um microondas da marca Eletrolux, modelo MEF41.

que penetra superficialmente a princípio (2-4 cm), acabando por envolver todo material por vibração molecular transmitida por condução. Certas moléculas são mais sensíveis ao aquecimento: nas substâncias aquosas, por exemplo, tais como nas misturas polivinílicas em questão, as moléculas de água são as primeiras a aquecer, vibram e excitam outras mais próximas através de choques que progridem até o interior da substância; logo depois evaporam. Quando a água for totalmente eliminada pela evaporação, iniciará a queima dos constituintes que restam na matéria – o que não acontece com as novas massas de restauro porque parte da água do adesivo PVA permanece para garantir a plasticidade ao material.

Por outro lado, alguns constituintes essenciais à fórmula adesiva podem ser eliminados na evaporação da água excedente, o que pode prejudicar a durabilidade dos aditamentos produzidos com o novo material. Nesse caso, já que a fórmula química da cola Cascorez não é revelada pelo fabricante, restou refletir sobre os efeitos da radiação facilmente visíveis ou que talvez possam ser induzidos com equipamentos de análise. Fundamentalmente, é nessa direção que o plano prático de investigação é conduzido.

PLANEJAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

A investigação está dividida em duas linhas de trabalho: a primeira envolve a fundamentação teórica do projeto de pesquisa; a segunda desenvolve-se através de um plano de trabalho experimental que busca esclarecer os efeitos da radiação nas massas polivinílicas e destacar o desempenho técnico desse material durante e após o trabalho de restauração.

A fase experimental foi organizada em torno do projeto de restauração dos dois artefatos cerâmicos acima mencionados. Os primeiros ensaios envolveram a análise morfológica de dois fragmentos cerâmicos (um vermelho e outro branco) no microscópio eletrônico de varredura (MEV) e no EDX para a determinação dos seus constituintes minerais. Depois, foram produzidas amostras pilotos que foram ajustadas na cor, tom e pH. Logo em seguida, as amostras foram avaliadas com relação a sua plasticidade, durante sua secagem e em embalagem plástica para verificação de eventuais alterações e durabilidade do material em reserva. A análise das amostras após secagem contou também com observações no microscópio ótico (MO) para avaliar os efeitos da radiação nas massas polivinílicas a partir da porosidade.

Neste trabalho divulgam-se os ensaios de aplicação das massas brancas na cerâmica não porosa. A interface entre o material de restauro e os suportes foi analisada no MO para verificar se o material apresenta imperfeições e verificou-se a fácil distinção dos aditamentos na análise de fluorescência. Além disto, fez parte desta fase de investigação os testes de revestimento e de remoção de amostras brancas (estruturas já secas) para demonstrar o desempenho do novo material em relação à prática restauração.

Posteriormente, a investigação avançará com os ensaios de aplicação, testes de revestimento e de remoção das massas coloridas, assim como novas observações no MO. A metodologia da pesquisa inclui também análise de termogravimetria (TGA e Der-TGA) para avaliar a dureza/flexibilidade das massas polivinílicas em função da temperatura; e de espectrometria de infravermelho com transformada de Fourier (FTIR) para refletir sobre os efeitos da radiação no material experimental e as consequências deste processamento para os aditamentos dos objetos cerâmicos.

RESULTADOS PARCIAIS

Os objetos envolvidos no trabalho foram classificados como faiança e porcelana decorada, conforme os critérios estabelecidos por Pascual e Patino (2005) e Fabbri e Guidotti (2004). A análise de MO e no EDX confirmam a classificação da faiança, mas levantam a suspeita de que o corpo cerâmico branco talvez tenha outra subclassificação: a morfologia do substrato (FIGURA 03) não apresenta vacúolos e microinclusões normalmente descritos para a porcelana em outros estudos de restauração¹⁸, assim como a composição elementar do fragmento analisado exibe um traço mínimo de cálcio (TABELA 01). As características do corpo cerâmico branco parecem refletir os avanços técnicos na fabricação de cerâmicas no século XX, assim, classifica-se o objeto como *porcelana avançada*¹⁹.

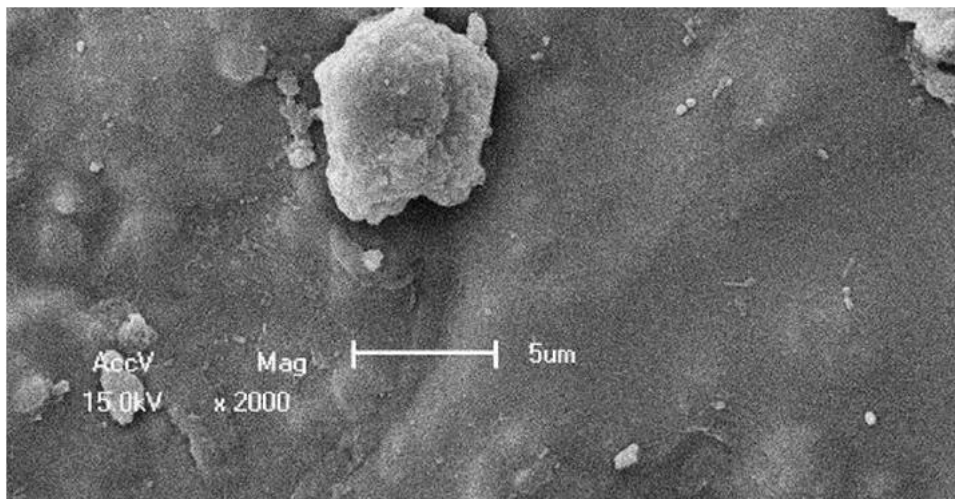


Figura 03: Superfície do fragmento cerâmico de cor branca – fotomicrografia obtida por MEV, aumento X2000.
Exame executado por Edilson Pollnow (2012).

A partir dos resultados da análise no EDX (TABELA 01) e do estudo dos compostos argilosos foram selecionados os minerais para compor as fórmulas pilotos. Após os primeiros ensaios, as formulações

¹⁸ Cf. Larsson (2008).

¹⁹ Terminologia sugerida em Fabbri e Guidotti (2004, p. 79).

ficaram assim constituídas: para o substrato colorido, dióxido de silício (SiO₂), carbonato de cálcio (CaCO₃) e óxido de ferro (Fe₂O₃ e FeOOH); para o substrato branco, dióxido de silício e carbonato de cálcio. As cargas minerais selecionadas foram misturadas à cola Cascorez resultando em pastas coloridas e brancas de composição balanceada.

As massas polivinílicas de melhores resultados foram desenvolvidas em outubro de 2012: tinham um peso inicial de 90,11g (colorida) e 85g (branca) e foram processadas em potência média (50) por 2.30min. O funcionamento do micro-ondas foi interrompido em intervalos regulares de 30s para homogeneização e medição de temperatura, que alcançou uma média 79,5°C nas massas coloridas e 75°C nas brancas. Após o preparo, o material ofereceu plasticidade, adesividade, pH neutro²⁰ e uma perda de massa de, respectivamente, 20% e 18%. Depois, separou-se 14g para modelar amostras em fôrmas de silicone (12 cm x 1,2 cm x 0,5 cm) e o restante do material foi embalado em saquinhos de polietileno (FIGURA 04). Verificou-se que: em três dias as amostras modeladas apresentavam superfície mais resistente; aos 7 dias o material aparentava estar seco e coeso, evidenciando também variações laterais mínimas (0,5cm) e perda de massa (8% e 7%); aos 14 dias o material apresentava semelhanças físicas com as cerâmicas originais, sem quaisquer outras alterações evidentes; aos 30 dias apenas as massas brancas adquiriram um tom amarelado na parte inferior. Mesmo após os 30 dias, as massas embaladas não apresentaram qualquer indício de biocolonização ou mudança de cor, o pH permaneceu neutro e, além disso, permaneciam com sua capacidade plástica e adesiva inalteradas.



Figura 04: Massas polivinílicas. Foto: Autora, 2012

Para avaliar os efeitos da radiação, foram observadas as diferenças entre as massas polivinílicas processadas e não processadas. A Tabela 2 indica melhores resultados para as amostras irradiadas: uma

²⁰ O pH foi determinado também com o kit de análise de pH-Fix 0-14, da Macherey-Nagel, por duas vezes.

flexibilidade não tão acentuada, poucas alterações por contração e menor perda de massa (g) – o que indica uma estrutura de maior resistência. A cor e o tom das massas coloridas (F2C e F2M) assemelharam-se ao substrato da peça em faiança, mas as massas brancas amarelaram na parte superior (P2C) ou inferior (P2M), distanciando-se um pouco do tom do corpo cerâmico branco²¹. Este amarelecimento parece ter relação com as superfícies que mais demoram a secar, e não com um fenômeno de oxidação. A opinião é reforçada quando se observa que o nível de pH de todas as amostras permaneceu neutro durante e após a secagem, entretanto, é necessário estabelecer um protocolo para esclarecer as causas dessa alteração.

As figuras 05 e 06 ilustram melhor a diferença de porosidade entre as amostras irradiadas e não irradiadas. No exame por MO foi possível verificar que as amostras processadas (FIGURAS 05B E 06B) são morfológicamente mais homogêneas, uniformes e coesas, enquanto que as amostras não irradiadas (FIGURAS 05A E 06A) possuem um substrato heterogêneo, com macroporos e estrias de tamanhos variados presentes por toda a extensão em análise. Observa-se que os contaminantes assinalados nas fotomicrografias foram causados pelo corte do bisturi, quando as amostras das massas foram removidas para análise no MO.

Os ensaios de remoção levaram em consideração a propriedade termodinâmica da resina polivinílica e sua solubilidade em solventes de menor toxicidade (água deionizada, acetona e etanol). O ensaio envolveu amostras de massa branca já secas (0,5cm X 0,5cm X 1cm; 0,5 g): uma das amostras foi submetida ao calor de um soprador térmico por 15min e as demais foram depositadas em tubos de ensaio preenchidos com 4ml de substâncias solventes por 1h, 3h e 5h. O comportamento do material foi assim avaliado: sem efeito (SE), flexibilidade (F), dissolução total (DT) e dissolução parcial – fracamente solúvel (DPF), quase solúvel (DPQ) e solúvel (DPS)²².



Figura 05: Exame por MO, aumento X400. A) Fotomicrografia da amostra F2C (não processada) – corte longitudinal, face inferior. B) Fotomicrografia da amostra de F2M (processada) – corte longitudinal, face inferior.

Fonte: Autora (2013).

²¹ A alteração de cor pode ter ocorrido também nas outras massas, mas torna-se imperceptível em função da própria coloração.

²² Os ensaios de solubilidade levou em consideração a metodologia de Ricky (2010, p. 59-60).

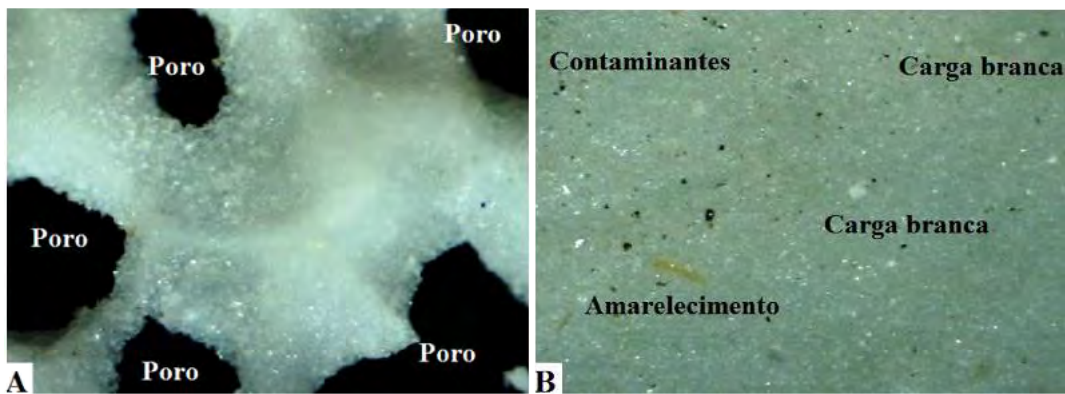


Figura 06: Exame por MO, aumento X400. A) Fotomicrografia da amostra P2C (não processada) – corte longitudinal, face inferior. B) Fotomicrografia da amostra de P2M (processada) – corte longitudinal, face inferior.

Fonte: Autora (2013).

Os dados disponíveis na tabela 03 indicam que o aquecimento é a melhor maneira de remover os aditamentos polivinílicos: a estrutura se torna flexível e isso sugere o fácil destaque da região restaurada. Os testes com os solventes mostraram que as estruturas polivinílicas não perdem resistência facilmente: as camadas superficiais cedem (desagregam), mas o interior apresenta certa estabilidade. Em teoria, esse comportamento é explicado pela reticulação do adesivo PVA, que causa a rigidez do polímero e, também, porque existe o reforço das cargas minerais (RICKY, 2010). Os resultados indicam que a remoção pode acontecer sem danos aos objetos porque pode ser controlada.

A restauração com a massa polivinílica foi testada primeiramente na porcelana avançada (FIGURA 07). Durante a execução do trabalho o material demonstrou praticidade: aplica-se a frio, fixa-se por pressão ou com leve umidificação, permite e ajustes por um tempo mais prolongado, além de exigir pouca infraestrutura, aparelhagem e mínimo instrumental²³. A consistência do produto evita o deslocamento dos aditamentos, sendo que os excessos são removidos facilmente com a espátula de precisão, buchas de algodão ou *swabs*²⁴ levemente úmidos em água destilada. A plasticidade da massa é potencializada pelo calor das mãos no amalgamento²⁵ e a adesividade pode ser controlada com leve umidificação. Foi possível colar partes soltas, preencher lacunas, além de sobrepor e remover partes defeituosas sem comprometer parte do trabalho. Quando a moldagem resultou insatisfatória, removeu-se o aditamento e a massa foi reutilizada; os eventuais descartes aconteceram em função da rigidez superficial do produto. O tempo total envolvido no trabalho de restauração foi 48h, mas as etapas da intervenção apresentaram estabilidade e resistência em aproximadamente 4h, sendo que a completa secagem dos aditamentos foi percebida após

²³ Os instrumentos metálicos causaram manchas nos aditamentos, que foram removidas com *swabs* úmidos. Contudo, torna-se importante observar que a restauração com massas polivinílicas requer instrumental plástico ou de madeira.

²⁴ O *swab* é uma haste de madeira cuja extremidade pontiaguda é envolvida com algodão.

²⁵ A característica refere-se ao manejo da massa sem luvas. A dispensa do material de proteção é possível porque o material em questão não é tóxico, não envolve o uso de solventes e é pouco alergênico.

três dias²⁶. Não houve necessidade de lixar nenhuma superfície no acabamento e após 15 dias não foram observadas contrações, fissuras, desprendimento, amarelecimento e oxidação. Os testes de remoção foram repetidos, reforçando que o aquecimento é o meio mais fácil, rápido e seguro de retirar os aditamentos polivinílicos.



Figura 07: Restauração da porcelana com a massa polivinílica: A) Fixação de partes soltas. B) Preenchimento fissuras e de lacunas (mão e colete). C) Apresentação estética antes da aplicação do revestimento.

Fotos: Autora, 2013.

Para os testes de revestimento foram selecionadas tintas guache, acrílica e aquarela, nas cores azul, marrom, amarelo, verde, vermelho e branco. A técnica artística foi o aquarelado em água destilada. Para a capa de proteção foi testado o verniz acrílico (fosco e brilhante) e o Primal dissolvido em água (30% e 50%). A massa de restauração aceitou todas essas possibilidades, porém o melhor resultado estético foi oferecido pelas tintas acrílicas e o verniz fosco.

A interação entre o material de restauração e o corpo cerâmico foi observada por MO²⁷ digital portátil: a figura 08 mostra que a massa aderiu completamente nas superfícies analisadas que as zonas

²⁶ Deve se considerar que a secagem está sob as condições climáticas de Pelotas/RS (clima subtropical úmido, temperatura média anual de 17,5°C e umidade relativa em torno de 85%) e que massa polivinílica foi aplicada em porções mínimas e camadas finas, já que o objeto em restauro é de pequeno porte e possuía poucos danos.

²⁷ Equipamento High Resolution Image Sensor.

restauradas aparentam ser perfeitas. A figura 09, por sua vez, mostra a fácil distinção dos aditamentos polivinílicos na análise de fluorescência.

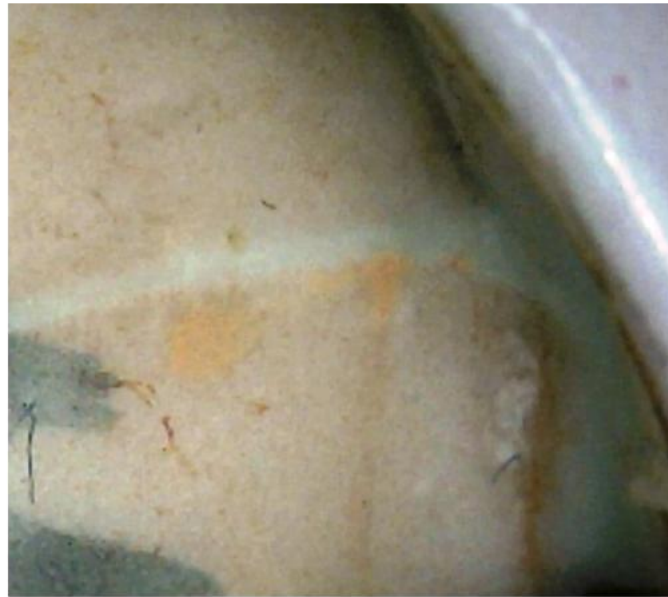


Figura 08: Visualização da intervenção no MO digital portátil X40: detalhe da fixação de partes e preenchimento fissura com massa de cor branca. Fotos: Autora, 2013.



Figura 09: Diferença entre a fluorescência do corpo cerâmico objeto original e dos aditamentos polivinílicos após 15 dias: A) Face frontal da porcelana restaurada; B) Face traseira da porcelana decorada. Fotos: Autora, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros resultados obtidos avalizaram os materiais envolvidos na pesquisa e o processamento por radiação. É possível destacar que as massas polivinílicas tornaram-se semelhantes à argila úmida, indicando facilidades para execução de um trabalho pontual, moldagem e correções em recomposições de

artefatos de pequeno porte e delgados. De uma maneira geral, as alterações físicas que surgiram durante a secagem das amostras foram as esperadas, faltando estabelecer um protocolo para verificar exatamente o motivo do amarelecimento nas massas experimentais.

Os dados levantados no teste de aplicação garantem o uso do produto como material de restauração de porcelanas avançadas. No caso avaliado, a nova massa demonstrou praticidade, bom aproveitamento, ótimo resultado estético (com e sem revestimento) e fácil remoção. As zonas restauradas se mostram semelhantes às partes originais ao mesmo tempo em que se mostram facilmente distinguíveis a curta distância e por fluorescência.

Por fim, nas próximas fases da investigação devem surgir novos dados que respondam se as massas polivinílicas podem ser aproveitadas na restauração de bens culturais cerâmicos.

TABELAS

Elementos	(% em peso)	
	Porcelana	Faiança
Si (Silício)	86.30	31.20
K (Potássio)	15.50	6.00
Fe (Ferro)	4.55	30.45
Ca (Cálcio)	0.80	37.70
Ti (Titânio)	0.65	1.90
Pb (Chumbo)	–	15.75
Cu (Cobre)	0.65	–
Rb (Rubídio)	0.30	–
Zr (Zircônio)	0.25	–
Sr (Estrôncio)	0.20	0.50

Tabela 01: Composição química das cerâmicas a serem reconstituídas.

Propr.	Colorida não processada (F2C)		Colorida processada (F2M)		Branca não processada (P2C)		Branca processada (P2M)	
	Superior	Inferior	Superior	Inferior	Superior	Inferior	Superior	Inferior
Face	Superior	Inferior	Superior	Inferior	Superior	Inferior	Superior	Inferior
Cor	Róseo laranja	Róseo laranja	Róseo laranja	Róseo laranja	Branco amarelado	Branco	Branco	Branco amarelado
Brilho	Opaco	Opaco	Opaco	Opaco	Opaco	Opaco	Opaco	Opaco
Transp.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

RESTAURAÇÃO CERÂMICA: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA PARA A RECOMPOSIÇÃO DE OBJETOS DE PEQUENO PORTE E DELGADOS

pH	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
Flexib.	+	+	-	-	+	+	-	-
Elastic.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Contrac. Lateral.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Contrac. Long.	1cm	-	0,5mm	-	1cm	-	0,5mm	-
Deform.	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Porosid.	Não visível	Visível	Não visível	Visível	Não visível	Não visível	Não visível	Não visível
Peso após secagem	7,8g	7,8g	12,1g	12,1g	8,6g	8,6g	13g	13g
Perda massa (%)	44,3%	44,3%	13,5%	13,5%	38,5%	38,5%	7,1%	7,1%

Tabela 02: Comparação entre amostras processadas e não processadas por radiação.

Método		Resultados		
		1h	3h	5h
1	Ar quente (aproximadamente 60°C)	F	-	-
2	100 % água fria deionizada	SE	SE	SE
3	100 % água morna deionizada	SE	DPF	DPQ
4	30% água deionizada + 70% etanol PA	SE	DPF	DPF
5	50% água deionizada + 50% etanol PA	SE	DPF	DPF
6	70% água deionizada + 30 % etanol PA	SE	DPF	DPQ

7	100 % etanol PA	SE	DPQ	DPQ
8	30% etanol PA + 70% acetona PA	DPF	DPQ	DPS
9	50% etanol PA + 50% acetona PA	DPF	DPF	DPQ
10	70% etanol PA + 30 % acetona PA	DPF	DPF	DPQ
11	100 % acetona PA	DPF	DPQ	DPS

Tabela 03: Testes de remoção das massas polivinílicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAROA, M.V.A. Tecnologia & Adesivo. Adesivos Sintéticos: Riesgo Higiênico de Resinas y Otros Componentes. *Revista Alimenpack*. México: Alfa Editores Técnicos, 2005, p. 8-14.
- BURGI, S.; MENDES, M.; BAPTISTA, A.C.N. Polímeros Naturais e Sintéticos: Adesivos, Consolidantes, Filmes, Resinas, Vernizes. Acetato de polivinila. In: *Materiais empregados em conservação-restauração de bens culturais*. Rio de Janeiro: ABRACOR, 1990. p.3-4
- CALVO, A. M. Cera. In: *Conservación y restauración: materiales, técnicas y procedimientos de la A la Z*. 3.ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997, p.54.
- CICHINELLI, G. Como Manipular Produtos Tóxicos: Proteja-se dos Perigos da Intoxicação por Poeira e Produtos Químicos nos Canteiros. *Equipe de Obra*, n. 13, set/out. 2007. Disponível em: <<http://equipedeobra.pini.com.br/cviewer>>, acessado em 04/09/2011.
- COSTA, C.A.S.; COMERLATO, F. Procedimentos de Restauo. In: *Relatório do Salvamento Arqueológico nas Áreas de Abrangência das Obras das Rodovias BA-693 e BA-698 (Ibirapuã, Mucuri e Nova Viçosa)*. Salvador: UFBA, 2008. pp.: 16 – 18. Disponível em: Fonte: <<http://www.mae.ufba.br/BA693e698.pdf>>, acessado em 09/12/2012.
- ELBERN, A.W. *Radiações não-ionizantes: conceitos, riscos e normas*. Artigo disponível no site mantido por PRO-RAD – Consultores de radio-proteção S/S LDTA. Disponível em: <<http://www.prorad.com.br/cursos/Cursos/rni.pdf>>, acessado em 01/11/2011.
- FABBRI, B.; GUIDOTTI, C.R. *III Restauro de la Cerâmica*. Itália: Nardini, 2004.
- FANTUZZI, L. La Alteración Posdeposicional del Material Cerâmico: Agentes, Procesos y Consequências para su Preservación e Interpretación Arqueológica. *Comechingonia Virtual*. Córdoba: Centro de Estudios Historicos Prof. Carlos A. Segreti, vol. 6 n. 1. p. 27-29, 2010.

- KOOB, S. Obsolete fill Materials Found on Ceramics. *Journal of the American Institute for Conservation* (JAIC). Washington, D.C.: AIC, vol. 37, n. 1. pp. 49-67, 1998. Disponível em: http://cool.conservation-us.org/jaic/articles/jaic37-01-005_1.html, acessado em 07/12/2012.
- LARSSON, M.A.G. *Estudo e Caracterização de Porcelana Orientais*. 2008. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauro) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- MOLINER, B.C. *Iniciación a la Conservación y Restauración de Objetos Cerámicos*. Espanha: UPV, 2006.
- MUNHOZ, F. C.; RENÓFIO, A. *Uso da Gipsita na Construção Civil e Adequação para a P+L*. In: XXVII Encontro Nacional de Engenharia da Produção – A Energia que move a produção: um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade. Foz do Iguaçu, 2007.
- MUÑOZ-VIÑAS, S. *Teoría Contemporánea de la Restauración*. Espanha: Síntesis S. A. 2010.
- PASCUAL, E.; PATINO M. *Conservar e Restaurar: Cerâmica e Porcelana*. Afonso, G. (trad.). Lisboa: Estampa, 2005. Série: Conservar e Restaurar
- RICKY, M. *Pâte de côtes et Pâte de surface: étude de matériaux de comblement polyvinyliques*. Paris: Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (Mémoire de fin d'étude) – Master de Conservation Restauration de Bens Culturels), UFR 03 Art et Archéologie, 2010.
- SANTOS, V. C. B.; GONÇALVES, M. R. F. A proposta da teoria contemporânea da restauração aos profissionais de restauro no século XXI. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Espanha, agosto/ 2013. Revista *online*, disponível em: <www.eumed.net/rev/cccs/25/restauracao.html>
- SCICOLONE, G.C. Substâncias Orgânicas Sintéticas: las Resinas polivinílicas. Acetato de polivinil (PVA). In: *Restauración de la Pintura Contemporánea*. Barcelona: Nerea S.A, 2002, p. 213-214.

Recebido em: 03/01/2014
Aprovado em: 09/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

**“CAVERNAS DA BABILÔNIA” NARRATIVAS E INTERVENÇÕES: VESTÍGIOS
FUNERÁRIOS PRÉ-COLONIAIS NA MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA**

André Vieira Colombo
Ângelo Alves Corrêa

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



“CAVERNAS DA BABILÔNIA” NARRATIVAS E INTERVENÇÕES: VESTÍGIOS FUNERÁRIOS PRÉ-COLONIAIS NA MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA

André Vieira Colombo¹

Ângelo Alves Corrêa²

Resumo: No século XIX foi encontrado um importante sítio arqueológico na Serra da Babilônia, município de Goianá, Minas Gerais, contendo vários corpos mumificados naturalmente e diversos acompanhamentos funerários em uma cavidade rochosa já então denominada “caverna da Babilônia”. Sobre tal achado foram produzidos relatórios de importantes pesquisadores do período, bem como citações durante mais de um século, tendo inclusive passado por intervenções e análises arqueológicas modernas, na década de 1980. Este artigo tem por intuito reunir e tornar públicos alguns documentos sobre este sítio, e assim evidenciar sua importância no atual quadro das pesquisas arqueológicas regionais.

Palavras chaves: Mumificação natural, Hartt, Tradição una, História da arqueologia.

Abstract: In the nineteenth century an important archaeological site was found in the "Serra da Babilônia", city of Goianá, Minas Gerais, containing many naturally mummified bodies and many burial accompaniments on a rocky cavity since then called "caverna da Babilônia". Reports of important researchers of the period have been produced about this finding, as well as quotes for more than a century, having also the site gone through modern archaeological interventions and analyzes in the 1980s. This article is meant to gather and make public some documents about this site, and thus highlight its importance in the current context of regional archaeological research.

Keywords: Natural mummification, Hartt, Una tradition, History of archaeology.

INTRODUÇÃO

De modo geral podemos dizer que a arqueologia é uma ciência nova, porém mais que centenária, mesmo em terras brasileiras. Temos um sem números de achados arqueológicos relatados desde o período colonial, que se multiplicaram ainda mais a partir do século XIX, período marcado pelo desenvolvimento de novas perspectivas científicas no Brasil. Primeiramente sob o incentivo de D. João VI, diversas expedições fomentadas visaram conhecer melhor o país para desenvolver estratégias para sua exploração (FERREIRA, 2001, 2007; BARRETO, 1999-2000; PROUS, 1992). Posteriormente, D. Pedro II, promove um grande incentivo no campo científico, apoiado em sua amizade com grandes cientistas de renome internacional.

Muitos dos relatos anteriores ao século XX, sobre descobertas de interesse arqueológico, permanecem desconhecidos dos estudantes e pesquisadores e poderiam ser de grande ajuda para elucidar problemas de pesquisas relacionados com coleções depositadas nos museus de todo o país. Com o intuito de ressaltar a importância destes documentos históricos, nos propomos a apresentar um caso em que relatos de vestígios arqueológicos encontrados ainda no século XIX podem contribuir para discussões atuais.

¹ Historiador

² Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil.

Desta descoberta resultaram diversos relatos, sobressaindo um relatório publicado nos Estados Unidos, em 1875, e que ficou desconhecido dos pesquisadores brasileiros até recentemente.

O caso que apresentamos é referente ao achado de restos humanos mumificados e acompanhamentos funerários em uma fazenda situada atualmente em terras do município de Goianá - Minas Gerais. As terras da Fazenda Fortaleza de Sant’Anna, onde foi feito o achado, se inserem na Microrregião de Juiz de Fora, região marcada por um relevo muito acidentado, de “formas alongadas, tipo cristas e linhas de cumeadas” (RADAM, 1983, p. 19), conhecido como mar-de-morros. Originalmente toda a região tinha por cobertura vegetal a Floresta Estacional semidecidual (Mata Atlântica) que foi sendo substituída ao longo do processo de colonização pelas plantações e pastagens, restando atualmente apenas algumas manchas desta vegetação nos topos dos morros.

A Fazenda Fortaleza de Sant’Anna foi uma importante produtora de café no segundo império, posse de renomada família com grande influência política e pertencente ao círculo de amigos do imperador D. Pedro II. Nesta fazenda se situam formações de *monadnocks de gnaisse*, conhecidos por Pedra da Babilônia, Pedra da Boa Vista e Pedra dos Índios, nesta última temos três cavernas onde em uma delas foi encontrado um “cemitério indígena” com peculiares características. Como resultado desta descoberta tem-se até o momento, três indivíduos mumificados depositados na coleção arqueológica do Museu Nacional, um relatório escrito por Frederick Hartt e publicado em 1875, um estudo interdisciplinar coordenado por Beltrão e Lima na década de 1980, além de várias outras citações.

A OCUPAÇÃO REGIONAL E OS ANTECEDENTES AO ACHADO

As terras onde se encontra a caverna da Babilônia atualmente se localizam no município de Goianá, que pertencera como distrito de Rio Novo até 1995. Tais terras começaram a ser colonizadas efetivamente no final do século XVIII, aparecendo na documentação sob a denominação de distrito de Santo Antônio do Limoeiro (at. município de Goianá). Os mais antigos documentos que fazem referência a povoação de Rio Novo são cartas de sesmarias e documentos da “Companhia de Ordenança do Districto de Rio Novo” datados dos últimos anos do século XVIII. A sesmaria mais antiga que se tem conhecimento na localidade onde surgiu o município foi concedida ao Sargento-mor Pedro Luis Pacheco da Cunha, em 1782 e situada na “Paragem do Rio Pinho” (mais tarde distrito e município de Piau) no sertão do Rio Novo. Seguindo a esta, várias outras sesmarias foram concedidas nas proximidades, nessa época já se faz referências à “Parada do Rio Novo”.

A criação da “Companhia de Ordenança do Districto de Rio Novo” em 1799 aconteceu em momento tardio no contexto da organização militar da colônia. A região era desconhecida pelo governo, no entanto era bastante usada por contrabandistas e mascates em uma rota de extravios e comércio ilegal que

ligava Rio Pombo, Rio Novo e Mar de Espanha, e se tornou conhecida como “Caminho de Dentro”. A Capela de Nossa Senhora da Conceição do Sertão do Rio Novo, Freguesia de Guarapiranga foi provisionada eclesiasticamente para funcionamento em 1800. Na primeira década do século XIX chegaram à região dezenas de posseiros para ocupar terras concedidas neste período.

No momento da colonização era densa a ocupação por grupos indígenas, como é comprovado pelos relatos etnohistóricos, a chegada dos colonos encadeou conflitos entre posseiros e índios na região de Rio Novo (CAMBRAIA, 1988). Esses conflitos foram decorrentes da ausência de controle e da falta de averiguação se as terras dadas à distribuição de sesmarias eram mesmo terras devolutas. Isto aparentemente foi muito comum, como podemos perceber em Rio Novo, onde terras concedidas aos índios foram invadidas e se tornaram objeto de conflito entre estes e os posseiros (CAMBRAIA, 1988). Com a chegada, à região central de Minas, das notícias sobre a descoberta de jazidas de ouro ao longo do rio Novo ocorreu grande fluxo de pessoas para a região. No entanto, foi a atividade agrária que deu sustentabilidade aos pioneiros que logo construíram grandes fazendas nas margens do rio Novo.

No final do século XVIII, as primeiras mudas de café foram plantadas nos arredores do Rio de Janeiro, e como o fluxo de pessoas entre o Rio e a região da mata mineira era intenso para o período, logo as primeiras mudas da rubiácea também foram fixadas em solos mineiros. Mercadante (1973, p. 77) aponta para o relato de John Mawe, que ao passar pela região da Zona da Mata entre 1809 e 1810, já fala de cafezais velhos. Mas o cultivo de café só ganha vulto após os anos trinta do século XIX, quando as exportações se tornam promissoras.

O café é responsabilizado pelo aumento populacional na região, dados apontam para uma população de 20 mil habitantes em 1822, com aumento significativo até 1890 chegando a 548 mil (GIOVANINI e MATOS, 2004, p. 6). É nesse contexto que o ocorre a ocupação da área geográfica da Serra da Babilônia.

Uma das mais antigas referências específicas sobre a localidade onde se implantou a Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna é a Carta de Sesmaria passada em favor do Alferes José Pereira de Souza em 1811. No documento, já encontramos a denominação da “Pedra da Babilônia”, como se vê na petição do beneficiado, ao relatar que “no sertão do Rio Novo se achão terras devolutas sitas em hum córrego grande que desce pela Serra abaixo, junto a pedra chamada Babilônia, que deságua no dito Rio Novo [...]”. A propriedade, que se tornaria conhecida posteriormente como “Fazenda da Fortaleza de Rio Novo” e depois “Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna”, foi também formada por várias outras sesmarias e posses. De acordo com as delimitações estabelecidas pelas respectivas cartas, as terras onde se situam a “Pedra da Babilônia”, a “Pedra da Fortaleza” e a “Pedra dos Índios”, e, consecutivamente as cavernas da Babilônia I e II, encontravam-se na antiga sesmaria do Alferes José Pereira de Souza, que se tornaria pouco depois à fazenda de propriedade de Maximiano José Pereira de Souza. Nestas terras se construiu a sede da Fazenda da

Fortaleza de Sant’Anna, assim como capela, engenho, senzalas e, se desenvolveram diversas atividades econômicas ao longo dos mais de dois séculos.

Em documentos diversos de 1815 aparecem a denominação “Fortaleza de Rio Novo”. Em torno de 1830 seu proprietário era Maximiano José Pereira de Souza, mas até 1842 não contamos com muitas informações sobre a fazenda, apenas que nesta data teria sido adquirida pela Dona Maria José de Sant’Anna, viúva de Mariano José Ferreira Armond, a matriarca da Família Ferreira Lage, importante politicamente e grande impulsionadora do progresso de Juiz de Fora. Posteriormente Mariano Procópio Ferreira Lage foi quem deu continuidade à obra de seu pai, estendendo a Estrada União e Indústria de Juiz de Fora a Rio Novo, para atender a produção de café de sua propriedade.

O nome da fazenda teria sido alterado para Fortaleza de Sant’Anna devido à devoção e ao culto à Santa Anna, introduzido no local por Maria José de Sant’Anna após a compra das terras e a anexação de diversas partes ocorridas entre 1842 e 1855. É nessa época, a partir da chamada “Lei de Terras” de 1850, que novamente a propriedade emerge da documentação histórica. Em 1855, Mariano Procópio Ferreira Lage, como procurador de sua mãe Maria José de Sant’Anna, registra que a Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna compõe-se de várias posses e sesmarias dentre as quais “da Sesmaria que pertencera ao Tenente Coronel Maximiano José Pereira de Souza, de terras encostadas a Serra da Babilônia [...] e com várias posses compradas a Manoel da Costa em cima da Serra da Babilônia e por trás da Pedra da Fortaleza”. Nos anos seguintes podemos verificar que as terras da fazenda já estavam ocupadas e eram cultivados o café e a cana, com a larga utilização da mão de obra escrava (GUIMARÃES, 2001).

Sabe-se que a Fazenda em questão se manteve como propriedade da baronesa de Sant’Anna, até 1870, com sua morte e a abertura de seu inventário. Foram habilitados como herdeiros da propriedade, a filha Baronesa do Pitangui e Mariano Procópio Ferreira Lage, com respectivos cônjuges. No entanto, com a morte prematura de Mariano em 1872, sua parte foi herdada pelos seus filhos Frederico e Alfredo Ferreira Lage (ROSA, 2001). No início do século XX seria adquirida em hasta pública por Candido Teixeira Tostes, sucedendo-o os filhos Sebastião Tostes e João de Rezende Tostes, Dr. Layr Tostes e consecutivamente os herdeiros destes. Em 2010, a propriedade foi declarada improdutiva pelo INCRA e atualmente apresenta ocupação pelo MST, que pleiteia a implantação de um assentamento de famílias pelo processo de reforma agrária.

VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS REGIONAIS E A ARQUEOLOGIA IMPERIAL

A descoberta dos vestígios arqueológicos na Serra da Babilônia produziu um grande número de diferentes narrativas, muitas vezes contraditórias e outras representativas de cosmologias locais. Visando reconstituir a linha dos acontecimentos referentes à descoberta e pesquisas realizadas em torno destes

vestígios, promovemos aqui a reunião de alguns fatos, com base em fontes documentais, que possibilitem conhecer melhor os vestígios encontrados e em quais condições foram encontrados.

Informações sobre as cavernas retrocedem até por volta de 1871, quando teriam sido identificados os restos humanos em uma das cavernas na Serra da Babilônia. Contudo antes disso, três cavernas teriam sido localizadas por caçadores, em um mesmo maciço rochoso (ARAÚJO, 1951) e visitadas pelo Sr. Antunes, então administrador da fazenda (HARTT, 1875). Antes disso parece que as cavernas não eram conhecidas, já que em 1865 a expedição de Agassis (incluindo Hartt) e em 1869 o Conde de Gobineau, acompanhado de D. Pedro II, visitaram a propriedade, mas não citam a caverna em seus relatos.

Se estas cavernas encontradas pelos caçadores eram as mesmas em que foi feito o achado posteriormente, os primeiros visitantes não teriam identificados os vestígios arqueológicos. Estes só vieram a ser identificados com a visita de Manuel Basílio de Furtado, que já havia pesquisado um abrigo com sepultamentos próximo as cabeceiras do rio Itapemirim (Gruta do Castelo – Espírito Santo). Assim, movido por sua experiência anterior, este naturalista local, promoveu uma inspeção nas cavernas encontrando vestígios humanos apenas na inferior que também é a maior, concluindo neste período que se tratava de um “cemitério indígena” (HARTT, 1875).

Foi Basílio de Furtado, correspondente do Museu Nacional, quem promoveu as primeiras escavações visando à retirada de esqueletos, corpos mumificados e seus acompanhamentos funerários. Várias teriam sido as incursões do naturalista acompanhado pelo conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e Rozendo Muniz, promovendo a remoção dos vestígios que iam sendo localizados. Diogo Velho, genro e inventariante da matriarca Baronesa de Sant’Anna, era um homem de formação erudita e enciclopédica e de grande prestígio junto ao Imperador, tendo sido presidente de diversas províncias, deputado, ministro, membro de liceus e institutos, como o Instituto Histórico da Bahia, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Instituto Arqueológico de Pernambuco e Museu Nacional.

A convite de Diogo Velho, Ladislau de Mello Netto, então diretor do Museu Nacional, montou uma equipe para realizar uma incursão a caverna (HARTT, 1875). Esta equipe foi composta por Charles Frederick Hartt, naturalista que dirigiu a Comissão Geológica do Império; Auguste François Marie Glaziou, Diretor do Passeio Público do Rio de Janeiro e botânico; Claude Henri Gorceix que neste período fundava a Escola de Minas no Brasil, e um assistente do Museu Nacional. Essa equipe foi muito importante para a sistematização dos dados sobre o achado e a conservação das informações por meio de uma rica publicação.

Vemos, portanto, que as atividades neste sítio arqueológico contaram com importantes personalidades inseridas nos primórdios da arqueologia em nosso país, para alguns autores 1870-1910 é o período que marca início da arqueologia nacional (BARRETO, 1999-2000; PROUS, 1992).

Como vemos a descoberta na serra da Babilônia se deu no momento em que se iniciava a efervescência da arqueologia nacional. Os pesquisadores que voltaram sua atenção para os vestígios

encontrados estavam atentos as problemáticas arqueológicas mais modernas para a época. Pela documentação levantada vários dos artefatos encontrados foram enviados ao exterior a pesquisadores de renome internacional como Jean Louis Armande de Quatrefages de Breau, um dos pais fundadores da antropologia craniométrica, e grande adversário de Darwin, e Rudolf Virchow, um dos mais famosos cientistas europeus do século XIX e criador do Museu de Antropologia de Berlim. Provavelmente a grande repercussão de tal descoberta e o número significativo de informações preservadas se deve ao fato de ter tomado parte neste período de efervescência científica, e tendo o respaldo de tão importantes personalidades.

INTERVENÇÕES E ESTUDOS MODERNOS

Apesar da grande relevância que tiveram os vestígios encontrados, somente um conjunto formado por três corpos mumificados e parte de seus acompanhamentos funerários resistiram à passagem do tempo e permanecem conservados e identificados até hoje em exposição no Museu Nacional. Consta dos autos da instituição que tal conjunto teria sido doado em 1875 ao imperador D. Pedro II pela baronesa D. Maria José de Sant’Anna. Porém, no período da doação a baronesa já era falecida, assim como Mariano Procópio, e a doação foi feita como menção honrosa à baronesa, que tinha grande prestígio junto ao Império. Pelo artigo de Hartt (1875) sabemos que outros despojos humanos foram encontrados, assim como muitos outros acompanhamentos funerários. Para algumas peças há informação da saída do país para compor as coleções de importantes cientistas internacionais, mas restam dúvidas para onde teriam ido cinco vasilhames cerâmicos que faziam parte dos conjuntos funerários.

Os vestígios que se encontram no Museu Nacional foram submetidos no início da década de 1980 a um estudo interdisciplinar com resultados publicados por Beltrão e Lima (1986). O estudo contemplou as análises de um indivíduo adulto, feminino, que teria morrido com aproximadamente 25 anos, e duas crianças, uma recém-nascida e outra com aproximadamente um ano e os vestígios depositados no Museu foram submetidos a exames radiológicos, morfológicos e parasitológicos, além de ter sido realizada datação absoluta por C14. Além disso, foram feitas escavações em duas das cavernas da serra da Babilônia.

Apesar de terem sido escavadas sistematicamente significativas áreas dentro de duas das cavernas não foi possível a localização de nenhum vestígio arqueológico, apenas ossos e vestígios de fauna cavernícola (BELTRÃO e LIMA, 1986, p. 12-13). Independentemente dos resultados negativos das escavações as análises laboratoriais dos vestígios da coleção possibilitaram conclusões reveladoras sobre as múmias.

Já com os primeiros exames ficou claro se tratavam de corpos mumificados naturalmente, com datação absoluta 600 ± 80 AP, realizada no *Centre des Faibles Radioactivités de Gif sur Yvette* (idem, ibidem, p. 25). Portanto, demonstrando que se trata de um conjunto pré-colombiano.

Na pesquisa antropológica realizada por Ribeiro (*idem, ibidem*, p. 22), foram analisados os restos de tecelagem e cordaria associados à múmia na coleção do Museu. As conclusões das análises apontam para uma técnica de tecelagem atualmente empregada pelo grupo indígena Maxakali, resultado interessante já que a área onde foi encontrada a múmia seria compatível, “até certo ponto”, com a área habitada historicamente pelo grupo. Mas, a autora não exclui a possibilidade dos vestígios poderem ter sido produzidos por grupos Kamakã ou Makuni.

Ainda se procedeu a um exame radiológico que demonstrou claramente o estado de conservação dos corpos, além de revelar um singelo adorno no tornozelo do recém-nascido, que aparentemente seria composto por peças cilíndricas relativamente densas. Ficou claro ainda que o processo de mumificação de todos os corpos examinados foi natural, provavelmente por desidratação dos tecidos devido ao microclima do interior da caverna.

Das questões e hipóteses suscitadas durante os trabalhos modernos, tanto de escavação quanto de análise no material em exposição, alguma permaneceram sem respostas. Podemos mencionar de acordo com Beltrão e Lima (1986, p. 35) o fato de não ter sido possível confirmar de qual das cavernas seria oriundo o conjunto arqueológico, já que nas escavações empreendidas nenhum vestígio pôde ser encontrado em ambas as cavernas. No texto as autoras mencionam o fato de se saber da existência de outro indivíduo que se deteriorou ao longo do tempo na exposição do Museu, e que “a sugestiva associação das crianças junto a mulher pode ter sido arranjada para atender apenas a interesses de ordem museológica, não tendo sido esta sua disposição original” (BELTRÃO e LIMA, 1986, p. 35). Acreditamos que o documento recém consultado, que a seguir apresentaremos, possa lançar luz nestas e em outras questões em aberto. Pois, como bem dito pelas autoras a pesquisa realizada não esgotou o tema estando em aberto para ser complementada com novas informações.

RELATÓRIO DE 1875: INTERVENÇÕES E VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Como dito anteriormente em janeiro de 1875 foi promovida uma expedição de pesquisadores do Museu Nacional, incluindo Charles Frederick Hartt. Este pesquisador chegou ao Brasil pela primeira vez como auxiliar de Louis Agassiz na famosa expedição Thayer em 1865 (inclusive visitam a Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna pela primeira vez, de acordo com os relatos de Agassiz e a documentação fotográfica existente). Posteriormente a convite de D. Pedro II, Hartt retornou ao país em 1874 para fundar a Comissão Geológica do Império.

No período de sua atuação na Comissão Geológica este pesquisador participa da expedição organizada por Ladislau Netto a Fazenda Fortaleza de Sant’Anna. E publicou na revista "*Peabody Academy of Science*" o artigo intitulado "*The indian cemetery of the Gruta das Múmias, Southern Minas Geraes, Brazil*",

em abril de 1875. Apesar de este artigo constar das biografias de Hartt permaneceu sem ser utilizado nos trabalhos modernos sobre os conjuntos de vestígios depositados no Museu Nacional.

As informações contidas neste artigo de Hartt são esclarecedoras para diversos problemas de pesquisas referentes aos conjuntos funerários depositados na coleção do Museu Nacional, e importante para as pesquisas arqueológicas regionais. Assim resumizamos por meio da tabela 1 os principais pontos do artigo de Hartt.

Pelo que foi descrito por Hartt a caverna possibilitou o resgate dos restos mortuários de 14 indivíduos sendo 10 destes de crianças (FIGURA 01). Como acompanhamentos funerários haviam cinco urnas de cerâmica, todas contendo restos dos corpos de crianças, quatro cestos, duas redes e dois “bornais de caça”. São recorrentes ainda os corpos envolvidos em tecido vegetal, não ficando claro se são apenas folhas ou se são na verdade tecidos feitos a partir de fibras vegetais. Em diversos momentos se menciona feixes de palhas de palmeira amarados com um só nó, que parecem dispostos dentro dos cestos e bornais. Além de gravetos trabalhados, cascas de árvores fechando as urnas e isolando os corpos da terra e alguns tipos de sementes.

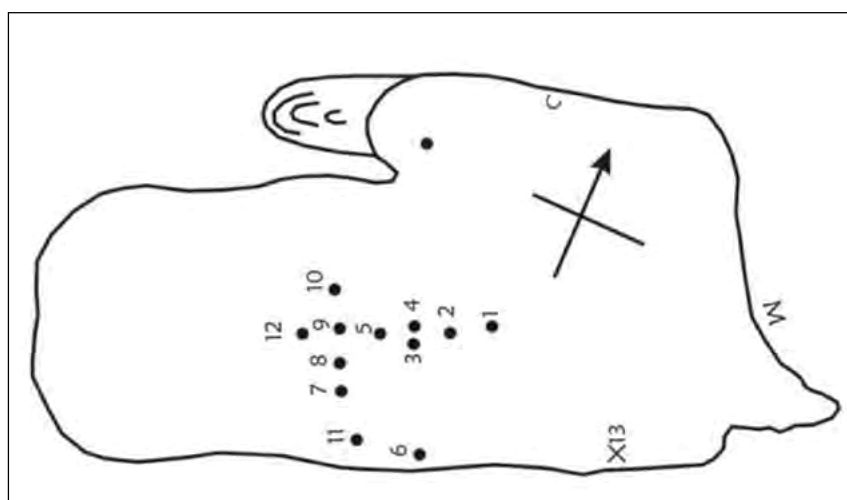


Figura 01: Croqui elaborado por Hartt da caverna da Babilônia com os vestígios plotados

(Fonte: *Peabody Academy of Science, 1875*)

Lendo o artigo de Hartt fica fácil entender porque a campanha arqueológica da década de 1980 não surtiu resultados positivos. Segundo Hartt, quando eles chegaram a caverna já havia sido intensamente trabalhada pelos interessados locais. Partindo ele próprio a buscar vestígios, primeiramente começou com prospecções aleatórias que não surtiram efeito, assim Hartt tomou a decisão de agir de forma sistemática, montando uma linha de 20 escravos para retirar durante dois dias toneladas de terra solta de considerável profundidade do interior da caverna partindo da entrada. Com este esforço, a expedição organizada por Ladislau Netto conseguiu resgatar os restos mortuários de uma criança enterrados no interior de uma urna,

e os corpos de uma pessoa jovem enrolada em uma rede com o corpo de uma pequena criança embrulhada em tecido vegetal e folhas de palmeira (este poderia ser o conjunto atualmente exposto no Museu Nacional).

Podemos perceber que a expedição teve na verdade contato apenas com os despojos funerários de três dos indivíduos e seus respectivos acompanhamentos. Todos os demais 11 enterramentos foram encontrados anteriormente a esta escavação “sistemática” da caverna pela equipe do Museu Nacional. O próprio Hartt diz que descreveu os demais achados apenas porque Ladislau Netto permitiu que ele os examinasse já no Museu Nacional.

Ainda segundo o relatório, foi uma preocupação de Hartt verificar a presença de artefatos que indicassem se a caverna havia sido ou não utilizada como moradia ou apenas cemitério. Pois, afirmou ter percorrido a caverna cuidadosamente, procurando em toda parte por objetos de pedra, fogueiras etc., mas não encontrou sinais de que ela tenha sido alguma vez habitada, nem de que tenha sido um local muito frequentado. Se algum outro artefato passou despercebido daqueles que escavaram a caverna em 1874, este deve se encontrar abaixo da entrada da gruta, local mais provável do descarte do sedimento retirado durante a escavação. Isto se torna uma possibilidade ainda maior se levarmos em consideração que aparentemente os pesquisadores não permaneceram na caverna todo o tempo em que esta foi escavada, eles teriam ido apenas em alguns momentos, o grupo de escravos teria escavado na maior parte do tempo sob a supervisão do Sr. Antunes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas arqueológicas realizadas após a década de 1980 na microrregião de Juiz de Fora e entorno tem demonstrado (CORRÊA, 2009; OLIVEIRA, 2006a; KNEIP e CRANCIO, 1999-2000; LUFT, 1999) a existência de um quadro arqueológico até o momento constituído essencialmente por sítios relacionados a duas tradições arqueológicas. De um lado os sítios em abrigos, essencialmente de caráter funerário, que são normalmente relacionados a populações produtoras de cerâmica da tradição Una, associada a populações falantes de línguas Jê e sítios habitação relacionados às populações produtoras de cerâmica da subtradição Tupinambá (BROCHADO, 1984), relacionada a populações falantes de língua da família tupi-guarani. Cabendo deixar claro a existência de um terceiro componente relacionado a abrigos com pintura rupestre que ainda não pôde ser associado a outros vestígios arqueológicos regionais. Não há datação disponível para os sítios de pinturas, mas o quadro cronológico das ocorrências de enterramento em gruta e os sítios Tupi são concomitantes.

A concomitância temporal entre os vestígios arqueológicos associados a populações Tupi e Jê já foram tratadas por diversos autores (BROCHADO, 1984; PREZIA, 1997; PROUS, 1992) que concordam que

provavelmente em vastas áreas ocupadas pelas populações de línguas Jê poderíamos ter diversas porções ocupadas por falantes do Tupi que “produziram largos rombos sem destruir a trama” (PREZIA, 1997, p. 209). Sabemos ainda que os locais ocupados pelos Tupi, mesmo em áreas densamente ocupada nunca afetou totalmente uma região sempre estando limitadas a localidade que se verificavam condições ecológicas características (PROUS, 1992, p. 373), permitindo deste modo, que algumas áreas permanecessem com os grupos preexistentes nas regiões colonizadas. Deste modo, temos uma dinâmica de interação entre as populações que ocuparam a região, marcada por disputas e intercâmbios, e até mesmo prováveis casamentos interétnicos, como mencionado por Anchieta (*apud* PREZIA, 1997, p. 197).

Prezia (1997) aponta a Arqueologia como importante ferramenta para ajudar a resolver estes tipos de problemas sobre povoamento. Oliveira (2006b, p. 201) concorda que a Arqueologia poderá ajudar na compreensão do povoamento da Zona da Mata mineira, e sugere a necessidade de se realizarem estudos arqueológicos nas localidades indicadas como aldeias dos grupos Jê a fim de se verificar que tipo de cultura material esta associada a estas populações.

Aparentemente a caverna da Babilônia é um destes sítios com cultura material associada a tradição Una e portanto associados a falantes de línguas Jê. A semelhança dos vestígios materiais associados a tradição Una com o achado na Serra da Babilônia vai desde ao posicionamento do sítio, em maciço rochoso, sua classificação como de caráter funerário e as características dos vasilhames cerâmicos descritos por Hartt. O Programa Paraíba Mineiro, desenvolvido por Dias (1975) e o Projeto Arqueológico Puri-Coroado, desenvolvido por Luft (1999) identificaram para as regiões dos municípios de Visconde do Rio Branco e bacia do Muriaé (ambas áreas da Zona da Mata de Minas Gerais) vários abrigos contendo restos mortuários e cerâmicas semelhantes a descrita por Hartt para a caverna da Babilônia.

Deste modo percebemos que o conhecimento dos achados do século XIX pode contribuir para reforçar a presença de vestígios materiais diferenciados dos associados a população Tupinambá na microrregião de Juiz de Fora. Infelizmente as pesquisas levadas a cabo na década de 1980 na caverna não localizaram nenhum vestígio arqueológico, legando esta localidade a um esquecimento científico e não sendo até os dias de hoje registrado como sítio arqueológico. Concordamos com Morais (1999, p. 11) ao reunir as definições de sítio arqueológico e apresentar sítio arqueológico como “local de interesse arqueológico”. Eliminando a necessidade dos sítios arqueológicos apresentarem artefatos. O sítio arqueológico pode ser uma cascalheira ou um barreiro favorável a retirada de matérias-primas para produção de artefatos, portanto, os sítios deixam de ser vistos isoladamente para serem vistos dentro de um sistema. Um local não perde a importância arqueológica porque todos os artefatos foram retirados, continua sendo importante no entendimento dos processos humanos desenvolvidos regionalmente. Entendemos que o fato da caverna da Babilônia não contar com artefatos atualmente visíveis não a descaracteriza como um “local de interesse arqueológico” e, portanto, como sítio. Os vestígios encontrados no século XIX e sua

posição no espaço contribuem para o entendimento dos processos de povoamento pré-colonial da microrregião de Juiz de Fora.

Temos ainda que considerar que os sítios em abrigos e cavernas associados à tradição Una são entendidos como sítios apenas funerários, não se caracterizando em áreas de habitação, o que parece corresponder ao achado na serra da Babilônia. A presença de abrigos funerários indicaria que nas proximidades deste tipo de sítio existiriam sítios habitação. Este fato torna necessário um estudo sistemático das ocorrências arqueológicas no entorno destes abrigos visando encontrar sítios habitação que possam ser associados a cultura material destes abrigos. Somente após um estudo detalhado da cultura material presentes em ambas as classes de sítios é que se poderá ter maior conhecimento sobre a dinâmica de povoamento da região.

Além de sua importância científica e como acontecimento histórico que projetou os municípios aos quais esteve relacionado, o conjunto de mumificações da caverna da Babilônia que se encontra no Museu Nacional é, para a comunidade local e regional, um importante bem cultural ligado à identidade local. Isto pode ser percebido no fato de ter motivado a criação de lendas e narrativas folclóricas nesta comunidade, sobre as quais já foram desenvolvidas pesquisas orais (COLOMBO, 2005), que objetivaram verificar a permanência do conteúdo histórico nestas narrativas. Essa pesquisa revelou inclusive o caráter lendário etiológico da narrativa conhecida como “lenda da índia suicida”, motivada e associada pela cultura popular ao achado arqueológico do século XIX. O estudo concluiu que a narrativa folclórica pode ser enquadrada como um conto fantástico, muito embora tenham sido incorporados e preservados aspectos histórico-sociais daquela comunidade (*idem*).

Podemos registrar que apesar de toda dificuldade de se estabelecer medidas de proteção dos bens arqueológicos a importância deste acervo foi reconhecida pelo poder público municipal, através da Prefeitura Municipal de Goianá, por meio de ações normativas definidas em sua política municipal de proteção do patrimônio cultural. O conjunto arqueológico originário da caverna da Babilônia, hoje em exposição no Museu Nacional no Rio de Janeiro, foi tombado como Patrimônio Cultural do Município de Goianá, através do Decreto 017 de 27 de março de 2002, com a anuência da entidade guardiã do acervo, que em parceria com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC - emite anualmente laudos de estado de conservação do conjunto arqueológico. Com essa parceria o município recebe recursos públicos como ICMS cultural, pelas suas ações de proteção ao patrimônio o que permite, inclusive desenvolver outros trabalhos de pesquisa, preservação e publicações sobre o tema.

Vemos como de grande relevância este achado no século XIX e a preservação das informações sobre ele. Pois, além de se tratar de um elemento já valorizado pela população local, contém informações que contribuem com questões arqueológicas atuais sobre o povoamento regional.

TABELAS

Nº Croqui	Restos Humanos	Acompanhamento funerário
1	Corpo de uma criança	Enterrada em pequeno cesto de tecido, sobreposto por pedaços de casca de árvore.
2	Corpo de mulher e criança	Sem descrição dos acompanhamentos
3	Esqueleto	Enrolado em tecido vegetal
4	Esqueleto de um homem	Enrolado com duas camadas, uma em tecido vegetal e outra inferior de palha de palmeira
5	Ossos de uma criança	Enterrada em vaso cerâmico oval, de argila misturada a areia grossa e queima incompleta. O vaso parecia <i>ter sido feito sobre molde</i> , com superfície interna levemente áspera, com marcas de instrumento utilizado para o alisamento, sem vestígio de tinta, verniz ou decoração. Foram encontradas sementes de <i>Annona</i> e folhas de palmeira <i>Geonoma pinnatifida</i> .
6	Restos de uma criança	Envolvidos em rede de fibras de palmeira <i>Astrocaryum tucum</i> , com fragmentos de grandes folhas presas sob a rede e palha de palmeira nas laterais. Sobre o sepulcro havia gravetos, tudo recoberto por terra e pedras.
7, 8, 9, 10	Ossos de crianças	Quatro pequenas <i>igaçabas</i> ovais enterradas de pé, fechadas por pedaços de casca de jequitibá ajustado a boca. Na parte externa as urnas estavam recobertas por <i>espécie de cesto de tecido vegetal feito de Embaúba tinga</i> , ao qual estava preso cordão que poderia ter sido utilizado como alça. Sobre a urna nº8 havia um pequeno cesto feito de cipó tinga, preso a sua abertura uma corda como alça. No interior do cesto havia pequenos feixes de palha de palmeira. Do lado desta urna havia <i>um feixe de cinco bastões, presos em cada ponta por um pedaço de cipó todos afiados em uma das extremidades e chatos e polidos na oposta</i> . Ao lado da urna nº9 havia um <i>bornal de caça</i> , feito de forma aberta com fio de fibra de palmeira, tendo alça comprida. Continha pequenos feixes de palha de palmeira como no cesto da nº8. A urna nº10 possuía forma oval com grande abertura e <i>sem nenhuma borda</i> tendo a superfície externa <i>bem trabalhada, mostrando, porém, marcas rudes e longas da ferramenta de acabamento</i> . Sem sinais de ornamentos nem verniz. Para Hartt as quatro urnas foram enterradas juntas, pois estavam separas por pequenos bastões. Na superfície próxima as urnas foi encontrado o corpo de uma criança provavelmente embrulhado em tecido vegetal.
11	Corpos mumificados de uma mulher e um recém-nascido (conjunto exposto no Museu Nacional)	Ambos os corpos estavam embrulhados na mesma rede. O recém-nascido foi encontrado ao lado esquerdo do corpo da mulher embrulhado em uma <i>trouxa</i> de tecido vegetal que estava amarado com uma corda <i>que passava pelos dedos da mão direita da mulher</i> . No braço esquerdo da criança havia <i>um tipo de faixa e numa das pernas há um cordão feito com seções bastante largas de um osso oco</i> . <i>Sob o pacote formado pelos dois corpos, foram depositadas lado a lado algumas lascas largas de casca de árvore e um cesto emborcado, cheio de pequenos feixes de palha de palmeira, cada um com um nó. Sobre este foram depositadas lado a lado lascas de casca de árvore, como aquelas embaixo dos corpos, estando o conjunto coberto por terra. No mesmo sepulcro foi encontrado um bornal semelhante àquele já descrito, mas em mau estado de conservação</i> .
12	Restos de uma pequena criança	Enterrados a pouca profundidade embrulhado em faixas de tecido vegetal, recoberto por fora com <i>palha de palmeira frouxa amarrada em alguns pequenos feixes como aqueles encontrados nos cestos e no bornal</i> . O corpo estava depositado sobre uma pedra plana e sobre ele estavam lado a lado quatro pedaços de casca de árvore.

Tabela 01 Sumarizando os vestígios encontrados na caverna da Babilônia e descritos por Hartt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Silviano. *Anuário da gazeta*. Rio Novo: Typografia da Gazeta, 1951.
- Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários. Nº 475 de Maria José de Sant'Anna.
- Arquivo Público Mineiro. Livro de registro de terras de Santo Antônio do Paraibuna (1850 – 1860). Reg. Nº 1.339.
- Arquivo Público Mineiro. Seção colonial (Cartas de sesmarias diversas).
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*. São Paulo: Editora da USP, n. 44, p. 32-51, 1999-2000.
- BELTRÃO, Maria; LIMA, Tânia Andrade. Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso. *Revista de Arqueologia*. Belem: Museu Emílio Goeld, Vol.3 (1), n. 30 IV, p. 3-39, 1986.
- BROCHADO, José. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. 1984. 574 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Urbana: University of Illinois, 1984.
- CAMBRAIA, Ricardo; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História FAFICH/UFMG*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, n. 6, p. 137-150, 1988.
- COLOMBO, André Vieira. Oralidade x historicidade: Contribuição da literatura oral para a pesquisa histórica em uma comunidade oitocentista. *Anais do VI Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.
- CORRÊA, Ângelo Alves. *Tetama nas Matas Mineiras: sítios Tupi na microrregião de Juiz de Fora – MG*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2009.
- DIAS, Ondemar. Pesquisas arqueológicas no Sudeste Brasileiro. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro: Instituto de Arqueologia Brasileira, Série Especial n. 1, 1975.
- DIAS, Ondemar; CARVALHO, Eliana. A Pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do estado do Rio de Janeiro. *Pesquisas*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 31, v. 47, 1980.
- FERREIRA, Lúcio. “Um bando de ideias novas” na Arqueologia (1870-1877). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n.11, p. 21-33, 2001.
- FERREIRA, Lúcio. *Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- GIOVANINI, Rafael; MATOS, Ralfo Edmundo. Geohistória Econômica da Zona da Mata Mineira. *XI Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004
- GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves (org.). *Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa, 2001.

- HARTT, Charles Frederick. The indian cemetery of the Gruta das Múmias, Southern Minas Geraes, Brazil. *The American Naturalist*. Salem, MA: Peabody Academy of Science, n.IX, vol. 09, p. 205-217, 1875.
- KNEIP, Lina; CRANCIO, Filomena. O sítio cerâmico da fazenda Vargem Linda – Leopoldina, MG. *Revista de Arqueologia*. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, n.12-13, p. 93-101, 1999-2000.
- LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros: do caminho novo à proclamação*. Juiz de Fora: UFJF, 1985.
- LUFT, Vlademir J. *Da História a Pré-História: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na bacia do Alto rio Pomba (o caso da serra da Piedade)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1ª ed, 1973.
- MORAIS, J.L. *Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista*. Tese (Livre Docência). São Paulo, USP, 1999
- OLIVEIRA, Ana Paula. Desenvolvimento, resultados, avaliação e desdobramentos: seis anos do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira. In: OLIVEIRA, Ana Paula. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar, p. 25-40, 2006a.
- OLIVEIRA, Ana Paula. Ruptura, continuidade e simultaneidade cultura: algumas considerações a respeito da diversidade étnica dos grupos indígenas da Zona da Mata mineira no período pré-colonial. In: OLIVEIRA, Ana Paula. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar, 2006b.
- PREZIA, Benedito. *Os indígenas do planalto paulista: etnômios e grupos indígenas nos relatos dos viajantes, cronistas e missionários dos séculos XVI e XVII*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 1997.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 605p, 1992.
- BRASIL, RADAM. Folhas SF.23/24 Rio de Janeiro/Vitória. Levantamento de recursos naturais. Geologia, geomorfologia, vegetação, e uso do potencial da terra. *Projeto RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Produção Mineral. Vol. 32, 1983.
- RODRIGUES, André Figueiredo. Os Sertões Proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.23, n. 46, p. 253-270, 2003.
- ROSA, Rita de Cássia Vianna. *Em terras nobres: Fragmentos do cotidiano da Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna sob a ótica de um inventário post-mortem - Juiz de Fora – 1870/1888*. Monografia (Especialização). Juiz de Fora: UFJF, 2001.

Recebido em: 02/01/2014
Aprovado em: 08/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

**THE ORIGINS OF THE BRAZILIAN SAMBAQUIS
(SHELLMOUNDS): FROM A HISTORICAL PERSPECTIVE**

Gustavo Peretti Wagner

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412



THE ORIGINS OF THE BRAZILIAN SAMBAQUIS (SHELLMOUNDS): FROM A HISTORICAL PERSPECTIVE

Gustavo Peretti Wagner¹

Resumo: O tema da origem dos sambaquis é de interesse da pesquisa acadêmica desde o século XIX. As tentativas de elucidação da questão são muito variadas, possuindo implicações e desdobramentos tanto sob o ponto de vista da biologia humana, quanto sociocultural. As páginas que seguem buscam abordar todas estas implicações através de uma abordagem historiográfica, propondo uma discussão de caráter revisional e integradora, compondo uma hipótese explicativa.

Palavras chaves: Sambaquis, Origens possíveis, Povoamento costeiro, Revisão histórica.

Abstract: The theme of the origin of the sambaquis is an interesting one to academic research since the nineteenth century. Attempts to elucidate the question are diverse, and present implications and developments from both human biology and sociocultural perspectives. The pages that follow seek to address all these implications through a historiographical approach, proposing a discussion of revisional and integrating character, composing an explanatory hypothesis.

Keywords: Sambaquis (shellmounds), Possible origins, Coastal settlement, Historical review.

INTRODUCTION

Sambaquis are the first archaeological sites considered as such in Brazilian historiography, considering that, since the 16th e 17th century they were identified as remnants of various indigenous activities, such as fishing stations or mollusks collection, burial and rituals (*cf.* CARDIM, 1939[1584]; MADRE DEUS, 1920[1797]). However, the researches in institutional level began only two centuries later.

The revival of interest for sambaquis can be attested in Rath's (1856) initiatives² that when studying the formation of the current coast of São Paulo State mentions the presence of sambaquis in the area, attributing antediluvians dates to it. Decades later, the question of the origin of the sambaquis is central to the archaeological studies, now at the institutional level. This era became known (e.g. Souza, 1991) as the period of Brazilian archeology patronage, having D. Pedro II as the main supporter. His self-interest led him to witness the exhumation of burials in the sambaquis of Sant'ana River, in São Vicente.

¹Doctor in Prehistory and Archaeology with postdoctoral stages in History (PUCRS/Brazil) and Anthropology (UFBA/Brazil). Communication presented at the XVI National Congress of SAB and XVI World Congress of UISPP, section 10 – The First Americans and the Origin of Mankind (2), coordinated by Luis Borrero, Laura Miotti and Lucas Bueno. At that time author was professor and researcher in postdoctoral stage (CAPES/PNPD) at the Postgraduate Program in History at PUCRS, Brazil. Professional address: **STRATA** – Consulting in Archaeology and Cultural Heritage, Macaé, Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: arqueologia.strata@gmail.com

² The study was conducted at Rath's own expenses in 1845. He was an engineer by profession and he was stimulated by personal interest. Years later, Orville Derby undertakes a similar work, producing the outstanding synthesis by Krone (1914) on the sambaquis of the lower valley of the Ribeira de Iguape river.

That period is marked by the rise of an intense debate about the origins of the sambaquis. Opinions were divided into three streams of thought, as follows: 1) naturalist, represented mainly by Hermann von Ihering, who advocated the natural origin of sambaquis as a result of sea fluctuations and epirogenic movements dating back to the Tertiary, 2) artificialist, mainly represented by Ladislau Netto, that considered the sambaquis as a result of prehistoric human activities, and 3) mixed, stream of conciliatory character that became hegemonic from the early decades of the 20th century and consider the existence of large original shellmounds and the presence of archaeological sites formed by artificial accumulations, which could occur overlapping the first (COSTA, 1934; LEONARDOS, 1938; SOUZA, 1991; LIMA, 1999-2000)³.

In the years around the turn of the century the issue mobilized the public opinion, with developments even outside research institutions⁴. In the same period, the participation of experts with different backgrounds such as medicine and geology were multiplied. On the one hand, the approaches used supported the hypotheses raised, but on the other hand, they introduce new theories, leading to the segmentation of the issue, systematized in the following pages as "racial" e sociocultural implications. Since then, the theme has appeared in the archeology of sambaquis, polarizing opinions, the sites being understood sometimes as the result of populations originating from the coast, or as the result of groups from the country inlands that, from a given time, began to explore the productivity of coastal environments.

RACIAL IMPLICATIONS

In the nineteenth century the participation of medical professionals directed approaches to craniometric studies, from which the origins of the coastal settlements was sought through the identification of the "race" responsible for the formation of sambaquis. As a result the opposition between the "race of Lagoa Santa", inhabitant of the interior highlands and the "race of the sambaquis," inhabitant of the coast was created⁵ (LACERDA and PEIXOTO, 1976; LACERDA, 1885).

Lacerda and Peixoto (1876) established the relationship between Botocudos skulls and the skulls found by Lund in Lagoa Santa. The high dolichocephaly observed in the skulls series lead them to propose a link between the "race of Lagoa Santa," the Patagonian and Eskimos, characterizing them as an original race (and indigenous) in America. Lacerda (1885) is responsible for coining the term "man of the sambaquis." The expression is clearly an idea that supports the existence of a racial unity in the Brazilian coast. He

³ The questions concerning to the geological implications of the origins of the sambaquis are present in detail in Wagner (2012, in press).

⁴ Koseritz contributed to the issue founding and managing journals in Pelotas and Porto Alegre such as "O Noticiador" (1852-1856), "Gazeta de Porto Alegre" (1875-1888), "Jornal do Comércio" (1868) and "Neue Deutsch Zeitung "(1864-1940) (see Koseritz, 1884). Ihering (1895) refers to the publications in the newspaper in São Paulo in 1889. In fact, individuals connected to the arts ended up stating an opinion on the subject, such as the painter Benedicto Calixto (1904).

⁵ Initial synthesis of the issue can be found in Costa (1934), Mattos (1941) and Emperaire; Laming (1956) and, for a recent review, see Okumura (2008).

characterized it as an invading race that was distributed along the coast, and at a certain point, disappeared. However, he establishes biological relationships between Botocudos from central Brazil and the man of the sambaquis. Thus, the coast occupation is connected to the ancient inland settlement, attributing a "paleo-American" origin to the "man of the sambaquis". Years later Ihering (1904) suggests the existence of two types of people associated with the south and southeast sambaquis, with one associated to the Botocudo type and the other related to the type known then as Tupi, but not exactly the same as the latter.

Imbelloni (1936), (see SAUER, 1944; WILLEY, 1966), proposes racial unity to the shell mounds sites in South America, with their living descendants of the Botocudo type in the interior of Brazil, uniting them under the fuegoid type and laquid type. Years later, from the point of view of a cultural adaptation to the coastal environment, Emperaire; Laming (1958) suggest that the shell mounds sites would constitute a "fringe" of settlement along the entire coast of the South American Continent. In southern Brazil, Mello-Alvim (1978) reinforced this hypothesis advocating biological proximity between the occupants of the sambaquis and the shell mounds of Patagonia, Argentina and southern Chile. Since the decades of 1980-1990 Rivera; Rothhammer (1990) propose a close relationship between the southern coast of Brazil and northern Chile shell mounds builders when comparing the former occupants of the *Camarones 14* to the fisher-gatherers of the Morro 1 de Cabeçada.

Two decades later Neves (1988) criticizes the alleged biological uniformity suggested to the shell mounds sites along the Brazilian coast and highlights the need for proper segregation between sambaquis specifically, pre-ceramic shell mounds settlements and ceramic shell mounds settlements. It demonstrates the biological diversity associated with the formation of these different types of sites, but stands in favor of the genetic homogeneity among the builders of sambaquis, noting a movement in population from north to south along the coast, with the introduction of different genetic material in three stages: 1) hunter-gatherer occupation in the central coast of Santa Catarina, 2) ceramist occupation in Itararé in northern Santa Catarina, and 3) Tupiguarani occupation in the same region.

However, it is only in Neves; Okumura (2005) that the hypothesis of an inland origin to sambaquis groups is assumed, settling it in the Ribeira River valley, south of São Paulo. Based on skeletal analysis they show a biological link between the sets from the fluvial sambaquis, the series from south-central coast of São Paulo as well as from the Paraná coast, placing the key to the origin of fluvial sambaquis in the Moraes site⁶.

Okumura (2008) undertook extensive research of cranial morphology in samples from coastal and inland populations in South and Southeast regions of Brazil. When comparing the populations of the interior to the populations of the coast, the results suggested the independent development of both areas. We

⁶ It is noteworthy that Neves (1988) detected the existence of a "pocket" of genetic material between northern Santa Catarina and northern Paraná and Neves; Okumura (2005) relate the fluvial sambaquis to the sambaquis in south-central São Paulo and Paraná, it expresses the suggestion that the Ribeira Valley represents the original location of the dispersion of sambaquis, at least in the Middle Holocene. It should be noted, however, the existence of higher dates than the sixth millennium in the coast, but the respective chronological regional contexts restrict them.

highlight here the presence of samples from two inland sites: Cerrito Dalpiaz, settlement that defined the Umbu Tradition with chronology between 5950 ± 190 BP and 4280 ± 180 BP and Capelinha 1 with burial dates in 8860 ± 60 BP. Masi (2001, p. 113) in a study focused on the central region of Santa Catarina had already shown in detail, through analysis of collagen in individuals from the coast, a clear distinction between the dietary patterns of gatherer coastal fishermen and inland hunter-gatherers, "... who did not migrate to the coast as it was traditionally thought". And Filippini; Eggers (2005-2006) quoted the biological distance between shell mound coastal builders and the shell mound inland builders from sites of São Paulo State.

SOCIOCULTURAL IMPLICATIONS

What is discussed here under the title sociocultural implications refers to attempts to clarify the origins of the sambaquis starting exclusively from the material culture contained in sites, the settlement patterns and use of space, the stratigraphic composition and regional established chronologies.

In a letter addressed to Wiener (1876), Netto (1976, p. 2) is the first to formulate the hypothesis that sambaquis groups builders have originated from the inland populations of the continent. "[...] It seems to have been these deposits accumulated during the winter of each year by the tribes of the interior [...] ". Years later, Netto (1885) located the origin of the sambaquis in the valley of the Rio Paraná, Paraguay, from where migratory waves would have migrated to the valleys of the Amazon and Prata, making a semicircle in eastern South America, reaching the coast. Despite the imaginary nature, the hypothesis predicts the involvement of various indigenous cultures in the construction of the sambaquis (Aymara, Quechua, and other originating from Goiás and Mato Grosso).

Hartt (1885) suggests a Peruvian origin for the Marajó coastal occupations and coast of Salgado and Ihering (1904) linked the Amazon sambaquis to the "developed cultures of the Andes" located between northern Argentina and Mexico. Likewise, he excludes Sambaqui of Porto Santo described by Rathbun (1878) in Itaparica, Bahia, and other sites of the Northeast from the "sambaquiiana province", located strictly between São Paulo and Rio Grande do Sul.

Serrano (1937)⁷ emphasizes the cultural differences at the regional level, in proposing the division of the Brazilian coast in two cultural *facies*: southern marked by the presence of zoolithes and northern where zoolithes were nonexistent. In the following decade, he explains the issue and extends the classification grouping the Brazilian sites in four categories: 1 - archaic, formed by *Azara prisca*, the oldest, circumscribed to São Paulo and originating from the "culture of Lagoa Santa," 2 - southern, including the sites of Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná and south of São Paulo, containing zoólitos from Guayaná and subsequently occupied and/or acculturated by the Guarani, 3 - middle stage, limited to the states of Rio de

⁷ Actually, the hypothesis of Serrano (1937, 1946) owe much to the ideas of Ihering (1895, 1904).

Janeiro and Espírito Santo, and 4 - amazon (Serrano, 1946). Except for the Amazon, he considers all sambaquis in southern Brazil belonging to *laguid e fueguid* racial types, according to the classification by Imbelloni (1936), connecting them, thus, to *conchales* from Tierra del Fuego and the southern archipelago of Chile.

Between the publications of Serrano (1937, 1946), Leonardos (1938) performs a synthesis that covers the entire coast of the country and incorporates all the shell mounds sites from the Amazon coast to Rio Grande do Sul, in the sambaquis category.

In the years before the establishment of the National Archaeological Research Program (PRONAPA)⁸, the studies have been intensified in the South and Southeast, highlighting the work of Bigarella (1950-1951); Emperaire, Laming (1956), Hurt, Blasi (1960), Tiburtius, Bigarella (1960), Rohr (1962), Rauth (1962), Salles-Cunha (1963), to name just a few examples, all sites being brought together under the term sambaqui. In the North, Hilbert (1959) excavated the Sambaqui of Ponta do Jauarí and in the Northeast Calderón (1964) excavated the Sambaqui da Pedra Oca, demonstrating the wide and free usage of the term.

With the arrival of the National Program for Archaeological Research (PRONAPA) and the diversification of sites dated by C¹⁴, it became possible to suggest the original region of the sambaquis on the Brazilian coast. With the incorporation of Rauth to the Program, the research about the sambaquis continued, keeping methodologically marginal in view of the existence of an already structured research orientation, and the sites of Bahia and other states of South and Southeast remained united under the same category.

Since then the archaeological culture of the sambaquis itself has been present in the national syntheses as a phenomenon confined to the south and southeast, following an established tradition of research in the 1950s (EMPERAIRE and LAMING, 1956; SCHMITZ, 1984, 1998; NEVES, 1988; PROUS, 1992; LIMA, 1999-2000; MASI, 2001; TENÓRIO, 2003, 2004; OKUMURA, 2008; WAGNER *et al.*, 2011). Only Simões (1981), Roosevelt (1991), Perota and Botelho (1993) insisted on researching sites in northern Brazil⁹, and the presence of ceramic associated to remote chronologies led to the distinction between the north and south sites of the country, and the boundary was set in the *Todos os Santos* bay, Bahia State.

Uchôa (2007 [1973], p. 21) stated that it was impossible at that stage of the research, to specify the moment of arrival of the sambaquis builders on the coast, however, "[...] About 6.000 years ago, these people began to move across the Atlantic coast [...]". A group of researchers recently considered that there is a cultural unity implied to all coastal sites, whether it is regarding the variability of their size, composition of the layers, archaeological structures, material culture or functionality of the site (DEBLASIS *et al.*, 1998;

⁸ Research program of national character funded by the Brazilian National Research Council (CNPq) and the Smithsonian Institution with the participation of 12 Brazilian archaeologists under the general coordination of Betty Meggers and Clifford Evans.

⁹ Researches in North and Northeast regions of the Country are developed in the current work of Silva-Santana (2000), Martinelli (2007) and Bandeira (2006).

GASPAR *et al.*, 2008). Gaspar (1991, 1996) already argued for the existence of a sociocultural pan-Brazilian unity: "[...] It regards the vestige of a sociocultural system whose remarkable feature is to associate, in the same space, the location for living¹⁰, burying the dead and disposing of assets and food leftovers." (GASPAR, 1996, p. 82).

Lima (1991, 1999-2000) suggests that the origin of the sambaquis would be related to different archaeological cultures or to different socio-cultural systems from the countryside, asserting that "[...] these piles must be analyzed from the perspective of diversity [...]" (Lima, 1999-2000, p. 314). In that same study she presents a comprehensive chronological framework and clearly limits the archaeological culture of the sambaquis to the south and southeast regions.

It is noteworthy that Tenório (2003, 2004) has a conciliatory proposal between the hypotheses proposed by Lima (1991, 1999-2000) and Gaspar (1991, 1996). Tenório (2004) argues that an ancient culture of fisher-gatherer already adapted to coastal zone already existed alongshore maybe since the beginning of Holocene. So she suggests that a variety of archaeological cultures, probably originating from the Continent inland, would be associated with the construction of the sites and that the absence of the typically inland evidence in the sambaquis would be the result of the rapid incorporation of new migrants to a pre-existing culture on the coast.

DISCUSSION AND FINAL REMARKS

Combining the hypotheses suggested for the settlement of fisher-gatherers in Brazilian sambaquis in the last two centuries, there are, somewhat surprisingly, only two trends, although each one has its own implications and internal developments: 1) the populations who built the sambaquis came from the interior of the continent, or 2) they originated from the coast.

The first hypothesis appears as hegemonic in the archeology of sambaquis since the nineteenth century. However, it requires the resolution of a pending issue. Is there a specific spot in the interior of Brazil from where the people who originated the coastal sambaquis would have migrated, or the development of archaeological culture of the sambaquis would have occurred in parallel through different axes inland-coast? The second hypothesis involves the consideration of the origin of the coastal culture. Would it be indigenous or a result of expansion of a coastal culture by the Atlantic route?

Based on the expressive available literature and the synthesis already systematized in Serrano (1946), Emperaire and Laming (1956), Schmitz (1984, 1998), Neves (1988), Prous (1992), DeBlasis *et al.* (1998), Lima (1999-2000), Tenório (2003), Gaspar *et al.* (2008) and Wagner *et al.* (2011), it seems

¹⁰ It should be noted, however, that Gaspar *et al.* (2008, p. 320) redirected part of this particular issue, stating "[...] It is clear that the sambaquis do not represent ordinary occupations, but instead, they are specialized elements of systems of settlements of which very little is known about other types of sites.[...]"

indisputable that there are regional specificities in both the material culture associated to sambaquis and in the biology of human populations buried in them.

Schmitz (1984) situates the first region of dispersion of this archaeological culture between the northern Paraná and southern São Paulo which would have originated from the hunter-gatherers inland (Humaitá Tradition). Neves (1988) points out the valleys of the Ribeira River, São Paulo, and Itajaí, Santa Catarina, as probable original access routes to the coast. Lima (1999-2000) reiterates the proposal and adds Jacuí valley of Rio Grande do Sul. Tenório (2004) suggests three ways: 1) the north of Rio de Janeiro, 2) São Paulo, and 3) the south, coming from Uruguay. Simões (1981) incorporates the ceramic sambaquis of the North and Northeast (Tradition Mina) to the Caribbean ceramic complex. In Rio Grande do Sul, Miller (1969, p. 102) stated that the lithic industries of the sambaquis "fit almost entirely in the collection of Cerrito Dalpiaz, however, the collection of the latter, much more complex, fits only partially in the first [...]".

It seems likely, at the current stage of research, to assume the cultural diversity associated with the construction of coastal sambaquis. The most likely is that the origins have occurred in parallel through various axes inland-coast. It is noteworthy that the practice of intensive exploitation and accumulation of mollusks began in the highlands of the countryside¹¹, as shown by the occupation of Capelinha 1 dated of 9250 ± 50 BP. (FIGUTI *et al.*, 2004).

After settling on the south and southeastern coast of Brazil, the sambaquis builders probably established a series of interactions with one another, along the coast, giving relative uniformity to the material culture identified in the sites. Furthermore, they continued to receive cultural influences and genetic material from both hunter-gatherer populations and the ceramists populations of the countryside. It is perfectly possible to have even been influenced by different groups in the Prata region and in the Amazonian coastline. It should be noted that the shellmounds of North and Northeast regions of the Country correspond to other archaeological culture and should be considered apart from the settlement of the sambaquis of southern shores of Brazil.

Despite several attempts to resolve the issues highlighted above, there is not, at the current stage of research, a consensus to define a more probable link for the archaeological culture of sambaquis. There seems to be in some respects, overlapping marks of occupations in the "fringe" of coastal settlements, such as the Itaipu Tradition, in Rio de Janeiro, with inland origins, the central portion of Santa Catarina (cf. already mentioned in NEVES, 1988) and part of the coast of Rio Grande do Sul. However, the elucidation of these questions depends on an intense research effort and many excavations need to be made so that we can understand its implications in the origin of sambaquis in southern Brazil.

¹¹ This hypothesis was already supported by Hurt (1983-1984) and Lynch (1998).

REFERENCES

- BANDEIRA, A. O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do litoral equatorial amazônico do Brasil. *Fundamentos*. São Raimundo Nonato, 7, p. 431-468, 2006.
- BIGARELLA, J. Contribuição ao Estudo dos Sambaquis no Estado do Paraná I, Regiões Adjacentes às Baías de Paranaguá e Antonina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, 5-6, p. 231-292, 1950-1951.
- CALDERÓN, V. *O Sambaqui da Pedra Oca*. Salvador: Universidade da Bahia, 1964.
- CALIXTO, B. Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaém e de Santos. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, 6, p. 490-518, 1904.
- CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1939[1584].
- COSTA, A. *Introdução à Arqueologia Brasileira: Etnografia e História*. São Paulo: Nacional, 1934.
- DEBLASIS, P.; FISH, P.; GASPAS, M.; FISH, S. Some References for the Discussion of Complexity Among the Sambaqui Moundbuilders from the Southern Shores of Brazil. *Revista de Arqueologia Americana*. México, D.F. 15, p. 75-106, 1998.
- EMPERAIRE, J.; LAMING, A. Les sambaquis de la côte méridionale du Brésil (campagnes de fouilles 1954-1956). *Journal de la Société des Américanistes*, nouvelle série. Paris. 45, p. 5-123, 1956.
- EMPERAIRE, J.; LAMING, A. Sambaquis Brésiliens et Amas de Coquilles Fuégiens. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. México. 2, p. 165-178, 1958.
- FIGUTI, L. *Investigações arqueológicas e geofísicas dos sambaquis fluviais do vale do rio Ribeira de Iguape*: Relatório de pesquisa. São Paulo: Estado de São Paulo/ FAPESP-1999/12684-2, 2004.
- FILIPPINI, J.; EGGERS, S. Distância Biológica entre Sambaquieiros Fluviais (Moraes-Vale do Ribeira-SP) e Construtores de Sítios Litorâneos (Piaçaguera e Tenório-SP e Jabuticabeira II-SC). *Revista do MAE*. São Paulo, 15-16, p. 165-180, 2005-2006.
- GASPAR, M. *Aspectos da Organização Social de um Grupo de Pescadores, Coletores e Caçadores: Região Compreendida entre a Ilha Grande e o Delta do Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro*. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 1991.
- GASPAR, M. Análise das Datações Radiocarbônicas dos sítios de Pescadores, Coletores e Caçadores. *Boletim do MPEG*. Belém. 8, p. 81-91, 1996.
- GASPAR, M.; DEBLASIS, P.; FISH, S.; FISH, P. (2008). Sambaqui (Shell Mound) Societies of Coastal Brazil. In SILVERMAN, H.; ISBELL, W. eds. *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, 2008, p. 319-338.
- HARTT, C. Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 6, p. 1-174, 1885.

- HILBERT, P. *Achados Arqueológicos num Sambaqui do Baixo Amazonas*. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 10, p. 1-22, 1959.
- HURT, W; BLASI, O. *O sambaqui do Macedo A.52 B., Paraná, Brasil*. Curitiba: Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná, 1960.
- HURT, W. Adaptações Marítimas no Brasil. *Arquivo do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, 7-9, p. 61-2, 1983-1984.
- IHERING, H. A Civilização Prehistorica do Brazil Meridional. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, 1, p. 33-159, 1895.
- IHERING, H. Arqueologia comparativa do Brasil. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, 6, p. 519-583, 1904.
- KOSERITZ, C. *Bosquejos Ethnológicos*. Porto Alegre: Typographia Gundlach & Companhia, 1884.
- KRONE, R. Informações Ethnographicas do Valle do Rio Ribeira de Iguape. In: BOTELHO, C. *Comissão Geográfica e Geológica, Exploração do Rio Ribeira de Iguape*. São Paulo: Rothschild & Company, 1914, p. 23-34.
- LACERDA, J.; PEIXOTO, J. Contribuição para o Estudo Anthropologico das Raças Indigenas do Brazil. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1, p. 47-75, 1976.
- LACERDA, J. O Homem dos Sambaquis, Contribuição para a Antropologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 6, p 175-203, 1885.
- LEONARDOS, O. 1938. *Concheiros Naturais e Sambaquis*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1938.
- LIMA, T. *Dos Mariscos aos Peixes: um Estudo Zooarqueológico de Mudança de Subsistência na Pré-História do Rio de Janeiro*. (Tese de doutorado). São Paulo: MAE/ USP, 1991.
- LIMA, T. Em Busca dos Frutos do Mar: Os Pescadores-Coletores do Litoral Centro-Sul do Brasil. *Revista USP*. São Paulo, 44, p. 270-327, 1999-2000.
- LYNCH, T. The Paleoindian and Archaic Stages in South America: Zones of Continuity and Segregation. In: PLEW, M. *Explorations in American Archaeology: Essays in honor of Wesley Hurt*. Lanham, New York, Oxford: University Press of America, 1998, p. 89-100.
- MADRE DEUS, G. *Memórias para a Historia da Capitania de S. Vicente hoje Chamada de São Paulo e Noticias dos Annos em que se Descobrio o Brazil*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 240p, (1920[1797]).
- MARTINELLI, S. *Processo de Formação do Sambaqui Ilha das Ostras no Litoral Norte do Estado da Bahia*. (Tese de doutorado). Salvador, UFBA, 2007.
- MASI, M. Pescadores Coletores da Costa Sul do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo, 57, p. 1-136, 2001.
- MATTOS, A. *A raça de Lagôa Santa: velhos e novos estudos sobre o homem fóssil americano*. São Paulo: Nacional, 1941.

- MELLO-ALVIM, M. Caracterização da Morfologia Craniana das Populações Pré-históricas do Litoral Meridional Brasileiro (Paraná e Santa Catarina). *Arquivos de Anatomia e Antropologia*. Rio de Janeiro, 3, p. 292-318, 1978.
- MILLER, E. Resultados Preliminares das Escavações no Sítio Pré-Cerâmico RS-LN-1: Cerrito Dalpiaz (abrigo-sob-rocha). *Iheringia*, Porto Alegre, 1, p. 3-42, 1969.
- NETTO, L. Investigações Sobre a Archeologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 6, p. 257-554, 1885.
- NEVES, W. 1988. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo, 43, p. 1-176, 1988.
- NEVES, W. OKUMURA, M. Afinidades Biológicas de Grupos Pré-Históricos do Vale do Rio Ribeira de Iguape (SP): uma Análise Preliminar. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 48, p. 525-558, 2005.
- OKUMURA, M. Diversidade Biológica Craniana, Micro-Evolução e Ocupação Pré-Histórica da Costa Brasileira. *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo, 66, p. 1-306, 2008.
- PEROTA, C.; BOTELHO, W. Os Sambaquis do Guará e as Variações Climáticas no Holoceno. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: USP, 7, 49-59, 1994.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.
- RATH, C. *Fragmentos Geologicos e Geographicos* Etc. Typographi Imparcial: São Paulo, 1856.
- RAUTH, J. *O Sambaqui de Saquarema. S.10.B, Paraná, Brasil*. Curitiba: Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, 1962.
- RATHBUN, R. Observações Sôbre a Geologia; Aspecto da Ilha de Itaparica, Bahía de Todos os Santos. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 3, p. 159-183, 1878.
- RIVERA, M.; ROTHHAMMER, F. Relaciones interetnicas entre pueblos de la floresta tropical y areas deserticas del norte de Chile, ca. 5000 A.C.: la tradicion chinchorro. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 17, 20, p. 437-456, 1990.
- ROHR, A. 1962. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina I e sambaquis do litoral sul-catarinense IV. *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo, 14, p. 1-48, 1962.
- ROOSEVELT, A.; HOUSLEY, R.; IMAZIO-SILVEIRA, M.; MARANCA, S; JOHNSON, R. Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon. *Science*. 254, 13, p. 1621-1624, 1991.
- SALLES-CUNHA, E. *História da odontologia no Brasil (1500-1900) Sambaquis – Lagoa Santa – Tupis (aspectos de patologia alvéolo-dentária)*. Rio de Janeiro: Científica, 1963.
- SAUER, C. *A Geographic Sketch of Early Man in America*. New York: Geographical Review. 34, 4, 529-573, 1944.
- SCHMITZ, P. *Caçadores e Coletores da Pré-História do Brasil*. São Leopoldo: UNISINOS, 56p, 1984.

- SCHMITZ, P. Peopling of the Seashore of Southern Brazil. In: PLEW, M. *Explorations in American Archaeology: Essays in honor of Wesley Hurt*. Lanham, New York, Oxford: University Press of America, 1998, p. 193-220.
- SERRANO, A. Subsídios para a Arqueologia do Brasil Meridional. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, 36, 2, p. 5-42, 1937.
- SERRANO, A. The Sambaquis of the Brazilian Coast. In: STEWARD, J. *Handbook of South American Indians*. Washington: United States Government Printing Office, 1946, p. 401-408.
- SILVA-SANTANA, C. *Herança geológica como ferramenta para a prospecção de sambaquis no litoral norte do Estado da Bahia: o exemplo do sambaqui da Ilha das Ostras*. (Dissertação de mestrado). Salvador, UFBA, 2000.
- SIMÕES M. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). *Boletim do MPEG*. Belém, 78, 1-26, 1981.
- SOUZA, A. História da Arqueologia Brasileira. *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo, 46, 1-157, 1991.
- TENÓRIO, M. *O lugar dos aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação, e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3.500 anos antes do presente*. (Tese de doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2003.
- TENÓRIO, M. Identidade Cultural e Origem dos Sambaquis. *Revista do MAE*. São Paulo, 14, p. 169-178, 2004.
- TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, J. Objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina e Paraná. *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo, 7, p. 1-51, 1960.
- UCHÔA, D. *Arqueologia de Piaçaguiera e Tenório, Análise dos Tipos Líticos de Sítios Pré-Cerâmicos do Litoral Paulista*. Erechim: Hábilis, 2007[1973].
- WAGNER, G. *Sambaquis da Barreira da Itapeva, uma Perspectiva Geoarqueológica*. (Tese de doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2009.
- WIENER, K. Estudos Sobre Sambaquis do Sul do Brazil. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro. 1, p. 1-25, 1876.
- WILLEY, G. (1966). *Introduction to American Archaeology*. Vol. I. 6.

Recebido em: 04/01/2014
Aprovado em: 12/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

A ILHA DE ITAMARACÁ E A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA NO PERÍODO COLONIAL (SÉCULOS XVI E XVII): CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO, BRASIL.

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Josué Lopes dos Santos

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



A ILHA DE ITAMARACÁ E A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA NO PERÍODO COLONIAL (SÉCULOS XVI E XVII): CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO, BRASIL

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira¹

Josué Lopes dos Santos²

Resumo: O nosso trabalho tem como objetivo realizar um panorama sobre a situação da Ilha de Itamaracá, no litoral norte pernambucano, em relação aos seus principais pontos fortificados durante o período colonial. Neste sentido, buscamos elaborar um levantamento bibliográfico e documental sobre os aspectos referentes à militarização espacial do território da ilha, analisando, para isto, os dois principais redutos do local: o forte Orange e o fortim da Catuama.

Palavras chaves: Ilha de Itamaracá; Redutos fortificados; Arqueologia histórica.

Abstract: Our work aims to conduct an overview on the situation of Itamaracá, on the northern coast of Pernambuco, in relation to its main strong points during the colonial period. In this sense, we seek to develop a bibliographic and documentary about aspects related to space militarization of the island, looking for it, the two main strongholds of the place: Fort Orange and blockhouse of Catuama.

Keywords: Itamaracá; Fortified strongholds; Historical Archaeology.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de trabalho de pesquisa do projeto “Patrimônio Arqueológico do Litoral de Pernambuco” que tem como objetivo analisar os aspectos funcionais relativos à organização portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII. Neste local existiram dois portos em atividade, um em cada entrada do Canal de Santa Cruz, rio que separa a ilha do continente. Na barra sul existia o porto da Barra de Itamaracá, e na porção norte o Porto da Catuama, este primeiro seria o principal porto da região. O artigo versa sobre a Capitania de Itamaracá num contexto mais amplo, apresentando os subsídios para a considerável atividade portuária na região, buscando-se entender diretamente a dinâmica de navegação e navegabilidade da ilha, listando e analisando os principais portos em Itamaracá e as conexões que estes mantinham com outras partes do reino, indicando suas funcionalidades. Buscamos realizar um apanhado sobre a defesa e militarização da Ilha de Itamaracá em função de seus portos, já que cada entrada da barra era guarnecida por posições fortificadas. Entre nossas principais fontes estão os relatos de cronistas e viajantes que se dedicaram a descrever o local e as iconografias produzidas sobre a região durante este período, além da documentação referente a administração local, depositadas no AHU (Arquivo histórico Ultramarino) e principalmente no APEJE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano) em Pernambuco.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

² Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Brasil.

MOTIVOS PARA A DEFESA DO LITORAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

As principais vilas e cidades portuguesas em que estavam alicerçados os maiores expoentes da materialização do poder local, via de regra, estavam situadas na zona costeira, principalmente, nos primeiros séculos da colonização. Por isso, defender o litoral era fator de importância vital dentro do contexto colonial. A construção física do ambiente citadino na ótica urbanística portuguesa adotava a prerrogativa de fundar seus principais sítios ao alcance do mar, ou próximo a ele (TEIXEIRA, 2000, p. 5). O principal fator que concorria para este padrão era a necessidade quase indispensável do porto, já que ele exercia grande influência sobre a dinâmica social da cidade, no sentido de dinamizar a atividade comercial e administrativa local.

Diante do exposto, fica nítido o interesse em defender o litoral, no caso a costa da América portuguesa, da ameaça estrangeira, e isto se fez, principalmente, pela construção de fortificações e fundação de vilas em pontos prioritários. Resguardar o território da ameaça de vassalos de outras Coroas europeias obrigou os administradores locais à elaboração de um sistema de defesa que deveria ser o mais eficiente e eficaz possível, e controlado pela Coroa portuguesa, pois, “diante da possibilidade de danos externos, a cautela tornou-se uma regra que regeu a governança durante todo o período colonial” (MIRANDA, 2006, p. 35).

Visando atender a esta demanda, ainda nos primeiros anos da colonização, a construção de fortes ou redutos fortificados se tornou quase indispensável na colônia. Já no início do século XVI, a autoridade portuguesa não se fazia de forma eficaz, no sentido de controlar e vigiar o vasto território ainda com fronteiras fluidas e pouco delimitadas. Diante desta situação, era constante a atuação estrangeira no território que oficialmente pertencia a Portugal (ABREU, 1988). Especialmente franceses, holandeses e ingleses frequentavam e exploravam a costa, buscando áreas longe das vistas da Coroa para se estabelecer. No início do século XVI, por exemplo, os franceses se instalaram e construíram uma fortificação no território da Ilha de Itamaracá, visando controlar o comércio na região e confrontar a Feitoria de Cristovão Jacques na outra margem do rio, esta que era importante para recolhimento e comercialização de produtos oriundos dos arredores do local (GUERRA, 1996).

As iniciativas de defesa e militarização da sociedade colonial não é uma exclusividade de Portugal. Todas as Coroas que controlavam terras no além-mar deveriam se articular em torno de um sistema de defesa eficaz (ALBUQUERQUE, 1999).

Ao longo de toda a costa da África e pontos da Índia, por exemplo, onde era mais intenso o trato com as especiarias e escravos a partir de portos mais acessíveis, os portugueses construíram, eventualmente de acordo com a demanda, feitorias e fortalezas desde o século XV para garantir a defesa do local. Já que

dentro de um contexto integrado entre as diversas partes do reino, “os direitos de Portugal sobre as terras do Brasil e o seu Império ultramarino, em última instância, estavam condicionados pela ocupação efetiva das regiões e a sua capacidade de, ao longo dos tempos, manter essa ocupação.” (COSENTINO, 2012, p. 10).

Principalmente no século XVI, manter esta ocupação falada por Cosentino é que era o maior desafio, pois, as fronteiras territoriais eram fluídas e pouco definidas, e a materialização da presença portuguesa não estava presente nas imensas proporções territoriais do Novo Mundo (COSENTINO, 2012). Então, franceses, constantemente, tratavam de produtos da terra com os indígenas e, por muitas vezes, chegaram a se fixar em áreas de atuação mais organizadas como fortins ou controlar zonas portuárias (CAVALCANTE, 2009). As investidas holandesas se intensificaram a partir do início do século XVII, por isso estes obtiveram maior êxito do que os franceses, chegando a controlar os principais centros e portos da época na América portuguesa por vários anos deste século (MELLO, 2001).

No contexto das terras do Brasil, Charles Boxer argumenta que foi justamente esta situação de tensão constante, relacionada à atuação cada vez maior de estrangeiros na costa brasileira, que impulsionou Portugal a, gradativamente, tomar medidas visando à efetiva colonização do imenso território e, conseqüentemente a sua militarização:

A ameaça crescente da possível fixação dos franceses nessa parte da América do Sul, que fora designada à Coroa portuguesa pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, acabou induzindo Dom João III a sistematicamente colonização do Brasil (BOXER, 2002, p. 10).

Em 1627, Frei Vicente do Salvador já alertava para a questão da frágil legitimidade lusitana sobre as novas terras e os conflitos oriundos da exploração daquelas conquistas. Ao refletir sobre o século XVI e as questões relacionadas aos direitos adquiridos para a ocupação e colonização do Brasil, o Frei argumenta que, “Grandes dúvidas e diferenças se começavam a mover sobre as conquistas das terras do Novo Mundo, e houveram de crescer cada dia mais” (SALVADOR, 2009, p. 37).

Gabriel Soares de Sousa, ao realizar o seu tratado descritivo do Brasil em 1587, apela a Coroa apontando os problemas que a falta de uma organização militar mais elaborada poderia acarretar para as terras do Brasil. Segundo Gabriel Soares, após opinar sobre a situação das finanças no reino:

[...] com o que pode mandar fortificar e prover do necessário à sua defesa, o qual está hoje em tamanho perigo, que se nisso caírem os corsários, com mui pequena armada se senhorearão desta província, por razão de não estarem as povoações dela fortificadas, nem terem ordem com que possam resistir a qualquer afronta que se oferecer, do que vivem os moradores dela tão atemorizados que estão sempre com o fato entrouxado para se recolherem para o mato, como fazem com a vista de qualquer nau grande, temendo-se serem corsários, a cuja afronta Sua Majestade deve mandar acudir com muita brevidade,

pois há perigo na tardança, o que não convém que haja, porque se os estrangeiros se apoderarem desta terra custará muito lançá-los fora dela pelo grande aparelho que têm para nela se fortificarem, com o que se inquietará toda Espanha e custará a vida de muitos capitães e soldados (SOUSA, 2010, p. 34).

Importante observar o realce que Gabriel Soares aplica ao falar sobre a necessidade de organizar um sistema de defesa mais elaborado nestas terras que ele afirma estarem esquecidas, quando chamou a atenção ao fato de que, sendo o Brasil atacado por uma esquadra inimiga, por menor que ela seja as forças locais poderiam sucumbir com facilidade, já que a terra não estava fortificada de maneira satisfatória, segundo o cronista.

A insipiente estrutura de defesa local amedrontava os moradores, que com poucas condições de se organizarem de forma mais eficiente para defender o espaço, muitas vezes preferiam esconder-se diante de alguma ameaça ou perigo.

Por fim, Gabriel Soares reforça os problemas oriundos de uma possível invasão estrangeira as terras do Brasil, já que o mínimo de organização física que estes conseguissem instalar no espaço, seria um grande problema para que estes sejam expulsos, devido as circunstâncias militares em que estava inserido espaço de maneira geral naquelas circunstâncias. Vale salientar que o no contexto de produção do documento citado, estava em vigor a União Ibérica, e desta maneira, Gabriel Soares deveria prestar contas ao Rei da Espanha.

Efetivamente, a organização física e espacial do Brasil em relação à defesa do território está ligada ao projeto de colonização aplicado esse espaço. Desde o século XVI, foi sendo incutindo na sociedade que se desenvolvia um projeto de ação militar esboçado pela Coroa. Ou seja, ao mesmo tempo em que fortificações, redutos e vilas foram sendo erguidos nos mais diversos pontos das novas terras pertencentes a Portugal, os próprios colonos deveriam se armar. Kalina Silva argumenta, em relação a este fator que, principalmente nos dois primeiros séculos da colonização, não existia uma divisão entre o poder civil e o poder militar.

Acerca do projeto de colonização implementado na América portuguesa, essa autora completa afirmando que “o projeto defensivo planejado para as capitanias é obrigar por lei que cada colono do Novo Mundo tenha armas, e que se ponha sob o comando do donatário para usá-las” (SILVA, 1999, p.59).

Como já foi sinalizado neste trabalho, existia um discurso jurídico que legitimava Portugal como soberano na exploração das novas terras conquistadas. Porém esta autoridade era constantemente ameaçada através da atuação de estrangeiros nestas conquistas. Então a principal medida adotada pela Coroa foi, justamente, organizar a colonização do Brasil através da militarização da população e do espaço como fator de importância capital (DONIN, 2012). Para além da sociedade militarizada, o espaço deveria estar inserido dentro de uma lógica de defesa de uma forma mais eficaz possível. Essa ideia se deu através

da distribuição de fortes, paliçadas, redutos, feitorias em pontos prioritários. Tal assunto será o objetivo central da análise deste capítulo, analisando numa micro escala a defesa dos portos da Ilha de Itamaracá, para gotejar o macro, em relação à defesa do litoral da América portuguesa como um todo.

Estas medidas de militarização social e do espaço físico estão inseridas, principalmente, dentro do contexto de manter e resguardar os entrepostos marítimos, onde o fluxo comercial era intenso e a necessidade de defesa era mais acentuada. Este fator de manter os espaços de poder comercial no além-mar se sobressaía a manutenção do espaço físico das conquistas, ou seja, dentro desta lógica, seria mais importante manter um centro comercial em potencial, como o Recife, do que destinar recursos para manutenção e colonização de terras inóspitas e longínquas sem atrativos financeiros a curto prazo, principalmente nos primeiros séculos da conquista (DONIN, 2012).

Neste sentido, pode-se dizer que “nas vastas causas da expansão e consolidação do Império português, o predomínio do monopólio das rotas marítimas despontava como fator relevante” (DONIN, 2012, p. 39). Este fator já fora sinalizado por Charles Boxer no seu *Império marítimo português*, porém, ressalta o autor, que justamente a falência do projeto português em defender e manter suas rotas marítimas é que foi o responsável pelo declínio da influência portuguesa nos mares. Ronald Raminelli, ao analisar a construção das redes de conexão marítimas entre as diversas partes do reino, lembra que “O domínio espacial era menos relevante, quando comparado à circulação comercial e ao controle marítimo” (RAMINELLI, 2008, p.16).

Tal fator se intensificou a partir de fins do século XVII, quando, progressivamente, outras potências da época começaram a ganhar espaços e controlar rotas marítimas antes dominadas por Portugal, como a Inglaterra (BOXER, 2002). Bruno Romero Miranda resume bem estas questões ao afirmar que “do mar vinha o perigo, ele era o caminho que ligava a colônia a metrópole, mas também era rota que permitia que inimigos de Portugal buscassem as riquezas da terra” (MIRANDA, 2006, p. 34). Justamente o progressivo declínio português em controlar os mares que o enfraqueceu ante a seus inimigos.

As áreas de importância econômica e administrativa, tais como centros urbanos, reservas de produtos para comercialização e zonas portuárias, mereciam especial atenção em relação às estratégias de militarização, já que constituíam fatores essenciais para manter-se uma ordem econômica e social (TEIXEIRA, 2000). Sendo assim, estas regiões deveriam estar inseridas em um eficaz sistema de defesa, que é padrão é intrínseco a qualquer potência que detinha territórios coloniais.

No contexto português, as estratégias de defesa física e espacial do território versavam, na maioria das vezes, na construção de fortificações, redutos e muralhas principalmente. Muitas vezes, as unidades anteriormente mencionadas estão localizadas em áreas estratégicas, com isso, aproveitavam a topografia e geografia do local para potencializar sua atuação ofensiva e defensiva (TEIXEIRA, 2000).

No livro *Fortes de Pernambuco*, os autores realizam uma detalhada relação dos principais pontos que serviram como redutos fortificados durante a história de Pernambuco, cujos dados são da última edição do livro que data de 1999. A publicação vinculada ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco relaciona 75 pontos fortificados no atual espaço do estado. Não restam evidências físicas de alguns deles, já outros carecem de medidas governamentais mais eficientes visando sua salvaguarda, mas o importante neste contexto é visualizar a importância do litoral pernambucano no âmbito colonial. Estes pontos fortificados são de origens diversas, porém sua grande maioria é português e remetem à colônia (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999).

Usando como exemplo a área portuária do Recife e tomando como base o trabalho de Bruno Romero Miranda, teríamos no istmo defendendo a barra e o porto do local uma imensa quantidade de pontos fortificados. Miranda relaciona que, no ano de 1617, a zona portuária do maior entreposto comercial de Pernambuco estava resguardada por pelo menos onze redutos e fortes, entre eles estariam o forte do Brum, forte de São Jorge e forte das Três Pontas (MIRANDA, 2006, p. 56).

Exposta a necessidade e a intenção em defender o litoral, iniciaremos a análise da organização da defesa das áreas portuárias da Ilha de Itamaracá nos primeiros séculos da colonização a partir, principalmente, das iconografias e descrições de cronistas da época.

AS UNIDADES DE DEFESA DA ILHA DE ITAMARACÁ

A estruturação da defesa de ilhas requer uma lógica específica. Nesses locais, o sistema de fortificações era pensado a partir da localização do centro administrativo e dos portos, visando guarnecê-los. Sendo a ilha próxima ao continente, as entradas das barras deveriam ser controladas, para impedir avanços inimigos. Neste contexto, podemos inferir que a cidade e o porto estão intimamente ligados, já que um complementa o outro dentro de um sistema integrado de cooperação e influência comercial, administrativa e até mesmo ideológica. Genericamente, a associação das unidades *vila*, *porto* e *forte* representam a lógica de ocupação do território sob a ótica portuguesa, como explica Manuel Teixeira:

A maior parte das cidades portuguesas localizava-se junto ao mar ou nas margens dos rios. Uma situação privilegiada que encontramos em muitas cidades portuguesas, insulares e ultramarinas é a sua localização em baías abrigadas, com características de bom porto natural, com encostas suaves e percorridas por cursos de água doce, e com boas possibilidades de defesa através do aproveitamento de acidentes naturais localizados nos extremos da baía, onde eventualmente se viriam a construir fortificações (TEIXEIRA, 2000, p. 5).

Na Ilha de Itamaracá, estes fatores são visivelmente observados, já que o local abrigava um núcleo urbano, o qual controlava um porto, e as entradas das barras eram utilizadas para que embarcações atracassem guarnecidas por posições fortificadas em pontos estratégicos (Andrade, 1999). Neste sentido, a ilha se constitui também, em um bom exemplo para se entender a lógica de ocupação do espaço sob a ótica portuguesa³.

Estes padrões serão analisados tomando como base o nosso objeto de estudo, que é a Ilha de Itamaracá e seus portos entre os séculos XVI e XVII. Todos os padrões apontados por Manuel Teixeira para uma vila insular podem ser observados se analisarmos a conjuntura do referido local, principalmente na primeira metade do século XVII. Neste momento, as duas entradas das barras estão protegidas por fortes; adentrando o canal existe o porto; rios de água doce que cortam o interior do local e a topografia favoreceu a implantação e defesa de um núcleo administrativo: a vila de Nossa Senhora da Conceição.

Novamente baseando-se no livro *Fortes de Pernambuco*, teríamos, para a Ilha de Itamaracá no nosso recorte temporal, quatro unidades defensivas dentro do território insular, os quais são: o forte do Francês, Vila Velha, forte Orange e o Fortim da Catuama – sobre estes é que iremos nos debruçar de forma mais intensa. Seguiremos com uma análise baseada em fontes documentais diversas, incluindo leituras de cronistas e viajantes e análise de iconografias, além da utilização de bibliografia específica sobre o sistema de defesa da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII, uma vez que estes fatores têm relação direta com a movimentação portuária do local.

Em relação ao forte Francês descrito em alguns documentos mais não ilustrados em iconografias conhecidas, até o momento, sabe-se pouco sobre sua história. Porém infere-se que teria sido construído ainda no início do século XVI. Como o nome já sugere, foi erguido por franceses no território da Ilha de Itamaracá (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999).

De acordo com o que já foi abordado aqui, nos primeiros anos da colonização existia a feitoria de Cristovão Jacques nos arredores da Ilha de Itamaracá. Esta unidade era alvo de constantes investidas inimigas. Inclusive, o ataque de uma nau francesa de nome *La Pellerine* é que foi responsável pela desativação desta unidade em 1532, após destruir e saquear sua insipiente estrutura física, levando grande quantidade de pau-brasil, artigos tropicais e animais. Logo após este ocorrido, os franceses organizaram um reduto fortificado no território da Ilha de Itamaracá que viria a se chamar forte do Francês, visando, principalmente, se instalar definitivamente naquela região, e organizar a exploração e comercialização dos produtos locais (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999).

³ Salientamos que durante o século XVI existia um reduto fortificado que garantia a entrada da Barra de Itamaracá pela porção sul, este seria o Reduto dos Marcos. O local recebeu este nome devido ao fato de que estava localizado no ponto onde seria o marco divisório entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá no continente, porém não teve maior desenvolvimento, provavelmente devido a sua estrutura física insipiente. Sobre o assunto ver: ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999.

A atuação de corsários, como a que os franceses realizaram a feitoria portuguesa e a sua posterior instalação naquele território, representa argumentos e motivos para se iniciar um projeto de defesa e consolidação da presença por parte da Coroa. Esta foi iniciada logo de imediato, com o incentivo ao povoamento e militarização tanto daquele local quanto de outros pontos da colônia.

Este forte, porém, logo foi alvo de intensos ataques portugueses, e uma esquadra sob o comando de Pero Lopes de Sousa, posteriormente nomeado donatário da Capitania de Itamaracá, restituiu o controle lusitano naquela região e o forte do Francês foi destruído (KEATING e MARANHÃO, 2011). O que se sabe hoje sobre o referido forte é que o mesmo estaria localizado na porção sul da Ilha de Itamaracá, às margens do canal de Santa Cruz, e ainda não foram encontrados resquícios de suas estruturas (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999).

É de Frei Vicente do Salvador uma das mais detalhadas descrições sobre esta fortificação francesa. Na sua *História do Brasil*, o Frei esclarece que:

Nesta Ilha de Itamaracá tinham os franceses feito uma fortaleza com um presídio de mais de cem soldados, com muitas munições e artilharia, onde se recolhia a gente dos seus navios quando vinham a carregar de pau-brasil que os gentios lhe cortavam. [...] o qual sabido por el-rei D. João Terceiro, ordenou uma armada muito bem provida de todo o necessário, e mandou nela por capitão-mor Pero Lopes de Sousa, para que viesse primeiramente a esta ilha, e daqui a todos os mais portos, e lançasse dele todos os franceses que se achasse, e destruísse suas fortalezas e feitorias (SALVADOR, 2009, p. 95).

Já nos primeiros anos da colonização, o espaço da Ilha de Itamaracá e seus arredores se constituíram num território de constantes conflitos visando o controle da região. Nesse local havia um porto cômodo em atividade; boas e numerosas fontes de produtos para comercialização, incluindo pau-brasil; e a própria ilha poderia se tornar um bom reduto devido a sua característica insular por apresentar uma área de grande potencial defensivo, pois o acesso ao local se dava exclusivamente por via marítima, sem ligação com o continente (NEVES, 2009). Daí o motivo da cobiça constante pelo controle da região. Holandeses e franceses tentaram se fixar no local de forma mais incisiva, sendo estes expulsos no século XVI, e aqueles no XVII (LOPES, 2010).

Ao analisar este forte francês em Itamaracá, Lenivaldo Cavalcante lembra, ainda, que já havia vindo da França material bélico suficiente para armar a unidade, e após o seu suplantamento por Pero Lopes, os invasores foram tratados sem piedade, segundo Cavalcante,

O Capitão De La Mote, que comandava o forte francês, como ficou conhecida a fortificação, perdeu a batalha ao lutar contra Pero Lopes. Os franceses se renderam e partiram do forte que tem parte de sua estrutura destruída. Até o momento, nenhuma evidência física foi

encontrada ou associada a tal construção. De La Mote e vinte de seus homens foram enforcados (CAVALCANTE, 2009, p. 36).

Inclusive, o documento de Frei Vicente do Salvador nos fornece outro viés interpretativo. Ao indicar que mesmo não se obtendo êxito em se instalar na Ilha de Itamaracá definitivamente, os franceses estariam se fixando em outros pontos da Capitania, e a esquadra de Pero Lopes de Sousa deveria expulsá-los definitivamente do território, não somente da ilha. Esta informação dialoga com a questão apresentada no segundo capítulo desta dissertação, quando em iconografias do século XVII alguns nomes de pontos utilizados com atividade portuária indicam a presença francesa em outrora (SALVADOR, 2009, p. 35).

De maneira prática, os dois principais fortes na Ilha de Itamaracá seriam o forte Orange, construído pelos holandeses e que tem seu nome alterado para fortaleza de Santa Cruz quando tomado pelos portugueses, e o Fortim da Catuama, ambos localizados em áreas estratégicas.

Em um contexto mais amplo, Gaspar Barlaeus descreve com grande riqueza de detalhes a situação do sistema de defesa da Ilha de Itamaracá enquanto a mesma estava sob o controle holandês:

Defendem Itamaracá os seguintes Fortes: o de Orange, na boca meridional do porto. Tem quatro bastiões e é cercado de uma estacada por falta de água nos fossos está armado de 12 canhões, 6 de bronze e 6 de ferro. Constitui a Fortaleza da Vila Schkoppe uma munição construída ao redor de uma igreja e de uma bateria. Esta fortificação protege o porto e uma torre de atalaia, ao norte, guarda a porta da vila. Na bateria acham-se montados 11 canhões, 2 de bronze e 9 de ferro. Na boca setentrional, há outra torre quadrada, que garante a entrada do canal (BARLAEUS, 1980, p. 45).

Ao analisar a passagem, é possível inferir que as principais unidades de defesa locais estariam concentradas na porção meridional, entrada sul do canal de Santa Cruz, com o forte Orange e a própria Vila Schkoppe, que na verdade é a Vila de Nossa Senhora da Conceição, a qual teve seu nome alterado durante o domínio holandês. É importante observar que Barlaeus caracteriza a vila como uma fortaleza e ressalva que a mesma deveria proteger o porto.

Para a entrada setentrional, porção norte da Ilha, Barlaeus explica que existia uma torre quadrada defendendo a entrada do canal. O mais provável é que esta descrição pertencera ao Fortim da Catuama. No relato, observa-se um contexto integrado que constitui o sistema de defesa física do território em que a Ilha Itamaracá estava inserida (BARLAEUS, 1980).

Em uma iconografia apresentada como *Eylant Itamarica* datada de 1633 e com autor não identificado, é possível ter um panorama geral sobre a organização da defesa no espaço da Ilha de Itamaracá em relação aos seus portos e demais unidades importantes. Nela pode-se observar, com clareza, a ligação entre o fator defensivo, a organização portuária e administrativa da Ilha. No desenho, as entradas das barras

estão guarnecidas com construções que remetem a fortificações: na barra de Itamaracá, o forte Orange, e na barra de Catuama, o Fortim de mesmo nome, além da vila de Nossa Senhora da Conceição com suas muralhas.



Figura 01: Imagem mostra a ilha de Itamaracá em uma perspectiva aérea onde é possível perceber o contexto associado entre os portos, o centro administrativo e as fortificações. Autor desconhecido. Eylant Itamarica. 1633. Marcações nossas. Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. op. cit. Imagem de numero: PE 41. 1) Vila de Nossa Senhora da Conceição, em frente ao acesso para a Vila de Igarassú. 2) Forte Orange. 3) Fortim da Catuama. Identificadas por nós também as duas barras que possuía a ilha.

A lógica na organização espacial das estruturas refuta a prerrogativa de uma articulação entre unidades. Cada forte defenderia uma entrada do canal, limitando as possibilidades de um ataque por ambas às barras que forma a ilha. Vale salientar que o desenho já mostra o forte Orange, indicando que nesta data tinha-se conhecimento da existência da unidade. As estratégias adotadas na fortificação da Ilha de Itamaracá corroboram com a teoria elaborada por Bruno Romero Miranda, ao afirmar que “uma fortificação bem posicionada ou um conjunto delas agindo de maneira complementar, é capaz de impor uma barreira estratégica no caminho de um agressor perigoso” (MIRANDA, 2003, p. 90).

No caso apresentado no desenho, novamente a Ilha de Itamaracá aparece sendo atacada. Nestor Goulart Reis Filho, ao analisar esta iconografia, esclarece que, provavelmente, este seria um ataque holandês ao território da ilha, tanto pela barra principal, quanto pela retaguarda, na Catuama. Também é

possível observar que algumas embarcações rumam em direção à Vila de Igarassú, importante para a Capitania de Pernambuco, sedo um de seus mais antigos núcleos de povoamento (MELO, 2011).

A própria Vila de Nossa Senhora da Conceição servia como um reduto fortificado, na medida em que o núcleo urbano estava no alto de um morro e cercado por muralhas em alguns dos lados. A escolha para locação do centro administrativo foi pensada também com relação às possibilidades de defesa, implementada com a construção dos muros (NEVES, 2009).

No *Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas* apresentado ao governo holandês para dar ciência sobre a real situação em que se encontravam as novas conquistas, a Vila de Nossa Senhora da Conceição é descrita da seguinte maneira:

A pequena cidade Schoppe, sita na mesma ilha, está fortificada desde o tempo antigo. Como fortificada foi quando nós a tomamos. O superfulo parapeito feito pelos portugueses, que não havia tropa que o guarnecesse, tinha necessariamente que ser abandonado e nos deixamos que se arruinasse. A pequena igreja, que fica ao sul da cidade, foi ligada a bateria de flanco do rio. [...] Mas não era isso bastante contra o inimigo que com notável poder viesse de fora (MELLO, 1981, p. 89).

Na descrição, é importante observar dois aspectos: Primeiro o argumento utilizado para descrever as muralhas que circulavam a vila em alguns pontos caracterizada como “superfula” valorizando, assim, a sua incipiente estrutura e a falta de soldados para a vigia, podendo sua função defensiva; o segundo ponto seria a relevância dada ao fato de que a vila não estaria provida das defesas suficientes para suportar um ataque mais organizado, mesmo com a igreja matriz aproveitada como reduto militar também.

O planalto elevado e murado garantia, além de tudo, uma defesa natural. Stela Barthel lembra que a muralha deve ter sido construída no início do século XVII, assim que é constatada a ameaça holandesa nas terras do Brasil. Estas medidas garantiam que a defesa da Vila não ficasse totalmente a mercê da defasada estrutura defensiva em que a ilha estava inserida neste momento (BARTHEL, 2007, p. 97).

Em relação às fortificações mais regulares⁴, a Ilha de Itamaracá era defendida, como já fora dito, por duas guarnições, um em cada entrada do canal de Santa Cruz. A fortaleza de Santa Cruz dominava a barra sul, e a porção norte, o Fortim da Catuama. Vale ressaltar, porém, que as atuais estruturas do forte Orange, tal qual o conhecemos hoje, é de origem portuguesa. Em suma, “a Fortaleza de Santa Cruz apresenta uma morfologia externa muito semelhante à do forte Orange, construído pelos holandeses, entretanto, foram dois fortes distintos” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 45). As escavações arqueológicas indicaram que o reduto holandês está, na verdade, abaixo das atuais estruturas (ALBUQUERQUE, 2009).

⁴ Para caracterizar uma fortificação como regular utilizaremos a categoria adotada por Luiz Severino da Silva Junior, esta seria “erguida a partir de estruturas de terras, composta por fossos (com água ou seco), paliçadas de madeira, caminhos cobertos, contra-escarpa, poternas, baluartes, etc.. Além disso, possuía em sua praça d’armas todo um conjunto de quartéis e instalações com funções variadas (casa da pólvora, casa do comando, capela, almoxarife, etc.)” (JUNIOR, 2006, p. 102).

Em 1609, ao realizar uma detalhada descrição das capitanias sob o controle da Coroa portuguesa, Diogo de Campos Moreno não relaciona na Ilha de Itamaracá nenhuma fortificação, porém nos dá indícios sobre a militarização de sua população a partir da necessidade de defender o território. Na Capitania de Itamaracá, de maneira geral, segundo esse cronista, existiriam cerca de 500 homens brancos que poderiam se armar em caso de necessidade, porém, os mesmo na maioria das vezes se concentram em suas fazendas a fim de protegê-las (MORENO, 1984, p. 198).

Diogo Moreno continua sua descrição detalhando a situação da ordenança militar local, utilizando a contagem de seus membros de acordo com a função em toda a capitania, porém sempre evidencia a defasagem da mesma na época da escrita de seu texto. De acordo com o autor, “há na dita Capitania duas companhias de ordenança com 220 homens arcabuzeiros bem a ponto com seus capitães, alferes, bandeiras e tambores e os demais oficiais que convém e 22 homens de cavalo” (MORENO, 1984, p. 198). A partir da leitura do documento, não fica clara a distribuição destes homens no interior da Ilha de Itamaracá. Diogo Moreno somente indica que muitos destes defendiam seus interesses pessoais em prioridades particulares (MORENO, 1984, p. 198).

Um argumento utilizado por Diogo de Campos Moreno para explicar a falta de uma organização militar mais eficiente e numerosa em relação aos soldados em Itamaracá é a de que estando a sede administrativa da capitania próxima a Pernambuco, a mesma se valia do potencial de defesa de sua vizinha para resguardar seu território:

Não tem esta capitania gente de guerra, nem pareceu deixar-se-lhe nas reformações, por que na verdade a guarnição de Pernambuco está tão perto que em certo modo tanto favorece esta capitania como as vizinhas da sua mesma (MORENO, 1984, p. 198).

Então, é nesta conjuntura que, a partir de 1631, os holandeses iniciam os primeiros ataques ao território da Ilha de Itamaracá, o qual resiste num primeiro momento, mas acaba cedendo as investidas inimigas, entregando o controle de seu território ao domínio flamengo. É atribuída ao coronel da WIC Sigismund Van Schkoppe a ação militar que culminou na posse definitiva da vila de Nossa Senhora da Conceição, passando a mesma ao controle holandês em 1633, sendo chamada a partir deste momento de Vila Schkoppe em homenagem ao general vitorioso (ANDRADE, 1999). A construção das primeiras estruturas do forte Orange remete a estes momentos (ALBUQUERQUE, 2009).

FORTE ORANGE

Sob a guarda do forte Orange estava à entrada sul do canal de Santa Cruz, que dava acesso à vila de Nossa Senhora da Conceição, à vila de Igarassú, que era importante sob jurisdição da Capitania de Pernambuco, e ainda ao principal porto daquela região, logo na entrada do canal.

No *Breve discurso sobre o estado das quatro Capitanias conquistadas: de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*, também é possível observar uma detalhada descrição da situação das principais fortificações existentes no território. Sobre o forte Orange, o relatório apresenta:

Dentro da barra apresenta-se em primeiro lugar o forte Orange, situado sobre um baixo de areia separado de terra firme por uma angra, que é vadeável de baixa-mar. Este forte domina a entrada do porto, visto que como os navios que entram têm que passar por diante dele a tiro de arcabuz. É quadrado, com quatro baluartes, e ultimamente foi elevado e reparado, mas quase não tem fossos, nem estacada ou paliçada, o que é necessário que se faça, bem como convém aprofundar o fosso e cercar o lado exterior com uma contra-escarpa. Diante deste forte, do lado do Norte, por onde o inimigo pode se aproximar, há um hornaveque (MELLO, 1981, p. 86).

Um fator que chama a atenção na comparação entre o *Breve discurso* e o relatório de Diogo de Campos Moreno é a diferença de prioridades dada à área em relação à defesa no local. Para Moreno, fica claro que Itamaracá não necessita de reforço militar, pois esta demanda seria atendida pela capitania vizinha em caso de necessidade. Já no *Breve discurso*, a ilha é descrita com minúcias e registra a necessidade de se fortalecer a defesa no local, temendo um ataque inimigo. A importância dada pelo governo holandês à Ilha de Itamaracá já foi sinalizada neste trabalho, inclusive cogitou-se que a sede do novo governo fosse instalada naquelas terras.

A preocupação em relação a um possível ataque é latente no documento holandês, e o relatório serve justamente para se organizarem as estratégias para aparar estas arestas relacionadas à defesa do território de maneira geral. Para o forte Orange, o documento indica as principais medidas que devem ser aplicadas para que seja potencializada a função militar da unidade indicando, inclusive, quais as reformas e melhorias são mais importantes.

No *Breve discurso*, fica evidente também a necessidade de se manter, preservar e atualizar as estruturas do forte Orange, haja vista a importante função do mesmo dentro do contexto defensivo nas novas possessões. O fosso deveria circular a fortificação, o qual é uma escavação que se fazia normalmente ao redor das unidades de defesa para dificultar o avanço inimigo em direção ao interior das muralhas, que poderia inclusive ser inundado para melhor proteger a unidade. O forte Orange, já em seu primeiro desenho,

tem quatro baluartes, os quais seriam as extremidades nos vértices do quadrado central com pontas salientes que tinham poder de ataque e defesa potencializados (BARTHEL, 2007).

Mesmo com Olinda tomada, a Ilha de Itamaracá resistiu por alguns anos às investidas holandesas. O forte Orange foi construído a poucos quilômetros da vila de Nossa Senhora da Conceição, centro português, e os dois núcleos coexistiram em tensão constante até a conquista definitiva da vila que só ocorreu por volta de 1633 (MELLO, 2007). Sobre este assunto, Evaldo Cabral de Mello ressalta que até este momento os holandeses estariam cercados em alguns pontos isolados no Recife “e na cabeça-de-ponte estabelecida na extremidade meridional de Itamaracá, onde haviam construído o forte Orange” (MELLO, 2007, p. 89).

Evaldo Mello lembra, ainda, que o controle da capitania de Itamaracá iniciou-se a partir da conquista da Ilha de Itamaracá, tendo os holandeses construído o forte Orange, e se organizado para a partir dele suplantar a vila de Nossa Senhora da Conceição, controlando o seu principal porto e seu centro administrativo. Toda a capitania e seus arredores foram sendo dominados progressivamente, com prioridade para as áreas de engenho (MELLO, 2007). Em suma, Evaldo Cabral argumenta que “de Itamaracá, terminada a conquista da ilha, as tropas holandesas varejavam os engenhos de Goiana e Igaracu, do outro lado do Canal de Santa Cruz” (MELLO, 2007, p. 36).

Inicialmente erguido com precárias instalações, logo que é consolidada a administração holandesa no local, o forte Orange é organizado de maneira mais regular, com baluartes, fosso, quartéis internos e praça de armas, além de outras estruturas ligadas ao contexto (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999).

É possível observar estas características do forte Orange na ilustração 2, apesar de que as estruturas atuais deste forte terem, basicamente, origem portuguesa pós-restauração, ainda preserva-se o padrão básico da antiga unidade.



Figura 02: Vista aérea do Forte Orange. Fonte: Disponível em: www.vivercidades.org.br. Acesso em: 25/12/2012.

Somente em 1654, debeladas as últimas resistências holandesas, é que o forte passa ao domínio lusitano e a partir de então é chamado de fortaleza de Santa Cruz. Suas atividades oficiais são registradas ainda no século XIX, quando a fortificação foi importante no contexto da Revolução Pernambucana de 1817 (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999). Progressivamente, porém, o forte vai perdendo sua importância, por isso a necessidade de manter a estrutura se torna secundária, tendo, o mesmo, chegado ao século XX já em ruínas, sendo que somente foi restaurado e suas estruturas consolidadas pela SPHAN entre as décadas de 1960 e 1980 (BARTHEL, 2007, p. 113).

Em uma imagem que integra o livro de Barlaeus, é possível observar uma planta de como seria o forte Orange na época do domínio holandês. Nota-se que existe uma grande semelhança com o desenho atual.

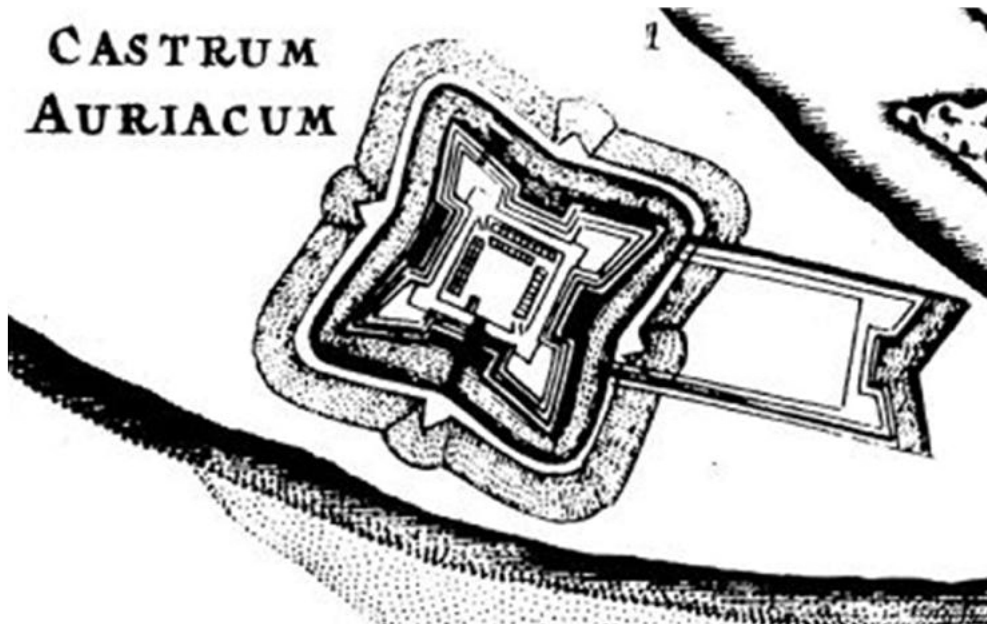


Figura 03: Autor não identificado. Insula Tamaraca (CASTRUM AURIACUM). Detalhe. Imagem inserida no livro de Gaspar Barlaeus apresenta uma planta do Forte Orange onde é possível observar suas estruturas internas e externas.

Fonte: Disponível em: <http://www.atlasofmutualheritage.nl>. Acesso em: 13/03/2012

Sobre a paliçada ou estacada, que cercaria uma parte do reduto, Barlaeus acrescenta a sua descrição que a mesma foi encomendada pelo próprio Maurício de Nassau, visando potencializar a atuação defensiva da unidade: “protegeu Maurício também o forte de Orange, na Ilha de Itamaracá, cingindo-o de estacada” (BARLAEUS, 1980, p. 45).

Além de um sistema físico de defesa, também era necessário organizar uma tropa que atendesse a demanda de defender o território. Joan Nieuwhof, em 1645, fala sobre a Ilha de Itamaracá durante o governo

holandês. Na obra *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, o autor descreve momentos de constantes confrontos entre a resistência portuguesa contra os holandeses. Neste contexto, ele cita as ordens recebidas para a defesa mais eficaz da Ilha de Itamaracá sob a jurisdição do novo governo. Inclusive, Nieuhof ressalta a necessidade de serem mandados mais recrutas para a área visando garantir e intensificar o poder de combate e assegurar a defesa daquela região:

Quarenta novos recrutas foram enviados para Itamaracá sob o comando do Capitão Pieter Seulijin, senhor do Engenho Harlem, porque esta ilha era da maior importância para nós e porque as guarnições do Forte Orange e Cidade Schkoppe de apenas uma companhia em cada uma das praças eram muito fracas e os moradores armados não montavam muito mais que uma companhia (NIEUHOF, 2001, p.34).

Nieuhof aponta alguns aspectos importantes em relação à posição da Ilha de Itamaracá, no contexto holandês. Para ele era necessário manter a região a todo custo, e isto iria se concretizar a partir do momento em que o problema da carência de recrutas na ilha e na capitania fosse sanado. Os próprios moradores da vila e os aliados aos holandeses deveriam se armar em caso de necessidade, e eles mesmos entrarem na contagem do contingente militar do local. Em outro momento do documento, o cronista escreve que o forte Orange deveria ser mantido a todo custo, mesmo que outras partes da Ilha de Itamaracá fossem perdidas, já que unidade de defesa era de importância para aquela conjuntura (NIEUHOF, 2001). O relator ainda deixa a premissa de que em último caso, sendo a Ilha de Itamaracá atacada, a vila deveria ser abandonada e as forças seriam concentradas no forte Orange, fato que aconteceu por algum tempo (BARTHEL, 2007).

A importância da Ilha de Itamaracá no contexto holandês advém do fato de que a mesma era provida com os principais aspectos necessários para administração e sobrevivência. No território da Ilha de Itamaracá existia um centro urbano, um porto e um forte. Todo esse espaço era cercado pelo canal de Santa Cruz, ou seja, três aspectos de importância capital para se manter o funcionamento de um sistema administrativo na época (ANDRADE, 1999).

Ao assumir o controle do forte em 1654, é que os portugueses empreendem as primeiras grandes reformas nas suas estruturas que eliminam os resquícios físicos mais evidentes da antiga fortaleza holandesa. Somente em fins do século XVII é que são iniciadas grandes reformas nas estruturas do reduto.

Em 1689, D. Pedro II conhecido como "O Pacífico", rei de Portugal, pede a Carlos de Sepulveda, capitão-mor da capitania de Itamaracá, uma relação detalhada da situação bélica da ilha sede da capitania. Nesta relação, deveria conter ainda a situação das armas, da pólvora, das munições e quantidade de soldados⁵. A importância de uma estrutura de defesa bem consolidada é evidenciada na Ordem Régia, já

⁵ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 à 1760); Volume 1, folha 84

que o Rei expressou insegurança em relação a possíveis ataques de inimigos, e ainda registrou a relevância que a Ilha de Itamaracá possuía para a Coroa na nova conjuntura. Os recentes acontecimentos com os holandeses parecem ter instigado Portugal a tomar maiores precauções em relação àquela parte do reino, anteriormente muitas vezes esquecida.

A constatação que chega o Rei, ao analisar o relatório enviado por Sepulveda, é de que a fortaleza de Santa Cruz, defesa de grande importância, encontra-se “derrubada por duas partes sem reparo algum”⁶. Registrada a necessidade de uma reforma urgente, a Coroa informa como proceder:

Para o concerto da força de Santa Cruz lhe ordeno que mande o engenheiro ver o que necessita para se mandar fazer prontamente aplicando para eles os serviços que houver nesta capitania e que quando os não haja ou não bastem que bem informado lhe aplique os meios que lhe parecer mais conveniente (APEJE; Ordens Régias 3 (1680 à 1760); Volume 1, p. 87).

No documento fica evidente a importância que tinha a fortaleza para àquela conjuntura e a obra se torna prioritária, devendo ser reformado o forte de maneira geral, e principalmente a praça de armas com os quartéis. A dominação holandesa estava recente e o Rei manifestava preocupação em perder novamente o controle do território para qualquer outra potência da época. Isto se consolida com a organização e aperfeiçoamento da malha de defesa.

Em 1686, o Conselho Ultramarino consulta o Rei D. Pedro II sobre a nomeação de pessoas para os cargos inerentes a funções táticas da fortaleza de Santa Cruz, inclusive um posto de capitão para o forte estaria vago, aguardando nomeação real. Estas iniciativas fazem parte dos esforços da Coroa em organizar a força bélica da fortificação. Outros documentos dão conta da necessidade de novas armas e mais soldados⁷. Mais tarde, em maio de 1688, o conselho Ultramarino já solicita o provimento de Miguel Rodrigues de Sepúlveda para o posto de capitão da dita fortaleza⁸.

No mesmo ano, encontramos um requerimento da força militar do forte solicitando mantimentos e materiais para que a capela interna do reduto fosse provida com os suprimentos necessários para as celebrações religiosas⁹.

No entanto somente em 1696 é que o engenheiro contratado para o serviço começa as medições e a obra. A partir de outra Ordem Régia reforçando a importância do fortaleza de Santa Cruz para o sistema defensivo do norte do Brasil, o ato é iniciado realmente. Segundo Stela Barthel,

⁶ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 à 1760); Volume 1. Pág. 87

⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1355

⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1366

⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1357

Em 1698, foi ordenado pelo Rei de Portugal que toda pedra que viesse nos navios como lastro fosse enviada para a ilha de Itamaracá, para obras de contenção do mar junto às muralhas do forte, que eram de taipa, mas que estavam sendo encobertas por aterro, para que fosse construída a nova muralha em alvenaria de pedra e cal (BARTHEL, 2007, p. 54).

Em 1705, outra Ordem Régia registra a satisfação da Coroa com o andamento “da obra em que se acha a fortaleza de Santa Cruz [...] como também nas duas praças de artilheiros que o Governador de Pernambuco mandou acrescentar nesta fortaleza”¹⁰. Após este momento, o reduto passa por consecutivas reformas até ser abandonado em algum momento do século XIX. O percurso traçado em relação à história desta fortificação como importante unidade funcional integrada a iniciativas de defesa e militarização da capitania de Itamaracá priorizaram as etapas em que o forte está inserido dentro do recorte temporal proposto nesta pesquisa.

FORTIM DA CATUAMA

Para a defesa da barra de Catuama, existia um fortim com o mesmo nome localizado no pontal da extremidade norte da ilha. Sobre este, não existem muitas referências históricas em documentos relacionados ao seu período de funcionamento. De forma recorrente, era retratado em iconografias ou relatos vagos em descrições de viajantes, principalmente do início do século XVII. Plantas exclusivas não foram localizadas durante as nossas investigações.

Guilherme Medeiros cataloga a Barra de Catuama como sendo um local de movimentação portuária da ilha desde o século XVI. Este porto seria secundário em relação ao da barra sul, e o fortim deveria, justamente, atender a demanda de guarnecer este ponto e a entrada do canal como um todo. Assim, o sistema de defesa da ilha “era complementado com um fortim do lado norte, na Barra de Catuama (ALBUQUERQUE, 2010, p. 37).

Em pintura descritiva da capitania de Itamaracá Johannes Vingboons, ao retratar a ilha, aponta o forte Orange na entrada sul do canal de Santa Cruz. Adentrando mais um pouco, Vingboons registra a vila Schkoppe e na outra extremidade da ilha, no pontal da porção norte, está a área assinalada como barra de Catuama, nela existe um reduto que remete ao antigo fortim da Catuama:

¹⁰ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 à 1760); Volume 1. Pág. 98



Figura 04: Johannes Vingboons. Capitania de Itamarica. 1665. Detalhe. Recorte da Ilha de Itamaracá de uma imagem produzida por Vingboons. O desenho original apresenta um amplo panorama da Capitania de Itamaracá de maneira geral. Marcações nossas. As setas indicam, o Fortim da Catuama, o Forte Orange e a Vila Schoop.

Fonte: Acervo da Sinagoga Kahal Zur Israel.

É provável que no momento da invasão holandesa ao território da Ilha de Itamaracá, o fortim da Catuama já estivesse desativado (BARTHEL, 2007, p. 26). Porém a partir da documentação, podemos constatar que as atividades no referido forte devem ter voltado a ser realizadas após a restauração portuguesa se estendo, mesmo que com pouca ou quase nenhuma atividade, até o início do século XVIII¹¹.

Stella Barthel, em sua dissertação de mestrado, esclarece sobre este fortim:

No lado norte do braço de mar, chamado de “Barra de Catuama” existiu um fortim luso brasileiro cujos vestígios de alvenaria de pedra e cal ainda estão aparentes. Esta fortificação fechava o acesso ao canal de Santa Cruz junto com o Forte de Santa Cruz, localizado na outra entrada, que antes da época do conflito, era também comandada por Salvador Pinheiro. Parece que este fortim já estava em ruínas quando os holandeses chegaram à ilha (BARTHEL, 2007, p.26).

¹¹ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 à 1760); Volume 2. Pág. 54

Durante a realização do levantamento dos pontos fortificados das capitanias conquistadas para a realização do *Breve discurso*, também é registrado o fortim da Catuama. Sobre ele, o documento esclarece:

Na extremidade setentrional da mesma ilha, sobre a extremidade da barra do norte, há também um reduto com uma bateria que domina a dita entrada. Está assentado sobre um solo alto e pedregoso, pelo que não pode ter fossos fundos, mas está cercado de uma palissada. Este reduto se acha inteiramente arruinado, e é forçoso que seja reconstruído (Mello, 1981, p.87).

A importância que o *breve discurso* oferece ao argumentar sobre a necessidade de reformas no fortim, demonstra a relevância da unidade dentro do sistema de defesa da ilha. Desta maneira, pela retaguarda, o acesso a partir do canal de Santa Cruz estaria vulnerável a prováveis ataques, e a reconstrução desta unidade poderia sanar esta demanda. Porém não encontramos evidências de que estas reformas indicadas no documento tenham sido implementadas. Apesar disto, a maior quantidade de registros do forte remete ao período de dominação holandesa.

Adriano Verdonck, outro relator inserido dentro do contexto holandês, descreve um reduto na Ilha de Itamaracá que pode fazer referência ao fortim da Catuama. Segundo ele, “na mesma ilha, em cima de um monte na entrada do rio, um pequeno reduto com 5 ou 6 peças que podem lançar balas de 6 a 7 libras e são chamadas meios-sacres” (VERDONK, 1984, p. 224). Este documento datado em 1630 constitui, basicamente, um relatório apresentado ao governo holandês mostrava as terras do Brasil de forma mais detalhada.

Neste trecho, Verdonck aponta a descrição de uma pequena fortificação e seu potencial bélico, a localização conhecida hoje do fortim da Catuama no topo de um morro às margens da entrada do canal refuta a descrição no documento citado. Vale salientar que, nesta época, ainda não existiam as estruturas do forte Orange, e o fortim da barra de Catuama estava localizado no topo de um monte às margens do canal de Santa Cruz.

O relatório evidencia a função principal do forte dentro daquele contexto, que seria, justamente, prevenir a barra de qualquer ameaça. A nomenclatura utilizada para definir o forte nas duas descrições analisadas aqui o categorizam como “reduto” e não como forte. A insipiente estrutura física do mesmo com pouca capacidade bélica, sinalizada nas descrições, deve ter sido o motivo da utilização deste termo, já que a utilização deste termo indica uma estrutura menos desenvolvida.

Existe um conflito envolvendo o fortim da Catuama na primeira metade do século XVIII que vale a pena ser analisado, já que corrobora a ideia do funcionamento do referido forte após a invasão holandesa. Duarte Sodré Pereira, capitão e provedor da capitania de Itamaracá, denunciava, em 1730, a inviabilidade de se manter aquela estrutura em funcionamento, levantando inclusive suspeitas de corrupção por parte dos poucos envolvidos na administração do forte. Em relação às munições, apetrechos e dinheiro que eram enviados ao local, Duarte Sodré é categórico:

Não sei que serventia lá podiam ter a não ser para se desencaminharem, o que Vossa Majestade fará examinar, digo, fará averiguar e restituir ao almoxarife com as [ilegível] necessárias e diria ao cabo da fortaleza que não mande mais para àquele sítio soldados na forma que me parece já tenho ordenado (APEJE; Ordens Régias 3 (1680 à 1760); Volume 2. p. 134).

Mais tarde, Duarte Sodré Pereira é mais incisivo ainda quando mandou dar baixa a Jerônimo Paes Bolhões, que era capitão do fortim da Catuama. No documento, Sodré faz denúncias diretas em relação ao capitão do fortim que, segundo ele, recebe o soldo mesmo não assumindo mais suas obrigações com o local, solicitando a baixa do capitão. Antes disto, em 1719, aparece solicitando ao rei D João V, através de uma carta, que o seu soldo continuasse com o mesmo valor recebido pelos seus antecessores no posto de capitão da fortificação¹².

Observa-se que o referido forte não exerce mais sua função principal de guarnecer a entrada norte do canal de Santa Cruz, por já se encontrar abandonado e, praticamente, sem atividades oficiais. Segundo a Ordem Régia de 1730:

O Provedor da Fazenda Real que serve como provedor da Capitania de Itamaracá manda dar baixa a Jerônimo Paes Bolhões no posto de Capitão do Forte da Catuama por não haver tal forte nem em exercitar este posto em coisa alguma mais que cobra o soldo de quatro mil Réis por mês a dezoito anos morando na Vila de Goiana que dista daquele sítio seis léguas (APEJE; Ordens Régias 3 (1680 à 1760); Volume 2. p. 137).

Pouco tempo depois, no ano de 1732, Duarte Sodré Pereira informa ao Rei, por meio de uma carta, que havia dado baixa ao Capitão Jerônimo Paes Bolhões do seu posto no fortim, devido aos motivos apresentados anteriormente¹³.

Somente em 1859 é que foram, novamente, encontradas notícias sobre o fortim da Catuama, na bibliografia específica, quando D. Pedro II, em visita ao local, registra ter visualizado as suas ruínas (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999, p. 111).

Existem vestígios de estruturas arqueológicas na porção norte da Ilha de Itamaracá relacionadas ao fortim da Catuama, devido à localização geográfica comparada com iconografias e descrições de cronistas, além da bibliografia sobre o assunto refutar esta hipótese¹⁴. As estruturas estão inseridas no topo de uma área elevada no pontal norte da Ilha de Itamaracá às margens do canal de Santa Cruz. Estas informações

¹² AHU_ACL_CU_015, Cx. 28, D. 2560

¹³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 42, D. 3805

¹⁴ Marcos Albuquerque registra o fortim da Catuama em fotografias e indica sua localização geográfica. A imagem 6 foi registrada enquanto a equipe do Laboratório da arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco realizou visita para reconhecimento da área.

foram levantadas durante a execução do projeto “Patrimônio Arqueológico Subaquático do Litoral de Pernambuco”, em 2009, pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.



Figura 05: Vestígios arqueológicos pertencentes ao antigo fortim da Catuama, no extremo norte da ilha de Itamaracá.

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Podemos perceber, analisando os dados referentes as fortificações regulares em Itamaracá que a mesma estava integrada em um contexto de militarização e defesa bem organizados. Já que a Ilha estava articulada de forma a prevenir seu território de ataques, constantes durante o período colonial. Neste sentido, podemos inferir que a questão da defesa da capitania de Itamaracá, mais precisamente da Ilha, foi organizada a partir de dois eixos: Principalmente resguardar o território da ameaça externa, ao tentar eliminar ao máximo a atuação de outros reinos naquela região; e também era preciso preservar o espaço dos indígenas que habitavam ainda o interior da ilha e seus arredores, muitas vezes inimigos dos portugueses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para construir nossos argumentos, além da história, lançamos mão da arqueologia e da geografia, buscamos compreender a ilha dentro de uma perspectiva espacial bem definida, onde o meio

físico determinou sobremaneira as principais escolhas relacionadas a atividade portuária, a construção de centros urbanos e a localização das fortalezas, foco principal deste artigo. A arqueologia nos forneceu subsídios que contribuíram sobremaneira a construção da nossa narrativa. Sem o auxílio da arqueologia alguns pontos abordados teriam sido analisados de forma insipiente, este é o caso do Forte Orange e do Fortim de Catuama, sobre os quais os principais dados levantados tiveram relação direta com um suporte arqueológico. Onde nossas principais conclusões lançam a perspectiva de que as duas unidades de defesas estavam inseridas dentro de um contexto associativo. Cada um dos fortes com a importante função de defender a entrada da barra de sua ponta da ilha, garantindo assim um sistema de defesa interligado e estrategicamente estruturado, de forma a potencializar a ação defensiva minimizando as esferas de atuação de prováveis inimigos.

AGRADECIMENTOS E RECONHECIMENTO AOS ÓRGÃOS FINANCIADORES

O presente artigo faz parte dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelo projeto “Patrimônio Subaquático do Litoral de Pernambuco”, executado pelo Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da UFRPE financiado pelo CNPq realizadas no âmbito da elaboração da dissertação de Josué Lopes dos Santos, bolsista CAPES, Mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação da Dr^a Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1988.
- ALBUQUERQUE, M. Arqueologia do Forte Orange. *Revista da Cultura*, Rio de Janeiro, n. 15, ano IX, p. 37-47, 2009.
- ALBUQUERQUE, M. Arqueologia do forte Orange: O forte holandês. *Revista da Cultura*, Ano X, n. 17. p. 36-43, 2010.
- ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. *Fortes de Pernambuco: Imagens do passado e do presente*. Recife: Grafortres, 1999.
- ANDRADE, M. C. *Itamaracá, uma capitania frustrada*. Recife: CEHM, 1999.
- BARLAEUS, G. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980.
- BARTHEL, S. *Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Recife: CFCH/UFPE, 2007.
- BOXER, C. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CAVALCANTE, L. *Pernambuco e o medo dos Clubes de França: O caso do Le Diligent (1792 – 1793)*. Dissertação (Mestrado em História) - Recife: UFRPE/DEHIST, 2009.
- COSENTINO, F. C. Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII. *Revista Navigator*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 1-25, 2012.
- DONIN, L. A. Um mar de heranças: A importância do Atlântico na configuração do Império do Brasil. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 1-13, 2012.
- GUERRA, M. E. A presença francesa no Nordeste do Brasil no século XVI: uma contribuição da História à Arqueologia. *Revista de Arqueologia* - Coleção Arqueologia. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 79-85, 1996.
- JUNIOR, L. S. da S. *O Forte do Matos e o crescimento urbano do extremo sul do Recife, 1680 – 1730: Uma perspectiva arqueológica*. Dissertação (Mestrado em arqueologia) - Recife: UFPE, 2006.
- KEATING, V. MARANHÃO, R. *Diário de navegação: Pero Lopes e a expedição de Martin Afonso de Sousa (1530-1532)*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- LOPES, J. O sentido da colônia: Estudo das unidades funcionais da Ilha de Itamaracá - PE entre os anos de 1530 a 1654. Monografia (Graduação em História) - Recife: DEHIST/UFRPE, 2010.
- MEDEIROS, G. S. *Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil (Capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- MELLO, E. C. *Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- MELLO, J. A. G. *Fontes para a história do Brasil holandês (v. 1)*. MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981.

- MELLO, J. A. G. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2001.
- MELO, T. S. *Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco*. I Simpósio brasileiro de cartografia histórica. Anais. Paraty, p. 1-16, 2011.
- MIRANDA, B. R. F. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégias da política de defesa portuguesa (O caso da Capitania de Pernambuco/1654 – 1701)* Dissertação (Mestrado em História) - Recife: CFCH/UFPE, 2006.
- MIRANDA, B. R. F. *O sistema de defesa da barra e do porto do Recife no século XVII*. Clio – Série Arqueológica. Recife, n 16. p 87-101, 2003.
- MORENO, D. C. *Relação das praças fortes do Brasil*. *Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*. Recife, v. LVII, p 185-247, 1984.
- NEVES, A. L. *A Transferência da cidade portuguesa para o Brasil – 1532-1640*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Recife: CFCH/UFPE, 2009.
- NIEUHOF, J. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Beca produções culturais. CD-ROM, 2001.
- RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distancia*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SALVADOR, Frei V. *Historia do Brazil (1500 - 1627)*. Curitiba: JUARÁ, 2009.
- SILVA, K. *O miserável soldo & A boa ordem da sociedade colonial*. Dissertação (Mestrado em história) - Recife: UFPE/CFCH, 2000.
- SOUSA, G. S. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010.
- TEIXEIRA, M. *Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira*. *Revista Urbanismo 3 de origem portuguesa*. Lisboa, 2000.
- VERDONCK, A. *Descrição das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parayba e Rio Grande*. *Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*. Recife, ano XXXIX, n. 55, p 215-229, 1984.

Recebido em: 01/01/2014

Aprovado em: 05/02/2014

Publicado em: 15/03/2014

**RETALHOS HISTÓRICOS E DETALHES ARQUITETÔNICOS DA FAZENDA
ÁGUA VERDE**

Marcelo Alves Ribeiro
Nívia Paula Dias de Assis
Rômulo Macedo Barreto de Negreiros
Celito Kesting
Ana Stela de Negreiros Oliveira

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



RETALHOS HISTÓRICOS E DETALHES ARQUITETÔNICOS DA FAZENDA ÁGUA VERDE

Marcelo Alves Ribeiro¹

Nívia Paula Dias de Assis²

Rômulo Macedo Barreto de Negreiros³

Celito Kesting⁴

Ana Stela de Negreiros Oliveira⁵

Resumo: Este trabalho visa contribuir para a reconstrução da história da região semiárida do Nordeste do Brasil a partir da Fazenda Água Verde, no município de Coronel José Dias - PI. Há fortes indícios de que a sede dessa fazenda é um exemplo da arquitetura vernácula do século XVII, quando se começou a pecuária extensiva no Sudeste do Estado do Piauí. Ela passou por ciclos alternados de ocupação e abandono, sob a posse de vários indivíduos. Com um quadro teórico e metodológico fundamentado nas informações orais e historiográficas, analisaram-se os dados arqueológicos relacionando-os com a paisagem. Propõe-se, assim, ainda em nível hipotético que a estrutura residencial da atual Fazenda Água Verde seja a mesma que foi edificada por colonizadores portugueses, no século XVII.

Palavras chaves: Arqueologia histórica, Fazenda de gado, Arquitetura vernacular.

Abstract: This work aims to contribute to the reconstruction of the history of the semiarid region of northeastern Brazil from the Agua Verde Farm, in municipality of Coronel José Dias - PI. There are strong indications that the seat of this farm is an example of the vernacular architecture of the seventeenth century, when it began to pastures in southeastern Piauí State. She went through alternating cycles of occupation and abandonment, under the ownership of several individuals. With a theoretical and methodological framework based on oral and historiographical information we analyzed archaeological data relating them to the landscape. We propose, therefore, still hypothetical level, that the current residential structure of Agua Verde Farm is the same that was built by Portuguese colonists in the seventeenth century.

Keywords: Historical archaeology, Cattle ranche, Vernacular architecture.

¹ Ex-Bolsista do Grupo Programa de Educação Tutorial de Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PET – Arqueologia / UNIVASF), Brasil; Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF, 2013), Brasil. E-mail: marcelo.alvesr@hotmail.com

² Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, 2004), Brasil; Especialista em Educação, Cultura e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UESPI, 2008), Brasil; Mestre em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2012), Brasil; Professora Assistente do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Brasil. E-mail: nivia.assis@univasf.edu.br

³ Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF, 2008), Brasil; Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2012), Brasil. E-mail: mdeemonthito@hotmail.com

⁴ Licenciado em Filosofia, Psicologia e Sociologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 1974), Brasil; bacharel em Agronomia pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF, 1980), Brasil; mestre em Pré-história (2001) e doutor em Arqueologia (2007) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil; Professor adjunto 3, no Colegiado do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Brasil; tutor do Grupo Programa de Educação Tutorial de Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco PET-Arqueologia / UNIVASF. E-mail: celito.kestering@gmail.com

⁵ Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 1983); Mestre (2001) e doutora (2007) em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil; Funcionária DAS do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Email: anastelanegreiros@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos anos 1970, iniciaram-se os primeiros estudos arqueológicos na região Sudeste do Piauí. Eles resultaram de uma parceria entre os governos do Brasil e da França, conhecida como Missão Franco-Brasileira. O interesse pelo desenvolvimento de pesquisas na região decorreu da constatação de expressiva quantidade de registros rupestres, ferramentas líticas, artefatos cerâmicos, restos de fogueiras e enterramentos.

Além de sítios pré-históricos, também foram pesquisados alguns sítios históricos do início do século XX e de períodos mais recentes. Esses pertencem ao ciclo de exploração do látex de maniçoba cujas lembranças ainda pululam nas mentes dos anciãos da região. No entanto, são incipientes as pesquisas arqueológicas direcionadas às fazendas de gado.

Buscando estudar esse tipo de estabelecimento sob o ponto de vista arqueológico, elege-se como objeto de estudo a Fazenda Água Verde, implantada no período colonial. Além de ter sido detentora de um profícuo contexto econômico, ela possibilita a produção de conhecimentos referentes à história do Sudeste do Piauí (COSTA, 1974 [1909], *apud* LEITE, 1938). Ela tem sua origem em um contexto sobre o que a memória coletiva nada informa. É mencionada, apenas, em pequenos e dispersos fragmentos historiográficos de Alencastre (1857), Leite (1938), Costa (1974), Nunes (2001) e Oliveira (2007).

Localizada no município de Coronel José Dias - PI, a Fazenda Água Verde tem um contexto histórico que remete ao processo de colonização do Piauí. Abarca a implantação dos primeiros currais. Passa pelo período Jesuíta e chega à guerra de conquista contra os índios. Ao longo de sua existência, pertenceu a muitos proprietários dentre os quais se destaca o capitão Thomaz Gonçalves de Assis, vulgo Capitão Tomazinho.

Pretende-se com este trabalho identificar elementos que permitam propor que a antiga residência do Capitão Tomazinho foi a sede original da Fazenda Água Verde, referida nos fragmentos historiográficos. A sua configuração arquitetônica e a sua localização, privilegiada pela abundância de recursos e pela acessibilidade aos centros consumidores, reforçam a hipótese que se formula ao iniciar esta pesquisa.

Para auxiliar na obtenção dos dados, adotam-se procedimentos como: levantamento histórico (documental e cartográfico); análise das técnicas construtivas da antiga residência do Capitão Tomazinho; produção de plantas da aludida residência, com a localização de estruturas e artefatos arqueológicos do seu entorno próximo.

Estuda-se o contexto espacial da residência do Capitão Tomazinho em escalas macro, semi-micro e micro (CLARKE, 1977). No nível macro identifica-se a relação espacial entre a área em que está situado o referido sítio e alguns estabelecimentos coloniais rurais do vale do rio Piauí, com vistas a averiguar sua recorrência espacial ao longo dos séculos. No nível semi-micro, identificam-se locais com concentração de material arqueológico e estruturas no entorno da residência que se supõe ter sido a sede da fazenda Água

Verde, bem como as possíveis áreas de aquisição de matéria prima. No nível micro estuda-se a casa (ou sítio, propriamente dito), descrevendo a setorização de seus espaços, as técnicas e os materiais empregados na sua construção.

CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO DA FAZENDA ÁGUA VERDE

A segunda metade do século XVII marca o início da colonização do território que se configurou como Capitania do Piauí. Tal processo iniciou-se pelo projeto de afastamento do gado das zonas litorâneas produtoras de cana de açúcar. A interiorização da pecuária resultou em um constante estado de tensão e disputa entre a frente colonizadora e as nações indígenas, pela posse e defesa da terra (OLIVEIRA, 2007).

Concebida em primeira instância como uma estratégia de apropriação territorial, a implantação das fazendas para a criação de gado sob o regime escravocrata propiciou não apenas o desenvolvimento econômico, mas o surgimento dos primeiros núcleos urbanos no novo território colonial. Segundo Prado Júnior (1973, p. 66).

Tais fatores proporcionaram a conversão da região em um corredor de integração 'confiável' entre os estados do Grão-Pará e Brasil, possibilitando, por exemplo, o deslocamento de pessoas e rebanhos de gado para o abastecimento da região das Minas Gerais no auge do período da mineração.

Prado Júnior (1973) menciona, também, que a criação do gado bovino no Piauí passou por um crescimento considerável nos séculos XVII e XVIII. Enviavam-se, então, boiadas para Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande. Para Nunes (1973), essa região, por circunstâncias especiais, chegou a reter o mais rico rebanho de todo o império colonial português na América. Para alcançar essa riqueza, foi necessário conquistar a região pela ação de sertanistas e missionários religiosos, com destaque para a Companhia de Jesus.

O assentamento das primeiras fazendas de gado no Sudeste do Piauí aconteceu pelas cabeceiras dos rios Gurgueia e Piauí. Expedicionários da Casa da Torre, como Domingos Afonso Mafrense, Francisco Dias de Ávila, Julião Afonso Serra e Bernardo Pereira Gago obtiveram grandes extensões de terras concedidas pelo governador pernambucano, D. Pedro de Almeida. Para compreender a dinâmica do processo de colonização do território que, em meados do século XVIII, tornou-se, a Capitania de São José do Piauí, Fonseca (2011 *apud* ASSIS, 2012), propôs que se compreendam, primeiramente, os termos sesmaria e fazenda.

SESMARIAS

Sesmaria corresponde a uma designação burocrática colonial que define o processo de divisão, organização e estabelecimento dos limites da área de terra de um indivíduo, genericamente conhecido como sesmeiro. Segundo Assis (2012), a sesmaria pode ser vista como uma frente pioneira de formação territorial porque a sua concessão resultava de uma expedição de reconhecimento que a antecedia.

Sobre esse processo, diversas foram as condições envolvidas nas concessões de sesmarias, tais como a medição, a confirmação e o cultivo da terra; ser cristão o concessionário e submeter-se ao pagamento do dízimo; realizar solicitação de terra por petição, na qual deveriam constar os nomes do requerente e do lugar onde residia, a situação geográfica da terra, sua extensão e limites, bem como sua destinação (ASSIS, 2012, p. 30).

Assis (2012) lembra, ainda, que as primeiras doações de sesmarias na área que posteriormente viria ser a capitania de São José do Piauí foram concedidas em 1676. No começo do processo de doação destas terras, observava-se a extensão de 10 léguas em quadro cujo limite ou “frente” era sempre a margem de um rio (KNOX, 1986). A partir dos séculos XVIII e XIX, ocorreram modificações na sua morfologia e nas suas delimitações. Estas decaíram para três léguas de comprimento por uma de largura. Entre duas sesmarias conservava-se uma légua, sem quaisquer benfeitorias, para servidão pública. Knox (1986) menciona que uma sesmaria poderia conter várias fazendas, além de sítios de lavoura ou roças para o cultivo de produtos de primeira ordem. O maior número desses estabelecimentos, associados a outras benfeitorias e à dimensão dos rebanhos bovino e cavalariço, denotava sucesso econômico e prestígio social.

FAZENDAS

Apesar da sazonalidade das chuvas, o processo colonial de criação de gado no sertão piauiense era vantajoso. Edificava-se um aparato extremamente simples que atendia às necessidades básicas na lida com os animais. Este consistia na estrutura da fazenda, cuja implantação era influenciada por outros dois elementos: os pastos e currais (ASSIS, 2012).

Os pastos correspondiam aos locais de forrageio do gado que, proporcionado pela mobilidade da cria extensiva, acabava se estabelecendo em zonas de pastagem com condições mais brandas onde a oferta de alimento associava-se à de água. Concentravam-se, geralmente, em brejos, baixadas ou veredas. O pasto onde os rebanhos tinham um maior desenvolvimento concentrava-se nos campos de capim mimoso situados em toda a porção oriental do Piauí e partes do Ceará (GARDNER, 1975).

Nas fazendas de pasto agreste, 300 vacas produzem 130 bezerros, sendo que as que parem em um ano, descansam o ano seguinte; nas fazendas chamadas de mimoso, em que o pasto é bastante suculento, 300 vacas produzem 250 bezerros anualmente, isto é, sem interrupção. O que se diz acerca do gado vacum é extensivo ao cavalari (D'ALENCASTRE, 1857, p. 113).

O pasto mimoso não se caracterizava por uma determinada espécie de capim, mas compreendia todo o bioma da caatinga. Para Gardner (1975, p. 117),

[O pasto mimoso] distingue-se pela delicadeza da fibra, rigidez das folhas, presença de pelos, espinhos ou acúleos e suco leitoso, espesso e frequente. A grama dos pastos é pela grande parte anual, geralmente de um verde mais vivo e folhas mais flexíveis e tenras, que as dos campos agrestes. O gado criado no sertão mimoso engorda logo após as primeiras chuvas, e sua carne é muito mais apreciada que as que se alimentam nas rudes pastagens dos distritos agrestes.

Os locais com fartura de água e pastagens eram conhecidos como malhadas ou malhadores. Situavam-se em terrenos planos, próximo a baixadas e brejos onde havia árvores frondosas como juazeiros e oitis em cujas sombras a temperatura era mais branda. Às vezes localizavam-se em terrenos salobros, próximo a lagoas ou mesmo nas margens dos rios intermitentes. Em função da aglomeração de gado que se arrebanhava, estabelecia-se nela um curral, um roçado para subsistência e um casebre que, não poucas vezes, se transformava em sede de fazenda (MOTT, 1985).

Segundo Knox (1985), o curral era o local de maior significância da fazenda. Nele o gado descansava enquanto ocorriam as deliberações mais importantes. Os senhores faziam suas notificações aos capatazes e pequenos ajudantes. Nele ocorria, também, a separação dos bezerros que seriam oferecidos como forma de pagamento aos serviços do vaqueiro. De acordo com Knox (1995, p. 155):

Em cada fazenda deve haver pelo menos três currais, que tomam diversos nomes conforme o serviço que prestam. Chamam curral de vaquejada àquele em que se recebe gado que tem de ser vendido, onde se tira o leite, onde se faz o rol de porteiras; curral de apartar em que se recebe todo o gado indistintamente para depois ser distribuído pelas diferentes acomodações; curral de benefício onde se recolhe os garrotes para serem ferrados e para se fazerem as partilhas dos vaqueiros.

Nos currais realizavam-se, ainda, as marcações a ferro quente nas ancas dos animais; eram aparadas as pontas das crinas e dos rabos; serravam-se os chifres muito pontiagudos que podiam

engalfinhar o gado nos matos e faziam-se castrações. Estas últimas eram importantes para a engorda dos novilhos e posterior comercialização (PORTO, 1974). Os currais tinham uma conotação de núcleo das atividades essenciais de uma fazenda de gado. Para Assis (2009), o valor dos currais dependia do tamanho, do cuidado na confecção, além da madeira empregada. Nessas condições, eles eram considerados mais valiosos do que as próprias moradias. Sua extensão era diversificada, sendo determinada por algumas variáveis.

O tamanho do curral era uma condição determinada pelo tamanho do rebanho e pela produção de bezerros no espaço de um ano, podendo se estender por um quilômetro quadrado ou mais. São constituídos por cercas em madeira de lei, como aroeira caracu, angelim cedro candeia, caroba, jatobá. E outros do período colonial apresentavam grandes extensões de muros de pedras (NUNES, 2001, p. 67).

Cronistas e viajantes do início do século XIX, como Spix e Martius ([1981], 1818), Gardner (1975), Koster (2002) enfatizavam que o tamanho e a imponência desses cercados, revelavam a importância e o valor econômico da propriedade. Era comum se deparar com propriedades que possuíam mais de duas mil cabeças de gado, com residência simples e tosca, contratando, com currais bem feitos e organizados.

Quanto à implantação das casas de fazendas, Silva Filho (2007) destaca a sua articulação com o território. Afirma que é perceptível a preferência pela construção em outeiros que se destacam na paisagem, como também se observam construções encravadas em brejos e nas margens de rios.

Relativo à configuração construtiva das fazendas de gado, funcionalidade, simplicidade e rusticidade são os adjetivos adequados para descrever a maioria desses estabelecimentos rurais no Sudeste do Piauí colonial (ANÔNIMO, 1814). Eram compostas, comumente, por uma casa para acomodar o dono ou seu representante, erguida com adobe ou taipa. Silva Filho (2007, p. 78) observa que havia:

[...] a disposição de um grande terreiro no entorno, para identificar qualquer movimento estranho nas proximidades da casa. Muitos desses terreiros se conservam cercados para resguardar dos animais. Terreiros que no passado, por vezes, transformara-se em adros de igrejas e praças de arraiais.

As moradas dos vaqueiros e agregados eram bem mais simples. Constituíam-se, geralmente, de uma choça, coberta de elementos perecíveis como palha ou casca de madeira (NEIVA e PENA, 1999) e distribuíam-se a uma distância considerável da residência principal. Esse artifício é visto por Knox (1995) como uma maneira de assegurar a privacidade da sede da fazenda. Como regra geral, uma fazenda que

possuísse muitas casas de trabalhadores ou escravos era vista como próspera. Tinha status de bem desenvolvida e era considerada referência em uma região.

CONTEXTO HISTÓRICO

No ano de 1711 faleceu Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Afonso Sertão, um dos principais sesmeiros da Capitania do Piauí. Em testamento, Domingos Afonso concedeu a posse de várias das suas fazendas à Companhia de Jesus, representada, então, pelo reitor do Colégio da Bahia. Não tardou muito para que a Companhia de Jesus ampliasse o seu patrimônio. Essa ordem tinha o objetivo de difundir as práticas missionárias amalgamadas ao pastoreio e à conversão ideológica dos povos nativos, com o escopo maior de ampliar os domínios da Igreja, e engrandecer a reputação do Colégio da Bahia que detinha a responsabilidade administrativa sobre as fazendas. Segundo Leite (1938, p. 553):

Por esses tempos, as propriedades passam a ser conhecidas como “Fazendas da Capela”, as quais, no ano de 1739, já possuíam a extensão de 100 léguas e em 1757, poucos anos antes da expropriação dos jesuítas pelo governo português, possuíam um rebanho de 32.000 cabeças de gado vacum.

O registro mais antigo de que se tem conhecimento remete a Fazenda Água Verde à primeira metade do século XVIII, quando ela atrelava-se ao conjunto dos bens da Companhia de Jesus por uma doação de Martinho Soares. No período em que esteve sob a posse dos Jesuítas, ela rendeu muitos benefícios financeiros. De acordo com D’Alencastre (1857) consta no inventário dos bens da Companhia de Jesus, que o seu capital bruto era de 3:425\$820, sendo 2:500\$000 referentes à produção de gado vacum, 2:500\$000 oriundos do gado cavalari e 83\$334 a parte da produção pertencente aos vaqueiros (quarta parte). Ela foi citada pelo mesmo autor, como a quarta fazenda mais rentável da Ordem Jesuíta no sertão do Piauí. Dela, juntamente com as de Castelo e de Campo Grande, obtinha-se a fonte de renda para custear as despesas de jovens Jesuítas do noviciado do Colégio da Bahia, em Salvador (LEITE, 1938). É provável que seu sucesso econômico decorresse da localização geográfica, dos recursos hídricos disponíveis e da natureza do pasto. O florescimento Jesuíta permaneceu em constante ascensão até 1759, quando o Marquês de Pombal determinou a expulsão da Companhia de Jesus do império português, juntamente com o sequestro de todos os seus bens.

Com o confisco dos bens dos jesuítas na Capitania do Piauí, algumas das fazendas que lhes pertenciam passaram para a administração da Coroa portuguesa com o gerenciamento da Inspeção Canindé que se localizava ao longo do rio Canindé; da Inspeção Nazaré, ao longo dos rios Parnaíba e da Inspeção do Piauí, ao longo do rio homônimo. As inspeções possuíam sedes próprias, também conhecidas como

“residências”, e eram administradas por pessoas contratadas pelo tesouro real (LEITE, 1938). Outras foram doadas a particulares, principalmente funcionários apadrinhados do Estado e da administração colonial, ou como forma de reconhecimento à prestação de serviços dos oficiais do exército, que tinham se aposentado no ofício militar, em estado de miséria. Costa (1974) menciona que a Fazenda Água Verde foi doada ao capitão Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco. A partir da segunda metade do século XVIII, essa fazenda foi submetida a vários ciclos de abandono e reocupação, motivados, sobretudo, pelos constantes ataques dos índios Pimenteiras aos moradores e ao gado.

Em 1779, durante a entrada que visava contatar os índios Pimenteiras, a tropa do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco arranchou-se na Fazenda Água Verde. Nela trocou seis bois magros do seu rebanho por seis vacas gordas da fazenda. Ao fim da expedição, em regresso a Oeiras, a tropa passou pela mesma fazenda (OLIVEIRA, 2007).

Em 1798, para proteger as fazendas na ribeira do Piauí dos constantes ataques dos índios, a Junta Governativa da Capitania determinou que algumas fazendas, incluindo a Água Verde, fossem guarnecidas por um grupo de, no mínimo, quatro soldados bem armados e municiados que deveria ser substituído por outro a cada vinte ou trinta dias. Essa estratégia ficou conhecida como “escoltas volantes”. No início do século XIX, a Água Verde foi uma das fazendas abandonadas em decorrência dos ataques dos índios. Em 1807, ela foi utilizada como sede para as tropas do capitão de infantaria maior do exército, José Dias Soares que, desde o final do século XVIII, era responsável pelo seu comando, no quarto e decisivo período da guerra de conquista do Sudeste do Piauí (OLIVEIRA, 2007).

Em 1809, José Dias Soares realizou outra expedição composta de três divisões de cento e cinquenta soldados, estabelecendo base e presídio na Fazenda Água Verde. Seu objetivo era combater os índios que continuavam atacando as fazendas das ribeiras do Piauí, destruindo o gado, ateando fogo às casas e matando seus moradores. Dentre as fazendas atacadas e incendiadas nesta região, constam os sítios Aldeia e Cavaleiro (OLIVEIRA, 2007). Após o período que sucedeu a guerra em 1815, a fazenda Água Verde passou pelas mãos de vários proprietários.

CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO

Nas fases iniciais do período republicano, a situação sociopolítica nordestina sustentava-se na atuação e no poder dos coronéis e chefes políticos regionais. Segundo Castro (2010 *apud* SANTANA, 2010, p. 44),

O coronelismo correspondia a uma rede de interesses, que garantia para uma pequena oligarquia o controle do estado, das cidades e localidades inseridas na área de atuação. Esse arranjo político tornou possível a permanência no poder de uma reduzida

elite agrária durante várias décadas seguidas. As raízes do coronelismo provêm da tradição patriarcal brasileira e do arcaísmo da estrutura agropecuária no interior remoto do país. Detentores do poder político e econômico, oriundos do monopólio da terra e do controle das armas, os coronéis estavam espalhados por todo o sertão nordestino. Entre eles ocorriam intensas disputas pelo poder, quase sempre permeados pela violência.

Nesse contexto político atuou o capitão Thomaz Gonçalves de Assis, vulgo Capitão Tomazinho. O capitão Thomaz não era militar. Por conta de arranjos e conchavos políticos, adquiriu essa patente, com a qual exercia fortes influências políticas e financeiras regionais. Além de elevar seu status, dava-lhe poder de vida ou morte e a conseqüente capacidade de influenciar e, de certa maneira, determinar resultados eleitorais (HOLANDA, 1973). Segundo Joana Dias de Assis (2011), “o Capitão Tomazinho exerceu forte influência na política regional. Tinha voz altiva, forte o suficiente para eleger o político que lhe apetecesse”.

O Capitão Tomazinho tomou posse da fazenda no final do século XIX. Segundo informações orais de contemporâneos, ele chegou a possuir um rebanho de mil cabeças de gado. Ocupava, assim, uma posição de prestígio entre os demais criadores. Por conta desse destaque econômico e político, edificou-se uma praça em sua homenagem, o Largo Capitão Tomazinho, no centro da cidade, próximo à igreja Matriz de São Raimundo Nonato.

A FAZENDA ÁGUA VERDE E A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Atualmente existe uma edificação antiga e abandonada na Fazenda Água Verde que pertence aos netos do Capitão Tomazinho. Por informações obtidas na cartografia histórica da região, observa-se que há coincidência na localização desta com a da antiga fazenda colonial. Segundo relatos orais, a edificação atual foi residência do Capitão Tomazinho.

Através de análises múltiplas e abrangentes, a Arqueologia Histórica busca compreender os aspectos e as implicações que envolveram a construção do mundo moderno, principalmente a partir do momento em que estes fatores passaram a apresentar características globalizantes. O marco desse fenômeno socioeconômico é a expansão do mercantilismo europeu, pelas grandes navegações iniciadas no final do século XV e o capitalismo, com sua influência nas sociedades contemporâneas (ORSER, 2000).

A Arqueologia Histórica baseia-se essencialmente no fenômeno da globalização e nos seus resultados socioeconômicos e culturais, sobretudo os efeitos materiais que se atrelam à configuração do mundo contemporâneo. Deetz (1977) descreve-a como a disciplina que estuda o resultado da expansão da cultura europeia sobre o mundo não europeu. Da mesma forma, Gaspar (2003) considera a Arqueologia Histórica como um campo do saber que dá conta da introdução e do desenvolvimento de novas práticas

políticas, sociais e econômicas que caracterizavam países europeus em seu processo de ocupação das terras indígenas na América do Sul.

Os estudos de Arqueologia Histórica vão além de simples análises da cultura material posterior à época da expansão europeia e introdução de seu modelo colonizador. Eles abrangem períodos que se aproximam ou mesmo penetram a contemporaneidade, sendo passíveis de direcionamentos, abordagens e problemáticas de múltiplos contextos. A Arqueologia Histórica serve-se de fontes diversas, como estruturas, artefatos, fontes orais, documentos escritos, elementos pictóricos, iconografia e mapas.

Para Orser (1992), estrutura é qualquer evidência da presença humana que não pode ser removida do sítio, mas fornece informações abundantes sobre as atividades e relações estabelecidas no contexto social que a originou. Segundo Oliveira (2009), ela deve ser considerada como superartefato porque está inserida em um dado tempo e espaço. Ela é produto e produtora de relações sociais porque resulta do lado inventivo humano e reflete o modo de vida dos indivíduos que ali se estabeleceram.

Através do estudo das estruturas arqueológicas históricas, das técnicas e materiais empregados na construção destas, em conjunto com outros elementos, associados ao contexto temporal e espacial, muitos resultados podem ser obtidos, tais como: a função da edificação; se ocorreram ou não reformas, o período em que foi construída (SYMANSKI, 2007, p. 64).

No sítio arqueológico Fazenda Água Verde conservam-se valiosas informações que a remetem aos estabelecimentos rurais do período de colonização do Piauí. Enquadra-se na arquitetura vernácula porque congrega elementos próprios, com particularidades regionais e técnicas construtivas nas quais os indivíduos se valem do próprio entorno para obtenção de matéria-prima. Para Oliveira (2001 e 2004), a inserção de uma habitação em determinado ambiente ocorre principalmente pela oferta de materiais empregados na sua construção. As formas da arquitetura vernácula são concebidas para atender a necessidades econômicas e acomodar valores. Elas são o reflexo direto do modo de vida da sociedade que a produziu.

Essa expressão [arquitetônica], nos chama a atenção para as mais variadas formas de entendimento e representação espacial do ambiente em que se vive. A adaptabilidade e a capacidade de aprender e apreender o ambiente torna a “Arquitetura não-profissional” muito interessante e digna dos mais variados estudos (LIMA JÚNIOR, 2007, p. 5).

Em termos gerais, tal modelo de construção representa uma oposição à arquitetura formal ou profissional, por não demandar rigor de conhecimentos teóricos e metodológicos tradicionalmente adquiridos no âmbito acadêmico. Para Lima Júnior (2007, p. 5), “essa arquitetura espontânea é fruto de uma

vivência muito íntima com o meio ambiente, reflete traços culturais que ascendem ao sangue indígena ou negro, transpondo assim, barreiras temporais e geográficas”. A estrutura da sede antiga da Fazenda Água Verde integra-se ao contexto das edificações com argila e barro.

A FAZENDA ÁGUA VERDE NO CONTEXTO DAS EDIFICAÇÕES COM ARGILA E BARRO

O costume de erguer edificações com argila ou barro não submetido à queima (arquitetura de terra), existe a cerca de dez mil anos, quando a humanidade criou o hábito de construir cidades. Essa prática desenvolveu-se, principalmente, em regiões do Oriente como a Mesopotâmia. Costa (1941), Saia (1995) e Vitruvius (2002) propõem que os famosos jardins da Babilônia foram edificados em “arquitetura de terra”. No Egito antigo ergueram-se pirâmides de terra, cujas ruínas alcançaram nossos dias. Na China, uma porção da grande muralha foi construída com barro amassado e adobe.

De acordo com Ribeiro (1998), essa prática não se restringiu às grandes civilizações do Oriente Antigo. Em Portugal, o emprego de terra nas várias modalidades construtivas foi incrementado pelos romanos, porém a continuidade de seu uso ocorreu, provavelmente, pelos mouros. No Brasil, apesar de ser um dos sistemas construtivos mais antigos, ela persiste nos dias atuais.

Casas de pau a pique ou taipa

De acordo com Silva Filho (2007), no interior do Nordeste, onde há reduzida precipitação pluviométrica, o uso da arquitetura de terra na construção das residências coloniais foi muito recorrente. Apresenta nomenclaturas como pau-a-pique ou taipa de sabre (de mão, de varas, de sopapo, de pilão, etc.). No Piauí, este tipo de estrutura é conhecido simplesmente como taipa. A taipa de mão consiste na armação de uma trama de estacas, perpendicular aos baldrames e flechais.

Baldrame é o embasamento de pedra corrida ao longo das paredes de uma edificação ou à linha de madeira assente no alicerce. Ele serve de apoio às varas de alvenaria pau-a-pique e de travamento dos esteios (SILVA FILHO, 2007).

Frechal é uma viga justaposta acima das paredes. Ele serve de apoio aos caibros e tirantes dos telhados (SILVA FILHO, 2007). Nos espaços entre o baldrame e o frechal monta-se a trama que é composta por hastes de espessuras variadas. As madeiras dispostas em posição vertical são denominadas “piques”. Elas são fixadas nas aberturas feitas nas pedras do baldrame. As horizontais são chamadas de caibros ou ripas. São afixadas umas às outras por meio de uma amarração com variados tipos de cipós ou fibras vegetais.

A partir da armação em madeiras, faz-se sobre ela o arremesso de uma pasta de barro. Com as mãos molda-se e compacta-se a parede, pelo lado interno e externo. O barro deve ser de qualidade. No seu preparo adiciona-se, para isso, uma porção de argila e areia. Ela garante a aglutinação e reduz o esfarelamento. Para Ribeiro (1998), ainda poderiam ser adicionados outros elementos ao composto, como cacos de cerâmica, folhas e cascas secas de árvores (FIGURA 01). No período colonial, existia uma tradição de besuntar sangue de boi nesta mistura, por se tratar de um elemento com elevado fator aglutinante (ALEXANDRIA & LOPES, 2009).



Figura 01: Parede de uma casa de taipa (Foto: Rômulo Macedo, 2013)

Casas de adobe

Outro material construtivo comum na região Nordeste é o adobe. O termo adobe origina-se da expressão árabe *attobi* que significa tijolo de terra crua. Trata-se de um paralelepípedo de barro cru, de produção é artesanal, com a mistura de argila e cascalhos (RIBEIRO, 1998). Para a sua confecção, escolhe-se um local com argila cuja composição mineral seja majoritariamente de óxido de ferro. Em seguida escava-se, esmaga-se e adiciona-se uma quantidade de água, que lhe assegure propriedades plásticas para serem moldadas até o “ponto de cura”. Podem-se adicionar outros elementos como areias, componentes orgânicos variados, como fibras vegetais, esterco de gado, pelos ou crinas de jumentos e cavalos, além de peles secas de sapo cururu e carapaça de tatu. O material é, então, exposto ao sol durante um dia e ao sereno durante

uma noite. No dia seguinte a pasta argilosa recebe outra quantidade de água e é pisoteada até atingir o “ponto de forma”. Em seguida é moldada no formato de paralelepípedo em formas ou grades de madeira, que podem ser de variados tamanhos. Por fim, põem-se para secar ao sol, para garantir uma maior consistência e durabilidade.

Sobre a estrutura do baldrame são assentadas as primeiras fiadas de adobe, em duplas e com alternância. Pela disposição dos blocos, as fiadas eram denominadas **a tição**, que corresponde à colocação dos adobes na vertical, ou **a vela**, na horizontal (ALEXANDRIA e LOPES, 2009). A utilização desse artifício técnico gerava paredes robustas e bem amarradas. Garantia-se, assim, maior segurança e longevidade dessas construções coloniais (FIGURA 02).

Na base de casas rurais (de taipa ou de adobe), utilizava-se um baldrame com pedras encaixadas e sobrepostas (NEGREIROS, 2012) e uma pequena quantidade de argila entre elas. Para isso, coletavam-se rochas xistosas de aspecto folheado, nas imediações. O emprego desse tipo de mineral justificava-se por ser maleável. Dele se podiam retirar lâminas de tamanho e forma desejados, por meio de uma ferramenta de talhar. Desse modo, garantia-se a estabilidade e uniformidade na espessura do baldrame, com bom nivelamento da estrutura.

Os pisos das residências mais humildes (de taipa ou de adobe) eram de terra batida. Nas casas mais abastadas, usavam-se ladrilhos de adobe atijolado (SILVA FILHO, 2007). As coberturas eram de materiais diversificados como cascas secas de árvores ou folhas de carnaúba (*Copernicia cerifera*). Predominava a utilização de telhas de barro de produção local ou regional. Essas se diferenciavam no tamanho, na espessura, no tratamento de superfície e na queima (LIMA JÚNIOR, 2007).

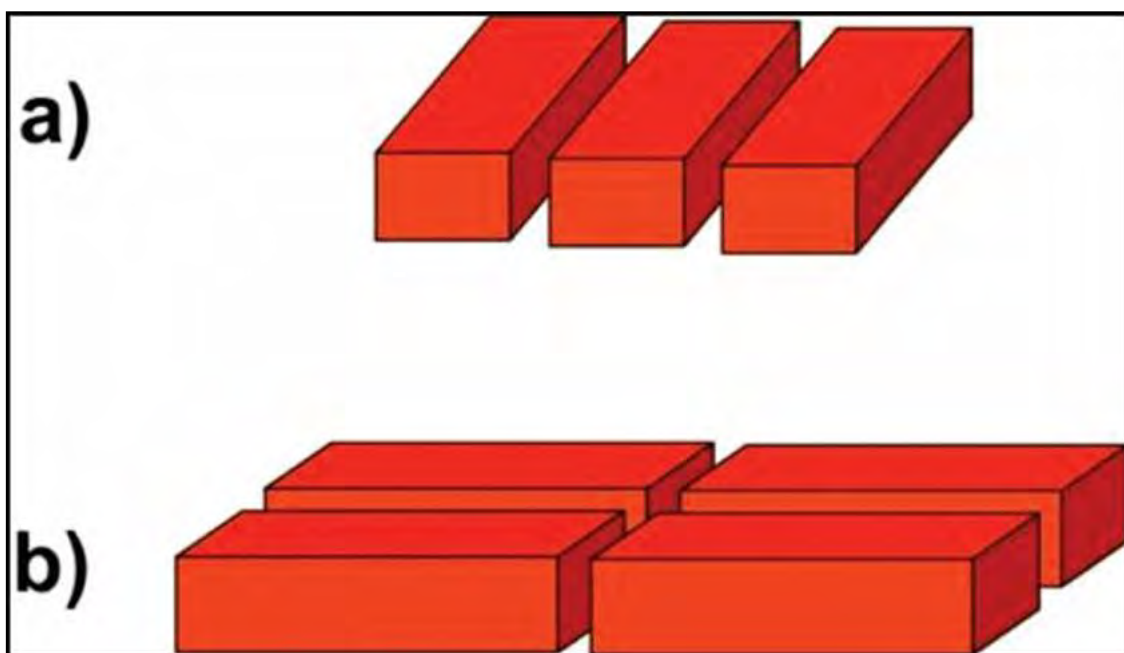


Figura 02: Blocos de adobe: a) a tição; b) a vela (Fonte: ALEXANDRIA e LOPES, 2009)

A EDIFICAÇÃO COMO O RESULTADO DO DOMÍNIO SOBRE O ESPAÇO

A setorização dessas edificações fornece informações relacionadas tanto ao funcionamento quanto à hierarquia e aos modelos de circulação interna. É, também, um indicativo de hábitos comportamentais do grupo familiar. Não se desconsidera, porém, que nessas residências, os cômodos podiam ter empregos diversificados. Segundo Rapport (1972 *apud* OLIVEIRA, 2004), as variáveis sociais e culturais que mais alteram a forma das edificações vernáculas são as necessidades básicas, a família, a situação das mulheres, a privacidade e a comunicação social. Fatores da estrutura familiar como a comunicação social, privacidade, podem produzir diferentes configurações espaciais na habitação e no ambiente. Considera-se o modelo arquitetônico vernáculo como uma estratégia humana inconsciente de exercer domínio sobre o espaço.

A partir do momento que o homem apropria-se e emprega em seu favor, alguns dos principais elementos materiais compositores do meio físico, ele deixa de ocupar um papel de 'passividade' perante o meio. Insere-se em uma categoria de ser atuante, modificador, que molda de acordo com suas necessidades o local onde habita, ou que pretende habitar, produzindo assim um novo cenário, composto de espaços próprios para sua atuação (SANTOS, 1988, p. 12).

Segundo Zarankin (2002), os humanos percebem o mundo na fixação de espaços, que se transformam em lugares. O espaço passa a ser domesticado em sua totalidade quando é transformado em lugar. A efetivação do domínio ocorre somente a partir de uma tomada de consciência sobre o espaço, com sua ocupação e utilização. No entanto, para que esta concepção ocorra é necessária uma nomeação do espaço, além de intervenções e alterações reconhecidas pela inserção de elementos arquitetônicos. Uma configuração instantânea de posições, em que cada elemento recebe sua locação própria, é um indicativo de estabilidade. Nessa concepção, espaço é um lugar praticado. Nele inserem-se elementos móveis nos vetores de direção, velocidades e variáveis temporais. Desse modo, ao tempo em que percebem, delimitam e reconfiguram o meio físico, os humanos passam a viver em uma realidade espacial culturalmente concebida.

Para situar a presente pesquisa no espaço, considera-se a Fazenda Água Verde como fruto de uma construção social e cultural. Buscam-se as variáveis que condicionaram seu estabelecimento enquanto **lugar**. Propõe-se, para isso, um diálogo com os pressupostos da Arqueologia Espacial que se direciona à análise da organização, dimensão e distribuição dos sítios arqueológicos em um dado território. Busca indícios relacionados às variáveis que influenciam nas escolhas humanas por ambientes específicos (CLARKE, 1977). Os fatores em questão podem ser culturais, ideológicos, sociais e econômicos.

Os primeiros estudos em Arqueologia Espacial tiveram início nas décadas de 1970 e 1980. A análise espacial tem como escopo buscar a compreensão das relações sociais entre os elementos

compositores da estrutura espacial. Ela considera as variantes externas ao homem, presentes no território, como condicionantes da configuração do espaço, enquanto produto específico humano.

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O sítio arqueológico Fazenda Água Verde localiza-se em um lugarejo homônimo situado no vale do rio Piauí que, no período colonial fazia parte do desconhecido e inóspito sertão dos Pimenteiros (FIGURA 03). Enquanto o litoral era visto como o centro embrionário e irradiador da civilização, o sertão era considerado o mundo de grotões incultos e de espaços bravios a serem dominados (APOLINARIO, 2006, p. 46).



Figura 03 Mapa de acesso à Fazenda Água Verde (Fonte: Adaptado do Google Earth, 2013)

A estrutura do sítio arqueológico foi edificada na borda de um terraço de inundação da margem direita do rio Piauí, distante 48 km da sede do município de Coronel José Dias. Situa-se à montante do riacho São Gonçalo e à jusante do riacho da Lagoinha, nas coordenadas UTM23L 802497 e UTMN 9024988 (DATUM WGS84), a 385 m de altitude (NEGREIROS, 2010). Pela análise comparativa de imagens de satélites com mapas do período colonial, constata-se coincidência entre a sede da atual Fazenda Água Verde com topônimos da historiografia. Afere-se a mesma coincidência com as fazendas Almas e Caiçara, situadas à sua montante e Tabuleiro Alto, à sua jusante (FIGURA 04).

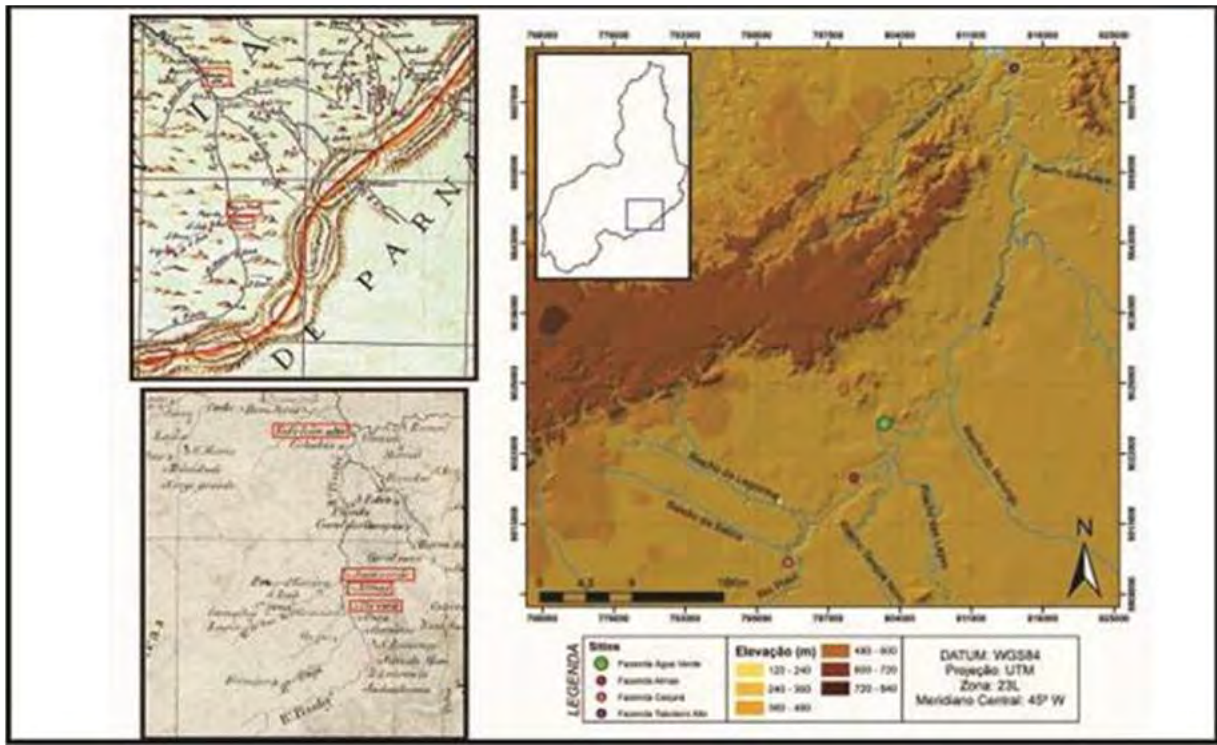


Figura 04: Relação espacial recorrente das fazendas Água Verde, Almas, Caiçara e Tabuleiro Alto
(Fonte: GALUCIO, 1760; SCHWARZMANN, 1828)

Na área da Fazenda Água Verde, identificaram-se artefatos arqueológicos históricos, concentração de artefatos líticos, jazidas minerais de construção e uma edificação. Localizaram-se duas concentrações de materiais. Uma delas, superior a 744 m² localiza-se a 40 m da residência, no sentido oeste. Nela o sedimento é escuro e compactado. Em sua superfície há fragmentos de louças com decoração policrômica, cerâmica, vidro colorido e transparente, bem como artefatos de metal, lascas e núcleos em sílex, fragmentos ósseos e restos de carapaças de tatu bola. Conforme informações orais de Aristides de Oliveira (2011), até meados da década de 1970, havia um curral com grandes mourões de aroeira no local.

Outra área com vestígios arqueológicos localiza-se a, aproximadamente, quatro metros da residência, no sentido nordeste. Essa tem abrangência de 25 m². Nela há fragmentos de cerâmica, louça, vidro, porcelana, material ferroso e ladrilhos do tipo atijolado.

Na margem direita do rio, a cerca de 400 metros no sentido sudoeste da residência há um cemitério no qual, segundo Aristides de Oliveira (2011) enterraram-se muitos índios e caboclos. O cemitério mede 40 m de comprimento por 16 m de largura. É delimitado por uma meia-parede de adobe com, aproximadamente, um metro de altura. Nele há muitas sepulturas simples, circundadas por matacões, algumas anunciadas por pequenas e singelas cruces de umburana. O mais antigo sepultamento com referência cronológica ocorreu em 1947 e o mais recente, em 2005.

Próximo à porta do cemitério, há um amontoado de cal. Trata-se de resquícios do período em que era costume depositar esse derivado do calcário na cova, sobre o caixão ou a rede do defunto, para evitar a

proliferação de miasmas e doenças. Nessa atmosfera de simplicidade destacam-se quatro túmulos de adobe com torres altas, relicários e azulejos com motivos religiosos. Esses pertencem a indivíduos da família Assis. No mais pomposo deles, onde jaz o corpo do Capitão Tomazinho, há uma imagem de São Francisco de Assis (FIGURA 05).

Na margem esquerda do rio Piauí (UTM23L 801821 e UTMN 9025059, DATUM WGS84) há concentração de ferramentas retocadas, lascas e núcleos em sílex, quartzo, quartzito e arenito silicificado, bem como fragmentos cerâmicos.



Figura 05: Cemitério (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)

Constatou-se que o entorno da sede da Fazenda Água Verde há muitos recursos naturais imprescindíveis para a sobrevivência humana. Destaca-se o rio Piauí que, apesar de intermitente, garante o suprimento hídrico mesmo nos períodos de seca. Nele há muitas lagoas e cacimbas de areia em cujas proximidades se recomendavam as instalações de fazendas no período colonial porque elas garantiam a sobrevivência de humanos e animais que habitavam ou transitavam pela região (COUTO, 1697 *apud* ENNES, 1938); MOTT (1985). Nas proximidades da sede da fazenda identificaram-se três cacimbas: uma delas situa-se a 80 m no sentido norte; a outra, a 250 m no sentido oeste; e a terceira a 750 metros.

As rochas utilizadas na construção do baldrame da casa foram retiradas de jazidas localizadas no sopé dos morros do entorno da antiga sede da fazenda. A carnaúba do madeiramento do telhado foi

extraída nas imediações, onde essa espécie de palmeira grassa em abundância. É provável que a jazida de onde se extraía o barro para a confecção de adobes localizava-se próximo ao cemitério.

No povoado de Poço do Angico, a 4 km no sentido noroeste da casa, observou-se um afloramento de rochas calcárias. É provável que a cal empregada na construção, além da que foi usada para inumar os mortos no cemitério, tenha sido produzida a partir dessa jazida.

Na escala micro, fez-se o estudo dos setores da sede da fazenda. Analisaram-se, também, as técnicas e os materiais empregados na sua construção. Viu-se que se trata de uma edificação de pavimento único, com piso de terra batida, com 12 m de frente por 15 m nas laterais, 4,7 m de altura na cumeeira e 2,9 m, no oitão. Nela há nove cômodos. As paredes externas são de adobe, com largura média de 0,3 m a 0,5 m, erguidas a tição e a vela. As paredes internas são de taipa. O revestimento da frente é de cal e argila. Na parede frontal preserva-se um beiral em ladrilho atijolado. O baldrame é constituído de pedras xistosas encaixadas com argamassa de barro. Há oito portas: seis de folha corrida (sem nenhuma divisão em seu corpo) e duas de cancela (com divisões em seu corpo) (SILVA FILHO, 2007). Contabilizam-se, ainda, seis janelas em madeira de jatobá (FIGURAS 06 a 09).



Figura 06: Vistas da casa (Fotos: RIBEIRO, Marcelo Alves e MACÊDO, Rômulo, 2013)

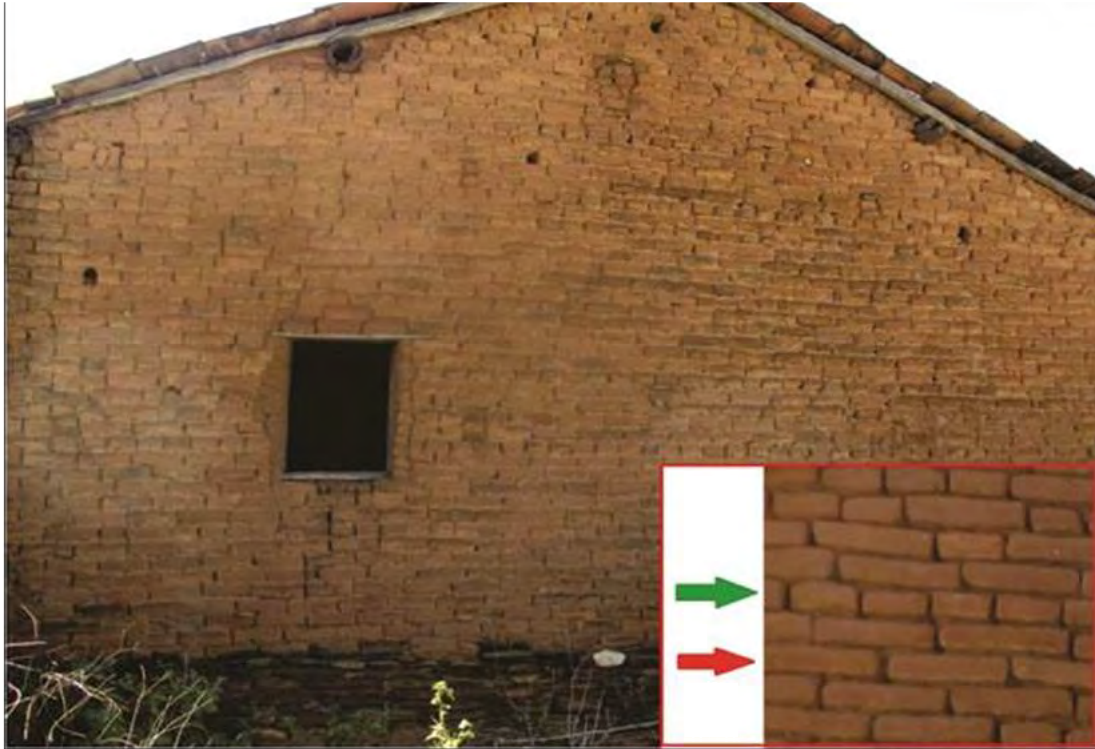


Figura 07: Parede externa de adobe a tijão e a vela (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)



Figura 08: Parede interna de taipa (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves e MACÊDO, Rômulo, 2013)



Figura 09: Baldrame (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)

Ao longo de todas as paredes da parte interna da casa estão fixados cinquenta e cinco suportes que podem ter sido usados como armadores de rede, base para pendurar indumentárias de vaqueiro, espingardas, arreios de couro e cordas. São artefatos de chifre de gado e madeira, fixos a uma equidistância aproximada de sessenta centímetros (FIGURAS 10 e 11).



Figura 10: Tornos de chifre de gado nas paredes (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves e MACÊDO, Rômulo)



Figura 11: Tornos de madeira (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)

O telhado, coberto com telhas de barro, tem duas águas. As linhas do entesouramento são de carnaúba. Elas foram levemente aplainadas nas extremidades para comportar envasamento para o encaixe de uma na outra. Dada a sua simplicidade e eficiência, essa técnica era bastante difundida no emadeiramento das casas do período colonial (SILVA FILHO, 2007). Grossos cravos fixam os locais de intersecção da madeira, juntamente com fibras de caroá *com as quais se complementou a amarração* das linhas (FIGURA 12).



Figura 12: Emadeiramento de carnaúba e fuligem no alto da parede (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora não se disponha de elementos que permitam propor, em caráter conclusivo, que a casa onde o Capitão Tomazinho residiu seja a mesma das referências coloniais, evidências como as datas impressas nas paredes e as técnicas de construção sugerem grande antiguidade. Pode-se propor que a residência que deu origem ao povoado Água Verde tenha sido a sede fazenda setecentista edificada pelos colonizadores, no século XVII. A estrutura habitacional, as técnicas construtivas (taipa e adobe) e os artefatos arqueológicos dão consistência a essa proposição.

A grande quantidade de armadores de rede mostra que a edificação era capaz de abrigar muita gente. É provável que a tropa de 130 homens comandada por João do Rego Castelo Branco, em 1779, e as três divisões de 150 homens comandadas por José Dias Soares, em 1809, abrigaram-se na residência que, posteriormente, pertenceu ao Capitão Tomazinho. Há relatos documentais de que José Dias Soares dirigiu-se a área correspondente à dita fazenda para instituir uma base e um presídio como suportes para o combate aos indígenas.

Outro indício que converge para essa possibilidade relaciona-se à estratégia indígena de atear fogo nas estruturas das fazendas. Isso ocorreu nas fazendas Sítio da Aldeia, Conceição e Cavaleiro (OLIVEIRA, 2007). É muito provável que tenha ocorrido o mesmo na sede da Fazenda Água Verde onde se conserva abundante fuligem no alto de suas paredes internas. É provável que a cobertura da casa original fosse de material comburento, como palha de carnaúba ou cascas de árvores o que era comum em residências daquele período (ANÔNIMO, 1814).

Os artefatos arqueológicos do entorno onde também há restos construtivos, podem ser antigas estruturas da fazenda, tais como currais, casas de vaqueiros, agregados ou escravos. Pode ser ainda que tenham ocorrido várias reconstruções adaptadas a cada nova ocupação. São necessários estudos arqueológicos, com escavações e/ou sondagens, para se chegar a respostas mais consistentes para todas as indagações hipóteses que se formulam no estágio atual da pesquisa.

REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRIA, S.S.; LOPES, W.G.R. *A tradição de construir com terra no semiárido piauiense. In: Sustentabilidade do semiárido*. Teresina: EDUFPI, 2009.
- ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goyas pela Capitania do Piauí. In: *O Patriota*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1814. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso: 03/03/2013.
- APOLINÁRIO, J.R. *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII*. Goiânia: Kelps, 2006.
- ASSIS, N.P.D. *Sítio Arqueológico Brejo de São João: Um Estudo de Caso Sobre a Companhia de Jesus no Piauí – Séc. XVIII* (Monografia) - UNIVASF, 2009.
- ASSIS, N.P.D. *A Capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - UFRN, 2012.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- CLARKE, D. *Arqueologia Analítica*. Barcelona: Bellaterra, 1977.
- COSTA, L. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 09-103, 1941. Disponível em: <[http:// http://bndigital.bn.br](http://http://bndigital.bn.br)>. Acesso: 16/10/2012.
- D'ALENCASTRE, J.M.P. *Memoria chronologica, historica e corographica da provincia do Piauí [1855]*. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XX. Rio de Janeiro, 1857. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso: 10/01/2013.
- DEETZ, J. *In Small things forgotten*. New York : Anchor Books, 1977.
- ENNES, E. *As Guerras nos Palmares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- GALUCIO, H.A. *Mappa geografico da capitania do Piauí*. 1760.
- GASPAR, M.D. *História da Pesquisa Arqueológica no Brasil*. Rio de Janeiro: Akar, 2003.
- GARDNER, G. *Viagens ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- KNOX, M.B. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.
- KNOX, M.B. *Escravos do Sertão - demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Massangana, 2002.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Lisboa, Rio de Janeiro: Portugália, Instituto Nacional do Livro, 1938.
- LIMA JÚNIOR, A.B. *Viagens park end ride por motivo trabalho: estudo de caso na cidade de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado) São Paulo: USP, 2007.

- MOTT, L.R.B. *Piauí Colonial – População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- NEGREIROS, R.M.B. *As trilhas da Morte no Sertão das Pimenteiras-PI (1759-1815): Caracterização e Reconhecimento Arqueológico de um Território*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Recife: UFPE, 2012.
- NEIVA, A.; PENA, B. *Viagem científica: pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1999.
- NUNES, O. *Súmula de História do Piauí*. 2 ed. Academia Piauiense de Letras - Convênio com Banco do Nordeste. Teresina, 2001.
- OLIVEIRA, A.S. *Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900-1960*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Recife: UFPE, 2001.
- OLIVEIRA, A.S. *O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência*. 2007. Tese (Doutorado) - Recife: UFPE, 2007.
- OLIVEIRA, A.M.V. *A Casa como Universo de Fronteira*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Campinas: UNICAMP, 2004.
- OLIVEIRA, A. P. *A casa rural no sudeste do Piauí: O sítio arqueológico histórico Casa do Avô do Sr. Nivaldo* (Monografia) - São Raimundo Nonato, 2009.
- ORSER, C. Beneath the material surface of things: commodities, artifacts, and slave plantations. *Historical Archaeology*, 26:3, 95-103, 1992.
- ORSER, C. *Introducción a la Arqueología Histórica*. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología, 2000.
- PORTO, Carlos Eugenio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- RIBEIRO, N.P. *Técnicas construtivas nas alvenarias históricas no Brasil*. In: BRAGA, Márcia (Org.). *Conservação, Restauro e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Pró- editores, 1998.
- SAIA, L. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- SCHWARZAMANN, J. *Geographische karte der provinz von São José do Piauhý*. 1828. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br>>. Acesso: 10/01/2013.
- SANTANA, T. M. C. *Guerra da telha: Memória, História, Arqueologia e Patrimônio*. 2010. (Monografia) - São Raimundo Nonato, 2010.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA FILHO, O.P. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Ed. do Autor (três volumes), 2007.
- SYMANSKI, L. Grupos Domésticos, Comportamento de Consumo e Louças: O Caso do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional, América do Norte*, 2007.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

VITRUVIO. *Da arquitetura*. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

ZARANKIN, A. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista*. 2002. Tese (Doutorado) - São Paulo: UNICAMP, 2002.

Recebido em: 03/01/2014

Aprovado em: 09/02/2014

Publicado em: 15/03/2014

**TORRES RELUZENTES: OS EMBRECHADOS EM IGREJAS DO RECÔNCAVO
DA BAHIA**

Fabiana Comerlato
Cidália de Jesus Ferreira dos Santos Neta

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



TORRES RELUZENTES: OS EMBRECHADOS EM IGREJAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA¹

Fabiana Comerlato²

Cidália de Jesus Ferreira dos Santos Neta³

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da análise da disposição espacial e padrão de louças usados na arte do embrechamento em quatro igrejas das cidades de Cachoeira e São Félix, Recôncavo da Bahia. Em especial, foi realizado o estudo de composição de uma das faces da torre sineira da Igreja de Belém, distrito de Cachoeira. Esta ornamentação, muito comum em igrejas de Alagoas e da Bahia, fez uso da faiança fina e outros materiais como forma de reciclagem, compondo padrões decorativos com soluções estéticas próprias para o revestimento de cada torre sineira no século XIX.

Palavras chaves: Embrechados, Torres sineiras, Faiança fina, Recôncavo, Bahia.

Abstract: This article presents the results of an analysis of the agency and patterns used in a mosaic technique called tessellated, found in four churches in the cities of Cachoeira and São Félix, both located in a region of the state of Bahia known as the Recôncavo. Specifically, the paper examines aesthetic elements of one of the faces of the bell tower of the Church of Belém, a neighborhood in Cachoeira. Its style of ornamentation was often used in the churches of Alagoas, while in Bahia, faience and other materials were introduced as a form of recycling, involving decorative patterns with a unique aesthetic approach in covering church towers in the nineteenth century.

Keywords: Tessellated, Church bell tower, Fine faience, Bahian Recôncavo.

A ARTE DE EMBRECHAR NO RECÔNCAVO DA BAHIA

O embrechado é um revestimento decorativo que surgiu na Itália no século XVI e chega ao Brasil no século XIX, mediante influência portuguesa (MACHADO, 2011, p. 3023). Esta decoração é elaborada através do incrustamento, em determinadas superfícies, de materiais como seixos (pedras arredondadas), conchas, búzios, fragmentos de louças (faiança, porcelanas) e/ou azulejos, formando um tipo de mosaico (MARCONDES, 1998, p. 99). Esta atividade é desenvolvida especificamente em muros, paredes, jardins, bancos e espaços religiosos, apresentando uma determinada sutileza na sua ornamentação (MACHADO, 2012, p. 19-20).

A arte de embrechar conformava um conjunto de operações: 1) a definição de um programa artístico que definia a composição; 2) a escolha dos elementos incrustantes; 3) a preparação da argamassa e

¹ Esta pesquisa desenvolveu-se no âmbito no plano de trabalho "Agenciamento e padrão de louças dos embrechados em igrejas do Recôncavo da Bahia", realizado entre 2011 e 2012. Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Brasil, edital PIBIC n° 4875/2011

² Professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil, líder do Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico (www.ufrb.edu.br/reconcavoarqueologico), Brasil.

³ Graduanda do Curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil, membro do Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico, Brasil.

4) fixação dos materiais. Como iremos ver nas análises das torres estudadas, nos parece errôneo classificar esta arte ornamental como fruto de ações aleatórias e ingênuas. Ao contrário, a primeira ação era formular, a partir da forma arquitetônica da torre, uma ideia da composição e ordenamento dos materiais. Quanto à procedência das louças para os embrechados existem algumas possibilidades: 1) terem sido compradas para tal finalidade; 2) terem sido obtidos jogos de mesa inteiros ou incompletos pela doação de famílias abastadas; 3) terem sido adquiridas em lixões ou áreas de despejo. Os azulejos, como são utilizados inteiros e em alguns setores dos embrechados, podemos creditar que foram elementos reaproveitados de reformas dos próprios templos. Para a fixação das peças era feita uma base constituída de um primeiro reboco para regularização da parede, sendo aplicada nova argamassa em que eram imbricados os materiais com ela ainda fresca (MACHADO, 2012, p. 89).

A técnica do embrechamento aparece no país em várias igrejas no Nordeste brasileiro como solução de revestimentos das torres sineiras. Porém, apesar da disseminação de seu uso, foi alvo de poucos estudos sistemáticos por parte das ciências humanas e das artes visuais. Do ponto de vista da arqueologia, o embrechado pode ser estudado a partir da documentação da construção das igrejas, da reconstituição do ordenamento das faianças nas cúpulas, da identificação dos padrões de faianças. As louças foram os elementos incrustados mais utilizados nas torres sineiras, tinham a vantagem de serem resistentes e oferecem bom efeito estético pela coloração e brilho, ao contrário dos embrechados residenciais que possuíam uma maior diversidade de materiais (seixos, malacológico e louças).

É de suma importância compreender quais padrões de fragmentos de faianças que sofreram descarte, saindo do uso social para o qual foi elaborado e passando para a reutilização, através da reciclagem destas peças em composições de fragmentos e peças inteiras formando os embrechados. A partir destes dados poderemos discutir uma possível cronologia de realização desta arte decorativa no Recôncavo Baiano.

Esta pesquisa teve como objeto de estudo das torres sineiras da Igreja do Seminário de Belém, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, da Matriz Santiago do Iguape e Matriz Deus Menino, localizadas em Cachoeira e São Félix, respectivamente (FIGURA 01):

Embrechado de torre piramidal da Igreja do Seminário de Belém, distrito de Belém, da cidade de Cachoeira, reconstruída nas primeiras décadas do século XVIII;

Embrechado de torre piramidal da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, construída em meados do século XIX, situada na sede da cidade de Cachoeira;

Embrechado das cúpulas das torres bulbosas da Igreja Matriz Santiago do Iguape, distrito de Santiago do Iguape, da cidade de Cachoeira, construída no século XIX;

Embrechamento da cúpula da torre bulbosa e toucheiros nos cantos da Igreja Matriz de Deus Menino, na sede da cidade de São Félix, construída no século XIX.



Figura 01: Igrejas estudadas, com presença de embrechados nas torres sineiras. Fotos: Fabiana Comerlato.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Os aportes teóricos metodológicos utilizados foram em sua maioria relacionados aos atributos principais e a cronologia das categoriais cerâmicas (ALCÂNTARA, 1997; BRACANTE, 1981; COSTA, 2005; DE RANIERI, 1958; ETCHEVARNE, 2003; FUNARI *et al.*, 2009; KNOFF, 1986; LIMA, 1995; OTT, 1993; SIMÕES, 1965; TOCCHETTO *et al.*, 2001). Especificamente, utilizamos as pesquisas sobre embrechamento existentes no Brasil e em Portugal, além da história da arquitetura, na busca de classificações das torres sineiras (ALBERGARIA, 1997; COSTA, 1941; MACHADO, 2011, 2012; MECO, 1997). A partir da fundamentação teórica obtida com as leituras, além da análise das imagens, foi possível reformular a cadeia operatória da produção e constituição do embrechado no âmbito religioso, que vai desde a matéria-prima utilizada até o produto final. Foram também observadas as causas que levaram a ornamentação das torres sineiras com a utilização desses materiais, possivelmente por questões de reciclagem ou de observação de parâmetros estéticos, levando em conta os diferentes padrões artísticos, motivos, estilos, dentre outras características.

As saídas de campo tiveram o intuito de capturar imagens de todas as faces das torres das igrejas, como também para ter o entendimento do seu contexto geográfico e histórico, além do local onde estão inseridas. Não foram realizadas intervenções nas torres sineiras. Portanto, o registro fotográfico teve como propósito registrar as igrejas em seus planos gerais e específicos, demonstrando a ambiência, a partir do registro das diferentes faces e considerando as suas orientações cardeais.

As atividades desenvolvidas em campo foram especificamente: o registro fotográfico, a coleta de superfície de fragmentos caídos das superfícies embrechadas e descrições das etapas realizadas. A metodologia utilizada pela equipe foi de analisar e registrar as tipologias e os diversos estilos dos materiais utilizados no revestimento das torres, com o auxílio de fichamentos, tabelas e desenhos das igrejas.

Em decorrência das fotografias terem sido feitas sem uso de tripé e controle de iluminação, as fotografias foram executadas em diferentes horários, para que a iluminação natural não causasse sombreamento nas torres, em variadas inclinações e etapas, com intuito de corrigir eventuais distorções, uma vez que se objetivava, posteriormente, realizar a montagem das fotos para completar a imagem. Dessa forma, além das observações cotejadas em campo, em laboratório foi possível avaliar o estado de conservação e as patologias existentes que se encontram nas torres.

Para a descrição dos registros fotográficos, utilizou-se como critério a leitura da esquerda para a direita e de baixo para cima, tendo como referência metodologia relacionada a leitura de painéis rupestres (COMERLATO, 2005). Após a análise de todos os atributos dos embrechados de cada torre foi possível realizar um estudo comparativo entre as torres sineiras pesquisadas.

Especificamente nas igrejas do Seminário de Belém e a da Matriz Santiago do Iguape, foi possível coletar fragmentos de louças encontrados no chão, ao redor das torres, justamente em decorrência do desprendimento pela má conservação. Ainda na etapa de laboratório foi realizado o agrupamento das imagens, que se complementavam para que a partir deste fosse possível elaborar o desenho dos fragmentos de louças e azulejos presentes nas torres. De forma experimental, foram realizados estudos de composição em duas torres sineiras de faces planas e formato piramidal, das igrejas do Seminário de Belém e de Nossa Senhora da Conceição do Monte. A torre sineira escolhida para a realização completa do estudo foi a do Seminário de Belém. A sua face frontal foi organizada e analisada através da recomposição das imagens através do Software CorelDRAW Graphics Suite X6.

Tendo em vista o objetivo do uso dos fragmentos de louça, compreendemos que para uma maior eficiência nas análises das louças e azulejos deve-se separá-los obedecendo critérios de presença e ausência de atributos decorativos, assim como a técnica utilizada e suas variantes. Dentre os atributos decorativos observados, são levantadas características como: coloração, padrão decorativo e modelo (já pré-existent), elementos decorativos (florais, geométricos, lineares), cenas e motivos decorativos, estilo, procedência e período de fabricação, que possivelmente podem ser identificados nas peças.

Após o término do desenho digital, houve a criação de três arquivos individuais, os quais representavam tais atributos presentes nas peças como: decoração, parte constituinte dos fragmentos das louças e natureza do material. Para fazer essa classificação foram organizadas legendas ilustrativas com cores primárias e secundárias, cautelosamente selecionadas, para que não houvesse equívocos com colorações semelhantes. Foram as cores utilizadas: rosa, vermelho, verde, azul e amarelo.

Na análise da decoração dos fragmentos que compõem o embrechado foi possível identificar os seguintes padrões decorativos: floral, faixas e frisos, *shell edged*, azul-borrão e sem decoração. No estudo de composição realizamos a seguinte correspondência de cores: os florais, representados pela cor rosa; os de faixas e frisos, pela cor verde; os *shell edged*, em azul; a técnica do azul borrão, na cor vermelha; as louças em tons, em branco; sem decoração, em amarelo.

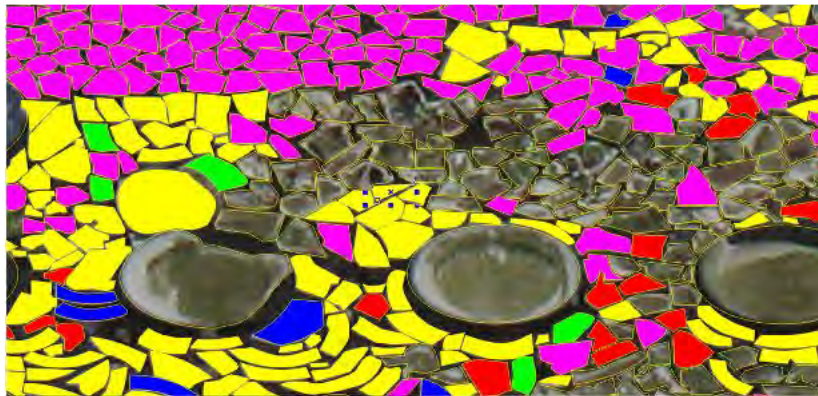


Figura 02: Estudo de composição da decoração do embrechado, durante sua confecção, recorte da face frontal da Igreja do Seminário de Belém. Cor: azul: *shell edged*, vermelho: azul borrão, rosa: floral, amarelo: sem decoração, verde: faixas e frisos. Foto: Fabiana Comerlato, 2011. Arte gráfica: Cidália Neta, 2012.

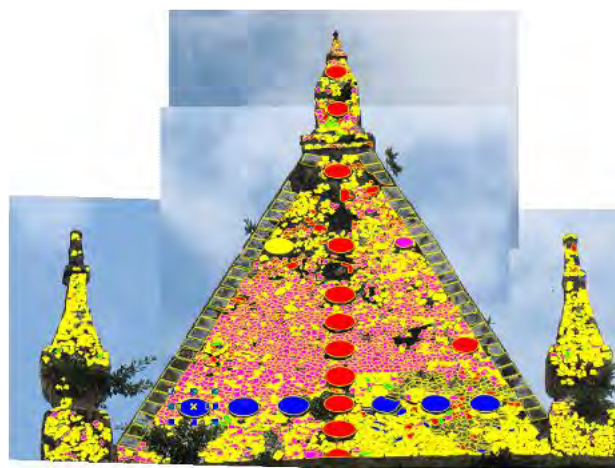


Figura 03: Estudo de composição finalizado das cores do embrechado da Igreja do Seminário de Belém, face frontal identificada com as cores selecionadas para a decoração. Cor: azul: *shell edged*, vermelho: azul borrão, rosa: floral, amarelo: sem decoração, verde : faixas e frisos. Foto: Fabiana Comerlato, 2011. Arte gráfica: Cidália Neta, 2012.

A classificação das partes constituintes dos fragmentos das louças foi realizada com a utilização das cores: verde, para os fragmentos planos e vermelhos para os côncavos e/ou convexos. Consideramos como formas planas todos os tipos de pratos, como: pires, pratos de sobremesa e pratos rasos. Já as formas côncavas e/ou convexas, se tratam de malgas, sopeiras e travessas. Cabe destacar que para a análise das formas também foram observadas as peças inteiras e o seu peso visual na composição nas faces das torres.

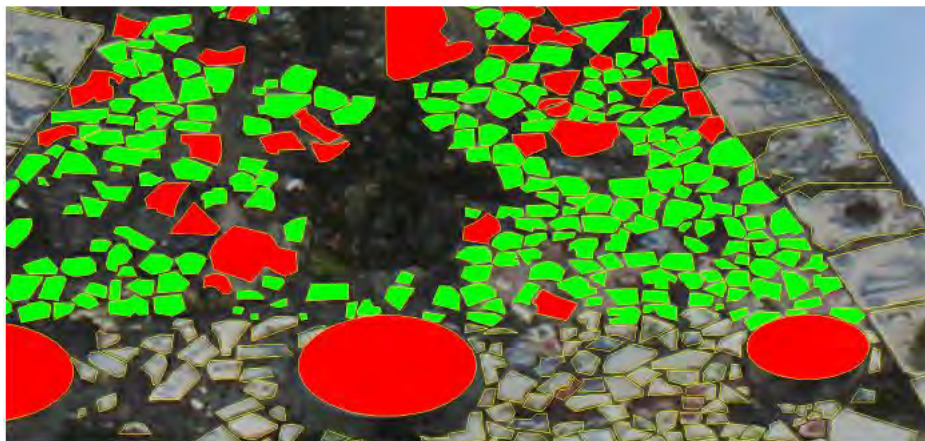


Figura 04: Estudo de composição do formato dos fragmentos de louças, recorte da face frontal da Igreja do Seminário de Belém, durante sua confecção. Cor: verde: fragmentos planos, vermelho: côncavos/convexos. Foto: Fabiana Comerlato, 2011. Arte gráfica: Cidália Neta, 2012.

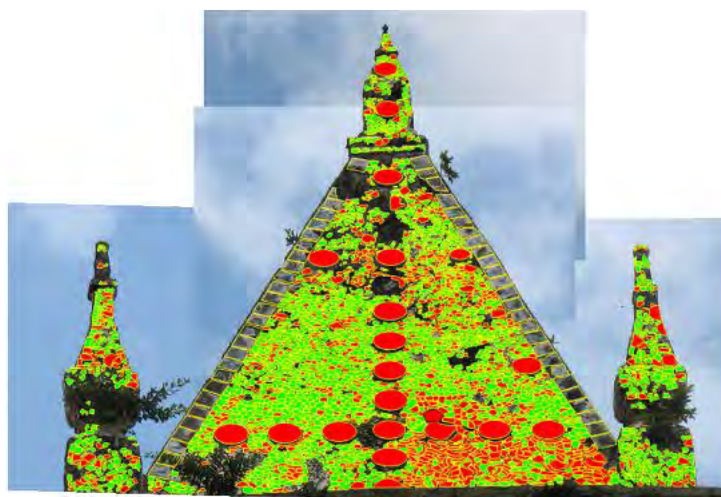


Figura 05: Estudo de composição finalizado das partes constituintes dos fragmentos das louças, face frontal da Igreja do Seminário de Belém. Cor: verde: fragmentos planos, vermelho: côncavos/convexos. Foto: Fabiana Comerlato, 2011. Arte gráfica: Cidália Neta, 2012.

Os fragmentos de louça também podem ser classificados por sua natureza; nas torres pesquisadas podemos identificar a faiança fina, a porcelana, o azulejo e o ladrilho hidráulico. Já para a classificação dos motivos dos azulejos tivemos a presença daqueles do tipo figura avulsa, representando motivos de flores,

animais e figuras humanas, os quais foram identificados com a cor azul. O motivo tipo figura avulsa tem sua origem na Holanda e estão presentes na arquitetura civil e religiosa do século XVII e XVIII. Possui formato quadrangular liso, geralmente na cor branca e azul, apresentando desenho central e cantos (KNOFF, 1986, p. 56). Os azulejos portugueses apresentam estrelinhas nos cantos, a exemplo dos existentes na Igreja de Belém, similares aqueles da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Salvador.

ANÁLISE DA DISPOSIÇÃO ESPACIAL E PADRÃO DE LOUÇAS NOS EMBRECHADOS

Igreja de Nossa Senhora de Belém da Cachoeira

A torre da Igreja de Nossa Senhora de Belém da Cachoeira é formada por quatro faces triangulares constituídas por embrechados, numa mistura de azulejos e louças, de matizes azuis e brancos. Das três faces que vamos descrever, observa-se que todas formam composição de pratos inteiros dispostos em cinco linhas horizontais, que cruzam uma faixa vertical central, formulando, assim, uma espécie de “espinha de peixe”. Há partes faltantes destes elementos, que foram substituídas por azulejos, por outras peças inteiras ou fragmentos dos próprios pratos, demonstrando que as faces sofreram várias intervenções posteriores a sua feição original. Cabe ressaltar que esta igreja, dentre as estudadas, apresenta um padrão decorativo diferente para cada face, como iremos descrever a seguir.

Na face frontal, a partir das análises do estudo de composição da decoração, partes constituintes dos fragmentos e natureza do material podem ser identificados fragmentos de pratos, malgas, travessas, tigelas, pires, entre outros; em sua maioria com motivos florais policrômicos, pintados à mão livre, nos estilos *peasant* e *sprig* e de louças sem decoração.

A faixa vertical central é formada por treze espaços para pratos fundos, decorados pela técnica *transfer printing*/borrão, com motivos florais na cor azul, sendo que três destes não estão constituídos por pratos íntegros e não foram substituídos ao longo do tempo.

Os seis pratos rasos que compõem a primeira linha horizontal, de baixo para cima, são em padrão *shell edged*, pintados na cor azul, com lacunas. A segunda é constituída por dois pratos, sendo que está fragmentado apresentando padrão *shell edged* e o outro está inteiro em padrão azul borrão. A terceira fileira é formada, também, por dois pratos, um em azul borrão e o outro sem decoração, os quais estão fragmentados. A quarta é composta por um prato raso sem decoração e outro prato fundo com motivos florais. Já a quinta fileira é formada apenas por duas partes faltantes com alguns fragmentos de pratos em azul borrão. É possível observar, com pouca constância, fragmentos com motivo de faixas e frisos. Completando a face frontal há nos vértices da torre azulejos enfileirados, do tipo figura avulsa, na cor branca e azul.

A partir dos estudos de composição da decoração e das partes constituintes dos fragmentos das louças, percebemos uma diferença de padrão de execução do embrechado. Temos como hipótese que no canto inferior esquerdo da face frontal há uma área preenchida com fragmentos que se diferenciam pela ausência de decoração e por serem partes côncavas e curvas de pratos (debrum, borda e caldeira). Isto pode sugerir outro momento de confecção para preenchimento de áreas com lacunas ou indicando que a torre passou por sucessivos reparos durante os séculos.

No tocante a face esquerda, a faixa vertical central é formada por doze espaços para constituição de pratos fundos, sendo que os três primeiros são desenvolvidos na técnica *transfer printing*/borrão, do quarto ao sexto espaço foram substituídos por azulejos em azul e branco; o sétimo houve substituição por um prato menor do que o de origem; o oitavo e o décimo primeiro também são pratos sem decoração; o nono, décimo e o décimo segundo são pratos fundos em *transfer printing*/borrão.

A primeira linha horizontal é formada por seis pratos rasos em padrão *shell edged*, pintados na cor azul, onde três destes apresentam partes faltantes. A segunda é constituída por dois espaços destinados aos pratos, sendo que um está inteiro em padrão azul borrão e o outro se apresenta fragmentado. A terceira fileira é formada por pratos fundos em motivos florais. A quarta é composta por dois pratos fundos, sendo um sem decoração e outro em *transfer printing*/borrão. Já a quinta fileira é formada por dois pratos fundos com motivos florais. Toda a face é constituída por azulejos, do tipo figura avulsa, apresentando diversas cenas como aves, flores e figuras humanas.



Figura 06: Estudo de composição dos motivos de azulejos, durante sua confecção. Recorte da face frontal da Igreja do Seminário de Belém. Foto: Fabiana Comerlato, 2011. Arte gráfica: Cidália Neta, 2012.



Figura 07: Azulejos do tipo figura avulsa do corredor lateral da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador.

Foto e arte gráfica: Fabiana Comerlato, 2012.

Por último, na face direita igualmente tem em sua constituição uma mistura de pratos com padrões florais, *shell edged*, sem decoração e azul borrão, formado uma “espinha de peixe”. A faixa vertical é constituída por doze espaços para composição dos pratos, onde os três primeiros apresentam o padrão azul borrão em *transfer printing*, com motivos chineses; o quarto prato em tamanho menor do que o original, sem decoração, formando uma flor com fragmentos de louças brancas, também sem decoração. O quinto prato, em azul borrão, apresenta-se fragmentado. Há outro desenho representando uma flor, na sexta composição, sendo que suas pétalas foram confeccionadas a partir de fragmentos semicirculares de louças brancas. Os sétimo e oitavo espaços estão preenchidos por pratos brancos, sem decoração e azul borrão. O nono prato, branco e sem decoração, apresenta-se rodeado por azulejos, do tipo figura avulsa, em tom azul e branco, que formam movimentos circulares assemelhando-se à pétala de flores. Os três últimos espaços estão vagos, pois os pratos que compunham caíram.

A primeira linha horizontal é formada por seis espaços, sendo três destes com pratos fragmentados em padrão *shell edged* azul, dois brancos inteiros, sem decoração e um vago, pois não houve substituição. A segunda por dois pratos em azul borrão, sendo um inteiro e outro fragmentado. A terceira por dois pratos brancos sem decoração e fragmentados, sendo que o primeiro apresenta-se craquelado por interferências de agentes físicos. Já a quarta e última composição horizontal apresenta um prato fragmentado em azul borrão e um espaço vazio; estes dois estão delimitados por azulejos. Os vértices desta face são limitados por azulejos, também, de figura avulsa. Compondo a face, observam-se fragmentos de peças côncavas como debrum e caldeira; com maior frequência, em motivos florais, faixas e frisos, *shell edged*, como também sem decoração. Os pináculos, dispostos nas laterais da torre também são constituídos de embrechados, os quais, em sua maioria, são fragmentos de louças sem decoração.

Igreja Matriz de Santiago do Iguape

O templo da Igreja Matriz de Santiago do Iguape diferencia-se dos demais estudados por apresentar duas torres, de formato escalonado, apresentando três composições distintas separadas por cornijas. Em sua base, a parte mais larga de formato côncavo, há combinação de fragmentos de louças, sem decoração, com peças em tons mais azuis, sendo estas em menor proporção. Complementando esta constituição observam-se contínuos semicírculos, representando uma espécie de guirlanda, disposta em torno da torre.

No segundo plano temos uma faixa horizontal composta por duas fileiras constituídas apenas por azulejos de figura avulsa, azuis e brancos, prolonga-se de forma convexa, dando seguimento ao óculo. Este plano apresenta fragmentos de louças sem decoração e em tons azuis, onde a decoração é finalizada por guirlandas. A terceira e última parte tem forma bulbosa constituída por fragmentos de louças sem decoração e algumas em tons azuis, prosseguidas de azulejos em tons azuis e brancos, a torre é finalizada com uma esfera no cume.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte

A torre da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte apresenta quatro faces constituídas por fragmentos de louças e pratos em sua maioria inteiros, e possui melhores condições de preservação, pois apresenta menos agentes biológicos (plantas) interferindo na constituição arquitetônica, já que esta foi restaurada no ano de 2008. Entretanto, na face do fundo há elementos faltantes.

As fachadas da torre formam a mesma composição, sendo constituídas por fragmentos de louças em padrão *shell edged*, faixas e frisos, *transfer printing*/borrão, carimbado, motivos chineses e florais, dentre outros. Os elementos constituintes mais comuns são de faiança fina. Tratam-se pratos, principalmente fundos, sopeiras, malgas, xícaras, jarros e bacias; além destes identificamos um fragmento de porcelana e uma única xícara.

Quanto à organização espacial, cada face apresenta três fileiras de pratos, no padrão decorativo *spatter*, na cor azul. As fileiras de pratos apresentam-se em primeiro plano em relação ao embrechado, as quais estão dispostas no centro e nos vértices das faces. Entre essas áreas, o embrechado é composto por fragmentos que conformam desenhos de guirlandas, cada uma confeccionada com um padrão decorativo. Temos guirlandas de peças de *transfer printing* rosa, faianças *transfer printing* e *spatter* azul, policrômica floral e sem decoração.

Podemos comparar as duas torres com faces triangulares estudadas. A do Seminário de Belém tem um emboço plano e fragmentos pequenos de faiança fina. Já as faces da Igreja de Nossa Senhora da

Conceição do Monte apresentam um emboço em relevo, sendo que suas peças são maiores e mais espaçadas entre si.

No ápice da torre há formação de conjuntos de ornatos espiralados dispostos em relevo, formando dois conjuntos de volutas (FIGURA 08). No cume, a torre foi finalizada com a colocação de ladrilhos listrados em azul e branco, que são as cores predominantes do embrechado nesta igreja, seguindo a formação triangular das faces.

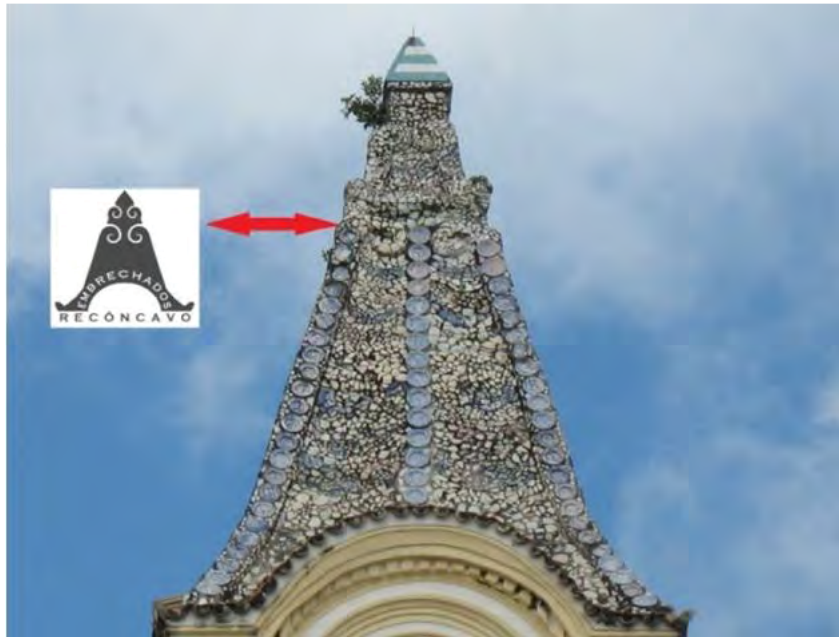


Figura 08: Indicação de volutas na face frontal da terminação da torre sineira da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte. Foto: Fabiana Comerlato, 2011. Arte gráfica: Cidália Neta, 2012.

Igreja Matriz de Deus Menino

A Igreja Matriz de Deus Menino apresenta apenas uma torre em forma de bulbo e toucheiros nos cantos, que fazem o coroamento desta igreja. Decorada com embrechados em louça, em sua maioria apresentando formatos côncavos, como malgas, potes, sopeiras, pratos fundos, canecas e xícaras, que foram colocados de forma que valorizasse o contorno da mesma. Possui louças, majoritariamente com cores claras apresentando faixas e frisos, motivos florais, em *transfer printing* e alguns ladrilhos presentes em menor quantidade. Há listras esverdeadas ao redor de toda torre, formando espécie de nervuras. Além de fragmentos de louças, esta torre apresenta alguns ladrilhos hidráulicos na cor azul e branca.



Figura 09: Detalhe do embrechado na parte frontal da torre da Igreja Matriz Deus Menino, com indicação da localização dos ladrilhos hidráulicos. Foto: Fabiana Comerlato, 2011.

Dentre as quatro torres sineiras estudadas, esta se apresenta em precárias condições de preservação, pois está com muitos focos de sujidade, além de agentes biológicos, como plantas e briófitas inferindo na estrutura e composição dos embrechados. No ano de 2013, o teclado foi reformado com recursos da própria Igreja, porém não houve restauro da cúpula. A intervenção resumiu-se a um reforço do emboço com argamassa em cimento preenchendo as lacunas do embrechado, o que fez reduzir a intensidade de seu brilho.

HERANÇA RELUZENTE

As torres sineiras do Recôncavo Baiano, incluindo as da cidade do Salvador, foram pontos de referência de localização utilizados pelas populações ao longo dos séculos. Nas iconografias históricas da região, o colorido das torres cobertas por embrechados é bem evidente. Em alguns relatos de viajantes, as torres não passaram despercebidas, os embrechados eram descritos como “folhinhas azuis e brancas de porcelana queimada” (NAEHER, 2011, p. 171). Podemos considerar que os embrechados compõem as fachadas das igrejas estudadas enaltecendo o conjunto arquitetônico em períodos de reforma e acréscimos, sendo sua maioria datada do século XVIII e XIX.

A partir da pesquisa foi possível reformular a cadeia operatória da produção e constituição do embrechado no âmbito religioso, que vai desde a matéria-prima utilizada até o produto final, observando, assim, as causas que levaram a formação destas torres sineiras com a utilização desses materiais, utilizando-

se da reciclagem como forma de uma estética local, por conta dos diferentes padrões artísticos, motivos e estilos presentes em cada composição visual. No caso da decoração de torres, os fragmentos embrechados eram frequentemente colocados de forma que valorizassem o contorno das mesmas. Para tal eram utilizadas peças côncavas em torres de formato curvo (bulbosos ou em meia laranja), ao passo que para o ornamento de torres piramidais eram preferidos os pratos e pires, ou seja, peças mais retas em seu perfil. Também foram identificados nos embrechados sineiros estudados, o uso de fragmentos e peças inteiras na confecção de desenhos como rosetas, medalhões, guirlandas e linhas de contorno das faces.

Além de entender as composições estéticas e estimar a datação da construção das torres, é importante despertar a comunidade local e acadêmica para o valor artístico e histórico que estes monumentos possuem, frisando a importância da adoção de medidas de preservação e conservação. Primeiramente, deve-se gerar um alerta aos órgãos responsáveis no fomento de uma maior conscientização histórica da importância desta arte ornamental, tendo como base a educação patrimonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERGARIA, I.S. *Os embrechados na arte portuguesa dos jardins*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1997.
- ALCÂNTARA, D. (org.). *Azulejos na cultura luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, IPHAN, 1997.
- BRANCANTE, E. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo: Cia. Litográfica Ypiranga, 1981.
- COMERLATO, F. *Representações rupestres do litoral de Santa Catarina*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- COSTA, L. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 5, p. 9-104, 1941.
- COSTA, C.A.S. Materiais construtivos do sítio da primeira catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia. *Clio Arqueológica*, n. 19, vol 2., 2005.
- DE RANIERI, W. *A Cerâmica Artística na Arquitetura do Século XIX na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1958.
- ETCHEVARNE, C. Reciclagem de faiança em Salvador. Contextos arqueológicos e tipos de utilização. *CLIO - Série Arqueológica* (UFPE) n. 16, Recife: EDUFPE, 2003, p. 103-118.
- FUNARI, P. P. A.; CERQUEIRA, F. V.; NOBRE, C. K. *Arqueologia Histórica, Memória e Patrimônio em Perspectiva Multidisciplinar: Contribuições da Arqueologia, História, Literatura, Arquitetura e Urbanismo*. Pelotas: IMP, LEPAARQ/UFPel, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, 2009. 256p.
- KNOFF, U. *Azulejos da Bahia*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Ed.; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
- LIMA, T. A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 3, p. 129-191, jan/dez. 1995.
- MACHADO, Z. M. O. Embrechado: uma abordagem iconográfica na parede do jardim da casa 34 na cidade de Salvador. 20º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2011, Rio de Janeiro. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: ANPAP, 2011, p. 3023-3035.
- MACHADO, Z. M. O. *Embrechado como representação de arte: repertório religioso do século XIX em Maceió, Nazaré, Jaguaripe e Salvador*. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Faculdade Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MARCONDES, L.F. *Dicionário de termos artísticos*. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1998.

MECO, J. Os embrechados. *Monumentos*, Lisboa, n. 7, p. 51-53, set. 1997.

NAEHER, J. *Excursões na Província da Bahia: a terra e a gente da Província brasileira da Bahia*. Salvador: Cian, 2011.

OTT, C. *História das Artes Plásticas da Bahia (1550-1900)*. Salvador: Alfa Gráfica e Editora Ltda, 1993.

SIMÕES, J. M. S. *Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

TOCCHETTO, F. B.; SYMANSKI, L.C.P.; OZÓRIO, S.R.; OLIVEIRA, A.T.D.; CAPPELLETTI, A. M. *A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: EU | Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

Recebido em: 01/01/2014
Aprovado em: 10/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

**CURADORIA DOS ARTEFATOS LÍTICOS DO ANTIGO ACERVO PLÍNIO
AYROSA**

Davi Comenale Garcia
Gustavo Neves de Souza
Marisa Coutinho Afonso

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



CURADORIA DOS ARTEFATOS LÍTICOS DO ANTIGO ACERVO PLÍNIO AYROSA

Davi Comenale Garcia¹
Gustavo Neves de Souza²
Marisa Coutinho Afonso³

Resumo: A formação do Acervo Plínio Ayrosa teve início em 1935, idealizado pelo professor Plínio Ayrosa, do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. O acervo, atualmente salvaguardado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, é composto por uma grande variedade de artefatos, entre líticos, plumárias, cerâmicas e cestarias. São apresentados aqui os resultados do estudo curatorial do material arqueológico lítico deste acervo, composto por 263 peças. O estudo deste material revelou uma coleção de diversidade tipológica, tecnológica e cultural ímpares, contando com alguns artefatos singulares da arqueologia brasileira. Neste artigo são abordadas a formação do antigo Acervo Plínio Ayrosa e a composição de sua coleção lítica arqueológica.

Palavras chaves: Curadoria de acervos, Coleções antigas, Indústrias líticas.

Abstract: The Plínio Ayrosa Collection (APA) began in 1935, conceived by Plínio Ayrosa, former professor of the Department of Anthropology of University of São Paulo. The collection, currently stored at the Museum of Archaeology and Ethnology of the University of São Paulo, is composed of a wide variety of artifacts, including lithic, feather items, ceramics and basketry. The purpose of this article is to present the results of a curatorial study of the lithic archaeological materials, which involve a set of 263 artifacts. The study of these materials revealed that the collection presents important information in terms of its typological, technological and cultural diversity, with some unique artifacts of Brazilian archaeology. This article will provide an overview on the formation of APA and the composition of its lithic set of artifacts.

Keywords: Curatorial studies, Museum collections, Lithic industries.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de um trabalho de curadoria que foi realizado com o material arqueológico lítico do antigo Acervo Plínio Ayrosa (APA). O APA possui uma longa trajetória, que resultou na formação de um acervo com variabilidades artefatuais, tecnológicas e culturais pouco comuns. Atualmente salvaguardado pelo Museu de Etnologia e Arqueologia da Universidade de São Paulo, o acervo foi idealizado na década de 1930 por Plínio Ayrosa, antigo professor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, que desejava criar um museu etnográfico na universidade. Para tanto, diversas coleções foram

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em arqueologia da Universidade de São Paulo (USP), Brasil; e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

² Doutor pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Brasil; e bolsista de pesquisa na mesma instituição.

³ Docente (Professora Associada) do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Brasil; e bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

adquiridas, às quais foram somados também artefatos trazidos de campo pelos pesquisadores do próprio departamento. Este esforço resultou em um extenso acervo, composto por artefatos líticos, cerâmicos, plumárias e cestarias, oriundos tanto de contextos etnográficos, quanto arqueológicos.

A coleção lítica arqueológica do APA, catalogada por Kipnis, Neves e Santos (1988), é composta por um total de 263 artefatos, alguns deles estudados por Souza (2008). A maior parte das peças é proveniente do estado de São Paulo, perfazendo aproximadamente 31% da coleção (81 peças). Há também artefatos de Minas Gerais, que representam aproximadamente 8% da coleção (23 peças), Paraná 6% (17 peças), Amazonas 6% (16 peças) e Santa Catarina 5% (14 peças), seguidas em número menor por peças do Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Bahia, Pará, Rio de Janeiro e Piauí. Infelizmente, 92 peças – o que representa 34% do material – não possuem referência alguma sobre sua origem. A tabela 01 apresenta a distribuição dos tipos de artefato por estado, e o mapa da figura 01 fornece um panorama da densidade de peças por estado.

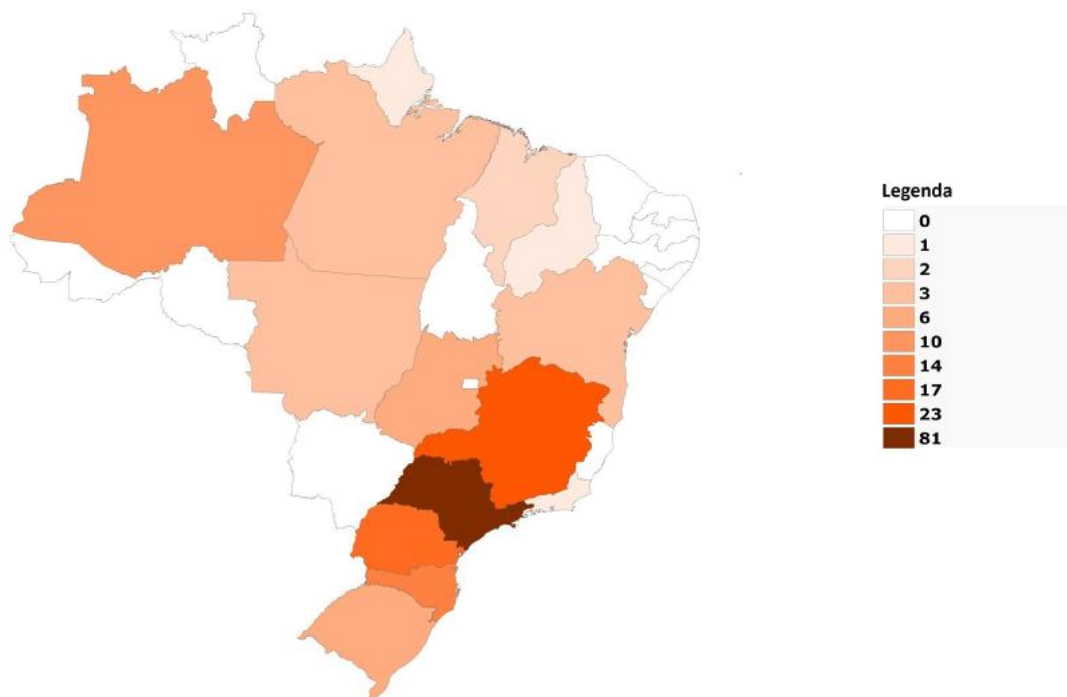


Figura 01: Mapa apresentando a densidade de peças por estado.

Ao longo da história da arqueologia percebe-se, sem grandes dificuldades, que o contexto arqueológico dos materiais estudados foi tema recorrente nos debates de diversos autores. Tal preocupação foi considerada por Phillips e Willey (1953) como parte indissociável da disciplina arqueológica. Segundo eles, *“O objetivo final da arqueologia é a criação de uma imagem da vida dentro dos limites dos vestígios disponíveis do passado. Os objetivos processuais neste sentido podem ser divididos em reconstruções das*

relações espaço-temporais, de um lado, e relações contextuais de outro”⁴ (PHILLIPS e WILLEY, 1953, p. 616). Este interesse conduziu ao desenvolvimento contínuo de novos métodos de coleta e processamento de dados das escavações, os quais, por sua vez, permitiram que diversos tipos de abordagens da cultura material fossem propostas, em diferentes escalas de análise. Por outro lado, as formas de abordar o registro permanecem centrais na construção do conhecimento arqueológico, demonstrando que novas interpretações acerca de uma mesma cultura material (aplicável a material há muito escavado, ou mesmo a peças de coleções antigas e sem procedência) podem trazer informações mais completas acerca do comportamento das populações do passado.

Entretanto, a atenção dada à obtenção de artefatos em contextos sempre mais precisos tem produzido um resultado pouco animador em relação ao aproveitamento do incontável número de coleções salvaguardadas pelos museus. Em artigo recente, Huster (2013) argumenta que, se por um lado é preciso reconhecer as limitações dos estudos de coleções com pouco ou nenhum contexto, por outro há que se notar também as diversas possibilidades que as mesmas oferecem, principalmente porque frequentemente apresentam, em quantidades incomuns e em boas condições de conservação, peças raramente encontradas em escavações.

A FORMAÇÃO DO ACERVO PLÍNIO AYROSA – DO MUSEU DE ETNOGRAFIA AO NOVO MAE

Há poucas informações detalhadas a respeito da formação do APA. A maior parte do que se sabe foi apresentado no catálogo do acervo de 1988. Na introdução deste documento, a Dra. Dominique Gallois, professora do Departamento de Antropologia da USP e responsável pelo acervo na época, apresentou de maneira sucinta alguns dados sobre sua trajetória. Estes dados podem ser encontrados nos Anais do Museu Paulista, em artigo de Teresa Cristina Toledo de Paula (2005, p. 368-70).

Em 1935, Plínio Ayrosa deu início à formação do acervo etnográfico do *Museu de Etnografia* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Como mencionado, este acervo foi formado a partir de artefatos obtidos tanto em trabalhos etnográficos, de pesquisadores do próprio departamento, quanto de doações e aquisições junto a colecionadores. Em 1938 o acervo recebeu sua primeira incorporação de grande porte. A extinção do *Centro de Documentação Etnográfica e Social do Instituto de Educação* levou à transferência da coleção Rankokamekra-Canela, formada por artefatos coletados pelo etnólogo Curt Nimuendaju em suas expedições no Brasil, para o *Museu de Etnografia*.

⁴ “The ultimate objective of archaeology is the creation of an image of life within the limits of the residue that is available from the past. The procedural objectives towards such a goal may be dichotomized into reconstructions of space-time relationships, on the one hand, and contextual relationships on the other”.

Poucos anos mais tarde, outras coleções foram incorporadas ao acervo, expandindo-o rapidamente. Entre estas incorporações destaca-se uma grande quantidade de peças oriundas de mais de 50 grupos indígenas distintos, advindas da coleção particular de Luís Paixão Silva.

Nas décadas de 1950 e 1960 o crescimento do APA se deu de maneira menos acentuada. Pequenos conjuntos de peças eram incorporados principalmente através de trocas ou compras junto a colecionadores de diversas regiões do País. Houve ainda peças que foram cedidas ao museu por outras instituições.

Apesar de há muito consistir um acervo de porte significativo, foi apenas na década de 1970 que o APA começou a ser divulgado de maneira mais ampla. Em 1975, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Lux Vidal, o APA começou a integrar parte das atividades voltadas para os alunos do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. A partir da década de 1980 estas atividades ficaram sob supervisão da Profa. Dra. Dominique Gallois. O APA ocupava então duas salas do prédio de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sendo exibido em pequenas exposições feitas no saguão da biblioteca da Faculdade e em mostras temporárias de outras instituições, nacionais e internacionais.

Em 1989, houve a criação do novo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, formado com a união do Instituto de Pré-História, do antigo Museu de Arqueologia e Etnologia, dos setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista e do Acervo Plínio Ayrosa.

CURADORIA DA COLEÇÃO

À exceção dos poucos artefatos utilizados nas exposições, a maior parte do material arqueológico lítico do APA permaneceu na reserva técnica, nas mesmas embalagens em que foi trazido do Departamento de Antropologia para o Museu de Arqueologia e Etnologia.

A curadoria é definida no Regimento do MAE (artigo 5º) como o ciclo completo de procedimentos técnicos e científicos necessários à interpretação, conservação e promoção dos acervos institucionais, distribuídos na seguinte cadeia operacional: I – formação e desenvolvimento de coleções arqueológicas e etnográficas, consideradas as características de cada domínio do conhecimento e sua problemática; II – estudo, documentação e circulação dos conhecimentos produzidos para fins científicos e de formação profissional; III – conservação das coleções, incluindo soluções de armazenamento e restauração; IV – comunicação do conhecimento arqueológico e etnológico por meio de exposições, experiências pedagógicas e educação para o patrimônio. Com relação à coleção lítica do APA, as seguintes atividades foram realizadas: levantamento da documentação associada às peças e também à constituição deste acervo, higienização das peças, verificação da numeração, estudo para fins científicos, fotografia, acondicionamento em novas embalagens de sacos plásticos com fechamento zip (lacre de plástico) com uma camada de espuma de

etaphoam dentro de cada saco para a proteção das peças e depois em caixas plásticas depositadas na Reserva Técnica do MAE, comunicação do conhecimento arqueológico por meio de apresentações em eventos científicos e publicações. As peças apresentam um bom estado de conservação e o tipo de armazenamento foi melhorado visando sua melhor preservação e acesso.

Foram elaboradas quatro fichas de atributos para as categorias de artefatos que integram a coleção em maior número (pontas de projétil lascadas, lâminas de machado, tembetás e viotes). Uma quinta ficha de atributos foi elaborada para dar conta de uma série de outros artefatos presentes em menor quantidade. A elaboração das fichas seguiu parâmetros propostos por Souza (2008) para análise das lâminas de machado, tembetás e viotes, e Leroi-Gourham (1981) para as pontas de projétil lascadas. Para as demais categorias são apresentadas apenas informações gerais, tais como dimensões, peso, matéria-prima, marcas de uso, estado de conservação e informações sobre o contexto de coleta.

Por fim, as informações digitais foram organizadas e disponibilizadas em dois formatos. O primeiro consiste em um catálogo geral impresso, elaborado com o software Microsoft Access. Para consulta rápida, o catálogo fornece informações resumidas das peças, fotos e sua localização na reserva técnica do museu. O segundo formato é um banco de dados digital completo, elaborado com a utilização do software Microsoft Excel, no qual todas as categorias de análise e as variáveis específicas são apresentadas. Tanto o catálogo impresso, quanto o banco de dados completo estão armazenados no Serviço Técnico de Gerenciamento da Documentação do MAE/USP, à disposição de outros pesquisadores para consulta.

A COLEÇÃO LÍTICA ARQUEOLÓGICA DO ACERVO PLÍNIO AYROSA

Nos itens que seguem, um panorama do material é apresentado, destacando os principais tipos presentes na coleção.

I) Adornos Polidos

Os tembetás são adornos frequentemente utilizados trespassados no lábio inferior, sendo utilizados também lateralmente, nas bochechas. Possuem um polimento extremamente cuidadoso, o que, dependendo do material, lhes confere um brilho intenso. As matérias-primas de qualidade excepcional presentes na coleção, como quartzo e “jade” (possivelmente jadeíta ou nefrita), geralmente apresentam colorações que se destacam naturalmente, como exemplifica a peça da figura 02.

Há também na coleção quatro pequenos pingentes que chamam atenção pelas cores da matéria-prima escolhida e pelo fino polimento. A peça X502, mostrada na figura 03, é especialmente interessante. Trata-se de uma miniatura de lâmina de machado, com gume perfeitamente polido, que apresenta uma

pequena perfuração próxima do talão, pela qual seria possível passar um cordão para utilização como pingente.



Figura 03: Peça X502, encontrada nas proximidades do Rio Trombetas, Pará.

II) “Lâminas de Machado”

Uma vez que não é possível determinar com absoluta certeza em todos os casos se as peças identificadas como lâminas de pedra polida com gume transversal eram de fato utilizadas encabadas como machados, considera-se preferível o uso de espas para o emprego deste termo. Estas são as peças presentes em maior número na coleção, representadas por 90 artefatos. As matérias-primas predominantes são rochas básicas e graníticas. Há grande variedade morfológica entre as peças, o que também permite observar a utilização de diversas técnicas na produção.

Entre estas peças a coleção apresenta um conjunto de 8 lâminas semilunares, geralmente associadas aos atuais falantes do tronco Macro-jê. Caracterizam-se pela simetria e polimento fino em todo o corpo. Sabe-se por relatos de cronistas, como o frade capuchinho Yves d’Evreux (1929), o qual no século XVI teve contato com estes grupos indígenas do território brasileiro, que estes machados eram armas de guerra, além de possuírem um importante valor simbólico para estes grupos, os quais os utilizavam também como acompanhamentos funerários (PROUS, 1992, p. 354).

Há 16 lâminas de machado provenientes de sambaquis na coleção. Estas peças apresentam técnica de fabricação diferenciada, em que simetria e superfície regular não têm papel importante, sendo comum a presença de negativos de retiradas de grandes lascas no corpo da peça, em alguns casos apresentando ainda traços do córtex. O polimento geralmente está limitado à região do gume.

A variabilidade morfológica destas peças, destacada na figura 04, também permite observar as distintas adaptações para encabamento elaboradas por diferentes grupos. Há lâminas com o que se chama de “ombros”, na parte proximal; e com sulcos ou “gargantas”, na região mesial.



Figura 04: Lâminas exemplificando a diversidade técnica e morfológica da coleção.
Origem das peças: c-Maranhão; d- Goiás. As peças a, b, e, f e g tem origem desconhecida.

III) Mãos-de-Pilão

Utilizando as definições de Souza (2008, p. 40), as mãos-de-pilão são instrumentos líticos polidos alongados que apresentam dois polos, sendo ao menos um deles ativo, mais alargado e relativamente plano, destinado à maceração. O corpo e o polo oposto são destinados à apreensão manual, podendo ocorrer de ambos os polos apresentarem marcas de uso.

IV) Pontas de projétil

As pontas de projétil compõem o segundo conjunto de artefatos presentes em maior número na coleção, com 75 peças. São provenientes, em sua maior parte, das regiões sul e sudeste do país, mas há também peças do Amazonas, Amapá, Goiás, Mato Grosso e Bahia.

Destaca-se entre elas a peça X424 (FIGURA 05A), proveniente de Poxoréu-MT, devido às suas dimensões excepcionais, com 19 cm de comprimento, e qualidade técnica, demonstrada pelos grandes negativos de lascas de adelgaçamento.



Figura 05: Pontas de projétil exemplificando a diversidade técnica e morfológica da coleção. Origem das peças: a- Poxoréu-MT; b- Jataí-GO; c- Paracatu-MG; d- desconhecida; e- Campos Novos-SC; f- Rio Branco-AM.

VI) Virotos

Os virotos são artefatos que poderiam ser utilizados na ponta de dardos, ou nas pontas de flechas, como faziam os Kaingang (TIBURTIUS, 1954; SOUZA, 2008, p. 41). Estes grupos produziam flechas adaptadas como uma espécie de taquara rachada na parte distal, na qual todo o corpo do virote era encaixado. A ponta poderia ainda ser amarrada, dando firmeza à preensão.

As dimensões destas peças variam de 6 cm a 10 cm de comprimento, sendo comum nas maiores verificar um alargamento abrupto próximo da região distal. Sua função seria apanhar no alto de árvores pinhas ou animais de pequeno a médio porte, como aves e macacos. Sua ponta não perfurante possivelmente visava capturar animais apenas atordoados, mas ainda vivos, ou evitar que o pelo ou as penas do animal fossem danificados.

VII) Zoólitos

Há nesta coleção dois zoólitos, quantidade relevante tendo em vista o fato destas peças serem raras na arqueologia brasileira. Trata-se de artefatos líticos polidos com formas de animais, geralmente peixes e aves. São encontrados em sambaquis do litoral, ocorrendo desde o sudeste do Brasil até o Uruguai. Caracterizam-se por possuírem uma concavidade na região ventral – ou lateral, no caso de algumas representações de peixes – cuja real finalidade permanece desconhecida.

Prous (1977), em um detalhado trabalho que realizou com estes artefatos, levantou mais de 250 zoólitos, e Gomes (2012) estimou 300 peças, após análise de acervos de Museus, fontes bibliográficas e

documentais. Prous sugere que a produção destas peças teve início na região de São Paulo e Paraná, com a datação mais antiga para 2168 anos A.P. (*idem*, p. 125). Desta região a prática teria se difundido em direção ao sul do continente, e nesta difusão é possível notar o desenvolvimento de variações morfológicas regionais, com alterações na geometria e nas dimensões das peças.

O zoólito X507 (FIGURA 06) foi encontrado em Iguape-SP, porém não há informações sobre o sambaqui do qual teria sido retirado. Sua forma apresenta um núcleo elipsoidal do qual saem dois pequenos apêndices laterais e um apêndice anterior cônico.



Figura 06: Peça X507, zoólito encontrado em Iguape-SP.

VIII) Esferas, peças com depressão e peças circulares com perfuração

No caso destes artefatos optou-se por manter no novo banco de dados a classificação originalmente feita pelos autores do catálogo de 1988 do APA. Neste catálogo algumas peças não foram classificadas por categorias funcionais (como *pesos de rede e quebra-coquinhos*). No lugar destas foram utilizadas características morfológicas dos artefatos para nomear as categorias. Entre estas peças há: a) *esferas* (possivelmente, em sua maioria, bolas de boleadeira): definidas como peças arredondadas, fabricadas por picoteamento, em alguns casos seguido de polimento; b) *peças circulares*: artefatos circulares polidos com uma perfuração no centro (FIGURA 07C); c) *artefatos com depressão*: peças comumente chamadas de “quebra-coquinhos”, apresentando depressões cupuliformes em uma ou em ambas as faces.

IX) Outros artefatos

Neste último grupo estão artefatos diversos, presentes em pequena quantidade. São 40 peças, entre pré-formas, lascas, amostras de matéria-prima e peças com características incomuns (exemplificadas na figura 07), que não foram classificadas.



Figura 07: a-X417, peça com orifício, Mato Grosso; b-X520, artefato bicônico com sulco, sambaqui Mampituba, Torres-RS; c-X528, peça circular com perfuração central, Sambaqui do Tito, Cananéia-SP; d-X547, sem classificação, Iporanga-SP.

CONCLUSÃO

A curadoria da coleção arqueológica lítica do Acervo Plínio Ayrosa permitiu melhorar suas condições de catalogação e acondicionamento no MAE, além da sua utilização em atividades de pesquisa e de comunicação museológica. Um projeto em andamento, denominado “Pedras que contam histórias: três coleções arqueológicas líticas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo”, possibilitará a divulgação de um novo catálogo da coleção, que permitirá sua apresentação de forma mais detalhada. O mesmo abarcará também uma discussão sobre a importância dos acervos antigos como fontes históricas, capazes de revelar os valores e visões de mundo que permearam sua formação.

No presente artigo procurou-se apresentar a diversidade desta coleção, evidenciada na variabilidade tipológica, tecnológica e cultural do material. Cabe sublinhar ainda que entre estas 263 peças do APA, 42 são provenientes de sambaquis, principalmente do estado de São Paulo. Tendo-se em vista o fato de que a indústria lítica sambaqueira se caracteriza por apresentar uma quantidade relativamente pequena de artefatos formais, deve-se destacar a presença de tais artefatos nesta coleção, entre os quais podem ser mencionados os zoólitos, “lâminas de machado”, pesos de rede e adornos corporais.

AGRADECIMENTOS

À Capes pelas bolsas de mestrado (DCG e GNS) e ao CNPq pelas bolsas de iniciação científica – PIBIC (DCG) e de produtividade (MCA). A Dária Elânia Fernandes Barreto e José Paulo Jacob, pelo auxílio nas atividades de laboratório, a Ader Gotardo, pelas fotografias, e a Daniela Costanzo, pelo auxílio na produção do mapa em software *TerraView*.

TABELAS

	A M	A P	B A	G O	M A	M G	M T	P A	P I	P R	R J	R S	S C	S P	Origem Ignorada	Total Geral
Adornos polidos	1		1		1	1		1					2	3	2	12
Esferas												2		2	1	5
Lâminas de machado	2			3	1	9		1	1	2	1			2 8	42	90
Lesma														1	1	2
Mãos-de-Pilão						3				1				3	6	13
Outros artefatos			1			3	2	1		1		2		1 1	19	40
Peças circulares com perfuração												2		2		4
Peças com depressões						2							1	1	5	9
Ponta polida	1									1						2
Pontas de projétil	6	1	1	3		4	1			1 1			1 1	2 4	13	75
Raspador															1	1
Virotes						1				1				5	1	8
Zoólito														1	1	2
Total Geral	10	1	3	6	2	23	3	3	1	1 7	1	6	1 4	8 1	92	263

Tabela 01: Distribuição dos tipos de artefato por estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE PAULA, T.C.T. O Tecido Como Assunto: Os Têxteis e a Conservação nas Revistas e Catálogos dos Museus da USP. *Anais do Museu Paulista*, vol. 13, n. 1, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- EVREUX, Y. *Viagem ao Norte do Brasil*. Biblioteca de Escritores Maranhenses, Rio de Janeiro, 1929.
- GOMES, A. A.O. *Perspectivas interpretativas no estudo das esculturas zoomórficas pré-coloniais do litoral sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, 2012.
- HUSTER, A.C. Assessing Systematic Bias in Museum Collections. A Case Study of Spindle Whorls. *Advances in Archaeological Practice: A Journal of the Society for American Archaeology*, v.1, n. 2, November, 2013, p. 77-90.
- KIPNIS, R.; NEVES, E.; SANTOS, M.C.M. *Relatório: Acervo Plínio Ayrosa*. Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- LEROI-GOURHAM, André. *Pré-História*. São Paulo: Edusp, 1981.
- PHILLIPS, P.; WILLEY, G. Method and Theory in American Archaeology: An Operational Basis for Culture-Historical Integration, *American Anthropologist*, v. 55, p. 615-633, 1953.
- PROUS, A. Les Sculptures Zoomorphes du Sud Brésilien et de l'Uruguay. *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*, CNRS, Paris, v.5, p. 1-177, 1977.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1992.
- PROUS, A. Apuntes para análisis de industrias líticas. Ortegália: Fundación Federico Maciñeira, p. 172, 2004.
- SOUZA, G.N. O Material Lítico Polido do interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- TIBURTIUS, G.; LEPREVOST, A. "Nota sobre a ocorrência de virotes, nos estados do Paraná e Santa Catarina" *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, v.9 p.87-98, 1954.

Recebido em: 02/01/2014
Aprovado em: 10/02/2014
Publicado em: 15/03/2014

**RELATÓRIO DO PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO DA JAZIDA DE
ARGILA ARAÇÁ MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA – SANTA CATARINA**

Juliano Bitencourt Campos
Claudio Ricken
Jairo José Zocche
Rafael Casagrande da Rosa
Marcos César Pereira Santos

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412



RELATÓRIO DO PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO DA JAZIDA DE ARGILA ARAÇÁ MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA – SANTA CATARINA¹

Juliano Bitencourt Campos²
Claudio Ricken²
Jairo José Zocche²
Rafael Casagrande da Rosa²
Marcos César Pereira Santos²

INTRODUÇÃO

O Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas – IPAT, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, realizou em novembro de 2007 o levantamento arqueológico sistemático na área de implantação da Jazida de Argila Araçá, no município de Nova Veneza, sul de Santa Catarina. Como resultado, foram registrados dois sítios arqueológicos inéditos: Sítio Arqueológico Araçá I e Sítio Arqueológico Araçá II, os quais foram objeto deste relatório de pesquisa e de resgate arqueológico.

Com base no relatório encaminhado, o IPHAN emitiu Parecer Técnico 11º SR/IPHAN/SC nº 0198/2008 datado de 13 de março de 2008, indicando a necessidade de execução de um programa de salvamento dos referidos sítios. A autorização da pesquisa se deu por meio da publicação da Portaria nº 29, de 08 de setembro de 2011, processo IPHAN nº 01510.000996/2011-27, publicado no Diário Oficial da União no dia 08 de setembro de 2011.

O relatório encaminhado ao IPHAN teve por objetivo incorporar à Memória Nacional as informações obtidas sobre o processo de ocupação humana pré-histórica e histórica regional a partir do estudo e análise dos remanescentes culturais existentes na área em questão, interpretando, à luz da ciência, o seu atrelamento com o ambiente com o qual interagiram. Foram descritos os resultados das atividades de arqueologia preventiva englobando: o resgate dos sítios arqueológicos supracitados, caracterização ambiental, análise laboratorial, além de atividades de educação patrimonial.

Nesta publicação serão apresentados apenas os aspectos inerentes ao salvamento arqueológico e a análise dos vestígios materiais advindos dos mesmos.

¹ A equipe que realizou este Programa de Resgate Arqueológico constituía-se dos seguintes membros: Juliano Bitencourt Campos; Claudio Ricken; Rafael Casagrande da Rosa; Jairo José Zocche, Guilherme Bitencourt de Souza, Alan Sezara, Juliano Gordo Costa; Ariel de Lucca, Diego Dias Pavei, Mariana Peruchi Ronsani, Ricardo Martins e Willian Carboni Viana.

² Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil; Setor de Arqueologia. Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada de Território. Criciúma, SC, Brasil. E-mail: jbi@unesc.net.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA e CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento situa-se na localidade de Araçá, coordenadas 28°38'12" S e 49°29'52" O, altitude de 74 m, no município de Nova Venezia, sul de Santa Catarina (FIGURAS 01 E 02). O referido município ocupa uma área de 293,540 Km² e abriga uma população de 13.309 habitantes (IBGE, 2013).

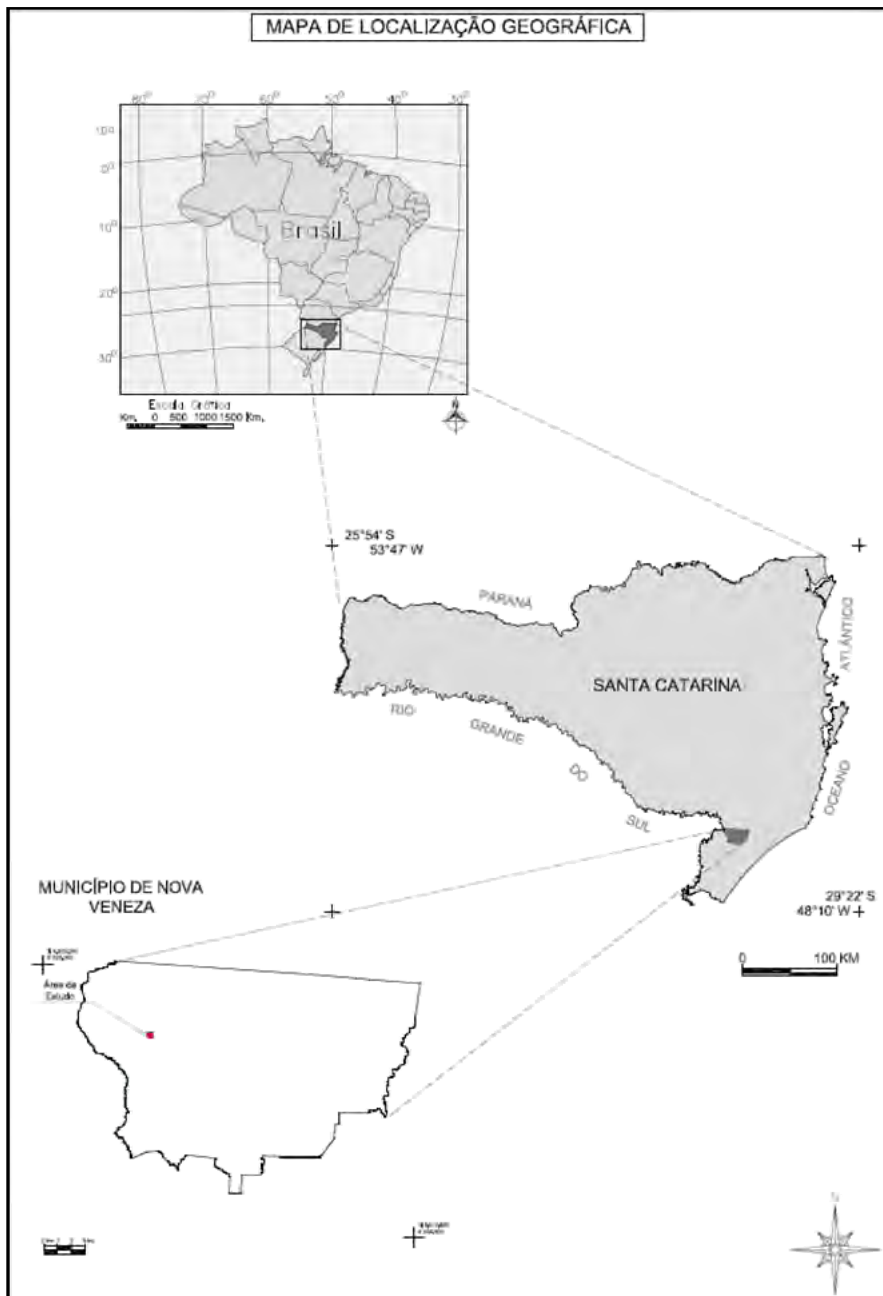


Figura 01: Localização da área de estudo no município de Nova Venezia. Fonte: IPAT/UNESC.



Figura 01: Em detalhe a localização da poligonal do empreendimento, com destaque ao relevo e aos sítios arqueológicos Araçá I e II. Fonte: Google Earth (2011) modificado.

METODOLOGIAS

As informações sobre os recursos bióticos disponíveis se basearam em dados bibliográficos, considerando a formação vegetal como Floresta Ombrofila Densa Submontana (RADAMBRASIL, 1982). Como modelo etnográfico para o estudo foi utilizado o proposto por Lavina (1994) para os Xokleng, considerando que este, com base nos registros históricos, é o único grupo caçador-coletor que habitou a região estudada.

Para a avaliação das características geológicas e geomorfológicas da área, considerou-se o contexto regional relativo às unidades geológicas e geomorfológicas presentes na região, no caso a Folha São Bento, elaborada e editada pelo IBGE em 1981, na escala 1:50.000.

Deste modo, tendo por base os referenciais teórico-metodológicos, os estudos arqueológicos realizados no âmbito do Projeto de Resgate Arqueológico na área de Influência Direta da Jazida de Argila Araçá desencadeou a primeira ação entre os três níveis de avaliação que guiaram as diferentes atividades e etapas dos trabalhos:

1) Nível de Recuperação: compreendeu os levantamentos de dados secundários, primários, avaliações geoarqueológicas, atividades prospectivas e de delimitação, os procedimentos de escavação, registro e coleta, entre outros;

2) Nível Analítico: refere-se aos processos de triagem e análises laboratoriais; processamento quantitativo e qualitativo de dados e informações relativas ao sítio e seus vestígios;

3) Nível Inferencial: consistiu no uso de abordagens visando à interpretação dos contextos e informações geradas nos níveis anteriores. Compreendeu a junção dos corpos teóricos e processos envolvidos na síntese das diversas linhas de evidência, com o objetivo de produzir inferências sobre o registro arqueológico, conforme descreve Araújo (1999).

Do ponto de vista das técnicas que foram utilizadas, estas estiveram atreladas às atividades propostas no projeto, aos condicionantes de cronograma e das características do empreendimento, e da natureza dos sítios arqueológicos e dos ambientes estudados.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS E RESULTADOS OBTIDOS

SÍTIO ARQUEOLÓGICO ARAÇÁ I

Coordenadas UTM Do Seu Ponto Central: 6.817.543,0473 N 638.398,8868 E

Inicialmente foi efetuado um reconhecimento da área do sítio com caminhamento sistemático intensivo por toda a extensão do terreno, no intuito de identificar as áreas de maior concentração de material arqueológico em superfície, uma vez que o solo coberto por gramíneas favorecera tal abordagem. Todo o material de superfície foi recolhido, sendo que nos locais de ocorrência dos mesmos foram colocadas estacas de madeira com numeração específica para posterior tomada das coordenadas UTM utilizando estação total e GPS de precisão.

Estabelecidas as áreas de maior incidência de vestígios, foram implantadas duas quadrículas arqueológicas (unidades de escavação de 1 x 1 m), a primeira sobre a coordenada central do sítio e a segunda sobre a área de maior concentração de material de superfície, de modo que se pudesse investigar a profundidade do horizonte estratigráfico de interesse ao estudo.

Concomitantemente, e como medida de apoio à metodologia adotada, foi estabelecida uma malha de poços-teste com equidistância de 5 m entre os mesmos, a fim de apurar as dimensões da dispersão de vestígios tanto em superfície, quanto em profundidade.

As tabelas 1 e 2 resumem as informações obtidas através da aplicação dos métodos das intervenções efetuadas em campo. As figuras 3 e 4 apresentam respectivamente o croqui das atividades desenvolvidas no Sítio Arqueológico Araçá I e a fotografia do local estudado.


Quadrícula 001			Sítio Araçá I		Coordenadas UTM: 22J N 6.817.543,1539 E 638.403,4688 (SAD-69)			
Nível	Textura	Coloração	Compactação	Raízes	Vestígios			Observação
					Lit.	Cer.	Total	
SUP	-	-	-	-	0	0	0	 <p>Superfície coberta por herbáceas, servindo de campos de pastagem.</p>
0 >10	Argiloso	Marrom Escuro	Média	Incipiente	0	0	0	
0 >20	Argiloso	Marrom Escuro	Média	0	0	0	0	 <p>Sem Vestígios Arqueológicos</p>
0 >50	Argiloso	Marrom Escuro	Alta	0	0	0	0	 <p>Sondagem feita no Quadrante N Sem Vestígios Arqueológicos</p>

Tabela 01: Relação da Quadrícula Arqueológica 1 (Araçá I) (Unidade de Escavação 1x1 m).

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO DA JAZIDA DE ARGILA ARAÇÁ
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA – SANTA CATARINA





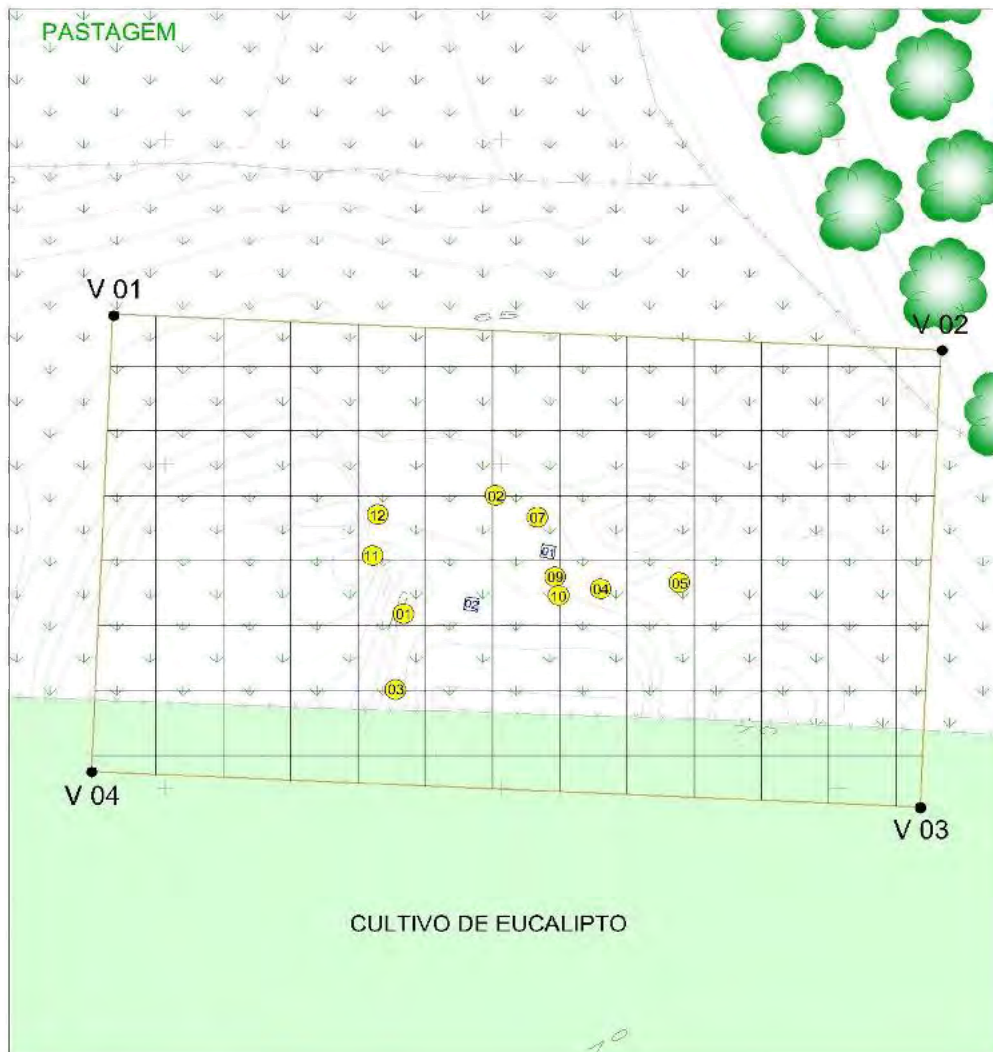




Quadrícula 002			Sítio Araçá I		Coordenadas UTM: 22J N 6.817.530,1471 / E 638.397,1471 (SAD-69)			Observação
Nível	Textura	Coloração	Compactação	Raízes	Vestígios			
					Lit.	Cer.	Total	
SUP	-	-	-	-	0	0	0	 <p>Área com solo coberto por herbáceas, servindo de campos de pastagem.</p>
0 >10	Argiloso	Marrom Escuro	Média	Incipiente	0	0	0	 <p>Sem Vestígios Arqueológicos</p>
10 >20	Argiloso	Marrom Escuro	Média	0	0	0	0	 <p>Sem Vestígios Arqueológicos</p>
20 >50	Argiloso	Marrom Escuro	Alta	0	0	0	0	 <p>Sondagem feita no Quadrante N Sem Vestígios Arqueológicos</p>

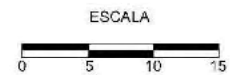
Tabela 02: Relação da Quadrícula Arqueológica 2 (Araçá I) (Unidade de Escavação 1x1 m).

SÍTIO ARQUEOLÓGICO ARAÇÁ I



LEGENDA:

-  ARTEFATOS LÍTICOS SUPERFICIAIS
-  QUADRÍCULAS (1m X 1m)
-  MALHA DE POÇOS-TESTES
-  LIMITE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO



Equidistâncias das curvas de nível 1m.

Figura 02: Implantação e croqui das atividades desenvolvidas no sítio arqueológico Araçá I.

Fonte: IPAT/UNESC.



Figura 04: A seta em vermelho sinaliza o local da área onde foi registrado o sítio arqueológico Araçá I.

Fonte: IPAT/UNESC.

CONSIDERAÇÕES

Trata-se de um sítio lítico com extensão de 60 x 35 metros e que, na época do estudo a atividade exercida na área estava representada pela pecuária. O material se concentrava entre a parte de alta e média da vertente e com baixa densidade. A maior densidade de materiais foi registrada numa área de 30 x 18 metros. As sondagens realizadas bem como os poços teste corroboraram a suposição inicial de que o sítio era exclusivamente superficial sem nenhum vestígio em cota negativa. Foram resgatadas dez peças que foram higienizadas, catalogadas e analisadas.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO ARAÇÁ II

Coordenadas UTM De Seu Ponto Central: N 6.817.545,8981 E 638.279,4841

No presente sítio, foram adotados os mesmos procedimentos acima descritos para o sítio Araçá I, uma vez que estes são métodos padrão para este tipo de abordagem diagnóstica investigativa. As tabelas 3 e 4 resumem as informações obtidas através da aplicação dos métodos das intervenções efetuadas em campo. As figura 5 e 6 apresentam respectivamente o croqui das atividades desenvolvidas no Sítio Arqueológico Araçá II e a fotografia do local estudado.

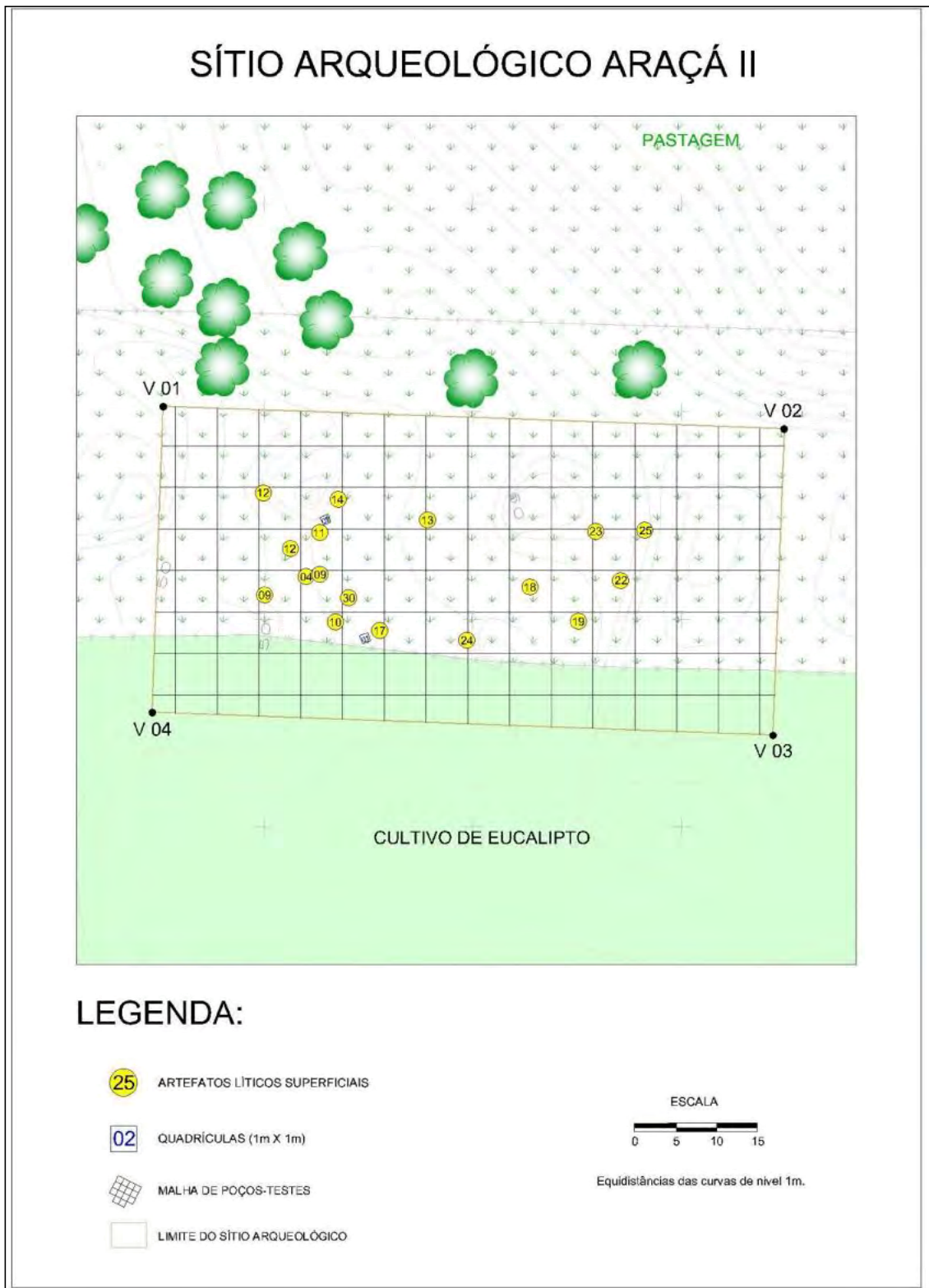


Figura 05: Implantação e croqui das atividades desenvolvidas no sítio arqueológico Araçá II.

Fonte: IPAT/UNESC.



Figura 06: A seta em vermelho sinaliza o local da área onde foi registrado o sítio arqueológico Araçá II.

Fonte: IPAT/UNESC.



Quadricula 001			Sítio Araçá II		Coordenadas UTM: 22J N 6.817.537,8136 / E 638.267,1644 (SAD-69)			Observação
Nível	Textura	Coloração	Compactação	Raízes	Vestígios			
					Lit.	Cer.	Total	
SUP	-	-	-	-	0	0	0	 Área com solo coberto por herbáceas, servindo de campos de pastagem.
0 >10	Argiloso	Marrom Escuro	Média	Incipiente	0	0	0	 Presença de Vestígios Arqueológicos
10 >20	Argiloso	Marrom Escuro	Média	0	0	0	0	 Presença de Vestígios Arqueológicos
20 >50	Argiloso	Marrom Escuro	Alta	0	0	0	0	 Sondagem feita no Quadrante N Sem Vestígios Arqueológicos

Tabela 03: Relação da Quadricula Arqueológica 1 (Araçá II) (Unidade de Escavação 1x1 m).

Fonte: IPAT/UNESC.

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO DA JAZIDA DE ARGILA ARAÇÁ
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA – SANTA CATARINA





Quadricula 002			Sítio Araçá II		Coordenadas UTM: 22J N 6.817.552,0678 / E 638.262,4090 (SAD-69)			Observação
Nível	Textura	Coloração	Compactação	Raízes	Vestígios			
					Lít	Cer	Total	
SUP	-	-	-	-	0	0	0	 Área com solo exposto, em terreno de cultivos temporários, atualmente em pousio.
0 >10	Argiloso	Marrom Escuro	Média	Incipiente	0	0	0	 Presença de Vestígios Arqueológicos
10 >20	Argiloso	Marrom Escuro	Média	Baixa	0	0	0	 Presença de Vestígios Arqueológicos
20 >50	Argiloso	Marrom Escuro	Média	Baixa	0	0	0	 Sondagem feita no Quadrante NE Sem Vestígios Arqueológicos

Tabela 04: Relação da Quadricula Arqueológica 2 do (Araçá II) (Unidade de Escavação 1 x 1 m).

Fonte: IPAT/UNESC.

CONSIDERAÇÕES

O sítio Araçá II trata-se de um sítio lítico distribuído em uma de 74 x 36 metros e que, da mesma forma como foi observado para o sítio Araçá I, na época do estudo a atividade superficial exercida na área estava representada pela pecuária. O material estava concentrado na parte baixa da vertente e com baixa densidade, estando mais concentrado numa área de 51 x 23 metros. As sondagens realizadas bem como os poços teste corroboraram a hipótese de que o sítio era exclusivamente superficial sem nenhum vestígio em cota negativa. Foram encontradas 17 peças que foram higienizadas, catalogadas e analisadas.

PERFIL TECNO-tipológico DO MATERIAL LÍTICO DOS SÍTIOS ARAÇÁ I E II

METODOLOGIA UTILIZADA

O material arqueológico passou por três etapas básicas em laboratório:

- 1º) higienização (as peças foram lavadas em água corrente);
- 2º) catalogação (FIGURA 07); e
- 3º) análise tecno-tipológica.

Para a higienização do material, foram utilizados água e escovas. Em função da exiguidade de tempo que se dispõe entre o resgate e elaboração e encaminhamento do relatório ao IPHAN não enumeramos as peças líticas, e a catalogação das mesmas foi feita somente nas etiquetas que acompanham os materiais (FIGURAS 08A e 08B).



Figura 07: Detalhe dos trabalhos de catalogação do material arqueológico.

Fonte: IPAT/UNESC.



Figura 08A e 08B: Detalhe do material arqueológico pronto para acondicionamento.

Dentre as diversas metodologias utilizadas atualmente para a análise de material lítico, utilizamos a síntese intentada por Dias e Hoeltz (1997) que, dispendo de ampla bibliografia, principalmente da literatura arqueológica internacional, propuseram procedimentos que pudessem dar conta da variabilidade artefactual presente nas indústrias líticas, e sua relação com aspectos identitários e sociais. Por se tratar de pesquisa de contrato e a consequente limitação de tempo, adaptamos tal proposta de acordo com a realizada por Copé et al. (2002), com algumas pequenas modificações, necessárias devido a diferenças de material a nível regional procurando especificar os atributos por nós escolhidos para dar conta, mesmo que de forma parcial, de algumas características das indústrias líticas que foram objeto de salvamento arqueológico.

RESULTADOS

MATÉRIA-PRIMA

A maior parte dos artefatos registrados neste salvamento é oriunda de seixos rolados (64%) e em menor percentual (36%) dos materiais não se sabe ao certo o tipo de origem. Do total de artefatos resgatados, 50% são compostos por blocos de arenito, 25% compostos por basalto, 21% composto por hematita e, 4% por calcedônia (FIGURA 09). Segundo Ker (1997), em solos argilosos é comum a presença de hematita, e dependendo do tipo de formação geológica a mesma pode apresentar-se sob a forma de nódulos. Assim sendo, os nódulos de hematita obtidos no presente estudo não serão interpretados como artefatos e sim como ecofatos.

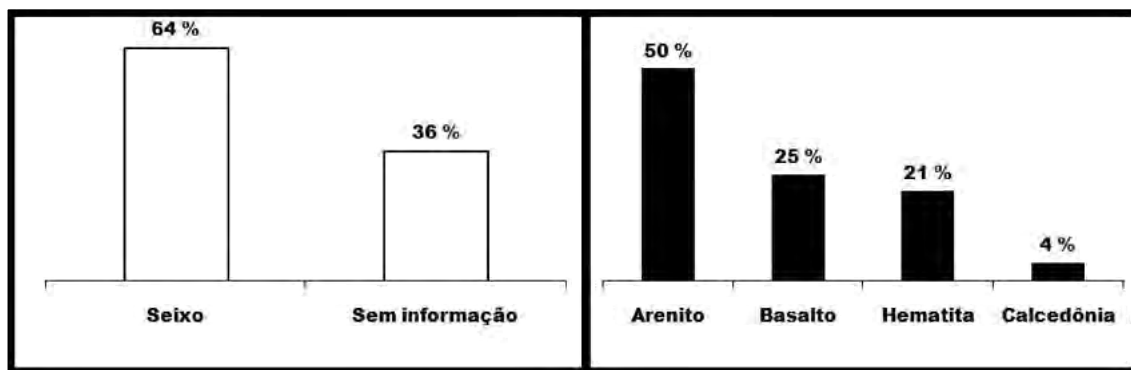


Figura 3: Origem (colunas em branco) e tipo da matéria-prima (colunas em negro) que compõem os artefatos líticos resgatados nos sítios Araçá I e II, Nova Veneza, Santa Catarina.

Fonte: IPAT/UNESC.

Foram resgatadas 27 peças sendo 10 peças para o sítio Araçá I e 17 para o sítio Araçá II. Pelo fato dos sítios terem sua localização muito próxima, a análise tipológica foi realizada em conjunto. Destas 27 peças, cinco foram identificadas como bifaces, duas peças apresentaram depressão semi-esférica, uma percutor, 4 quatro seixos, uma lasca bipolar, cinco bigornas, oito detritos e um núcleo (FIGURA 10).

A natureza dos artefatos (FIGURA 11), em sua maioria lascados (18%), é uma característica comum nesse tipo de sítio arqueológico e reforça mais uma vez o caráter sazonal das ocupações, onde a maior parte do material era lascado, utilizado e abandonado *in situ*, sem maiores preocupações com o acabamento das peças. Também constitui uma observação pertinente a ausência de lascas, possivelmente porque os artefatos seriam manufaturados em outro local.

Destacamos também o alto percentual de peças com marcas de arado (FIGURA 12) como evidência das modificações pós-deposicionais devido à utilização do sítio como área de plantio; também alto número de peças oxidadas indica o uso constante das mesmas como delimitadores de fogueiras ou com pedras de aquecimento.

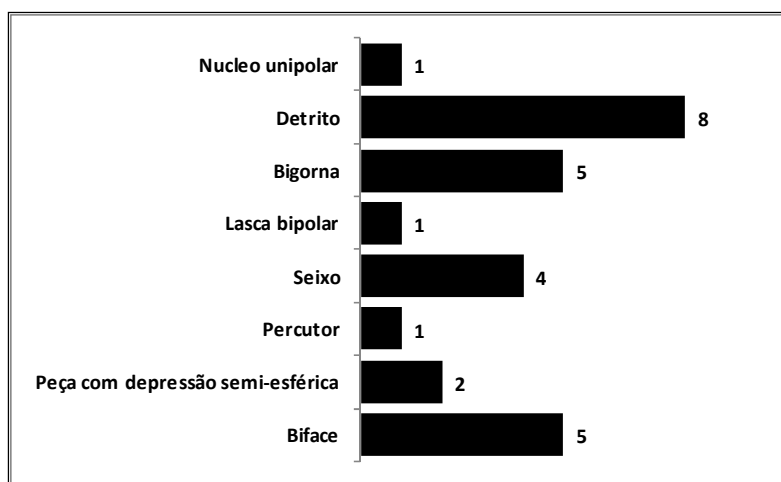


Figura 10: Classificação tipológica das peças resgatadas nos sítios Araçá I e II. Fonte: IPAT/UNESC.

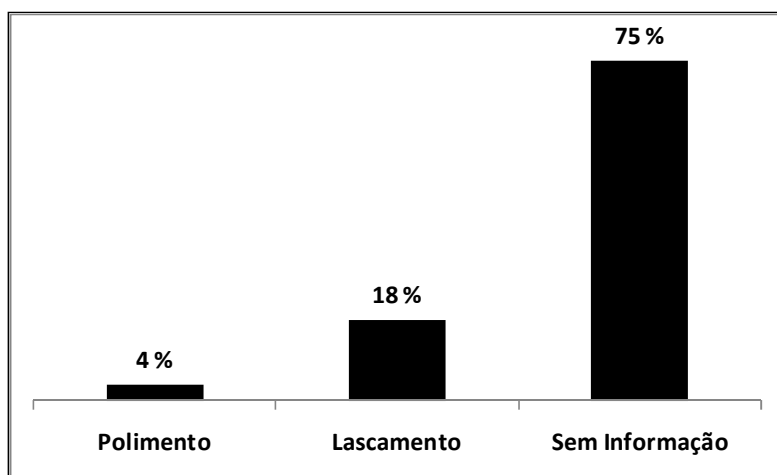


Figura 11: Técnica registrada para as peças resgatadas nos sítios arqueológicos Araçá I e II.

Fonte: IPAT/UNESC.

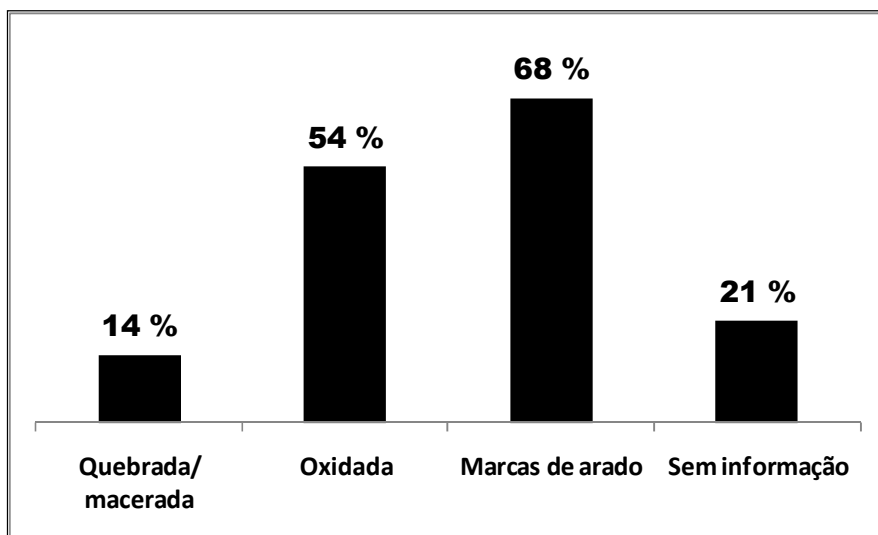


Figura 12: Tipos de modificação registradas nas peças resgatadas nos sítios arqueológicos Araçá I e II.

Fonte: IPAT/UNESC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, as pesquisas arqueológicas tiveram um grande impulso, devido, em grande parte, ao maior nível de exigência nos processos de licenciamento ambiental em relação à arqueologia, e ao próprio aumento gradual do volume de obras de engenharia de grande porte. Tal cenário tem proporcionado à realização de programas de arqueologia preventiva em áreas praticamente inexploradas, aumentando consideravelmente o conhecimento acerca do povoamento pré-colonial do país.

Naturalmente, o estado de Santa Catarina não foge à regra, os estudos até então realizados nas proximidades da área pesquisada tem demonstrado o alto potencial arqueológico da região, fornecendo dados elucidativos acerca da pré-história local e regional.

Na etapa de salvamento, realizaram-se coletas sistemáticas de superfície e escavações em sub-superfície, de acordo com orientações teórico-metodológicas específicas para sítios relacionados com grupos caçadores-coletores. Na etapa de caracterização ambiental foram realizadas pesquisas de campo e laboratório, de acordo com metodologias específicas traçando um quadro da atual situação dos aspectos bióticos e abióticos da área de influência do sítio e, em laboratório, por meio da metodologia adotada neste relatório, desenvolveu-se análises da cadeia operatória dos artefatos líticos. Como resultado foi apresentada a análise tecno-tipológica em 100% do material resgatado, servindo de amostra para as características gerais da cultura material apresentada nestes contextos arqueológicos.

As intervenções realizadas nos Sítios Araçá I e II mostraram que as distribuições espaciais, estratigráficas são aleatórias e que a natureza do material arqueológico encontrado aparenta ser de caráter transitório.

Os dados obtidos na análise tecno-tipológica aqui apresentada demonstra que os grupos humanos que perpassaram a área relativa aos sítios arqueológicos Araçá I e II buscaram utilizar blocos e seixos rolados de arenito e basalto como matérias-primas preferenciais na manufatura dos instrumentos líticos utilizados *in situ*. Os instrumentos típicos mais abundantes na coleção foram os Bifaciais (5%), esses foram lascados com percussão direta e percutor duro, buscando gerar instrumentos morfologicamente equilibrados com o intuito de utilizá-los em atividades específicas, (dada a morfovolumetria típica das peças). A inexistência de lascas unipolares (resultado de atividade de debitagem de instrumentos bifaciais) demonstra que as peças se encontram em avançado estado técnico, onde as primeiras etapas da cadeia operatória não foram realizadas no sítio arqueológico. A grande quantidade de detritos possivelmente está relacionada à preparação da terra para o cultivo que ocorreram atualmente nestes locais, atividade esta que, anualmente revolve a superfície do sítio.

A inexistência de pontas de projétil, características dos povoamentos antigos da região meridional brasileira ligada à denominada tradição Umbú, e a presença de seixos com depressões semiesféricas conhecidas como quebra coquinhos, apontam para a hipótese de o sítio arqueológico estar relacionado aos grupos históricos indígenas Xokleng que permearam a região (LAVINA, 1994).

Sendo assim, os resultados dessa pesquisa inserem-se na problemática dos sistemas de assentamento de grupos caçadores-coletores da Mata Atlântica do estado de Santa Catarina, onde as características aqui apresentadas estão diretamente ligadas às encontradas em sítios da região sul do estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, A. G. M. As geociências e suas implicações em teorias e métodos. *Revista do MAE, USP*, v. 3, p. 35-45, 1999.
- COPÉ, S. M.; ANGRIZANI, R. da C.; SILVA, A. F. da. Estratégias de resgate arqueológico na área de implantação da LT 69 Kv Santa Rosa – Santo Cristo, Rio Grande Do Sul. *Revista do CEPA*, v. 26, n. 35/36, p. 105-149, 2002.
- DIAS, A. S.; HOELTZ, S. E. Proposta metodológica para o estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Cepa*, v. 21, n. 25, p. 21-62, 1997.
- GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/index.html>>. Acesso em: 15 de ago. 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*. Nova Veneza – SC. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=421160>>. Acesso em: 19 de jun. 2013.
- IPAT/UNESC. *Levantamento Arqueológico Jazida de Argila Araçá– Nova Veneza/SC*. Relatório Final. Unesc: Criciúma, 2007.
- IPAT/UNESC. *Programa de Resgate Arqueológico da Jazida de Argila Araçá – Nova Veneza/S.C*. Relatório Final. Criciúma: UNESC, 2011.
- KER, J. C. Latossolos do Brasil: uma revisão. *Geonomos*, v. 5, n. 1, p. 17-40, 1997.
- LAVINA, R. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. 124 f. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS, 1994.
- RADAMBRASIL [Projeto]. *Vegetação*. Folhas SD 23. Rio de Janeiro, v. 29, 1982.

Recebido em: 01/01/2014
Aprovado em: 09/02/2014
Publicado em: 15/03/2014